www.valor.com.br

Sexta-feira, 23 de dezembro de 2022 | Ano 23 | Número 5653 | R$ 5,00

Valor ECONÔMICO

Leia na retrospectiva 2022 do EU& Fim de Semana:

- Polarização política deve trazer dificuldades ao novo governo
- Elon Musk no Twitter agrava o 'inverno no mundo digital'
- Guerra na Ucrânia reconfigura a economia e a geopolítica mundiais

Escolhas de Lula priorizam nomes de esquerda e ex-governadores

De Brasília e São Paulo

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou mais 16 ministros, totalizando 21 nomes que comporão seu governo. Além de confirmar o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), incluiu até agora seis mulheres no alto escalão. Assim, abriu espaço para PT, PSB, PC do B e militância, o núcleo original da aliança de sua candidatura.

Novos nomes devem sair das forças que entraram num segundo momento na campanha ou pós-eleição. Falta definir os destinos de Marina Silva (Rede), Simone Tebet (MDB), da parte que cabe a PSD, MDB, PDT e Solidariedade, além da ala que representaria o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "É mais difícil montar um governo do que ganhar eleições", disse Lula.

Parte do ministério será de ex-governadores recentes: Flavio Dino (Maranhão) na Justiça, Camilo Santana (Ceará) na Educação, Wellington Dias (Piauí) no Desenvolvimento Social e Rui Costa (Bahia) na Casa Civil. Dos 21 futuros ministros, dez são petistas que exerceram mandato eletivo e quatro são técnicos que participaram dos governos Lula e Dilma.

Entre os indicados estão a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade (Saúde), a cantora Margareth Menezes (Cultura), a economista Esther Dweck (Gestão e Inovação), o ex-governador Márcio França (Portos e Aeroportos), o ex-ministro Luiz Marinho (Trabalho) e o advogado Silvio Almeida (Direitos Humanos). A Secretaria de Relações Institucionais vai para o deputado Alexandre Padilha. Anielle Franco ficou com a Igualdade Racial, a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, na Ciência e Tecnologia e a consultora Cida Gonçalves no Ministério da Mulher. **Páginas A10 a A13**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Grupo tem quatro ex-governadores do Nordeste: Lula dá poder a quem viabilizou seu retorno

Haddad anuncia mais 4 secretários

Estevão Taiar e Matheus Schuch
De Brasília

Futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad anunciou mais quatro secretários, escolhendo nomes com quem tem proximidade. Para o Tesouro irá Rogério Ceron, ex-secretário de Finanças em sua gestão como prefeito. Para a Receita, Robinson Barreirinhas, seu ex-secretário de Negócios Jurídicos na prefeitura. O secretário de Política Econômica será Guilherme Mello, da Unicamp, que o assessorou na campanha de 2018. Para a Secretaria de Reformas irá Marcos Barbosa Pinto, ex-diretor da CVM, que ajudou Haddad a redigir a Lei das PPPs. **Página A4**

Orçamento prevê déficit de R$ 231,5 bi

Vandson Lima e Renan Truffi
De Brasília

O Congresso aprovou o Orçamento de 2023 com um déficit primário estimado em R$ 231,5 bilhões, 3,6 vezes superior ao rombo de R$ 63,6 bilhões que constava da proposta encaminhada pelo governo Bolsonaro. O aumento se deve à ampliação do teto de gastos em R$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família e pela previsão de investimentos de até R$ 23 bilhões fora do limite de despesas, previstos na PEC da Transição, aprovada na quarta-feira pelo Congresso. **Página A6**

Valor de fintechs cai US$ 42,6 bi

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

As fintechs viveram o pior ano da história do setor. O aumento dos juros nos EUA alterou profundamente os cenários de crescimento traçados por essas empresas e, consequentemente, seu valor de mercado. Enquanto o Ibovespa acumula alta de 3,5% neste ano, as fintechs brasileiras listadas em bolsa registram quedas entre 37% e 68%, com perda conjunta de US$ 42,6 bilhões. E em 2023, com possível recessão nos EUA, novas quedas não podem ser descartadas. **Páginas C1 e C2**

Destaques

Comporte leva o metrô de BH
O Grupo Comporte, da família Constantino de Oliveira — fundadora da Gol e uma das maiores operadoras de transporte rodoviário do país —, foi o único participante do leilão de concessão do metrô de Belo Horizonte (Metrô-BH) e arrematou o ativo com lance de R$ 25,7 milhões, ágio de 33,28% sobre o preço mínimo. A previsão de investimentos é de R$ 3,2 bilhões ao longo dos 30 anos do contrato. **B1**

Varejo projeta Natal magro
Dados preliminares sobre as vendas de fim de ano e projeções de entidades do varejo apontam um Natal fraco em 2022. O fluxo de consumidores perdeu força em relação à Black Friday e a expectativa no comércio eletrônico é de recuo de 10% na receita. Nos shoppings, a projeção é de aumento nominal de 4%, para uma inflação estimada em 5,9%. **B1**

Reajuste a executivos da Eletrobras
Acionistas da Eletrobras reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram, por maioria, o aumento da remuneração dos administradores da companhia, além de planos de incentivo via "stock options". A decisão mais do que dobra o montante destinado em abril, antes da privatização, e foi tomada mesmo com votos contrários de bancos estatais quem têm ações da empresa e dos representantes dos empregados. **B2**

US$ 500 milhões para crédito verde
O Banco Mundial aprovou projeto de US$ 500 milhões com o Banco do Brasil para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade e fortalecer a capacidade do setor privado acessar os mercados de crédito de carbono. O projeto adotará, pela primeira vez, uma abordagem que exige que pequenas e médias empresas apresentem projetos de descarbonização para ter acesso a financiamentos de longo prazo. **C2**

Fiança milionária liberta ex-FTX

O ex-CEO da FTX, Sam Bankman-Fried, foi libertado na quinta-feira sob fiança de US$ 250 milhões, garantida pela casa de seus pais, em Palo Alto, na Califórnia. Proibido de deixar os EUA, permanecerá sob vigilância eletrônica. Aos 30 anos de idade, Bankman-Fried é apontado pelos promotores federais de Nova York como mentor de uma das maiores fraudes da história americana, com impacto sobre o setor de criptoativos e o mercado financeiro em geral. **C3**

PIS/Cofins de seguradoras
Duas das maiores seguradoras do país, a Porto Seguro e a Zurich Santander, obtiveram autorização da Justiça para retirar da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores das comissões que são repassadas aos corretores. As decisões foram do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo. São as primeiras de 2ª instância que se tem notícia e, de acordo com advogados, devem servir como precedente para outras empresas do setor. **E1**

Ideias

Claudia Safatle
É crescente a participação dos papéis atrelados à Selic na dívida, o que coincide com o período de déficit. **A2**

Alcione Pereira
Desde o plantio até a venda ao consumidor, cerca de um terço de toda a comida produzida no mundo vai para o lixo. **A16**

Indicadores

Ibovespa	22/dez/22	0,11 % R$ 20,1 bi
Selic (meta)	22/dez/22	13,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	22/dez/22	13,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	22/dez/22	5,1865/5,1871
Dólar comercial (mercado)	22/dez/22	5,1851/5,1857
Dólar turismo (mercado)	22/dez/22	5,1993/5,3793
Euro comercial (BC)	22/dez/22	5,4977/5,5004
Euro comercial (mercado)	22/dez/22	5,4926/5,4932
Euro turismo (mercado)	22/dez/22	5,5360/5,7160

Sempre haverá a LFT para nos salvar

Claudia Safatle

Para fontes oficiais da área econômica, a aprovação da PEC da Transição , também conhecida como PEC da Gastança, autoriza o governo eleito a gastar até R$ 145 bilhões acima do teto mais cerca de R$ 24,6 bilhões de recursos esquecidos, pelos trabalhadores, nas contas do PIS/Pasep que poderão ser utilizados. Perfazendo, portanto, uma licença para aumentar a despesa pública em até R$ 169 bilhões em 2023.

O valor adicional do gasto que a PEC autoriza representa um aumento do endividamento público, que sairia dos 73,7% estimados para este ano para algo como 81,8% do PIB, segundo uma simulação feita pelos técnicos do Tesouro Nacional considerando que a elevação do teto em R$ 145 bilhões será mantida nos anos de 2025 e 2026. Já a partir de 2024 se espera que esteja em vigor uma nova âncora fiscal, que venha a substituir a lei do teto do gasto público.

Em um cenário traçado com base nas premissas macroeconômicas da pesquisa Focus, do Banco Central, a evolução da dívida bruta do governo geral é bem pior. Ela apresentaria trajetória ascendente em todo o período, atingindo 90,4% do PIB em 2031.

A PEC estabeleceu, ainda, que até agosto do próximo ano o governo terá que enviar um projeto de lei complementar para o Congresso com o redesenho de uma regra fiscal que institua um novo regime no lugar do teto.

Papéis atrelados à Selic na dívida ganham espaço

Trata-se, portanto, de um aumento considerável da dívida bruta do governo geral, de algo como 7,8 pontos percentuais do PIB, dado que parte de quase 74% do PIB para 81,8% do PIB de 2022 para 2026. Isso coloca o Brasil completamente fora dos padrões de endividamento dos países emergentes, cuja média está em 64,4%.

O projeto de lei complementar terá que ser acompanhado, segundo consta do Relatório de Projeções Fiscais recém-editado e divulgado pelo Tesouro, de medidas de redução de despesa ou de aumento de receita que sejam capazes de melhorar a trajetória do resultado primário já no curto prazo e "trazer a dívida para níveis sustentáveis".

O adiamento de decisões nesse sentido vai resultar em uma conta mais salgada de juros pagos pela União, o aumento do risco-país com reflexos negativos para o crescimento e para a inflação.

Do lado da despesa primária, tendo em vista as incertezas atuais quanto à política fiscal do futuro, dado o novo arcabouço que deverá estar construído no ano que vem, os técnicos do Tesouro projetaram um aumento de R$ 100 bilhões no limite de despesa do Poder Executivo em 2023, montante que seria carregado nos anos seguintes. Esse valor seria mais do que suficiente para cobrir o gasto maior com o Auxílio Brasil, ficando as demais despesas obrigatórias inalteradas.

A evolução do gasto obrigatório depende da trajetória dos seus componentes, O maior peso é com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que sai de 8,5% do PIB para 7,6% do PIB entre os anos de 2021 e 2031, mas cresce 2,2 pontos percentuais ao ano a partir de 2028, devido ao envelhecimento populacional.

Assumindo que não haverá reajustes salariais para o funcionalismo, o que é muito difícil, a tendência é essa segunda maior despesa cair como proporção do PIB. O restante dos gastos obrigatórios se manteria constante em 5,1% do PIB, mas com mudanças na sua composição. As despesas com sentenças judiciais de custeio e capital dobram, passando de 0,2% do PIB em 2021 para 0,4% do PIB em 2031, com pico em 2027, quando triplicam e alcançam 0,6% do PIB. Esse aumento decorre do pagamento do passivo decorrente do limite imposto pela Emenda Constitucional dos Precatórios (EC 114) entre 2022 e 2026.

A projeção do Auxílio Brasil representa um aumento do gasto de 0,3% do PIB em 2021 para 1,2% do PIB em 2031. Estão incorporados nessa conta a elevação do benefício para R$ 600 e um adicional de R$ 150 por criança até os seis anos de idade.

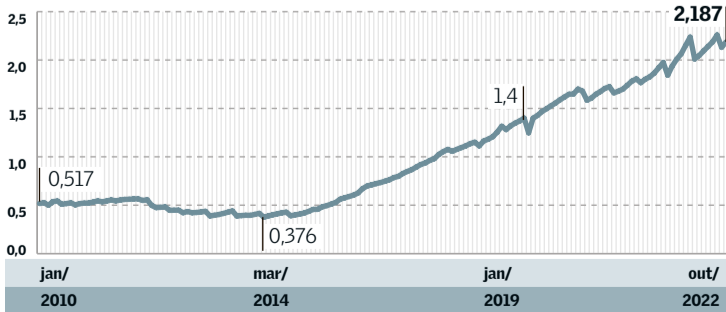
À medida que se deterioram os números fiscais, piora também a composição da dívida mobiliária federal. E isso pode ser identificado nos dados a partir de 2015, quando o déficit primário se consolida e o mercado começa a demandar títulos da dívida selicados *(ver gráfico abaixo)*.

São as Letras Financeiras do Tesouro Nacional, as LFTs, consideradas a "Geni" dos títulos da dívida mobiliária. Elas foram criadas no meio do Plano Cruzado pelo então diretor de Política Monetária do Banco Central, André Lara Resende, para serem indexadas ao "overnight".

Tratadas como "Geni", em que todos jogam pedras, as LFTs são, também, a salvação dos governos que não se importam com a situação das contas públicas, e deixam o déficit primário rodar.

São, simultaneamente, uma fonte de certo alívio para quem tem que rolar a dívida mobiliária em tempos de crise. "Sempre haverá a LFT", diz uma fonte do Tesouro, que acrescenta: "enquanto não formos um país sério".

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve às sextas-feiras
E-mail claudia.safatle@valor.com.br

Montante trilionário
Saldo da dívida mobiliária federal (título indexado a Selic), em R$ tri

Fonte: Banco Central

Indústria brasileira de transformação perde ainda mais espaço no mundo

Marta Watanabe
De São Paulo

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Rafael Cagnin, economista do Iedi: dados mostram a necessidade de se revitalizar a indústria brasileira

O valor adicionado da indústria de transformação no Brasil cresceu 4,8% em termos reais em 2021, após queda de 4,6% em 2020, sob efeito da pandemia de covid-19. O desempenho, porém, ficou abaixo da média mundial, cujo valor adicionado cresceu 7,2% no ano passado, mais do que compensando o recuo de 1,3% no ano anterior.

Enquanto no cenário global houve um dos melhores resultados da década, abaixo apenas de 2010, quando houve alta de 9%, o Brasil segue rota descendente na sua posição no ranking global de valor adicionado da indústria de transformação — MVA, na sigla em inglês para Manufacturing Value Added. Os dados são da United Nations Industrial Development Organization (Unido) e mostram a necessidade de se revitalizar a indústria brasileira, diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"Os dados mostram que não basta crescer, é preciso avançar em ritmo coerente com o resto do mundo. Dado que a trajetória do Brasil é cadente faz alguns anos, o quadro mostra deficiências mais profundas e estruturais", diz. Entre 2020 e 2021, aponta, a participação brasileira no MVA mundial caiu de 1,31% para 1,28%. Em 2005, lembra, o país tinha a nona maior indústria de transformação do mundo. Em 2020 caiu para a 14ª posição e, em 2021, para a 15ª.

Entre os diferentes países, a China preservou em 2021 sua posição de líder no ranking das maiores indústrias de transformação, atingindo sua maior participação já registrada, de 30,5% do MVA. O topo do ranking se completa com EUA (16,8%), Japão (7%) e Alemanha (4,8%).

Seguindo trajetória diversa da do Brasil, compara Cagnin, a Índia ocupou em 2021 o posto de quinta maior indústria manufatureira do mundo, com fatia de 3,1% do MVA global, quase o dobro da de 2005. Outro país de destaque, diz, é Taiwan, com parcela que aumentou de 1% em 2005 para 1,6% em 2021, quando subiu para a décima posição na classificação da Unido.

Além de uma agenda de competitividade para a indústria, que inclui a aprovação de uma reforma tributária, é preciso, diz, uma política de desenvolvimento industrial que considere a composição da indústria de transformação.

O economista destaca que na saída da pandemia, a recuperação da indústria mundial foi capitaneada por ramos de alta intensidade de tecnológica, como a indústria farmacêutica e também o complexo eletrônico, em razão da aceleração do processo de digitalização, e que também funciona como um eixo de modernização e alavancagem da produtividade da indústria. "O Brasil acumulou poucas competências nesses ramos", diz.

Os dados da Unido, indica, mostram queda na participação da média e alta intensidade tecnológica no MVA total do Brasil. A fatia caiu de 35,5% em 2015 para 33,7% em 2021. A média do grupo ao que o Brasil pertence nesse levantamento da Unido, o das economias industriais de renda média, foi de 39,3%. No agregado do setor no mundo, a fatia foi de 45,1%.

O anuário da Unido relativo a 2021, diz Cagnin, destaca o fortalecimento industrial como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU. Segundo indicadores da Unido considerando o ODS 9, correspondente à indústria, inovação e infraestrutura, o desempenho do Brasil foi decrescente e ficou aquém do grupo ao qual pertence e também da média mundial.

A participação da indústria de transformação brasileira no PIB, exemplifica, caiu de 10,5% em 2015 para 10,2% em 2021, aponta a Unido. A média do grupo ao qual o Brasil pertence ficou em 22,9% em 2021, enquanto no agregado mundial foi de 16,9%. O MVA per capita do Brasil encolheu no mesmo período de US$ 927 para US$ 875. Isso equivale a 42% do MVA per capita dos países industrializados de renda média e quase 50% do valor da média mundial.

O Brasil, pondera Cagnin, se saiu relativamente bem quando se fala em intensidade de CO_2 emitido pela indústria. A matriz energética contribui de forma favorável para o país, ressalta. Entre 2015 e 2019 (última data com dados disponíveis), a média do Brasil em quilograma de CO_2 por dólar de valor adicionado na indústria, a preços de 2015, caiu de 0,47 para 0,43, igualando-se à média mundial ao fim do período.

Benefício para múltis é ampliado até 2024

Lu Aiko Otta
De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro prorrogou até o final de 2024 as regras para tributação de multinacionais brasileiras que exercem atividade produtiva no exterior, informou ontem o Palácio do Planalto . Com isso, haverá renúncia de R$ 4,2 bilhões no ano que vem.

A Medida Provisória (MP) 1.148/2022, publicada ontem no "Diário Oficial da União", modifica a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, "com a finalidade de prorrogação até o encerramento do ano-calendário de 2024 para a utilização do crédito presumido e do regime de consolidação já dispostos naquela lei, mantendo-se todas as demais condições necessárias para sua fruição", informa nota divulgada pelo Palácio do Planalto.

"A medida visa tornar a tributação das multinacionais brasileiras, que exercem atividade produtiva no exterior e que competem com empresas estrangeiras, próxima dos patamares dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico] e dos países do G-20 [grupo que reúne grandes economias globais]", justifica. "Desse modo, a proposta busca conferir competitividade às multinacionais brasileiras diante de um cenário de recuperação econômica."

A prorrogação dos instrumentos fiscais era necessária para não prejudicar a retomada e a realização e ampliação de investimentos no exterior, informa o texto do governo.

Comida lidera gasto no Auxílio Brasil, diz pesquisa

Folhapress, de São Paulo

Os recursos do Auxílio Brasil continuam sendo utilizados majoritariamente para garantir a alimentação das famílias beneficiadas, segundo pesquisa Datafolha realizada nos dias 20 e 21 de dezembro.

Entre os beneficiados, 76% disseram que o dinheiro vai principalmente para comprar comida. Pagar dívidas aparece em segundo lugar, com 11%. Nos dois casos, os percentuais são os mesmos do levantamento anterior, realizado no final de setembro. Comprar remédios aparece com 5%, ante 6% na pesquisa anterior. A opção comprar gás manteve os 2%.

Foram realizadas 2.026 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 126 municípios. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O uso do benefício para compra de comida fica acima de 80% entre beneficiados com ensino superior, donas de casa, estudantes, autônomos e assalariados sem carteira. É mais baixo entre moradores do Sul (65%) e pessoas com 60 anos ou mais (62%).

No levantamento, 25% disseram que alguém da casa recebe o Auxílio Brasil, e 9% afirmaram receber o Vale-Gás federal.

O total de beneficiários do programa social, que em 2023 voltará a se chamar Bolsa Família, chegou à marca de 21,6 milhões. Já o número de contemplados pelo Vale-Gás, que é bimestral, diminuiu de 5,98 milhões em outubro para 5,95 milhões em dezembro, segundo o Ministério da Cidadania.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

APRESENTADO POR

Inteligência Financeira e B3 fecham parceria de conteúdo para ajudar brasileiros a investir melhor

Com 400 mil usuários únicos, o canal Bora Investir, da Bolsa de Valores brasileira, passa a utilizar artigos e análises produzidos pela plataforma de notícias do Itaú

A partir deste mês, a Inteligência Financeira (IF), plataforma de notícias do Itaú em parceria com a Editora Globo, e o Bora Investir, site sobre investimentos da B3, passam a unir forças. Agora, os dois canais vão compartilhar conteúdos que contribuam para que o investidor esteja bem informado. Para as marcas, é uma relação de "ganha-ganha", que amplia a oferta de conteúdos e expande a audiência potencial para os dois portais.

Lançada em outubro de 2021, a plataforma Inteligência Financeira apresentou uma proposta inédita para o mercado editorial brasileiro, ao unir a expertise do Itaú no universo de investimentos à força jornalística da Globo, combinando formatos inovadores das novas mídias e o tom mais usual dos novos criadores de conteúdo. O sucesso se traduziu em cerca de 1,5 milhão de visitantes únicos por mês no último trimestre.

Nova parceria de conteúdo entre a IF e o Bora investir, da B3

© GETTY IMAGES

Dez meses depois, em agosto de 2022, a B3 colocou no ar o Bora Investir, um site com conteúdo informativo em diversos formatos para investidores de diferentes graus de maturidade e diversos objetivos de vida. Em quatro meses de operação, o projeto alcançou 400 mil usuários únicos.

A tendência é que, no futuro, à medida que a parceria avance, os dois sites produzam conteúdo exclusivos e inéditos, para reprodução em ambos os canais. "Essa parceria, que reúne duas importantes instituições do sistema financeiro brasileiro, tem um grande ganhador: o investidor", afirma Leandro Modé, CEO da Inteligência Financeira.

A parceria com a IF se materializa em um conteúdo de altíssima qualidade que também pode ser oferecido aos usuários. "Nós entendemos que o mercado tem produzido informação de qualidade, buscando também melhorar e ajudar a jornada dos investidores. A parceria com a Inteligência Financeira é resultado dessa visão", afirma Leandra Peres, superintendente de Comunicação da B3. A parceria com a Inteligência Financeira é resultado dessa visão", diz.

A IF

A Inteligência Financeira marcou a estreia do Itaú, o maior banco privado do país, na área de serviços de notícias com produção de conteúdo. A instituição financeira é responsável pelo site, que é operado de modo autônomo pela Editora Globo. Com um time próprio de jornalistas, a plataforma se mantém com autonomia, a fim de assegurar credibilidade e independência na produção e edição do conteúdo, em prol do leitor/investidor.

© FOTO: ITAÚ/DIVULGAÇÃO

"Essa parceria, que reúne duas importantes instituições do setor financeiro brasileiro, tem um grande ganhador: o investidor"
LEANDRO MODÉ
CEO DA IF

Além de disponibilizar notícias e análises em tempo real, a plataforma conta com um time de especialistas do mercado que produzem colunas em textos, vídeos e podcasts para os mais variados perfis de investidores. Entre os colunistas estão Gabriel Navarro, o maior criador de conteúdo de finanças do TikTok, Nina Silva, fundadora do Movimento Black Money, e Mara Luquet, jornalista com 25 anos de carreira, pioneira na cobertura de finanças pessoais e investimentos e com passagem por alguns dos mais respeitados veículos de comunicação do país.

Assim, com grande dinamismo, a IF se aproxima não apenas dos investidores iniciantes como também daqueles que construíram uma trajetória mais antiga no mercado de investimentos.

"Há muitas fontes de informação disponíveis para o investidor, mas nem todas são confiáveis. Nesse contexto de alto ruído, acreditamos que a comunicação de cunho editorial, que já é muito relevante, tende a ganhar ainda mais importância", explica Modé. "A parceria com a B3 indica que um veículo proprietário da Bolsa brasileira referenda o nosso conteúdo e leva a informação de qualidade, produzida pelos dois canais, para um público ainda mais amplo."

BORA INVESTIR

Por sua vez, o Bora Investir oferece informações em formatos variados, incluindo textos, infográficos, vídeos e podcasts. Atende não apenas os mais de 4,6 milhões de brasileiros que já investem em Bolsa como também o público interessado, mas que ainda não participa do mercado de renda variável.

© FOTO: DIVULGAÇÃO

"A parceria com a IF se materializa num conteúdo de altíssima qualidade, que também podemos oferecer aos nossos usuários."
LEANDRA PERES
SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO DA B3

A fim de ajudar os iniciantes, a página abriga uma nova funcionalidade, chamada A Grana do Vizinho, que permite visualizar a composição média da carteira de investidores de perfil sociodemográfico semelhante, sempre em concordância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

"Nos últimos anos, o número de investidores pessoa física no mercado de capitais saltou de cerca de 600 mil pessoas para 4,6 milhões", explica Leandra Peres. "A B3 entende que essa evolução no mercado exige também uma mudança na forma como interagimos com esses novos investidores", prossegue. "É nosso papel ajudar na jornada do investidor no mercado de capitais, e o B3 Bora Investir é uma das iniciativas que levam informação de alta credibilidade, fundamentada e com uma linguagem simples para esse público."

Além da B3, a Inteligência Financeira tem como parceiros os portais Jota, Valor Econômico, Portal G1, íon Itaú e GloboNews.

INFORMAÇÃO DE QUALIDADE | O perfil dos dois canais que agora se tornam parceiros

ACESSE O SITE DA INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

Lançamento: Outubro de 2021.

Acessos: 1,5 milhão de visitantes únicos por mês no último trimestre.

Proposta: Oferecer conteúdo informativo em diversos formatos, com informações e análises qualificadas.

© GETTY IMAGES

BORA INVESTIR

Lançamento: Agosto de 2022.

Acessos: 400 mil usuários únicos em quatro meses.

Proposta: Oferecer conteúdo informativo em diversos formatos, com informações e análises qualificadas.

ACESSE O SITE DO BORA INVESTIR

Transição Todos os secretários anunciados ontem já trabalharam diretamente com o futuro ministro

Haddad reforça equipe da Fazenda com aliados próximos

Estevão Taiar e Matheus Schuch
De Brasília

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), reforçou a estratégia de escolher interlocutores ou aliados próximos para compor o secretariado da pasta. Ontem, ele anunciou quatro novos secretários: Rogério Ceron (Tesouro Nacional), Robinson Barreirinhas (Receita Federal), Guilherme Mello (Política Econômica) e Marcos Barbosa Pinto (Reformas).

"Apesar da juventude, são pessoas com experiência no setor público, altamente capacitadas, inteligentes e criativas", disse o futuro ministro. Ele também afirmou que todos os escolhidos já passaram por "testes de estresse significativos".

Interlocutores de Haddad vinham afirmando desde o fim da semana passada que a tendência seria o futuro ministro escolher aliados próximos para montar a sua equipe, em detrimento de outros nomes mais conhecidos ou que ajudassem na composição política do governo.

Todos os secretários anunciados ontem já trabalharam diretamente com o futuro ministro em diferentes momentos da carreira dele. Ceron, que será responsável pelo Tesouro Nacional, foi secretário de Finanças da capital paulista durante parte do período em que Haddad ocupou a prefeitura. Ele é auditor fiscal por formação e atualmente ocupa o cargo de diretor-presidente da SP Parcerias, empresa ligada à própria prefeitura de São Paulo e que tem o objetivo de estruturar privatizações, concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

O futuro ministro afirmou que Ceron foi "um dos responsáveis" pelo fato de a capital paulista ter se tornado "credora líquida" e conquistado grau de investimento no período em que ele foi prefeito.

Já Barreirinhas, que assumirá a Receita, é advogado e consultor desde 2017, além de atuar como professor de direito tributário e financeiro. Também tem diversas passagens por cargos públicos da capital paulista, mais uma vez incluindo o período em que Haddad foi prefeito, quando atuou como procurador-geral e secretário de Negócios Jurídicos.

Desde que foi indicado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ser o titular da Fazenda, Haddad vem afirmando que "advocacia pública de qualidade" é parte da solução do problema fiscal do país".

Uma das ideias do futuro ministro é atuar em parceria com Advocacia-Geral da União e Ministério da Justiça para reforçar pelo lado da arrecadação o ajuste fiscal necessário. Nesse caso, a própria Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) teriam papel de destaque.

Por sua vez, Mello, que assumirá a Secretaria de Política Econômica, é coordenador do programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico da Universidade de Campinas (Unicamp) e fez parte do grupo de economia da equipe de transição. Mas também foi assessor econômico de Haddad ainda na campanha de 2018, quando o futuro ministro concorreu à Presidência. Ontem, o futuro ministro atribuiu a ele e aos demais integrantes do grupo de economia o "êxito na negociação" da Proposta da Emenda de Constituição (PEC) da Transição, já que os argumentos fornecidos pela equipe técnica "eram bons".

Já Pinto é advogado, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ex-sócio da Gávea Investimentos. Em entrevista ao **Valor** em 2019, afirmou que o pacote de privatizações e os planos anunciados pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, eram uma "grande oportunidade" para o desenvolvimento e o crescimento do mercado de capitais brasileiro. Meses antes, no início do governo do presidente Jair Bolsonaro, ele foi protagonista da demissão do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Joaquim Levy. Em 2019, Pinto ocupava a diretoria de mercado de capitais da instituição de fomento. Mas também acumulava passagens por governo petistas, o que irritou Bolsonaro, que criticou o futuro secretário de Haddad publicamente menos de seis meses após assumir a Presidência da **República**. No dia seguinte às críticas feitas pelo presidente da República, Levy pediu demissão.

A escolha do secretário de Reformas Econômicas foi bem recebida por diversos integrantes do mercado, de acordo com relatos ouvidos pelo **Valor**. Mas isso não foi o suficiente para diminuir a avaliação negativa que esse grupo faz a respeito da montagem da equipe econômica até aqui, segundo os relatos ouvidos.

Na entrevista, Haddad afirmou que redigiu a "quatro mãos" com o novo secretário tanto a Lei das PPPs quanto o Prouni. "Ele foi inestimável para esses dois projetos", disse.

Os quatro futuros integrantes do Ministério da Fazenda se juntarão aos outros secretários já escolhidos: Gabriel Galípolo (secretaria-executiva), Bernard Appy (especial para a reforma tributária) e Anelize De Almeida (PGFN). Appy já tinha atuado como secretário do Ministério da Fazenda durante os dois primeiros mandatos de Lula, enquanto Galípolo se aproximou há pouco mais de uma ano tanto do futuro ministro quanto do presidente eleito.

Com as nomeação realizadas ontem, o "primeiro escalão [da pasta] está praticamente montado", faltando apenas definir na semana que vem o secretário de Assuntos Internacionais, segundo Haddad. O futuro ministro também afirmou que debaterá com Lula nos próximos dias as nomeações para Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). De acordo com ele, os nomes para BB e Caixa "estão mais adiantados".

Equipe Haddad

Quem vai compor equipe do futuro ministro

Ana Paula Paiva/Valor
Executivo
Gabriel Galípolo

Claudio Belli/Valor
Política Econômica
Guilherme Mello

Luis Macedo
Receita Federal
Robinson Barreirinhas

Ana Paula Paiva/Valor
Reforma Tributária
Bernard Appy

Silvia Costanti / Valor
Reformas
Marcos Barbosa Pinto

Fernando Perer/
Tesouro
Rogério Ceron

Para economistas, foco será na arrecadação, e não nos gastos

Rafael Vazquez
De São Paulo

Os nomes anunciados ontem para as secretarias do Ministério da Fazenda foram recebidos com neutralidade pelos agentes econômicos. Contudo, segundo economistas ouvidos pelo **Valor**, isso se deu mais pelo fato de já serem esperados do que por uma receptividade positiva. O sinal é que o foco principal será mais no aumento da arrecadação do que no controle dos gastos.

Rogério Ceron, que assumirá a Secretaria do Tesouro Nacional, Robinson Barreirinhas, que comandará a Secretaria da Receita Federal, e Marcos Barbosa Pinto, que assumirá a Secretaria de Reformas, foram vistos com mais simpatia do que Guilherme Mello, que será o secretário de Política Econômica. Isso porque Mello foi um dos propositores da PEC da Transição, que incomodou o mercado devido ao tamanho dos gastos incluídos para o ano que vem.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, faltou um nome na equipe do Ministério da Fazenda que tenha mais ligado à organização da estrutura de gastos ao longo do governo Lula. "Não tem um grande formulador de política econômica como se teve no passado. No próprio governo Lula em 2003 tinha o Marcos Lisboa. Está faltando esse nome", disse.

"O que foi montado até agora não dá espaço para se pensar que vai haver uma coisa bem pensada em relação à estrutura de gastos. O foco central dessa equipe toda vai ser arrecadação. A tendência é que olhem como se pode aumentar a arrecadação sem necessariamente elevar a alíquota, pelo menos no primeiro momento", acrescenta Vale.

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Bernard Appy, anteriormente anunciado como secretário especial para a reforma tributária, deve pensar a questão fiscal dentro da reforma para a qual foi designado, mas tampouco é a pessoa que vai ter um pensamento no ajuste fiscal do lado do gasto.

"Não me parece que alguma secretaria especial será criada para trabalhar essa questão de estrutura dos gastos. E essa pessoa tampouco virá pelo Ministério do Planejamento", declarou Vale, enfatizando a ausência do nome que comandará o Planejamento faz pouca diferença a essa altura. "O mercado estava mais interessado na equipe da Fazenda que pensará o arcabouço fiscal no ano que vem. Isso virá da Fazenda, e não do Planejamento", justifica.

Ao avaliar a composição de outros nomes anunciados ontem, , como o de Geraldo Alckmin, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e Esther Dweck como ministra da Gestão, Valle acredita que tampouco muda a tendência de uma política econômica mais preocupada com a arrecadação e menos fiscalista.

"Não vejo o Alckmin sendo protagonista nessa questão fiscal, como se pensava no início da transição. Ele vai estar olhando outras questões mais relacionadas à política industrial e inovação e vai passar longe disso", acredita Vale.

Por outro lado, elogiou a equipe formada por Aloizio Mercadante para as diretorias do BNDES. "Com a diretoria competente de um lado e Alckmin do outro no ministério, o banco estará blindado contra decisões ruins", opina.

Já para Matheus Pizzani, economista da CMCapital, projeções mais precisas sobre a condução da política econômica do governo Lula ainda dependem do nome a ser colocado no Planejamento e principalmente a definição da âncora fiscal a partir do ano que vem.

"Os nomes em questão [no Ministério da Fazenda] refletem uma opção do futuro ministro [Haddad] por trabalhar não só com pessoas que são de sua confiança, mas que possuem experiência no setor público e devem ser capazes de contribuir já no curto prazo com as atividades do ministério tendo em vista que já possuem conhecimento prévio do funcionamento da máquina pública. São nomes não devem ser relacionados com eventuais movimentações bruscas no mercado, uma vez que não se tratam de figuras ligadas ao setor financeiro, tampouco ao mundo estritamente político", disse.

CLAUDIO BELLI/VALOR
Sergio Vale: "Não tem um grande formulador de política econômica"

Governo de SP receberá "Ferrari com tanque cheio", diz Salto

Marta Watanabe
De São Paulo

O governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas, receberá uma "Ferrari com tanque cheio" na situação fiscal do governo paulista, segundo Felipe Salto, secretário de Fazenda e Planejamento do Estado.

A "herança bendita", disse ele na sua última entrevista coletiva no cargo, inclui o menor nível de endividamento da série histórica do Estado e um total de investimentos que pode chegar a R$ 27 bilhões neste ano, acima do nível que a União promete investir no ano que vem, ressaltou.

O secretário também chamou atenção para o caixa de R$ 86 bilhões, o que significa, diz, uma disponibilidade imediata atualmente de R$ 33 bilhões. Segundo Salto, é uma reserva que poderá ser usada no próximo governo.

Ele lembra que a proposta orçamentária enviada à Assembleia Legislativa pelo governo estadual foi elaborada em setembro e a receita a ser realizada em 2023 pode ficar menor do que a projetada na peça.

No quadro de incerteza macroeconômica do país que se tem neste momento para o ano que vem, diz, "é bom ser conservador". Ele lembrou ainda que os efeitos da inflação, que beneficiaram as receitas nos últimos dois anos, chegam de forma defasada nas despesas.

Para o ano que vem, ainda há a incerteza sobre a continuidade da compensação das perdas impostas pela Lei Complementar (LC) nº 192 e LC 194, de 2020, na arrecadação de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Essas perdas, calculadas em R$ 13 bilhões anuais, vem sendo compensadas em parte do lado da despesa, no pagamento do serviço da dívida com a União.

Hoje, a compensação é feita na parcela que excede redução de 5% em termos reais contra mesmo período de 2021. Na ação que mantém no Supremo Tribunal Federal sobre o assunto , o governo paulista pediu nesta semana a continuidade da compensação em 2023 e a eliminação da trava de 5%. O tema, porém, ainda não foi decidido.

Segundo Salto, os Estados decidiram ontem, no âmbito do Comsefaz, comitê que reúne as Fazendas estaduais, que a cobrança de ICMS sobre diesel e biodiesel será "ad rem", com valor fixo por litro do combustível.. Não houve, porém, definição em relação à gasolina e ao álcool, itens nos quais a arrecadação de ICMS sofreu mais no quadro geral dos Estados.

Segundo Salto, o próximo governo deve assumir quadro ajustado do ponto de vista fiscal. O secretário destacou a trajetória de alguns indicadores desde 1995, quando o PSDB assumiu o comando do Estado.

Entre os indicadores, Salto destacou a queda do endividamento ao menor nível da série desde 1997, para 112% na relação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e da Receita Corrente Líquida (RCL) em outubro de 2022, bem abaixo do limite de 200%.

A relação entre despesa corrente e receita corrente, ressaltou, ficou abaixo de 95% em quase todo o período, e em queda desde 2020, na mínima histórica de 86,4% em outubro deste ano.

O secretário também destacou o desempenho dos investimentos, que cresceram à média real de 7% entre 2002 e 2021. No biênio 2021-2022 os investimentos devem chegar a R$ 27 bilhões anualizados, com forte participação do Tesouro como fonte de financiamento no período.

WENDERSON ARAUJO/VALOR
Felipe Salto: próximo governo deve assumir com quadro fiscal ajustado

Brasil

Contas públicas Aval do TCU para uso de créditos extraordinários abre espaço para liberar despesas retidas

Desbloqueio de R$ 547 milhões entra no radar

Lu Aiko Otta
De Brasília

O governo anunciou ontem a possibilidade de desbloquear R$ 547,3 milhões em despesas do Orçamento de 2022 que estão retidas para garantir o cumprimento do teto de gastos. Informou também que, após medidas adotadas de novembro para cá, os bloqueios recuaram de R$ 15,4 bilhões para R$ 3,3 bilhões, dos quais R$ 1,9 bilhão é emenda RP-9, conhecidas como "orçamento secreto". Todas as despesas essenciais de custeio serão atendidas, informou o secretário de Orçamento, Ariosto Culau.

Assim será o encerramento de um ano muito difícil para as contas públicas. Ao mesmo tempo em que as receitas surpreenderam e ficaram R$ 216,2 bilhões acima do previsto inicialmente, as despesas seguiram comprimidas pelo teto e por gastos que ficaram acima do esperado.

Em parte, o desbloqueio foi reduzido com ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU). No início de dezembro, o órgão deu sua chancela para que despesas imprevistas com o pagamento de benefícios previdenciários fossem feitos por meio de créditos extraordinários, ou seja, fora do teto de gastos, e por meio de medida provisória (MP). O governo alegou que a conta de benefícios teve um aumento inesperado, por causa do desrepresamento de pedidos.

Com isso, os valores destinados a pagar aposentadorias e pensões que estavam sob o teto de gastos puderam ser redistribuídos e atender áreas carentes de recursos. Segundo o Ministério da Economia, dos R$ 7,6 bilhões remanejados da Previdência, R$ 2,8 bilhões foram destinados ao Ministério da Saúde, e R$ 1,8 bilhão, à Educação. Outras 19 pastas foram contempladas.

Houve queda nos valores bloqueados também porque R$ 4,4 bilhões em despesas previstas no Orçamento foram canceladas para abrir espaço fiscal e pagar a Lei Paulo Gustavo. O Ministério da Economia aguarda a aprovação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para transferir esses recursos a Estados, como manda a lei.

Apesar das dificuldades no campo das despesas, o governo de Jair Bolsonaro chega ao seu final com um nível de gastos menor do que o encontrado. As despesas primárias somarão ao final deste ano 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB), um valor abaixo dos 19,5% do PIB de 2019, primeiro ano do governo, ressaltou o secretário especial do Tesouro e Orçamento substituto, Julio Alexandre. Durante a pandemia, as despesas primárias atingiram o pico de 25,6% do PIB.

A projeção para o resultado primário do governo central, que era de R$ 23,4 bilhões no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre, divulgado no último dia 22, foi revista para R$ 34,1 bilhões. Desconsiderando os efeitos do encontro de contas referente ao Campo de Marte (SP), o superávit atingiria R$ 58,1 bilhões.

Houve também melhora na projeção da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Deverá atingir 73,7% do PIB ao fim deste ano, melhor do que os 74,3% do PIB projetados em novembro.

As projeções foram construídas em cima de novos parâmetros macroeconômicos. O governo elevou a previsão de crescimento do PIB de 2,7% em novembro para 3,1%. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi reduzida de 6% para 5,8%, enquanto a do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) recuou de 6,1% para 5,3%. A projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi mantida em 5,8%.

A estimativa para o preço do barril ao fim do ano caiu de R$ 101,77 para R$ 99,90. Por outro lado, o crescimento da massa salarial nominal foi ligeiramente cortado, de 18,9% para 18,7%.

Melhorou

Novas projeções das contas públicas (R$ bi)

	cenário anterior	cenário atual
Receita Primária Total	2.319	2.325
Receita Líquida de Transferências	1.855	1.860
Despesas Primárias	1.832	1.826
...obrigatórias	1.680	1.678
...discricionárias (Executivo)	152,4	148
Resultado Primário do Governo Central	23	34

Fonte: Ministério da Economia

Governo deve liberar R$ 4,6 bi para órgãos internacionais

Murillo Camarotto
De Brasília

O governo federal deve oficializar nos entre hoje e a próxima segunda-feira um aporte de R$ 4,6 bilhões para o pagamento de dívidas com organismos internacionais. Segundo apurou o **Valor**, a expectativa é de que a disponibilização dos recursos seja divulgada no "Diário Oficial".

Em relatório divulgado ontem, o grupo de trabalho da transição na área de relações internacionais alertou que a dívida "representa grave prejuízo à imagem do país e à sua capacidade de atuação e compromete severamente sua política externa".

O documento da transição aponta um valor de R$ 5,5 bilhões em passivos, um pouco superior ao que o Tesouro Nacional pretende liberar nos próximos dias. Apesar da diferença, o discurso no governo atual é de que "nada ficará pendente".

A dívida preocupa a diplomacia brasileira, pois pode levar o país a perder, por exemplo, direito a voto tanto na Assembleia Geral da Nações Unidas como em diversos outros fóruns da entidade, caso da FAO, orgão da ONU para alimentação e agricultura.

Para evitar a perda dessas prerrogativas, o governo brasileiro deve, ao menos, realizar o pagamento mínimo devido. Segundo a equipe de transição, entre os credores estão, além da ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Coordenador do Gabinete de Transição, o futuro presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, chegou a dizer que não haveria espaço no Orçamento de 2023 para o pagamento integral das dívidas. "O Brasil será excluído de vários fóruns. É uma dívida pesada, que também não tem previsão orçamentária pro ano que vem."

Escolhida pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o Ministério da Gestão, Esther Dweck disse que a ideia até então era priorizar as dívidas mais urgentes. "Vamos ver aqueles que estão na iminência de perder [direito a voto] e, depois, como pagar esse passivo que não vai ser possível no primeiro ano", disse ela há duas semanas.

O próprio ministro das Relações Exteriores, Carlos França, vinha demonstrando preocupação com os desdobramentos do calote. De saída do cargo, ele vinha dizendo a interlocutores que a regularização seria importante.

O problema não é inédito. No ano passado, o governo deixou para o dia 31 de dezembro o pagamento de R$ 879 milhões, evitando, assim, a perda de direito a voto na ONU. O pagamento envolve outras 23 entidades multilaterais ou regionais, como a OMC e a Secretaria do Mercosul, além de missões de paz da própria ONU na África e no Líbano.

O artigo 19 da Carta das Nações Unidas prevê perda do direito de voto como penalidade automática e imediata quando o atraso nos pagamentos supera o valor total das contribuições nos dois anos anteriores — o que era justamente o caso em 2021.

Além das pendências com os organismos internacionais, o relatório da equipe de transição, divulgado pelo jornal "Folha de S.Paulo", afirma que o governo de Jair Bolsonaro cometeu um "erro estratégico" ao isolar a Venezuela e que transformou "a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China."

O documento também aponta que o atual governo desestimulou a integração do Brasil com seus principais vizinhos e ainda desmantelou o Mercosul enquanto união aduaneira.

Regulação é passo importante para o mercado cripto brasileiro

A aprovação do Projeto de Lei é um dos principais motivos para recuperar a confiança de investidores

O Projeto de Lei 4401/2021 (PL 4401/21), que prevê a regulamentação do mercado de criptoativos no Brasil, foi sancionado pelo Presidente da República no dia 21 de dezembro, tornando-se a Lei 14.478/2022. O Poder Executivo não indicou, contudo, a entidade responsável por criar as diretrizes para o mercado de ativos digitais.

Embora seja considerado um importante passo para o mercado de ativos digitais, o texto aprovado não prevê a segregação patrimonial entre fundos da exchange e de seus clientes. Ao que tudo indica, o Banco Central (BC) será a entidade escolhida pelo Poder Executivo para criar as regras da economia digital no Brasil. E será do BC a responsabilidade de implementar a separação de patrimônios de plataformas que oferecem ativos digitais.

© GETTY IMAGES

A importância da previsão desse mecanismo na proposta ganhou novos contornos com o episódio da FTX

RESPONSABILIDADE DO BC

A devida separação dos fundos das plataformas de criptoativos e seus clientes ganhou novos contornos após o colapso da FTX. O CEO da empresa, Sam Bankman-Fried, usou de forma indevida o capital de seus clientes em operações arriscadas. Isso resultou em um rombo de liquidez que impossibilitou que todos os clientes conseguissem reaver seus ativos.

Reinaldo Rabelo, CEO do Mercado Bitcoin, salienta que a sanção do projeto de lei foi um passo fundamental. Quanto à segregação, Rabelo comenta que caberá ao BC criar uma regra infralegal tornando a prática mandatória. De qualquer forma, ele esclarece que essa já é uma prática adotada pelo Mercado Bitcoin.

"No Mercado Bitcoin, a segregação patrimonial já é um dos nossos fundamentos. Nas duas rodadas de captação pelas quais passamos, essa era uma das obrigações. A auditoria é feita por uma das quatro maiores companhias de contabilidade do mundo", diz Rabelo.

A Bitso é outra plataforma para negociação de criptoativos atuante no Brasil que não utiliza recursos de seus usuários, destaca Karen Duque, Head de Políticas Públicas da exchange. "Acreditamos que segregação patrimonial é uma regra prudencial importante que agrega valor para qualquer discussão regulatória sobre criptoeconomia", afirma Karen.

Assim como Rabelo, Karen Duque também acredita que a aprovação da Lei 14.478/2022 foi um acontecimento importante. Os investidores precisam confiar no mercado e, quanto maior for a confiança, maior a utilização dos criptoativos, avalia a Head de Políticas Públicas da Bitso. A segregação, ainda que não esteja presente no texto aprovado, pode ser incluída posteriormente pelo BC, completa Karen.

Renata Mancini, COO da NovaDAX, entende que a utilização da segregação patrimonial em outros setores, como o financeiro e imobiliário, é mais um motivo para que haja uma regra prevendo tal conduta no mercado cripto. "Trata-se de medida salutar e preventiva, e que faria muito bem à Criptoeconomia, ampliando a higidez do setor para todos os seus participantes."

A ausência de um dispositivo tratando da segregação na versão aprovada da lei não é um prejuízo irremediável, diz Renata. O mais importante era a aprovação do marco regulatório ainda em 2022. "A ausência de uma lei geral para o setor poderia fazer com que o Brasil perdesse potenciais investidores, afastando diversas oportunidades que seriam interessantes para desenvolver ainda mais o mercado brasileiro", conclui a COO da NovaDAX.

Legislativo Proposta foi readaptada depois do estouro no teto de gastos

Congresso aprova Orçamento com déficit de R$ 231,5 bilhões

Vandson Lima e Renan Truffi
De Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem o Orçamento da União para 2023. A peça orçamentária projeta um déficit primário de R$ 231,5 bilhões. O aumento em relação à proposta encaminhada pelo Poder Executivo, de R$ 63,7 bilhões, se dá pela ampliação do teto de gastos de R$ 145 bilhões e pelo espaço fiscal adicional de R$ 23 bilhões gerado pela exclusão desse teto de despesas com investimentos, que foram previstas com a aprovação ontem da PEC da Transição — formulada para que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, consiga cumprir com promessas assumidas na campanha.

A emenda constitucional determinou, contudo, que essas despesas não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta.

Entre os compromissos de Lula que agora ficam previstos no Orçamento, está o pagamento de pelo menos R$ 600 mensais a 21,5 milhões de beneficiários do programa Bolsa Família. Também está previsto no Orçamento um adicional de R$ 150 por criança de até seis anos.

O salário mínimo terá aumento real de 3%, ficando em R$ 1.320 em 2023. O atual presidente Jair Bolsonaro havia proposto um valor de R$ 1.302.

A ampliação do teto também permitiu a recomposição e aumento dos recursos para as áreas mais importantes da administração pública. O Ministério da Educação terá um orçamento de R$ 130,6 bilhões, ante R$ 119,8 bilhões previstos anteriormente.

Na Saúde, o valor mínimo a ser aplicado era de R$ 149,9 bilhões. A PLOA 2023 atendia esse piso da saúde se computadas as parcelas das reservas de contingência destinadas ao atendimento de emendas de bancada estadual e de relator-geral. O novo relatório, por sua vez, prevê a aplicação de R$ 173,1 bilhões nessa área.

Relator do Orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) disse que fez as adequações necessárias para o funcionamento do governo, mas que ainda assim, há áreas que necessitariam de mais recursos. “O orçamento anterior era inexequível. Este é o orçamento possível”, alegou.

O projeto de lei foi elaborado com a observância do teto de gastos da União aplicável ao exercício financeiro de 2023, estabelecido em R$ 1,8 trilhão, ao se considerar a projeção do IPCA de 2022 de 7,2%.

“Contudo, um dos efeitos da EC 126/2022 foi a elevação do teto de gastos da União em R$ 145 bilhões, o que faz com que alcance R$ 1,95 trilhão”, apontou o relator.

Em decorrência de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucionais as emendas de relator, os R$ 19,4 bilhões antes previstos para esse dispositivo foram redistribuídos: R$ 9,5 bilhões para emendas individuais, na proporção dos valores aprovados até a apresentação do relatório-geral, e pouco mais de R$ 9,8 bilhões alocadas em RP2, identificador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal.

Na distribuição desse útimo recurso, castro admitiu que procurou atender ações e projetos antes contemplados pelas emendas de relator. “Nós mantivemos mais ou menos a lógica do que era o RP9”, disse.

A construção de moradias populares, que estava praticamente sem recursos na proposta orçamentária de Bolsonaro, receberá um aporte de R$ 9,5 bilhões, destinado à recriação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, a ser tocado pelo Ministério das Cidades — pasta que deve ficar com o MDB de Castro.

O relator previu ainda que R$ 3,2 bilhões serão utilizados para garantir que os servidores públicos federais recebam um reajuste salarial de 9%, assim como já seria concedido aos servidores do Poder Judiciário.

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Marcelo Castro: “o orçamento anterior era inexequível. Esse é o possível”

Verba de R$ 9,8 bi irrigará Centrão

Renan Truffi e Vandson Lima
De Brasília

Aprovada ontem no Congresso Nacional, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 detalha a distribuição de R$ 9,8 bilhões em recursos que estavam reservados, inicialmente, para as emendas de relator (RP9) e serão destinados agora ao governo federal. A verba deixará de ser utilizada como parte do chamado “orçamento secreto”, mas, ainda assim, servirá a ministérios que devem ser controlados por partidos de centro, como forma de garantir a governabilidade do novo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Dos R$ 9,8 bilhões que estavam atreladas ao RP9, a maior parcela, R$ 3,6 bilhões, irá ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que deve ser desmembrado em duas pastas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para atender partidos como MDB e União Brasil.

A distribuição desses recursos foi feita a partir da complementação de voto apresentada pelo relator-geral da LOA, senador Marcelo Castro (MDB-PI), junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os R$ 3,6 bilhões em emendas irão incrementar principalmente os orçamentos dos futuros ministérios da Cidades e da Integração Nacional, que surgirão a partir da extinção do Ministério do Desenvolvimento Regional. Apesar disso, Castro negou que a distribuição de recursos tenha seguido a lógica da governabilidade. “Nós mantivemos mais ou menos a lógica do que era o RP9. Não [foi uma indicação da transição], nós seguimos a lógica que já vinha”, disse.

A pasta da Cidades está cotada para ficar com o MDB e um dos nomes ventilados para assumir a o cargo de ministro é o do deputado federal José Priante (MDB-PA), parlamentar que é ligado ao atual governador do Pará, Helder Barbalho (MDB-PA). Filho do senador Jader Barbalho (MDB-PA), Helder se tornou um nome influente junto ao governo de transição por sua votação expressiva, que o reelegeu governador do Estado, e também por sua influência junto à cúpula do MDB. Ele é um dos políticos escolhidos para fazer parte, inclusive, do Conselho Político do novo governo.

Já a Integração Nacional pode ser destinada ao líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), que representa o grupo político do presidente Arthur Lira (PP-AL). A pasta é um dos alvos da cobiça dos aliados de Lira, especialmente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que hoje está sob controle desse mesmo grupo.

A própria Codevasf receberá diretamente R$ 735,8 milhões, que também são oriundos das emendas de relator. Deste total, R$ 50 milhões foram destinados pelo relator-geral diretamente para a implantação de “sistemas adutores para abastecimento de água do canal do sertão alagoano”, berço eleitoral tanto de Lira como do senador Renan Calheiros (MDB-AL), outro nome próximo do presidente Lula.

Marcelo Castro também optou por destinar aproximadamente R$ 3 bilhões das emendas de relator para o chamado Fundo Nacional de Saúde. De acordo com o texto, esses recursos deverão ser utilizados principalmente para o custeio e para a estruturação da rede de serviços de Atenção Primária à Saúde (APS).

Atividade econômica

Indicadores agregados

	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	jun/22	mai/22	abr/22	mar/22	fev/22
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	-0,7	-0,6	0,5	-0,4	0,3	0,1	0,6	0,6
Indústria de transformação	-	0,0	-1,4	-0,3	0,3	-0,3	1,0	0,0	0,8	0,3
Indústrias extrativas	-	0,6	1,8	-3,1	2,1	2,6	-5,8	0,3	0,7	5,7
Bens de capital	-	-4,1	-0,7	5,8	-3,4	-1,7	6,6	-8,8	10,1	1,6
Bens intermediários	-	0,7	-1,0	-1,6	1,9	-0,7	-1,0	0,6	0,8	2,2
Bens de consumo	-	0,3	-0,8	-1,1	0,9	0,1	0,3	2,6	-3,1	0,2
Faturamento real (CNI - %)	-	0,3	-0,5	1,3	1,2	1,5	0,8	-0,2	1,1	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,2	-1,0	2,3	-0,1	1,0	0,6	-2,3	-0,1	1,4
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,2	0,2	-0,3	-1,5	0,4	-0,1	0,1	7,5	2,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,4	1,2	0,2	-0,2	-1,8	0,3	0,6	1,3	1,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	-	23,6	61,4	97,2	114,1	424,1	44,2	109,3	14,6
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	-	-17,0	-11,1	-5,6	7,8	127,2	-29,0	45,0	-4,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	8,3	8,7	8,9	9,1	9,3	9,8	10,5	11,1	11,2
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	0,3	-0,3	-0,1	0,5	0,6	0,1	-0,2	-0,3	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	-6,7	-4,0	1,5	1,2	-0,8	1,0	1,4	4,5	-0,1	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	28.164	27.299	28.661	30.775	29.861	32.766	29.648	28.954	29.399	23.512
Importações	21.489	23.381	24.953	26.663	24.491	23.859	24.694	20.764	21.806	18.876
Saldo	6.675	3.918	3.708	4.112	5.370	8.908	4.954	8.190	7.593	4.636

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7191	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,83	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	1,03	0,5697	0,4424	0,4133	4,13	23,59	1.212,00
jun/22	0,1484	0,6491	0,6491	0,9496	1,02	0,5513	0,4472	0,3954	2,22	23,59	1.212,00
jul/22	0,1631	0,6639	0,6639	0,9844	1,03	0,5851	0,4456	0,4101	0,73	23,67	1.212,00
ago/22	0,2409	0,7421	0,7421	1,0929	1,17	0,5851	0,4630	0,4881	-0,01	23,67	1.212,00
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	-	23,81	1.212,00
2022	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**8,93**	**1,15**	**10,18**
Em 12 meses *	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**9,17**	**1,15**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	3º Tri/22	2º Tri/22	2022 (1)	2021	2020	2019
PIB (R$ bilhões) *	2.544	2.472	9.641	8.899	7.610	7.389
PIB (US$ bilhões) **	477	488	1.801	1.609	1.448	1.873
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,0	3,0	5,0	-3,3	1,2
Agropecuária	-0,9	0,1	-1,3	0,3	4,2	0,4
Indústria	0,8	1,7	0,8	4,8	-3,0	-0,7
Serviços	1,1	1,3	4,4	5,2	-3,7	1,5
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,8	3,8	0,8	16,5	-1,7	4,0
Investimento (% do PIB)	19,6	18,3	18,8	18,9	16,6	15,5

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de calculo em R$	Aliquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	dez/22	nov/22	2022	2021	12 meses	dez/22	nov/22	dez/21	dez/21
IBGE									
IPCA	-	0,41	5,13	10,06	5,90	-	6.434,20	6.120,04	6.120,04
INPC	-	0,38	5,21	10,16	5,97	-	6.660,19	6.330,59	6.330,59
IPCA-15	-	0,53	5,35	10,42	6,17	-	6.313,81	5.992,99	5.992,99
IPCA-E	-	-	4,63	10,42	7,96	-	-	5.992,99	5.992,99
FGV									
IGP-DI	-	-0,18	4,71	17,74	6,02	-	1.139,73	1.088,49	1.088,49
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	5,85	4,96	6,41	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,43	4,37	20,64	5,97	-	1.371,43	1.314,07	1.314,07
IPA-Agro	-	-0,96	3,70	18,80	5,31	-	2.019,92	1.947,79	1.947,79
IPA-Ind.	-	-0,22	4,63	21,39	6,25	-	1.130,86	1.080,78	1.080,78
IPC-DI	-	0,57	3,92	9,34	4,52	-	706,02	679,39	679,39
INCC-DI	-	0,36	9,18	13,85	9,56	-	1.050,70	962,32	962,32
IGP-M	-	-0,56	4,98	17,78	5,90	-	1.155,83	1.100,99	1.100,99
IPA-M	-	-0,94	4,77	20,57	5,76	-	1.406,72	1.342,67	1.342,67
IPC-M	-	0,64	3,84	9,32	4,71	-	689,84	664,32	664,32
INCC-M	-	0,14	9,11	14,03	9,44	-	1.048,43	960,89	960,89
IGP-10	0,36	-0,59	6,08	17,30	6,08	1.185,56	1.181,32	1.117,64	1.117,64
IPA-10	0,31	-0,98	6,08	19,72	6,08	1.454,37	1.449,93	1.370,95	1.370,95
IPC-10	0,58	0,67	4,40	9,63	4,40	696,93	692,90	667,53	667,53
INCC-10	0,36	0,19	9,55	14,20	9,55	1.038,60	1.034,89	948,04	948,04
FIPE									
IPC	-	0,47	6,75	9,73	7,36	-	651,16	610,00	610,00
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 3º trimestre = -0,97%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemana dez/22 = 0,38%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	out/22		set/22		out/21	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**5.542,5**	**58,33**	**5.487,5**	**58,25**	**4.865,8**	**57,17**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	3,6	0,04	5,3	0,06	5,7	0,07
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-725,8	-7,64	-768,0	-8,15	-1.004,5	-11,80
Dívida fiscal líquida	**6.264,7**	**65,93**	**6.250,3**	**66,35**	**5.864,6**	**68,90**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	6.265,9	65,94	6.263,3	66,49	5.874,1	69,01
Dívida externa líquida	-723,4	-7,61	-775,9	-8,24	-1.008,2	-11,85
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.654,7	48,98	4.604,3	48,88	3938,6	46,27
Governos Estaduais	796,9	8,39	791,6	8,40	800,8	9,41
Governos Municipais	36,3	0,38	36,2	0,38	71,7	0,84
Empresas Estatais	54,6	0,57	55,4	0,59	54,7	0,64
Necessidades de financiamento do setor público	**out/22**		**set/22**		**out/21**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**400,1**	**4,21**	**410,6**	**4,36**	**398,7**	**4,68**
Governo Federal**	394,8	4,15	403,1	4,28	490,4	5,76
Banco Central	20,4	0,21	37,3	0,40	-33,6	-0,39
Governo regional	-15,6	-0,16	-31,4	-0,33	-60,3	-0,71
Total primário	**-173,1**	**-1,82**	**-181,4**	**-1,93**	**20,4**	**0,24**
Governo Federal	-337,9	-3,56	-336,7	-3,57	-130,2	-1,53
Banco Central	0,5	0,01	0,4	0,00	0,5	0,01
Governo regional	-86,2	-0,91	-96,7	-1,03	-95,2	-1,12

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-novembro		Var.	novembro		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**643,4**	**507,8**	**26,72**	**52,1**	**43,0**	**21,03**
Imposto de renda pessoa física	54,0	51,9	4,04	4,3	3,9	12,02
Imposto de renda pessoa jurídica	297,9	231,1	28,87	20,2	16,8	20,25
Imposto de renda retido na fonte	291,6	224,7	29,76	27,5	22,4	23,17
Imposto sobre produtos industrializados	59,6	67,7	-11,93	5,5	7,3	-24,88
Imposto sobre operações financeiras	53,4	43,1	24,02	4,9	4,9	-1,04
Imposto de importação	54,5	56,7	-3,74	5,1	5,6	-7,79
Cide-combustíveis	1,4	1,7	-17,11	0,0	0,2	-99,47
Contribuição para Finsocial (Cofins)	270,6	257,9	4,93	10,6	25,9	-59,18
CSLL	155,6	116,3	33,84	10,6	8,4	25,34
PIS/Pasep	79,7	72,2	10,46	7,2	7,1	1,48
Outras receitas	689,9	561,7	22,84	76,2	54,9	38,76
Total	**2.008,3**	**1.684,8**	**19,20**	**172,0**	**157,3**	**9,34**

	set/22		ago/22		set/21	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**58,7**	**3,21**	**56,8**	**-3,78**	**58,6**	**0,94**
	out/22		**set/22**		**out/21**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**45,8**	**4,49**	**43,8**	**0,03**	**38,4**	**-2,87**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2022

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2022	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2022		1,00%	
3ª	29/07/2022		2,02%	+
4ª	31/08/2022		3,05%	Campo 8
5ª	30/09/2022		4,22%	
6ª	31/10/2022		5,29%	+
7ª	30/11/2022		6,31%	Campo 9
8ª	30/12/2022		7,33%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de outubro*

Discriminação	Janeiro-outubro		Var.	outubro		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita total	**1.945,2**	**1.723,7**	**12,85**	**203,3**	**194,7**	**4,43**
Receita Adm. Pela RFB**	1.174,0	1.087,7	7,93	126,9	121,8	4,20
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	427,5	397,8	7,45	45,8	40,8	12,00
Receitas Não Adm. Pela RFB	343,8	238,3	44,27	30,6	32,0	-4,31
Transferências a Estados e Municípios	**372,0**	**309,6**	**20,18**	**32,0**	**28,1**	**14,00**
Receita líquida total	**1.573,2**	**1.414,2**	**11,24**	**171,3**	**166,6**	**2,82**
Despesa Total	**1.506,3**	**1.472,8**	**2,28**	**140,5**	**136,2**	**3,10**
Benefícios Precidenciários	677,6	666,1	1,72	61,7	58,0	6,37
Pessoal e Encargos Sociais	274,3	294,4	-6,84	25,8	26,3	-2,22
Outras Despesas Obrigatórias	250,7	295,7	-15,20	27,3	27,7	-1,27
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	303,8	216,6	40,21	25,7	24,2	6,05
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**36,0**	**-89,0**	**-**	**30,8**	**30,3**	**1,57**

Discriminação	out/22		set/22		out/21	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-15,26	-0,2	19,16	-0,4	60,87
Discrepância estatística	-0,4	-	0,6	-23,90	1,0	159,19
Result. Primário do Gov. Central (2)	**30,2**	**170,56**	**11,2**	**-**	**30,9**	**3.949,75**
Juros Noninimais	**-32,9**	**-48,66**	**-64,1**	**125,60**	**-60,6**	**9,77**
Result. Nominal do Gov. Central	**-2,7**	**-94,94**	**-53,0**	**-32,41**	**-29,7**	**-45,50**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Como a sua opinião é ouvida pelos times dos hospitais Rede D'Or

Pesquisas ajudam a medir a qualidade percebida e aprimorar os serviços para os pacientes

"Em uma escala de 0 a 10, qual é a probabilidade de você recomendar nosso hospital para um amigo ou familiar?" Quem responde a essa pergunta com uma nota alta mostra confiança na instituição. E, provavelmente, voltará a ela quando precisar.

Esse é o conceito da metodologia Net Promoter Score® (NPS).

Usado mundialmente em diversos setores, o NPS é um dos métodos escolhidos pela maior rede privada de saúde da América Latina, a Rede D'Or, para captar a percepção de seus pacientes.

"O paciente, como consumidor, está cada vez mais exigente", explica Gilberto Fonseca, diretor de Qualidade Percebida e Ouvidoria da Rede D'Or. "É importante entender a percepção do paciente quanto à entrega feita, em todos os pontos de interação dentro de sua jornada."

IMAGENS: DIVULGAÇÃO

Gilberto Fonseca (de camisa azul), diretor de Qualidade Percebida e Ouvidoria da Rede D'Or, com parte de sua equipe

PACIENTE NO CENTRO

"O NPS avalia o nível de fidelização, algo bem mais complexo do que a preferência dos pacientes", comenta Sharon Ordeno, que atua há 16 anos como analista da equipe de Ouvidoria da Rede D'Or. "O paciente fidelizado tem uma relação afetiva com a instituição, a partir de experiências anteriores positivas", explica.

Ao responder a uma pesquisa de satisfação NPS, o paciente avalia toda a sua jornada desde a recepção, seja na internação, no pronto-socorro, em consultas ou em exames. Isso contribui para que a Ouvidoria identifique oportunidades de melhoria.

Um exemplo disso aconteceu em São Paulo. Em um hospital, quem fazia cirurgias à tarde dava notas baixas para a nutrição. Com a análise, descobriu-se o motivo: após longas horas de jejum, o paciente da tarde recebia um lanche, e não uma refeição completa, após a cirurgia. A solução foi servir refeições completas também nesse turno, o que levou a um aumento imediato no índice de satisfação.

Outro hospital da Rede D'Or implementou uma ação de melhoria em seu pronto atendimento, com foco na comunicação mais empática. O paciente que aguardar por mais de 30 minutos recebe contato imediato, ainda na sala de espera ou no consultório. "A escuta ativa do médico e a atenção dada pela equipe fizeram subir a pontuação NPS", revela a analista.

Sharon Ordeno (de blazer branco) atua há 16 anos na Ouvidoria da Rede D'Or

> **"A ESCUTA ATIVA DO MÉDICO E A ATENÇÃO DADA PELA EQUIPE FIZERAM SUBIR A PONTUAÇÃO NPS"**
> **SHARON ORDENO,** analista da Ouvidoria da Rede D'Or

Na Rede D'Or, para garantir que o paciente se sinta livre e sem pressão para sua avaliação, a pesquisa é enviada por e-mail apenas após a saída do hospital ou do centro médico. A taxa média de resposta é de 15%.

Para Fonseca, a qualidade técnica é essencial para o serviço de saúde, e a qualidade percebida complementa a excelência na performance. "O usuário espera um atendimento ágil, acolhedor e humanizado, no qual a comunicação seja clara e assertiva. Essa é a fórmula para a satisfação do paciente", reforça.

> **"É IMPORTANTE ENTENDER A PERCEPÇÃO DO PACIENTE QUANTO À ENTREGA FEITA, EM TODOS OS PONTOS DE INTERAÇÃO DENTRO DE SUA JORNADA"**
> **GILBERTO FONSECA,** diretor de Qualidade Percebida e Ouvidoria da Rede D'Or

FOCO NA SOLUÇÃO

Além de analisar dados e atuar de forma consultiva em todos os Comitês de Melhorias — presentes em cada um dos 71 hospitais da Rede D'Or no país —, a equipe de Qualidade Percebida e Ouvidoria vai a campo ouvir o paciente.

"Parte do meu trabalho envolve acompanhar a jornada do paciente dentro das unidades. E, a cada dia, desenvolvo um olhar mais sensível para o ser humano, entendendo a responsabilidade de ser a voz do cliente na empresa. Quem trabalha com a saúde tem que gostar de gente. Tem que ter amor pela vida e prazer em servir", diz Sharon.

Fonseca explica todo o esforço conjunto da equipe. "Nossa estratégia é atuar de forma integrada, compartilhando ações e casos de sucesso que possam beneficiar e promover transformações positivas em todos os nossos hospitais."

A qualidade percebida tem relação direta com a expectativa: o que o cliente espera e o que, efetivamente, recebe.

"As necessidades são únicas, individuais. Quanto melhor eu entender o comportamento do paciente, melhor será a experiência oferecida. É uma busca constante para aprimorar os processos e garantir o melhor cuidado centrado no paciente", conclui Fonseca.

Conceito seis estrelas

A Rede D'Or conta com resultados de NPS superiores aos de grandes hospitais que são referência internacional, como Mayo Clinic e Cleveland Clinic, nos Estados Unidos. Essa pontuação refere-se à média de todos os 71 hospitais do grupo no Brasil.

Nos hospitais Star, o resultado é ainda melhor. Todos estão na zona de excelência do NPS®, com pontuações comparáveis às das marcas mais amadas do mundo.

As unidades Star são especializadas em cuidados de altíssima complexidade, com tecnologias únicas, médicos de referência, tratamentos personalizados e baixo tempo de internação.

Atualmente, existem três hospitais Star no Brasil — Vila Nova Star (São Paulo), Copa Star (Rio de Janeiro) e DF Star (Brasília) —, além da clínica Onco Star e da Maternidade São Luiz Star, ambas na capital paulista.

Os números de NPS demonstram que o compromisso da Rede D'Or com os pacientes não passa despercebido.

Hospital Vila Nova Star, em São Paulo

SAÚDE BRASIL E EUA

HOSPITAIS STAR	88[1]
REDE D'OR	66[1]
CLEVELAND CLINIC	34[3]
MAYO CLINIC	31[3]
JOHNS HOPKINS	28[3]
KAISER PERMANENTE	6[3]

COMO O NPS É CALCULADO?

Para chegar aos resultados, o Net Promoter Score® usa a seguinte equação

NÚMERO DE PESSOAS QUE RESPONDERAM A PESQUISA (ESCALA DE -100 a 100)

PERCENTUAL DE PESSOAS QUE DERAM NOTA 9 OU 10 −

PERCENTUAL DE PESSOAS QUE DERAM NOTA 0 A 6 = NPS®: NET PROMOTER SCORE®

NPS® COMPARADO

Veja a performance da Rede D'Or no comparativo com as marcas mais populares do mundo

HOSPITAIS STAR	88[1]
STARBUCKS	77[2]
AMAZON	73[2]
NETFLIX	67[2]
APPLE	61[2]

REFERÊNCIAS: 1. REFERENTE A PACIENTES INTERNADOS, DE JANEIRO/2021 A NOVEMBRO/2022 / 2. CUSTOMERGAUGE NPS® & CX BENCHMARKS REPORT / 3. HOSPITAL DOS ESTADOS UNIDOS. DADOS DISPONÍVEIS NO WEBSITE COMPARABLY

Apaixone-se pelos roteiros turísticos do Estado do Rio de Janeiro

São 12 regiões turísticas com destinos imperdíveis para todos os públicos

Famoso pelas praias e pelos monumentos que ocupam o imaginário de turistas e as páginas dos cadernos de viagens, o estado do Rio, com seus 92 municípios, tem uma diversidade de atrações capazes de surpreender até os turistas mais viajados. São 12 regiões turísticas que oferecem opções para todos os gostos, estilos, perfis e idades. A atividade turística é de grande relevância para o estado, pois impacta direta e indiretamente na economia, com a movimentação no setor de comércio e serviços.

Para aquecer ainda mais o segmento, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou o plano TurismoRJ+10, com ações para promover a atividade nos próximos dez anos. O plano tem a intenção de recuperar o protagonismo do estado como vitrine do Brasil, resgatar o orgulho da população fluminense e fortalecer as atrações da capital e do interior.

© BANCO DE IMAGENS

Pôr do sol na Praia de Ipanema é celebrado por novos visitantes e habitués

A meta é que, nos próximos dez anos, 40 milhões de turistas passem por aqui. Para isso, estão previstos investimentos de US$ 100 milhões por ano. Também estão previstos investimentos em infraestrutura, como ampliação da sinalização turística, reforma e ampliação de aeroportos, rodoviárias, portos e marinas no interior do estado, além do fortalecimento da segurança turística em todo o território fluminense.

Sem deixar de lado o que já é destino certo, um roteiro de viagem pelo estado pode começar por aquelas cidades que nunca perdem a majestade. Rio e Niterói, que integram a **Região Metropolitana**, encantam milhões de turistas, que podem aproveitar suas famosas atrações ou desbravar cantinhos mais escondidos.

Na Cidade Maravilhosa, é possível aproveitar as praias de Copacabana, Ipanema e Leblon, na Zona Sul, ou esticar o passeio até a Barra da Tijuca ou a Prainha, conhecida por suas ondas ideais para o surfe. Quem prefere estar em meio à mata pode visitar a Floresta da Tijuca. Repleta de cachoeiras, trilhas, grutas e mirantes, é perfeita para turistas mais aventureiros.

Entre os passeios mais disputados por turistas de todo o mundo estão o Cristo Redentor, eleito uma das maravilhas do mundo moderno, e o Pão de Açúcar, com seu inesquecível passeio de bondinho. Uma ótima pedida para quem quer fugir da programação comum é passar o dia nos parques da cidade. O Parque Lage e a Quinta da Boa Vista oferecem ampla área verde e opções de lazer para todas as idades. Além disso, o Rio tem inúmeras possibilidades de shows, festas, peças de teatro e gastronomia que agradam a diversos perfis.

A uma ponte — ou 13km — de distância da capital está Niterói, com belas praias ideais para o mergulho e a prática de esportes, como stand up paddle e remo. Os amantes de história e arquitetura podem visitar as obras projetadas por Oscar Niemeyer — a cidade é a segunda no mundo com maior quantidade de estruturas criadas pelo arquiteto — ou visitar a Fortaleza de Santa Cruz, que dispõe de um acervo de canhões dos séculos XVIII e XIX, além de uma capela de 1612. Outra opção é aproveitar o Parque da Cidade, que fica no alto do Morro da Viração, a 270 metros do nível do mar. De lá, é possível ter uma visão panorâmica das praias da Região Oceânica, dos bairros da cidade e do mar aberto.

Pertinho da Região Metropolitana, na **Baixada Verde**, o turista se depara com reservas e parques com diversidade de fauna e flora, além de trilhas e pontos para a prática de rapel e escalada. A região também tem centros culturais e fazendas históricas que rendem ótimos passeios.

Costa Verde combina praia e Mata Atlântica

Angra, Paraty e Ilha Grande oferecem ótimos passeios, tanto marítimos quanto em terra firme

© BANCO DE IMAGENS

A encantadora Paraty, com seus casarões dos séculos XVIII e XIX

A integração perfeita entre praia e vegetação nativa está na **Costa Verde**. A região, que é composta por quatro municípios, possui ilhas paradisíacas e praias de água verde, mas também é abraçada por uma imensa mata. Angra dos Reis e Paraty, duas das cidades, receberam o título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), por conta dos sítios de valor universal, unindo cultura e natureza. Essa área tem cerca de 85% da cobertura vegetal nativa bem conservada, que forma o segundo maior remanescente florestal do bioma Mata Atlântica.

A pequena Paraty oferece passeios de barco, que são o principal acesso a várias praias da região, mas também recebe turistas que querem visitar o centro histórico, repleto de lojas, bares e restaurantes de alta gastronomia. Passear pelas suas charmosas ruas de pedra e observar casarões dos séculos XVIII e XIX, assim como igrejas que preservam o conjunto arquitetônico dos tempos coloniais, é um dos programas favoritos de quem visita a cidade. Toda essa estrutura é tombada como Monumento Histórico Nacional. O município também guarda preservados sítios arqueológicos, uma parte do antigo Caminho do Ouro e comunidades que mantêm relações ancestrais com o meio ambiente.

Um dos principais destinos da Costa Verde é Ilha Grande, que pertence a Angra dos Reis. O cenário paradisíaco mescla praias, cachoeiras e as matas do Parque Estadual da Ilha Grande e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. A chegada à ilha é feita pelo mar e os barcos saem de diversos portos da região de Angra. Com diversas pousadas e campings, é o local ideal para quem busca descanso e contato com a natureza de maneira simples e despojada.

Costa do Sol: esportes náuticos e mergulho

Região encanta os visitantes com suas belezas exuberantes e excelente estrutura de lazer

A combinação de praias com águas transparentes, sol e vento faz da **Costa do Sol** uma das regiões mais procuradas do Rio. Formada por 13 municípios, recebe, anualmente, milhares de turistas em busca de descanso, lazer ou esportes náuticos.

Saquarema é a "Capital Nacional do Surfe". A Praia de Itaúna, conhecida como "Maracanã do Surfe Brasileiro", é sede de campeonatos nacionais e internacionais da modalidade.

O mar bravio e os fortes ventos fazem de cidades como Cabo Frio um polo ideal para as práticas de surfe, wind e kitesurf, especialmente nas praias do Foguete e do Peró. Quem prefere programas mais leves busca a região para passeios de escuna ou mergulho. Em Arraial do Cabo, um passeio de barco leva os visitantes para conhecer a Gruta Azul, uma caverna banhada pelo mar do lado de fora do paredão rochoso da Ilha do Farol. Cabo Frio e Armação dos Búzios também têm programação nas águas salgadas. Na primeira, barcos turísticos saem do Boulevard Canal e, na segunda, o programa inclui um passeio até as ilhas da Âncora, Gravatá e Branca.

CAPITAL DO MERGULHO

Os apaixonados pelo mergulho são turistas frequentes em Arraial do Cabo, conhecida como a capital da prática, que tem pontos para mergulhadores novatos e para os experientes. Para os iniciantes há locais rasos e abrigados, como o Saco do Cherne e o Saco do Anequim. Quem já tira de letra o mergulho prefere se aventurar na Enseada do Oratório e na Ilha dos Franceses.

Mas nem só de praia vive a Costa do Sol. A culinária da região dá um sabor especial à visita. Preparada à base de frutos do mar, a gastronomia das cidades pode ser simples e rústica nos restaurantes à beira das praias, ou refinada, presente nos estabelecimentos de cardápio internacional. À noite, as ruas iluminadas ficam lotadas de jovens em busca das melhores festas e baladas da região.

© BANCO DE IMAGENS

Água cristalina da Praia dos Ossos, em Búzios

Serra Verde Imperial respira História e gastronomia

Cercadas por verde, as cinco cidades da região recebem turistas durante todo o ano

Sair do litoral e subir rumo à **Serra Verde Imperial** pode ser um dos passeios mais fascinantes do Rio. A região é um convite ao descanso, à gastronomia requintada e ao turismo histórico. Cercadas por verde, as cinco cidades recebem turistas durante todo o ano. São o lugar ideal para quem gosta de aproveitar as temperaturas mais baixas — principalmente no inverno, mas também no verão — e a atmosfera europeia. As charmosas pousadas e restaurantes da Serra tornam a temporada de descanso ainda mais aconchegante.

Petrópolis, um dos destaques, era a cidade onde a corte portuguesa passava o verão. Por isso, é repleta de casarões históricos, inclusive o que funcionava como residência da família e hoje abriga o Museu Imperial. Também são desse período o Palácio de Cristal, construído em 1848, e o Palácio Rio Negro, de 1889.

© BANCO DE IMAGENS

Palácio Quitandinha, em Petrópolis, é um dos cartões-postais do estado

Nas redondezas da cidade, os distritos de Itaipava, Nogueira, Corrêas e Araras são paradas obrigatórias para quem gosta de bons restaurantes. A culinária de toda a Serra Verde Imperial segue as tradições gastronômicas alemã, italiana, portuguesa e suíça, à base de carnes, embutidos e massas.

E, para acompanhar os pratos, uma boa cerveja é a melhor pedida. A região tem tradição cervejeira, com fábricas onde é possível fazer visitas monitoradas à produção, degustar blends diversos e comprar produtos temáticos.

Quem curte ecoturismo também é bem-vindo. É na Serra que está localizado o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, uma das mais importantes reservas naturais do país e considerado um dos melhores lugares para a prática de esportes de montanha, como escalada, trekking, rapel e arvorismo. A região ainda abriga o Parque Estadual dos Três Picos, o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, a Reserva Biológica Poço das Antas e o Parque de Furnas do Catete, todos excelentes para os adeptos do turismo aventureiro. No verão, os visitantes podem aproveitar rios, cachoeiras e trilhas da região para se refrescarem.

No fim do passeio, nada como fazer boas compras. É na Serra Verde Imperial que estão localizados os famosos polos têxteis do estado. As feiras de Teresópolis e Itaipava, a Rua Teresa, em Petrópolis, e a região central de Nova Friburgo têm roupas para todas as estações do ano, além de objetos de decoração, bijuterias, doces e salgados produzidos pelos vendedores locais.

O que você procura, o interior do estado tem

Aventura, História, natureza, gastronomia e descanso são algumas das opções para quem explora o interior do RJ

© AGÊNCIA O GLOBO

Formações rochosas atraem os montanhistas à região das Agulhas Negras

Um roteiro que percorre todo o estado precisa combinar dias intensos com momentos de calmaria. O Rio tem regiões com atrações para fugir da agitação das cidades maiores que não deixam nada a desejar se comparadas aos monumentos famosos internacionalmente.

A região chamada de **Águas do Noroeste** reúne 13 municípios. Por lá, os destaques são as igrejas históricas e o Sítio dos Milagres, conhecido como o local onde ocorreram aparições de Nossa Senhora. Os montanhistas e adeptos do turismo ecológico vão se encantar pelas **Agulhas Negras**, região com vegetação exuberante, cachoeiras e um imponente conjunto de formações rochosas. Cenário ideal para trilhas, escaladas e mergulhos em água doce.

Os **Caminhos Coloniais** e os **Caminhos da Mata** combinam turismo rural, com gastronomia local e cavalgadas, e cultura. As duas regiões possuem teatros, bibliotecas e centros de cultura que funcionam em construções históricas.

Nos **Caminhos da Serra**, além de curtir a natureza e fazer atividades ao ar livre, os visitantes podem visitar a casa e o busto do escritor Euclides da Cunha, em Cantagalo, cidade onde ele nasceu em 1866.

A **Costa Doce**, que ganhou esse nome devido à produção de doces como chuvisco e goiabada cascão, possui belezas naturais de cair o queixo. O visitante pode aproveitar suas praias de água doce, lagoas e o Delta do Paraíba do Sul.

O tour pelo Rio tem que ter parada obrigatória no **Vale do Café**, que guarda casarões dos tempos em que a produção de café dominava a economia brasileira. Visitar fazendas históricas, aproveitar a culinária e ouvir serestas no distrito de Conservatória encerra o roteiro com chave de ouro e deixa um gostinho de saudade em todos que conhecem o estado.

VEJA A LISTA DAS 12 REGIÕES TURÍSTICAS DO RJ

Águas do Noroeste

Agulhas Negras

Baixada Verde

Caminhos Coloniais

Caminhos da Mata

Caminhos da Serra

Costa Doce

Costa do Sol

Costa Verde

Região Metropolitana

Serra Verde Imperial

Vale do Café

- Para o réveillon e o verão 2023, o HotéisRIO e o conselho da ABIH-RJ preveem ocupação média de **75%**, com picos de **90%** e até **100%** para as cidades praianas.
- As **regiões de serra** também terão suas ocupações elevadas devido à sua rica gastronomia e ao clima ameno durante toda a temporada.
- Dados do Ministério do Turismo apontam que no ano de 2019, antes do início da pandemia, o estado recebeu **1,2 milhão** de turistas estrangeiros e **13, 5 milhões** de turistas nacionais.
- A meta é que na próxima década **40 milhões** de turistas passem pelo RJ, sendo **6,3 milhões** estrangeiros – para isso estão previstos investimentos de **US$ 100 milhões/ano**.
- O estado tem hoje quatro cidades que estão entre as mais visitadas do país: além da capital, **Rio de Janeiro**, aparecem **Paraty**, **Angra dos Reis** e **Búzios**.

EXPLORE O TURISMO NO RJ. ACESSE

Política

Lula tenta seu 'vale a pena ver de novo'

César Felício

O ministério do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, já tem definidos os espaços para o PT, PSB, PC do B e militância, que fazem parte do núcleo original da aliança que forjou a terceira candidatura vitoriosa do petista. De modo que análises como "o ministério é petista demais" e "a frente ampla não está contemplada" ainda são prematuras.

A camada de ministros que representam forças que entraram em um segundo momento na campanha ou até depois da eleição deve vir na próxima semana. Falta definir o destino de Marina Silva e Simone Tebet, a parte que cabe ao MDB e ao PSD nesse latifúndio, de que maneira o Centrão de Arthur Lira estará representado, se algo será dado para o PDT e Solidariedade e quem assume o Ministério dos Povos Originários e de que forma.

"Quem tem expectativa não perca a expectativa", disse Lula durante o anúncio. Só na próxima semana, portanto, haverá a perfeita dimensão da representatividade política da Esplanada dos Ministérios.

De início, o que se pode observar é que este será um ministério de governadores da safra recente. Lá já estão Flavio Dino (Maranhão) na Justiça, Camilo Santana (Ceará) na Educação, Wellington Dias (Piauí) no Desenvolvimento Social e Rui Costa (Bahia) na Casa Civil. Talvez tenhamos nos próximos dias Renan Filho (Alagoas) em pasta ainda indefinida e um indicado direto de Helder Barbalho, do Pará, para algum posto. Lula, portanto, dá poder a quem lhe viabilizou voltar a ter poder. É desnecessário lembrar o peso do Nordeste junto com o Pará em sua eleição e na oposição ao presidente Jair Bolsonaro.

Há muitos ecos do passado no novo desenho da Esplanada

Em 2003, no primeiro mandato, Lula posou para a foto oficial com 35 ministros ou secretários com status de titulares de ministério. Desses, 20 eram petistas ou profundamente vinculados ao partido. Agora já se sabe que serão 37 ministros, quem sabe até 38, dos quais 21 já anunciados e desses 21, dez são petistas que já exerceram mandato eletivo e quatro são técnicos que participaram dos governos Lula e Dilma, ou seja, afins ao petismo. No desenho final do primeiro escalão, a parte do PT pode ficar proporcionalmente semelhante a que existia no Lula I.

Uma diferença é que o PT há 20 anos era um partido mais amplo do que é hoje. Estavam na sigla, por exemplo, Marina Silva e Cristovam Buarque, titulares das pastas de Meio Ambiente e Educação, posteriormente adversários do PT nas eleições presidenciais. Em termos de articulação, não há nada equivalente a um José Dirceu na equipe ministerial, o que é até uma notícia tranquilizadora, dada a lembrança do mensalão, que causou a saída do então ministro da Casa Civil do governo. Rui Costa não tem esse perfil.

Também era um partido maior. Uma coisa é ter metade do ministério com 91 deputados, como era há 20 anos. A outra é ficar com esta fatia tendo 69 parlamentares.

Pouco expressiva em 2003, desta vez a questão da diversidade se faz mais presente. Eram quatro mulheres há vinte anos , agora já são seis, sendo que ainda há três possíveis na próxima semana (Sônia Guajajara, Marina e Tebet).

A dificuldade de diálogo com o setor produtivo, que perpassou toda a campanha do presidente eleito, fica nítida agora na formação da equipe. Lula passou recibo no seu fracasso em atrair um empresário para a pasta do Desenvolvimento. Confirmou que recebeu a negativa do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva. A pasta terminou com o vice Geraldo Alckmin. Em 2003, havia Luiz Furlan (Desenvolvimento), Roberto Rodrigues (Agricultura) e Walfrido Mares Guia (Turismo). Lula também buscou algum economista ouvido pelo mercado para compor a equipe. Não houve sucesso nas cogitações sobre Persio Arida e André Lara Resende. Não há um Henrique Meirelles, como houve em 2003 no Banco Central.

Onde foi possível reciclar fórmulas este ano, Lula reciclou. Há 20 anos teve um ministro da Fazenda petista e de São Paulo que colocou Bernardo Appy na equipe. Teremos agora outro ministro da Fazenda petista e de São Paulo com o mesmo Bernardo Appy na equipe. Em 2003 havia um cantor baiano e negro na Cultura, agora haverá uma cantora baiana e negra. O ministro da Pesca era um petista de Santa Catarina, assim como deverá ser agora, embora ainda não tenha sido anunciado.

Ecos da ex-presidente Dilma Rousseff estarão no governo. A entrada de Jorge Messias na AGU e a presença de Aloizio Mercadante no BNDES são fortes sinalizações neste sentido.

A busca por fórmulas do passado é um caminho natural. Tanto Lula, quanto seus eleitores, a comunidade internacional, o mercado e até seus opositores querem a repetição de pretensos anos dourados. No plano ideal, Lula terá sido bem sucedido à medida em que seu terceiro mandato presidencial for o mais próximo possível de uma réplica de seu primeiro mandato, de 2003 a 2006.

Foi um tempo de cravo e ferradura. Lula assumiu recebendo em sua primeira audiência como presidente o venezuelano Hugo Chávez. Encerrou o dia jantando com o cubano Fidel Castro. Ao tomar posse como ministro da Casa Civil, José Dirceu prometeu uma "verdadeira revolução social". Já o da Fazenda, Antonio Palocci, ao assumir disse que não ia provocar bolhas de crescimento "a partir de uma permissividade perigosa com a inflação".

No discurso de posse, Lula temperou o esquerdismo com pedidos de calma, de "manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades", "tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista".

Talvez boa parte desse discurso possa ser repetido agora e alguns se iludam que, como cantou Gardel no tango "Volver", 20 anos não é nada. Mas 2023 não é 2003. O PT tem sua própria herança maldita para administrar, além da de Bolsonaro.

Machado de Assis no começo de Dom Casmurro relata a tentativa de Bentinho de voltar ao tempo. Fez uma réplica da casa onde havia se criado, mobiliou-a tal qual era, os mesmos móveis nos mesmos lugares, o mesmo papel de parede. "O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência", diz o narrador. "Pois , senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente".

César Felício é editor de Política.
Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

ERALDO PERES/AP

Lula: presidente eleito afirmou, durante anúncio de parte da equipe ministerial, que é "é mais difícil montar um governo do que ganhar eleições".

Lula anuncia ministros do PT, PSB e militância na sociedade civil

Andrea Jubé, Matheus Schuch, Estevão Taiar e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou um novo lote de 16 ministros nesta quinta-feira, totalizando até agora 21 nomes que comporão a nova Esplanada. Além de confirmar o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) para o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), ampliando o espaço do aliado no governo, ele conferiu diversidade ao primeiro escalão para atender às cobranças de eleitores e representantes da sociedade civil que o apoiaram desde o início da campanha.

Lula indicou as primeiras mulheres e primeiros representantes negros do alto escalão, embora tenha adiado, novamente, a definição do espaço de duas protagonistas da campanha, que se tornaram cabos eleitorais estratégicos no segundo turno: Simone Tebet (MDB-MS) e Marina Silva (Rede-SP).

Até o momento, o presidente eleito abriu espaço para PT, PSB, PC do B e militância, o núcleo original da aliança de sua candidatura. Após o Natal, Lula anunciará os últimos 16 auxiliares, egressos das forças que entraram num segundo momento da campanha ou pós-eleição.

Parte do ministério será de governadores da safra recente: Flavio Dino (PSB-Maranhão) na Justiça e Segurança Pública; Camilo Santana (PT-Ceará) na Educação; Wellington Dias (PT-Piauí) no Desenvolvimento Social; e Rui Costa (PT-Bahia) na Casa Civil.

Dos 21 futuros ministros, dez são petistas que exerceram mandato eletivo e quatro são técnicos que participaram dos governos Lula e Dilma, como Cida Gonçalves, futura ministra da Mulher, e Esther Dweck, futura titular da Gestão e Inovação.

Lula também fez críticas veladas ao seu antecessor, que no início do mandato resistiu a nomear políticos para o primeiro escalão, alardeando que escalaria somente quadros técnicos. O presidente eleito indicou o time de ex-governadores que compõe seu futuro ministério, ponderando que não se pode condenar quem faz política, e que os quadros políticos que escolheu mostrarão que são capazes de fazer um bom governo.

Primeiro escalão
Lula anunciou hoje mais 16 nomes para ministérios

Secretaria das Relações Institucionais	Alexandre Padilha
Secretaria-Geral	Márcio Macedo
Advocacia-Geral da União	Jorge Messias
Controladoria-Geral da União	Vinicius Carvalho
Ministério da Saúde	Nisia Trindade
Ministério da Educação	Camilo Santana
Ministério da Gestão	Esther Dweck
Ministério dos Portos e Aeroportos	Márcio França
Ministério da Ciência e Tecnologia	Luciana Santos
Ministério da Mulher	Cida Gonçalves
Ministério do Desenvolvimento Social	Wellington Dias
Ministério da Cultura	Margareth Menezes
Ministério do Trabalho	Luiz Marinho
Ministério da Igualdade Racial	Anielle Franco
Ministro dos Direitos Humanos	Silvio Almeida
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Geraldo Alckmin

Ministros que já tinham sido anunciados

Casa Civil	Rui Costa
Fazenda	Fernando Haddad
Justiça e Segurança Pública	Flávio Dino
Defesa	José Múcio
Relações Exteriores	Mauro Vieira

Fonte: Governo eleito

Também em tom de crítica ao presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula afirmou que seu governo vai "aumentar ministérios, mas não os gastos". Segundo ele, "todo mundo vai começar apertando o cinto", já que a dificuldade fiscal "será muito maior do que em 2010", quando ele deixou a Presidência da República.

"Vamos fazer todo o esforço para que o pouco dinheiro que o país está arrecadando chegue às pessoas mais necessitadas", comprometeu-se. Além de exaltar que não nomearia políticos, Bolsonaro reduziu o número de ministérios para 23 pastas, enquanto o petista divulgou que contará com 37 auxiliares.

Depois que o coordenador-geral da transição, Geraldo Alckmin, apresentou o relatório final dos trabalhos, Lula elevou as críticas ao seu antecessor. "Eu não pretendo fazer pirotecnia com material entregue, mas quero que a população saiba que país recebemos, em situação de penúria", afirmou, ao discursar no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde trabalha a equipe de transição.

Em tom de ironia, e sem citar o nome do antecessor, Lula atribuiu os dados negativos indicados no relatório ao comportamento do atual presidente, que "preferia contar mentiras no cercadinho [local onde conversava com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada] do que governar este país".

Entre os novos indicados estão a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade (Saúde), a cantora Margareth Menezes (Cultura), o ex-governador Márcio França (Portos e Aeroportos) e o ex-ministro Luiz Marinho (Trabalho). A Secretaria de Relações Institucionais vai para o deputado Alexandre Padilha (PT-SP). Anielle Franco, irmã de Marielle (morta em 2018), ficou com a Igualdade Racial, a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PCdoB), com Ciência e Tecnologia, e o advogado Silvio Almeida, expoente do combate ao racismo, com a pasta de Direitos Humanos.

O momento de descontração coube ao anúncio do futuro titular da Controladoria-Geral da União, Vinicius Carvalho, cujo nome Lula havia pulado, e foi alertado por Gleisi da gafe. "Até parece que eu não quero ser fiscalizado", disse, com bom humor.

Lula abriu o discurso agradecendo aos presidentes da Câmara, Senado, lideranças e parlamentares a aprovação da PEC da Transição. Ele disse que "o que parecia impossível aconteceu", com uma votação "expressiva", com participação inclusive de partidos da oposição.

Para Lula, a PEC é "primeira e importante fase do governo" que vai tomar posse. "Acho que é a primeira vez que um presidente da República começa a governar antes da posse", descontraiu. Segundo o presidente eleito, "todo mundo sabia" que a PEC não era em benefício do novo governo, mas para "cobrir a irresponsabilidade do governo que vai sair".

Antes de Lula, a coordenadora política da equipe de transição, Gleisi Hoffmann (PT), afirmou que "teremos à frente grande trabalho para [realizar] a reconstrução" do país. "A transição mostrou alto grau de destruição do Brasil", ressaltou.

Além de Tebet e Marina, estão com os destinos indefinidos os aliados do PSD, MDB, PDT e Solidariedade, além do grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cujo ministeriável é o líder do União Brasil e relator da PEC da Transição, Elmar Nascimento (BA).

Lula resiste ao nome de Elmar, porque ele o chamou de "ladrão" durante a campanha na Bahia. Mas com a ajuda de Lira e Elmar para aprovar a PEC da Transição, Lula deve relevar o episódio e nomear Elmar, para espaço ainda em discussão.

Entre os nomes que devem ser anunciados na próxima semana, há dois quadros já definidos com o presidente do PSD, Gilberto Kassab. O senador não reeleito Alexandre Silveira, do PSD de Minas Gerais, deverá assumir o cobiçado Ministério de Minas e Energia. Silveira representa o seu partido, bem como o grupo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que atuou nos bastidores para garantir a aprovação da PEC da Transição na Casa. O outro ministro do PSD também será um senador: Carlos Fávaro (MT), que será nomeado para o Ministério da Agricultura. Ele ajudou Lula junto ao agronegócio, segmento mais resistente ao petista na campanha.

Ainda faltam nomes do PT para serem anunciados, porque Lula tem que encontrar espaço no primeiro escalão para acomodar as diversas tendências internas da legenda. Dessa forma, nos próximos dias, Lula deverá confirmar o deputado federal Paulo Teixeira (SP) no comando do Ministério das Comunicações, e o deputado federal Paulo Pimenta (RS) à frente da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Durante o discurso, Lula desabafou: "é mais difícil montar um governo do que ganhar eleições".

Curta

Orçamento Secreto

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) esclareça como o fim do "orçamento secreto" impacta as emendas de relator-geral que já começaram a ser executadas. Em manifestação de urgência enviada à presidente da Corte, ministra Rosa Weber, a AGU pede que a decisão do plenário se aplique apenas àquelas verbas que já foram autorizadas, mas ainda não efetivamente pagas.

Para o advogado-geral da União, Bruno Bianco, esse entendimento evitaria que serviços e obras já iniciados desde 2020 sejam abruptamente suspensos, "com previsíveis ônus para o erário e para direitos de terceiros".

Ele afirma que o julgamento do STF, concluído nesta segunda-feira, não foi suficientemente claro a esse respeito, pois não fez essa distinção. A tese proclamada pela Corte diz que cada ministro de Estado deverá orientar a aplicação das emendas de 2021 e 2022 "em conformidade com programas e projetos existentes nas respectivas áreas".

Política

Executivo Falta contemplar nomes do MDB,PSD,PDT,Rede e União Brasil

Presença de Tebet e Marina no Ministério está indefinida

Matheus Schuch, Vandson Lima, Caetano Tonet e Murillo Camarotto
De Brasília

A etapa mais complexa da formação ministerial, que envolve a negociação com partidos que pretendem compor a base governista, ainda não foi resolvida pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Um dos impasses é com a senadora Simone Tebet (MDB-MS), terceira colocada na corrida presidencial e que deve se reunir hoje com Lula. O **Valor** apurou que ela poderá ocupar o Ministério do Meio Ambiente ou até mesmo o Planejamento – cujo primeiro ministro escolhido, o economista André Lara Resende, recusou. Ainda há tentativas, contudo, de fazê-lo mudar de ideia. Lula quer definir o restante da Esplanada até terça-feira.

Para assumir o Planejamento, Tebet precisaria contornar as resistências do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao seu nome. Ele prefere alguém mais experiente na pasta com a qual atuará alinhado. No Meio Ambiente, a senadora se sente desconfortável com a situação de Marina Silva, de quem se aproximou na campanha e não gostaria de se indispor. O PT tenta convencer a ex-ministra a assumir uma pasta de Autoridade Climática, que teria status de ministério e estaria ligada à presidência, mas Marina prefere o Meio Ambiente.

A negociação junto aos partidos que não estiveram na coligação de primeiro turno se intensificou ontem, imediatamente após Lula anunciar mais 16 ministros. O número foi menor, aliás, do que o presidente eleito planejava. Agora, pela projeção do próprio governo, ainda faltam ser nomeados outros 16 ministros.

O petista retirou dois nomes da lista de ontem porque, segundo auxiliares, viu a necessidade de uma "reserva de emergência" para abrigar novos aliados. Interlocutores petistas garantem, contudo, que ao menos dois escolhidos por Lula estão mantidos: a ex-atleta Ana Beatriz Moser no Esporte e o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) na Agricultura.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Simone Tebet: senadora ainda não tem lugar definido na equipe ministerial

O Esporte é disputado pelo PDT, que já recusou convite para assumir o Ministério da Previdência e avalia até mesmo ficar de fora da Esplanada. No caso de Fávaro, a indefinição leva em conta a possibilidade de seu colega de partido, senador Alexandre Silveira (MG), assumir a pasta de Minas e Energia.

As conversas com o PSD também envolvem o deputado Pedro Paulo (RJ), escolhido pelo partido para o Ministério do Turismo. Ligado ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, eles tiveram papel importante na campanha petista à presidência. De início, Lula avaliava entregar dois ministérios à sigla, mas não está descartado que o PSD assuma três pastas.

No caso de Tebet, o **Valor** apurou que ela só tomará uma decisão após se encontrar pessoalmente com Lula, o que não faz desde a eleição. Seu empenho no segundo turno não será desconsiderado, segundo pessoas próximas a Lula. O presidente eleito faz questão de tê-la na equipe. O MDB também tem expectativa de receber três ministérios. Lula se encontrou ontem com o presidente do MDB, Baleia Rossi, os senadores Renan Calheiros (AL) e Eduardo Braga (AM) e o deputado Isnaldo Bulhões (AL) para discutir as pastas. A bancada do partido não dá apoio unânime, mas as lideranças têm se mostrado fiéis ao petista.

O ex-governador de Alagoas e senador eleito Renan Filho é o indicado pela bancada do Senado e pode assumir o Ministério dos Transportes. O nome da bancada da Câmara ainda é discutido, mas um dos cotados seria José Priante (PA) e a pasta seria a das Cidades. A princípio, Renan foi cotado para o Planejamento, depois para Cidades e Priante para Minas e Energia. O MDB, contudo, deixou claro que quer posições com "capacidade de entrega" de obras nos municípios e visibilidade política, tendo preferência por ministérios como Cidades, Transportes ou Integração Regional.

Lula também está discutindo espaço no governo para o União Brasil, com quem já teve conversas e com o Cidadania. Integrantes de partidos menores que estiveram juntos com o petista nas eleições, como PV, Rede, PSOL e Avante, ainda podem ser contemplados.

Ontem, ao anunciar ministros, Lula inclusive brincou com alguns ministeriáveis que estavam na plateia e não tiveram os nomes confirmados. Pediu, entre risos, que eles tivessem "esperança" porque haverá novo anúncio. A negociação com os partidos atrasou em função da votação da "PEC da transição", considerada um primeiro teste do novo governo sobre a futura base. Mas interlocutores de Lula já o alertaram sobre a necessidade de acelerar definições para área como o Planejamento, ainda vazia a menos de 10 dias da posse.

Fora do PT, há críticas sobre o espaço que o partido terá e sobre a incompreensão acerca da importância de uma base consistente no Congresso, que passa por integrar outros partidos ao governo. O PDT, apesar de ter mantido a candidatura de Ciro Gomes à presidência no primeiro turno, aderiu a Lula no segundo e participou ativamente da transição. Membros da sigla não escondem o descontentamento com a forma como eles têm sido tratados. No PSB, ainda há expectativa de um espaço de destaque ao governador de Pernambuco, Paulo Câmara.

Título em 1 linha , 42pJs, 4cols

Rafael Rosas
Do Rio

A indicação de Esther Dweck para ocupar o cargo de ministra de Gestão do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva representa a volta da economista à cúpula do poder depois de seis anos. Dweck, que até se juntar à equipe de transição era professora-adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ocupou cargos no governo federal na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

A economista foi chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no primeiro mandato de Dilma, entre 2011 e 2014. Após a reeleição da então presidente, Dweck ocupou, até março de 2016, o cargo de secretária de orçamento federal, também no Ministério do Planejamento.

Depois de deixar o ministério, Dweck ficou até maio de 2016 na subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

Formada em Economia pela UFRJ em 1998, Dweck concluiu em 2006 o doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia também pela UFRJ. Além disso, tem doutorado sanduíche no Laboratory of Economics and Management (LEM) da Scuola SantAnna, em Pisa, na Itália.

Dweck tem experiência em economia do setor público, crescimento e desenvolvimento econômico e atuou principalmente nos seguintes temas: regime fiscal e participação do Estado; crescimento liderado pela demanda; integração micro-macro; restrição de balanço de pagamentos; análises de insumo-produto; e modelos de simulação.

Um economista que acompanhou a trajetória acadêmica de Dweck e preferiu não se identificar disse que a futura ministra tem um perfil mais heterodoxo, com uma visão de que a expansão do gasto público pode gerar uma dinâmica virtuosa de aumento de atividade econômica e arrecadação, com alguma flexibilidade fiscal.

Ainda de acordo com a fonte, Dweck dedicou os anos mais recentes, depois de passar pelo governo, justamente ao estudo das finanças públicas.

Lula decide indicar Jean-Paul Prates para Petrobras

Renan Truffi e Matheus Schuch
De Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva bateu o martelo ontem e irá indicar o senador em fim de mandato Jean-Paul Prates (PT-RN) como presidente da Petrobras. Os dois se reuniram durante a tarde desta quinta-feira em Brasília, quando discutiram os últimos detalhes antes de a informação ser formalizada.

A escolha foi confirmada ao **Valor** por fontes da cúpula do PT. De acordo com integrantes da legenda, os dois conversaram sobre detalhes da política que deve ser adotada pela empresa pública para a área de produção de petróleo e energia a partir do próximo ano.

Jean-Paul Prates integrou a antiga Petrobras Internacional (Braspetro), nos anos 1980, e participou da elaboração da Lei Petróleo, em 1997. Foi suplente da atual senadora do Rio Grande do Norte Fátima Bezerra (PT), a quem substituiu quando ela foi eleita para o cargo executivo, em 2018.

No Senado, foi relator em fevereiro deste ano de doisprojetos de lei que interferiam na política de preço dos combustíveis. As propostas , aprovada no Senado, pararam na Câmara. Mudavam a tributação no setor e criavam uma conta de estabilização

Após as eleições presidenciais, foi escolhido por Lula para acompanhá-lo na COP-27, conferência da ONU sobre mudanças climáticas. O evento aconteceu no Egito e a ideia era que Prates auxiliasse o presidente nas conversas com líderes estrangeiros e representantes de organizações especializadas no tema da energia.

A partir da sua indicação para a presidência da Petrobras, que deve acontecer nas próximas semanas, o senador do Rio Grande do Norte deverá passar pelo crivo dos órgãos de controle à luz da Lei das Estatais.

A participação de Prates na campanha política de Luiz Inácio Lula da Silva será o ponto principal a ser escrutinado, na visão de especialistas ouvidos pelo **Valor**. Isso porque, ao longo da campanha presidencial, foi noticiado que o senador contribuiu na construção do programa de governo, na área de energia, óleo e gás.

Nos últimos meses, Prates recorreu a seus advogados para construir um parecer que rejeite qualquer entrave legal e sustente sua indicação para o cargo.

Em 2020, ele foi candidato à prefeitura de Natal, mas não foi eleito. Já nas eleições mais recentes, foi o primeiro suplente de Carlos Eduardo Alves (PDT), também derrotado.

Jean-Paul Prates é advogado e economista, ambientalista, empreendedor e dirigente sindical. Tem mais de 25 anos de trabalho nas áreas de petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia renovável e recursos naturais.

Cursou Direito na UERJ e Economia na PUC/RJ. Nos Estados Unidos, tornou-se Mestre em Planejamento Energético e Gestão Ambiental pela Universidade da Pennsylvania. Na França, concluiu mestrado em Economia de Petróleo e Motores, pelo Instituto Francês do Petróleo.

Na área de petróleo, participou da assessoria jurídica da Petrobras Internacional (Braspetro), no final da década de 80.

Em 1991 fundou a primeira consultoria brasileira especializada em petróleo. Em 1997, ele participou da elaboração da Lei do Petróleo. Também foi o redator do Contrato de Concessão oficial brasileiro e do Decreto dos Royalties.

Procurada, a assessoria de imprensa do senador não quis se pronunciar sobre a indicação.

CONTEÚDO PATROCINADO POR

Oportunidade para jovens acelera inclusão social

Projeto de esportes do banco BV completa quatro anos com mais de 2.700 alunos

DIVULGAÇÃO

A Plataforma BV Esportes fomenta o desenvolvimento social

Uma a cada quatro pessoas vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas metrópoles brasileiras, de acordo com levantamento realizado a partir de dados do IBGE por pesquisadores da PUC-RS, do Observatório das Metrópoles e da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina.

Diante desse cenário de desigualdade, as instituições privadas cada vez mais vêm reunindo esforços para transformar a realidade nacional em meio à era do capitalismo consciente. Nessa direção, também está o banco BV, que reconhece sua responsabilidade como agente de mudança e tem disponibilizado investimentos para acelerar a inclusão social no país.

Segundo Claudia Furini, diretora de *marketing* e ESG do banco BV, hoje o objetivo do negócio vai muito além de gerar lucro para os acionistas. "Embora o resultado financeiro seja o combustível das nossas ações de impacto social, temos um propósito genuíno de fomentar o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável com nosso ecossistema", ressalta.

O banco acredita que o esporte é uma poderosa alavanca de transformação social e, por isso, desde 2018 multiplica o impacto de projetos sociais liderados por grandes nomes do esporte brasileiro, como a ex-jogadora da seleção brasileira de vôlei Ana Moser; o ex-judoca Flávio Canto; ex-jogador da seleção brasileira de vôlei Serginho; o ex-ginasta Diego Hypolito; o campeão olímpico e mundial de surfe Ítalo Ferreira, entre outros ícones nacionais.

"Por meio da plataforma BV Esportes, o nosso compromisso é muito maior do que patrocinar projetos ou atletas. Queremos transformar a vida de pessoas em situação de vulnerabilidade disponibilizando recursos e conhecimento para apoiar a formação de cidadãos", explica Furini.

A iniciativa foi lançada com seis projetos iniciais, e mais recentemente foram incorporados quatro novos projetos, que vieram para suportar um terceiro setor bastante fragilizado em um cenário pós-pandemia. Hoje celebrando quatro anos de atuação, o BV Esportes já tem resultados de sucesso: mais de 2.700 alunos participantes e mais de 10 mil pessoas diretamente impactadas.

DESAFIOS SUPERADOS

Mesmo com os desafios gerados pela pandemia da Covid-19, a iniciativa foi readequada para modelos de aprendizado remoto. Durante esse período, foram realizadas mais de 500 aulas ou atividades *on-line*, as quais contaram com a participação de mais de 11 mil pessoas.

Ao lado dos institutos apoiados, também foram distribuídas centenas de cartões-alimentação que podiam ser revertidos em cestas básicas, impactando diretamente mais de 10 mil pessoas. O banco BV ainda convidou clientes, parceiros e sociedade, pessoas físicas e jurídicas, para a campanha Abrace uma Causa, que arrecadou R$ 2,8 milhões para as famílias em situação de vulnerabilidade, além dos R$30 milhões já doados pelo banco.

"Enfrentamos esse período desafiador e nos orgulhamos em ver como as ações de apoio ao esporte ganharam ainda mais importância. 95% dos alunos melhoraram suas notas na escola e 96% dos responsáveis acreditam que os projetos estão contribuindo para um futuro melhor para suas crianças", comenta Daniela Espinossi Agostinho, coordenadora de sustentabilidade do banco BV.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Mais do que a disponibilização de recursos financeiros, a plataforma BV Esportes acompanha de perto o desenvolvimento dos projetos, medindo, inclusive, os impactos nas comunidades, o número de beneficiários e ações concretizadas, desempenho escolar e indicadores nutricionais.

O BV ainda foca nas áreas de educação e saúde, promovendo nos institutos aulas de inglês, matemática, bolsas de estudo e consultas com profissionais das áreas de psicologia, medicina, nutrição e fisioterapia.

Para os próximos anos, a expectativa é continuar acelerando a inclusão social no país, atraindo novos apoiadores para os institutos a fim de impactar ainda mais pessoas.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Executivo Vice-presidente eleito assumirá pasta do Desenvolvimento, recusada por presidente da Fiesp

Alckmin será ministro, depois de coordenar equipe de Transição

Andrea Jubé
De Brasília

A nomeação para o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) fortalece o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), que já havia sido escolhido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o cargo de coordenador-geral do gabinete de transição, um posto cobiçado pelos petistas. Lula recorreu ao bom humor para confirmar a indicação do aliado, que foi antecipada pelo **Valor** na quarta-feira: "vou dar trabalho para o meu vice, senão ele vai me dar dor-de-cabeça".

O presidente eleito lembrou que havia convidado antes para o cargo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, mas explicou que ele não pode aceitar o convite por causa da turbulência interna que enfrenta na instituição, e porque não preparou sua sucessão na Coteminas. Lula não comentou, entretanto, a sondagem ao presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski – segundo nome a declinar da proposta.

Neste cenário, Lula relatou que decidiu delegar a missão ao vice eleito, que "todo santo dia" o cobrava que lhe desse trabalho no governo. Lula disse que Alckmin será bem sucedido na empreitada porque é respeitado pelos empresários, e é reconhecido pela capacidade de articulação política. Ele repetiu o pedido que fez ao primeiro titular da pasta em 2003, Luiz Fernando Furlan, para que fosse um "mascate", a fim de viajar muito para "vender o Brasil".

Quem acompanhou de perto Alckmin nos últimos dias, percebeu que o vice eleito falava com obsessão sobre a "agenda de competitividade" que o Brasil precisa adotar para retomar o crescimento econômico. Médico anestesiologista e acupunturista de formação, Alckmin costuma recorrer a uma expressão latina, utilizada na área de saúde, para diagnosticar a estagnação econômica do Brasil: "sublata causa, tollitur effectus", que significa "suprima-se a causa, que cessa o efeito [do mal]".

Nesses termos, Alckmin tem defendido que é preciso atacar de frente mazelas históricas, como a deficiência na educação básica, o excesso de burocracia, os juros altos, o alto "spread" bancário, o sistema tributário complexo e injusto, entre outras questões, tudo isso em paralelo ao combate à inflação, para atrair investimentos, retomar o crescimento econômico, e via de consequência, gerar empregos.

Para sintetizar seu ideal para salvar a economia brasileira, ele tem repetido uma frase atribuída ao papa Paulo VI: "o desenvolvimento é o novo nome da paz".

Filho de um seminarista, Geraldo Alckmin, completou 70 anos em novembro, é paulista de Pindamonhangaba (SP), e estreou na vida pública aos 21 anos, como vereador de sua cidade natal. Foi quatro vezes governador de São Paulo (2001-2006, 2011-2018), e duas vezes candidato à Presidência da República pelo PSDB, partido do qual foi fundador. Antes, foi vice-governador na chapa com Mário Covas, morto em 2001, foi deputado federal constituinte, deputado estadual, e prefeito de Pindamonhangaba no final dos anos 70.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Geraldo Alckmin: segundo Lula, vice-presidente eleito pedia trabalho e foi escolhido para "não dar dor de cabeça"

Gestor público e estudioso da economia, Alckmin consolidou-se como um dos quadros políticos de maior projeção nacional e respeitado por seus pares. Ele causou perplexidade no mundo político ao se desfiliar do PSDB no final de 2021, e ingressar no PSB em março de 2022 para concorrer à vice-presidência da República na chapa com seu adversário político, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com esse movimento, ambos constituíram uma das principais frentes amplas da história política nacional, desde quando Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda se uniram nos anos 60 para exigir a realização de eleições presidenciais, suspensas pela ditadura militar.

Alckmin e Lula se aproximaram pelas mãos de Fernando Haddad, Gabriel Chalita e Márcio França, e estreitaram os laços desde então. Têm demonstrado afinidade com princípios econômicos que mirem o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a justiça social.

Márcio França irá frear concessões e privatizações

Rafael Bitencourt e Ricardo Mendonça
De Brasília e São Paulo

O ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB), momentos depois de sua indicação para o comando do Ministério de Portos e Aeroportos, afirmou que recebeu a orientação de dar um freio à transferência de grandes ativos do setor para a iniciativa privada. Um deles é a privatização do Porto de Santos (SP) e outro é a concessão do aeroporto Santos Dumont (RJ) — ambos com leilões planejados para 2023.

"É um novo governo. Acho que todo mundo entendeu que é uma vitória de um pensamento político. A gente não tem reservas a nada que seja privado, mas não tem como regra que tem que privatizar tudo", disse França.

Em relação ao Porto de Santos, o futuro ministro explicou que Lula tem um posicionamento claro. "Permanece tudo como está. Estava prevista uma concorrência nesses dias e nós pedimos que eles adiassem tudo para frente, para que o presidente pudesse opinar", afirmou.

Segundo ele, as demais autoridades portuárias vão "continuar estatais". A única privatização desse tipo feita, até agora, é da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). França garantiu que o contrato será respeitado.

Para 2023, foram programadas as privatizações dos portos de São Sebastião (SP) e Itajaí (SC), além de autorizados os estudos para as Companhias Docas do Rio de Janeiro e Pará. "Em relação às autoridades portuárias, ele [Lula] já disse que não quer fazer concessão e, então, não vai ter concessão nem em Santos".

De acordo com o novo ministro, os arrendamentos de áreas dentro dos portos organizados devem seguir em frente após avaliação da nova equipe.

A mudança de direção no setor de aeroportos se dará com o "fortalecimento" da Infraero. Em conversa com jornalistas, França afirmou que a estatal ainda é lucrativa e tem um papel estratégico para o setor. "A Infraero é uma empresa de muito histórico, num país de dimensões gigantes e que de verdade chegou até aqui fazendo muitas coisas", disse.

O futuro ministro sinalizou que as concessões tanto de Santos Dumont quanto de outros terminais de passageiros, como Galeão (RJ), terão os estudos analisados pelo novo governo e podem não acontecer. "Para fazer uma concessão para o privado, tem que ser em um grau de vantagem, especialmente com novos investimentos", afirmou.

Conforme planejado pelo atual governo, Santos Dumont deveria ser concedido em 2023 junto com Galeão — este aguarda o resultado do processo de relicitação, após problemas na modelagem do contrato. A concessionária RioGaleão, com participação da operadora de Cingapura, Changi, pede ressarcimento por investimentos realizados no início do contrato, mas ainda não remunerados. Outros dois terminais estão em situação semelhante, à espera da relicitação. São os de São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP).

Como meta para o setor de aviação, França afirmou que o país pode retomar a movimentação de passageiros da época dos primeiros mandatos de Lula e investir na aviação regional, com mais pistas de pouso e aeronaves de diferentes portes.

Conhecido como bom articulador político, França foi duplamente útil para os interesses do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na campanha eleitoral do petista neste ano. O primeiro serviço prestado por França foi abrigar o também ex-governador paulista Geraldo Alckmin no PSB, o que viabilizou a inscrição do ex-tucano como vice na chapa de Lula.

O segundo gesto foi abrir mão da candidatura a governador de São Paulo para apoiar Fernando Haddad (PT) sem criar maiores embaraços. Mesmo aparecendo bem posicionado nas pesquisas, França saiu da disputa e se contentou em concorrer a senador.

Ex-oficial de Justiça, ele começou a carreira política como vereador em São Vicente (1989-1996) já no PSB. Depois, sempre pelo mesmo partido, foi prefeito por dois mandatos (1997-2004), deputado federal (2007-2014), vice-governador (2014-2018) e, após a renúncia de Alckmin para disputar a Presidência em 2018, governador por quase um ano.

Com a vitória da Raquel Lyra (PSDB) ao governo de Pernambuco, evento que desmontou o principal núcleo de poder do PSB no país, França tinha tudo para ascender ainda mais internamente e tomar para si o controle do partido em nível nacional.

Mas, assim como Haddad na disputa pelo governo paulista, França perdeu a eleição para o Senado. Depois de liderar nas pesquisas na maior parte do tempo, foi derrotado pelo bolsonarista Marcos Pontes (PL).

Agora, França assumirá o ministério criado a partir da cisão da atual pasta da Infraestrutura, que ainda conta com as áreas de rodovias e ferrovias. Na área de portos, alega ter familiaridade com os assuntos por ter participado, como parlamentar, da formulação do marco legal do setor. No setor aéreo, admitiu ontem que terá que se debruçar sobre os temas.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Nísia Trindade: futura ministra da Saúde é presidente da Fiocruz

Nísia Trindade anuncia esforço nacional por imunização

Paula Martini e Caetano Tonet
Do Rio e Brasília

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa Nacional de Imunização, serão prioridades na gestão de Nísia Trindade, anunciada ontem como futura ministra da Saúde. Com um broche do " Zé Gotinha" na lapela, a atual presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) falou com a imprensa sobre o novo cargo, após ter seu nome confirmado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O nosso SUS, que mostrou tanta força e vitalidade no enfrentamento à pandemia, precisa de um olhar especial e esse vai ser o foco do meu trabalho", disse. "[É preciso] fortalecer o Programa Nacional de Imunização, que vai se tornar um departamento [dentro do ministério], e pensar a imunização como um esforço nacional. O Brasil vai completar 50 anos desse programa, não é possível ter retrocessos", disse.

À frente da maior instituição científica da América Latina, Trindade é reconhecida pelos pares como gestora experiente e despontou desde o início como favorita para comandar o Ministério da Saúde no terceiro governo Lula (PT). Primeira mulher a ocupar a presidência da Fiocruz, a partir de 2017, Nísia Trindade (64 anos) é servidora de carreira da instituição desde 1987. Formou-se em ciências sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), onde também fez mestrado em ciência política e doutorado em sociologia, e ingressou para o quadro docente em 1991.

Reeleita para presidência da Fiocruz em 2021, teve a gestão marcada pelo enfrentamento à pandemia e foi responsável pelo protagonismo da instituição no combate à covid-19, com a produção de vacinas em parceria com a Universidade de Oxford e a elaboração de estudos que orientaram a implementação de políticas públicas no país.

Com mandato até 2024, foi reeleita depois de ser a primeira colocada na lista tríplice da instituição, obedecida pelo então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Num momento de negacionismo científico e críticas infundadas à vacinação, a Fiocruz, sob o comando de Trindade, coordenou o acordo de transferência tecnológica entre a Universidade de Oxford e o Ministério da Saúde para a produção da vacina da AstraZeneca em território nacional. O imunizante, produzido nos laboratórios da instituição na zona oeste do Rio, foi o primeiro a receber o registro definitivo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em março de 2021.

A instituição também criou o Observatório Covid-19, responsável por monitorar e divulgar pesquisas de apoio à criação de políticas públicas contra a doença, e se tornou referência pela Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas. A gestão, no entanto, enfrentou questionamentos sobre o atraso na entrega de imunizantes e falta de transparência sobre os problemas.

Além do currículo e da boa aceitação entre os pares, Trindade despontou como favorita a ocupar o Ministério da Saúde diante da procura por um nome técnico e feminino para a pasta.

O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, também integrante do GT, diz que a escolha da cientista é um marco para a saúde brasileira. Nísia Trindade será a primeira mulher a comandar o ministério da Saúde.

"Como presidente da Fiocruz, Nísia conduziu a instituição com muita firmeza durante uma conjuntura extremamente crítica. A força e o prestígio da Fiocruz pesam muito neste momento", diz Temporão, que também é pesquisador da fundação.

Para a presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, a atuação de Trindade vai além dos muros da instituição, seja pela participação na Academia Mundial de Ciências ou pela postura atuante junto à OMS na emergência sanitária.

"O papel de Nísia transcende a Fiocruz, com atuação na área da saúde indo muito além da fundação. Acho extremamente importante termos uma mulher no Ministério da Saúde pela primeira vez, mas não é por ela ser mulher que estou falando isso. A Nísia tem tudo para dar certo", diz Nader.

Executivo Senador é um dos quadros do PT mais próximos de Lula

Desenvolvimento Social fica com Wellington Dias

Andrea Jubé
De Brasília

O senador eleito pelo Piauí e futuro ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, 60 anos, é um quadro histórico do PT, e um dos nomes mais próximos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no partido. Chamado de "índio" por Lula e pela ex-presidente Dilma Rousseff, pelos traços indígenas, foi quatro vezes governador do Piauí (2003-2010, 2015-2022) e elegeu-se senador pela segunda vez.

Ao anunciar o aliado para a direção do ministério, Lula afirmou que caberá a Dias cuidar do combate à fome e melhorar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo o relatório da rede Penssan, reconhecido pelas Nações Unidas, de junho, 33 milhões de brasileiros passam fome no Brasil – o número marca um retrocesso de 30 anos no país. Também ficará na alçada do futuro ministro o relançamento do Bolsa Família, em versão ampliada.

Lula lembrou que quando assumiu o governo pela primeira vez, em 2003, lançou a campanha "Fome Zero" no município de Guaribas, justamente no Piauí. Também agradeceu o futuro ministro o resultado eleitoral obtido no Piauí no pleito de outubro. O Estado governado por Dias entregou a Lula sua maior votação no segundo turno, equivalente a 76,8% dos votos válidos.

Wellington Dias começou na vida pública nos anos 90: foi vereador de Teresina, deputado estadual, deputado federal e senador, sempre pelo PT. Funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal, ingressou no PT durante a militância nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e no movimento sindical, pelo sindicato dos bancários.

Despontou desde sempre como um dos quadros de maior confiança de Lula. Elegeu o sucessor no pleito de outubro, Rafael Fonteles, tendo o vice-governador sido indicado pelo MDB do atual relator do orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Pela relação estreita com o relator, Dias foi destacado por Lula para deflagrar a articulação política para aprovar a PEC da Transição no Congresso, mas depois ganhou o reforço do veterano Jaques Wagner (PT-BA).

Nos bastidores, petistas ponderaram que a entrada de Wagner na articulação foi necessária porque Dias estava afastado havia muitos anos do Congresso, já que estava à frente do Executivo estadual nos últimos oito anos. Lula cogitou deixar Dias no Congresso para reforçar o time lulista no Senado, mas aliados do piauiense ponderaram que não conduzir um ministério soaria como desprestígio. Isso porque seu adversário no Piauí, o ministro Ciro Nogueira (PP-PI), chefiou a Casa Civil no governo Jair Bolsonaro (PL).

Como governador do Piauí, Dias foi presidente do Consórcio do Nordeste, e atuou na linha de frente para pressionar o governo federal a comprar vacinas contra a covid-19, e a liberar recursos federais para ajudar os governadores no combate à pandemia. Ele foi cotado para assumir a chefia da Casa Civil, e na última semana, manifestou a Lula o desejo de comandar o Ministério da Integração Nacional, um dos mais influentes na região Nordeste. Mas como Lula deverá ceder a pasta a um dos partidos aliados, coube a ele o Desenvolvimento Social, já que o programa Bolsa Família é uma das principais vitrines eleitorais do PT. A pasta era cobiçada pelo MDB para a senadora Simone Tebet (MS).

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Dias: senador eleito foi chamado de "índio" por Lula, que teve no Piauí proporcionalmente a maior vitória no 2° turno

Transição quer 'revogaço' de sigilos e decretos sobre armas

Lu Aiko Otta e Edna Simão
De Brasília

Marcos do governo de Jair Bolsonaro como a facilitação de acesso a armas, as escolas cívico-militares e o sigilo de 100 anos para documentos do governo estão na lista de atos cuja revisão é recomendada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental, divulgado ontem. O texto fala também em rever pontos das reformas trabalhista e previdenciária.

"É necessária a revisão dos marcos regressivos das reformas trabalhista e previdenciária, que criaram regras de acesso ao Regime Geral equivalentes ou mesmo superiores às praticadas por países desenvolvidos e que desconsideram a dramática realidade do mercado de trabalho brasileiro", afirma. As reformas trabalhista (2016) e previdenciária (2019) são consideradas no mercado como marcos que melhoraram o ambiente de negócios e a trajetória fiscal do País.

Além da lista de medidas a serem revisadas numa espécie de "revogaço", o documento traz um retrato sobre o "desmonte do Estado e das políticas públicas", um mapeamento das emergenciais fiscais e do Orçamento e a nova estrutura de governo, com 37 ministérios.

Ao apresentar o relatório, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, listou alguns pontos de destaque: o valor congelado de R$ 0,36 por dia para a merenda escolar, a falta de recursos para as instituições federais de ensino, a redução dos recursos para o Farmácia Popular (R$ 2,5 bilhões para R$ 1,02 bilhão) e o fato de 50% das crianças estarem sem a dose de reforço da vacina contra a poliomielite. Falou também da dívida de R$ 5,5 bilhões com organismos internacionais e 14.000 obras paradas.

O relatório afirma que o corte de R$ 10,47 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde inviabiliza programas como o Farmácia Popular, saúde indígena e HIV/Aids. Houve ainda crescimento "vertiginoso" das filas para atendimento especializado, após a pandemia.

"O governo Bolsonaro deixa para a população o reingresso do Brasil no mapa da fome: hoje são 33,1 milhões de brasileiros que passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vive com algum grau de insegurança alimentar."

Na área de infraestrutura, o relatório aponta para a queda do investimento público e fala sobre a possibilidade de rever modelos de concessão, como o critério de julgamento nas licitações de rodovias, o modelo de privatização das autoridades portuárias com exploração dos portos organizados, e a regulamentação das autorizações ferroviárias.

Grupo também sugere fim de escolas cívico-militares e revisão de reformas econômicas

Entre as medidas que podem estar no "revogaço", estão as preparatórias para privatização da Petrobras, dos Correios, da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA), da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Sobre o acesso a armas, a sugestão é rever oito Decretos e uma portaria interministerial que, segundo o documento, permitem o acesso a armas sem fiscalização rigorosa e adequada. "O descontrole coloca em risco a segurança das famílias brasileiras e, portanto, deve ser revertido pelo Ministério da Justiça, em diálogo com o Ministério da Defesa", propõe.

Também estão na mira os atos que, de acordo com o relatório, abriram caminho para a aceleração do desmatamento, a anulação de multas ambientais (com perda superior a R$ 18 bilhões para os cofres públicos), a facilitação do garimpo ilegal. É proposta a retomada do Fundo Amazônia (de R$ 3 bilhões) e a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

O sigilo de 100 anos para documentos públicos deve ser revisto, sugere o relatório. Além disso, a Advocacia-Geral da União deve elaborar proposta de parecer vinculante "que indique o escopo de aplicação possível da atual redação da Lei de Acesso à Informação relativa à proteção de dados pessoais."

Promessa de campanha de Lula, a ajuda aos endividados poderá contar com a revisão de um decreto editado este ano que regulou o superendividamento. A norma é objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na área de infância e juventude, é proposta a revisão dos decretos que derrubaram regras de proteção ao adolescente aprendiz. Também é proposta a revogação do chamado "decreto da exclusão", que exclui crianças com deficiência do convívio com as demais crianças em ambiente escolar. As escolas cívico-militares, por sua vez, devem ser objeto de uma avaliação sobre seu custo-benefício.

Na área de igualdade racial, a proposta é retomar a demarcação de territórios quilombolas. Também é proposta a revisão de portaria da Fundação Palmares que excluiu homenagem a personalidades como Gilberto Gil e Benedita da Silva, entre outros.

O relatório propõe ainda a revogação do Decreto 9.759/2019, que reduziu a participação social no governo em foros que tratam de temas como juventude, educação, direito dos trabalhadores e outros. Pede também a revogação de atos que dificultaram acesso de populares às instalações do Incra.

Anielle Franco e Silvio Almeida são nomeados para Igualdade Racial e Direitos Humanos

Guilherme Lúcio da Rocha
Para o Valor, de Santos

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou nesta quinta-feira (22) Anielle Franco como futura ministra da Igualdade Racial do seu governo. A escritora e ativista carioca de 37 anos é irmã da ex-vereadora pelo Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Psol, assassinada em 2018 junto com seu motorista, Anderson Gomes, em um crime de mando até hoje não esclarecido.

Também foi indicado, para o ministério dos Direitos Humanos, o advogado e escritor Silvio Almeida. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), e graduado em Filosofia também pela USP, negro, Silvio Almeida lançou em 2019 o livro "Racismo Estrutural". É conhecido pelo seu ativismo no debate racial e em prol dos direitos humanos.

Nem Silvio Almeida e nem Anielle Franco têm experiência eleitoral ou passado como dirigente partidário. São nomes que representam a sociedade civil.

Anielle Franco, negra, criada no Complexo da Maré, foi para os Estados Unidos graças a uma bolsa esportiva para jogar vôlei e estudar. Durante os 12 anos que esteve no país, ela passou por diversas universidades, entre elas North Carolina Central University e Florida A&M University, duas instituições reconhecidas pelo seu histórico de presença negra.

Bacharel em Jornalismo e Inglês, mestre nestas duas áreas e mestranda em Relações Etnico-Raciais, ao voltar para o Brasil, passou a dar ao aulas de inglês e atuar junto com sua irmã, então ativista de direitos humanos, que seria eleita vereadora pelo Rio de Janeiro em 2016.

Após o assassinato de Marielle, Anielle passou a se dedicar também ao Instituto Marielle Franco, organização sem fins lucrativos que tem como missão "inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário".

Além de ativista, professora, jornalista e palestrante, ela também é escritora, tendo lançado o livro "Cartas para Marielle", em 2019, e colaborado com a autobiografia da ativista americana Angela Davis, escrevendo a orelha da obra.

Durante a montagem da equipe de transição do presidente eleito, Anielle foi anunciada como uma das integrantes do grupo técnico que tinha como objetivo planejar medidas políticas públicas voltadas para mulheres.

Silvio Almeida nasceu em São Paulo, tem 46 anos e é filho de Verônica e Lourival de Almeida Filho, conhecido como Barbosinha, goleiro de destaque no Corinthians nos anos 1960.

Um dos principais pensadores do país, Almeida é advogado.

Atualmente, ele atua como professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Fundação Getúlio Vargas, além de presidir o Instituto Luiz Gama, grupo que atua "na defesa das causas populares, com ênfase nas questões sobre os negros, as minorias e os direitos humanos".

Durante o governo de transição, Almeida participou do grupo de trabalho focado em direitos humanos, tendo seu nome tido como um dos favoritos ao cargo desde o resultado final das urnas.

Estados Tarcísio deve sancionar projeto e validá-lo como lei em janeiro

Assembleia de SP proíbe exigir cartão vacinal contra covid-19

André Guilherme Vieira
De São Paulo

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na quarta-feira (21), véspera do início do recesso na Casa, projeto de lei que proíbe a exigência do cartão de vacinação contra a covid-19 para acesso a locais públicos e privados no Estado, incluindo escolas do ensino fundamental e médio, cursos técnicos e faculdades. O projeto — aprovado por aclamação, em sessão extraordinária e votação única — também proíbe a exigência do reforço vacinal nos casos em que houver reação à primeira dose do imunizante.

O **Valor** apurou que Tarcísio deverá sancionar o projeto, tornando-o lei estadual. No dia 30 de outubro, em discurso feito após a vitória nas urnas, o governador eleito indicou que acabará com a obrigatoriedade da vacinação, mas só mencionou a exigência em serviços públicos.

"Eu confio na consciência das pessoas e liberdade. Acredito que, conscientizando os servidores públicos, trabalhando muito na conscientização, na publicidade, na importância da vacinação, todos irão se vacinar", declarou na ocasião.

Procurada, a assessoria de imprensa de Tarcísio informou que a matéria será avaliada por ele no início do ano que vem.

Proposto pela deputada Janaina Paschoal (PRTB) em dezembro de 2021, o projeto ganhou adesão de parlamentares da bancada do PL, entre os quais Danilo Balas, Douglas Garcia, Gil Diniz, Valeria Bolsonaro, Major Mecca entre outros. Com tramitação acelerada na Casa por regime de urgência, o projeto também acaba com a necessidade de apresentar comprovante de vacinação para "participação em atividades educacionais".

O texto aprovado também fa pais e responsáveis a palavra final sobre a vacinação dos filhos.

"Mesmo com indicação de autoridades sanitárias, compete exclusivamente às famílias decidir se vacinarão seus filhos menores de idade contra a covid-19, cabendo aos órgãos competentes prestar-lhes todas as informações relativas a reações adversas", diz.

E proíbe, ainda, a imposição de "qualquer tipo de sanção àqueles que se opuserem a se vacinar contra a covid-19".

Em nota, a deputada Janaina Paschoal disse que o projeto foi aprovado "após um ano de amadurecimento" com o objetivo de "corrigir ilegalidades".

Segundo ela, "à revelia da lei, funcionários públicos vêm tendo seus salários suspensos, alguns já estão sofrendo sindicâncias e até processos administrativos, apenas por não desejarem se vacinar ou tomar uma das muitas doses de reforço".

O Brasil registrou 1.116 mortes por por covid entre os dias 11 e 17 de dezembro, o maior registro em quatro meses, de acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). A média móvel está em 162 por dia em duas semanas, o que representa aumento de cerca de 80% nos últimos 20 dias.

O atraso na vacinação continua sendo um problema. Segundo dados do Ministério da Saúde do dia 16 de dezembro, 80,2% das pessoas completaram o esquema vacinal com dose única ou dupla, mas apenas 49,7% receberam a dose de reforço. Entre crianças de 3 a 11 anos, somente 37,4% foram imunizadas.

DIVULGAÇÃO/ALESP

Janaina Paschoal subverte lógica vacinal ao defender liberdades individuais

Deputados estaduais aprovam reduções de tributos

Marta Watanabe
De São Paulo

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na quarta à noite a redução de alíquotas do imposto estadual sobre doações e heranças e no imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD), além da isenção do IPVA sobre veículos escolares.

Segundo o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Felipe Salto, só a redução de alíquotas do imposto estadual sobre doações e heranças causará perda de R$ 4 bilhões ao ano. O secretário classificou como "demagogia" a isenção tributária para veículos de transporte escolar.

Em sessão extraordinária, a Alesp aprovou conjunto de 79 projetos de leis de autoria de deputados estaduais. Entre eles, o Projeto de Lei 511, de 2020, apresentado pelo deputado Frederico d'Avila (PSL). Essa proposta reduz a alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) dos atuais 4% para 0,5% nas doações e para 1% nas heranças.

"Essa aprovação do ITCMD trata-se de um absurdo", diz Salto. "A Secretaria da Fazenda é totalmente contra essa iniciativa que não tem cabimento e é uma atitude irresponsável", diz.

A proposta que isentou veículo escolar foi o projeto de lei 1.076/2019, de autoria do deputado Adalberto Freitas (PSL). O benefício, pela proposta aprovada, seria para um único veículo utilizado em atividade de transporte escolar, de propriedade de motorista profissional autônomo.

Para Salto, benefícios fiscais podem ser discutidos, mas dentro de um plano de políticas públicas que seja proposto e colocado em debate. Segundo o secretário, se os projetos de lei forem encaminhados à sanção do governador ainda na gestão de Rodrigo Garcia (PSDB), a Secretaria da Fazenda deverá recomendar o veto. Caso a avaliação não seja feita por Garcia, os projetos de lei deverão ficar para análise no mandato do governador eleito, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Na justificativa do projeto que propõe a redução das alíquotas do ITCMD, o deputado Frederico d'Avila diz que "a insistência em manter a alta carga tributária ou mesmo em exacerbá-la, na contramão do que se pretende, que seria o aumento da receita pública, fará com que cada vez mais pessoas e empresas deixem o país. Portanto, a receita tende a diminuir consideravelmente. Evitar essa redução é um dos objetivos deste projeto, além de, obviamente, desonerar o contribuinte".

A aprovação da Alesp das reduções tributárias de ITCMD e de IPVA vem num momento em que ainda não está definida a possibilidade de o Estado de São Paulo continuar compensando em 2023 as perdas com a redução de alíquotas de ICMS em combustíveis, energia e telecomunicações estabelecida pela Lei Complementar (LC) 192/2022 e LC 194/2022. Essas perdas, diz Salto, totalizam R$ 13 bilhões para as receitas paulistas de forma anualizada. Em 2022 essa perda está sendo em parte compensada via abatimento no pagamento do serviço da dívida com a União.

AMERICANAS S.A.
CNPJ/ME Nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Aviso aos Debenturistas. Americanas S.A. ("Emissora") comunica aos Senhores Debenturistas da Décima Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária ("Debenturistas"), nos termos do disposto na Cláusula VI da Escritura de Emissão, que realizará em 11 de janeiro de 2023 o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Décima Terceira (13ª) Emissão em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração aplicável e Prêmio, calculados com base nos termos da cláusula 6.1.2.1 da referida Escritura. A Companhia permanece à disposição por meio do e-mail ri@americanas.io e informa que eventuais esclarecimentos também poderão ser solicitados à Pentágono Trustee, agente fiduciário da referida Emissão, pelo e-mail precificacao@pentagonotrustee.com.br. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2022. **Miguel Gutierrez - Diretor de Relações com Investidores.**

AMERICANAS S.A.
CNPJ nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 33300290745
Companhia Aberta

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos da Americanas S.A. AMERICANAS S.A. (nova denominação da Lojas Americanas S.A.) ("Companhia" ou "Emissora"), sociedade anônima, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 00.776.574/0006-60, na qualidade de Emissora de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de sua 14ª (Décima Quarta) Emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, através do presente Edital de Convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da Décima Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Americanas S.A.*", celebrado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas e agente fiduciário da Emissão, em 18 de maio de 2020, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a se realizar, em primeira convocação, no próximo dia **13 de janeiro de 2023, às 11h**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, com *link* de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) autorização para alterar a Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, de modo a incluir a possibilidade de realização de resgate antecipado facultativo total das Debêntures pela Emissora, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, autorizando, inclusive, a inclusão de subcláusulas pertinentes que irão dispor sobre os termos e condições aplicáveis ao resgate antecipado facultativo total, incluindo, mas não se limitando ao pagamento de prêmio de resgate; e (ii) caso a matéria constante do item "i" acima seja aprovada, autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Companhia, no que couber, todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive a celebração de aditamento à Escritura de Emissão. **Informações Gerais:** Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores: ri@americanas.io) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, via correio eletrônico (e-mail), àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico opfin@americanas.io, com cópia para o endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: **(i)** quando **pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando **pessoa jurídica**: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** quando **fundo de investimento**, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por **procurador**, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia Geral de Debenturistas. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas ("Instrução de Voto à Distância"). Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; **(ii)** a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser assinada, sendo aceita a assinatura através de plataforma digital, podendo ser encaminhada até o horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, juntamente com os documentos listados acima, aos cuidados da Companhia, para o e-mail opfin@americanas.io, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Caso o debenturista participe da Assembleia Geral de Debenturistas (por meio da plataforma digital) depois de já ter enviado Instrução de Voto à Distância, o Debenturista ainda poderá exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, de modo que sua Instrução de Voto à Distância será desconsiderada. Este Edital, bem como o modelo de Instrução de Voto à Distância (para preenchimento e envio pelos Debenturistas) e a cópia da Escritura de Emissão estão disponíveis para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.americanas.com), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br - Sistema Empresas.NET) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/). Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhe são atribuídas na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2022.

AMERICANAS S.A.

COMUNICADO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AOS ACIONISTAS DA RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A. PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS ESCRITURAIS DE SUA EMISSÃO

O **BANCO FIBRA S.A.,** instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 14º e 15º andar (parte), Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 58.616.418/0001-08 ("Banco"), vem a público, com base no Ofício nº 321/2022/CVM/SRE/GER-2, expedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 21 de outubro de 2022 ("Ofício"), e no Relatório nº 17/2022-CVM/SRE/GER-2, comunicar aos acionistas da **RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 49.669.856/0001-43 ("Companhia" ou "Restoque") sobre a alienação de 286.820 (duzentas e oitenta e seis mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias escriturais de emissão da Restoque, negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o *ticker* "LLIS3" ("Ações"), atualmente sob titularidade do Banco, para que os acionistas interessados possam exercer direito de preferência, contratualmente pactuado, na aquisição das Ações ("Direito de Preferência"). O Banco celebrou, em 02 de julho de 2015, "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia*" ("Instrumento de Garantia"), o qual prevê que o exercício do direito do Banco de alienar e/ou negociar as Ações recebidas em garantia deve ser precedido de prévia comunicação aos demais acionistas da Companhia para que exerçam o Direito de Preferência na aquisição das Ações. Caso não haja manifestação dos acionistas no prazo de 30 (trinta) dias contados deste Comunicado, isto é, até o dia de 23 de janeiro de 2023 ("Data de Encerramento do Direito de Preferência"), o Banco poderá alienar e/ou negociar as Ações, livremente a terceiros, nas mesmas condições ofertadas aos demais acionistas da Companhia no âmbito do Direito de Preferência. Isto posto, o Banco **notifica** todos os acionistas da Companhia, que assim se qualifiquem no fechamento do pregão eletrônico na presente data, para que se manifestem, no prazo acima indicado, se for do seu interesse, sobre a intenção de adquirir as Ações, por meio de envio de comunicado por escrito para o endereço do Banco, em nome de Flavia Zahr, com cópia por e-mail para o endereço flavia.zahr@bancofibra.com.br, acompanhado da qualificação do acionista e cópia do extrato de ações emitido pelo escriturador de ações da Companhia que comprove a condição do interessado como acionista. O procedimento para transferência de titularidade das ações eventualmente adquiridas por meio do Direito de Preferência será realizado por meio da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das Ações ("Escriturador"), devendo ser observados, apresentados e formalizados os procedimentos, documentos e instrumentos exigidos pelo Escriturador para cadastro e transferência das Ações, seguido do registro do(s) novo(s) titular(es) das Ações nos livros de registro da Restoque, de acordo com o preço de fechamento das Ações em mercado de bolsa, no dia útil imediatamente anterior à Data de Encerramento do Direito de Preferência. Não havendo manifestação por parte de acionistas interessados em exercer o Direito de Preferência para aquisição das Ações no prazo mencionado acima, fica o Banco integralmente livre e desimpedido para alienar as Ações ou o seu montante remanescente que não tenha sido objeto de alienação sob o Direito de Preferência, conforme o caso, no mercado de bolsa, administrado e operacionalizado pela B3. Em caso de manifestação do interesse de acionistas que supere o montante de Ações, será procedido rateio proporcional à quantidade de acionistas interessados.

Este comunicado é destinado única e exclusivamente aos acionistas da Restoque e é realizado estritamente para fins de cumprimento de obrigação contratual pelo Banco, no âmbito do Instrumento de Garantia, não devendo ser, em hipótese alguma, interpretado como oferta pública de ações ou de quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Restoque ou do Banco e nem como recomendação de investimento ou análise de valores mobiliários.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia" ou "Sabesp"), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) divulgou Aviso de Consulta Pública nº 14/2022 referente à Revisão Tarifária Extraordinária em resposta ao pedido de esclarecimentos e revisões elaborado pela companhia.

As etapas previstas são:

Etapas	Data
Consulta Pública	22/12/2022 a 06/01/2023
Audiência Pública	05/01/2023

Os documentos estão disponíveis nos links a seguir:
- Consulta Pública Nº 14/2022
- Audiência Pública Nº 02/2023

São Paulo, 21 de dezembro de 2022.

Ricardo Daruiz Borsari
Diretor Metropolitano
Respondendo pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL
IA 1789-22

Objeto: aquisição de extensômetros de hastes múltiplas de pêndulo invertido com caseta de proteção, inclinômetros e piezômetros, incluindo a instalação e o fornecimento de ferramentas, equipamentos, dispositivos e materiais.

Condição de participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil, no Paraguai e/ou no estrangeiro.

Caderno de bases e condições: disponível nos *sites* https://portaldofornecedor.itaipu.gov.br e https://www.itaipu.gov.py.

Sessão Pública: 14 de fevereiro de 2023, das 9h30 às 9h45 (horário de Brasília), na Usina Hidrelétrica de ITAIPU, Margem Direita.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Samuel Valiente Claverol
Superintendente-adjunto de Compras

Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB
GOVERNO DO PARANÁ

Prorrogação de Edital de Chamamento Público nº002/2020 - Credenciamento de Companhias Seguradoras.
PROTOCOLO: 19.741.210-0
OBJETO: Credenciamento de Sociedades seguradoras interessadas em comercializar e celebrar contratos de Seguro Rural, em caráter privado, com produtores rurais sujeitos ao recebimento de subvençao econômica ao prêmio de seguro rural, em conformidade às diretrizes do Programa Desenvolvimento Rural e Abastecimento com Sustentabilidade Fortalecimento da Agricultura Familiar.
VIGÊNCIA: De 23 de janeiro de 2023 a 23 de janeiro de 2024.
DA ENTREGA: A entrega da documentação deverá obedecer ao constante constante no item 5 do Edital.
DO EDITAL: O Edital estará disponivel a partir de 03 de janeiro de 2023 no endereço:
htttps://www.agricultura.pr.gov.br/Seguro-Rural/Pagina/Editais
E-mail:seguro.rural@seab.pr.gov.br Telefone: 41-3313-4010
A Comissão de Credenciamento. Curitiba, 22 de dezembro de 2022

Internacional

Pandemia Análise da Airfinity aponta para mais de 1 milhão de casos por dia

Tsunami de casos na China é o maior surto desta pandemia

Agências internacionais

Depois de passar três anos tentando eliminar a covid-19, a China agora permite que a doença circule amplamente. O resultado é uma explosão de casos que poderá ser o maior surto de covid que o mundo já viu.

A China provavelmente está enfrentando mais de 1 milhão de casos e cerca de 5 mil mortes por covid todos os dias, segundo análise da Airfinity. Esses número estão em total contraste com os dados oficiais de poucos milhares de casos e menos de dez mortes desde que Pequim abandonou sua política de covid-zero no início do mês

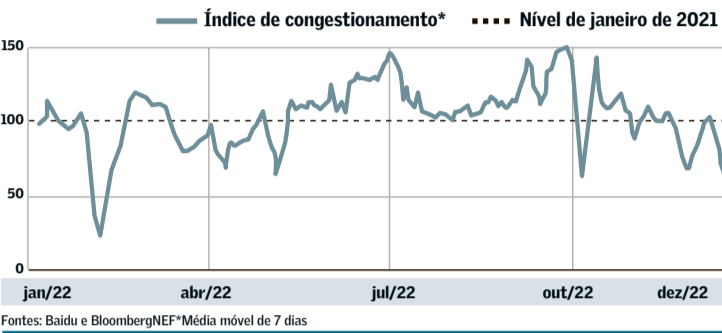
A Airfinity, uma empresa de pesquisa na área de saúde com sede no Reino Unido, disse que usou modelagem baseada em dados regionais chineses para produzir números. Sua análise de risco de mortalidade sugere que entre 1,3 a 2,1 milhões de pessoas podem morrer no atual surto de covid na China. Análises de outros grupos de modelagem também previram até 2,1 milhões de mortes.

A Airfinity estima que a onda atual de covid na China pode ter dois picos: de 3,7 milhões por dia em meados de janeiro nas regiões onde os casos estão aumentando no momento, e de 4,2 milhões por dia em março com o vírus avançando em outras províncias.

No momento, os casos de covid estão aumentando mais rapidamente em Pequim e na província de Guangdong, no sul, segundo a empresa. De acordo com seu site, em 2020 ela construiu "a primeira plataforma dedicada de análise e inteligência de saúde covid-19 do mundo, que agora é a fonte confiável de tomadores de decisão e mídia globalmente".

Após protestos generalizados contra rígidas regras de combate à doença no fim de novembro, a

Tráfego é o menor desde o Ano Novo Lunar

Nas 15 maiores cidades chinesas, em %

Fontes: Baidu e BloombergNEF *Média móvel de 7 dias

China começou neste mês a desmontar sua política de covid-zero, que causou um grande impacto financeiro e psicológico em seus 1,4 bilhão de habitantes.

A Comissão Nacional de Saúde da China informou ontem que registrou 2.966 novos casos na quarta-feira, sem novas mortes. Nesta semana, um importante especialista chinês disse que só as mortes causadas por pneumonia e insuficiência respiratória após teste positivo de covid seriam classificadas como causadas pela doença.

A diretora de vacinas e epidemiologia da Airfinity, Louise Blair, disse que essa mudança na definição pela China contrasta com outros países, que registram as mortes por covid dentro de um período de tempo de um teste positivo. Isso significa que "é improvável que os dados oficiais sejam um reflexo verdadeiro do surto que está ocorrendo em todo o país", disse Blair, em comunicado. "Essa mudança pode minimizar a extensão das mortes observadas na China".

Os dados oficiais também contrastam com crescentes relatos de que os hospitais estão sobrecarregados com pacientes e os crematórios estão trabalhando muito além de sua capacidade.

Um hospital de Xangai alertou a sua equipe para se preparar para uma "batalha trágica" contra a covid-19, pois espera que metade dos 25 milhões de habitantes da cidade esteja infectada até o fim da próxima semana. O Shanghai Deji Hospital postou em sua conta WeChat na noite de quarta-feira uma estimativa de que havia cerca de 5,43 milhões de positivos na cidade e que 12,5 milhões no principal centro comercial da China serão infectados até o final do ano. A postagem não estava mais disponível no WeChat na tarde ontem.

A rápida propagação da altamente transmissível variante ômicron ameaça interromper a atividade nas potências econômicas chinesas, à medida que os trabalhadores adoecem e muitas pessoas se isolam em casa. Escolas e universidade retomaram o ensino a distância, assim como muitos escritórios voltaram ao regime de home office. O resultado são ruas vazias nas grandes cidades do país.

O tráfego nas maiores cidades da China caiu para o nível mais baixo desde o feriado do Ano Novo Lunar no início do ano. Uma medida dos níveis de congestionamento nas 15 principais cidades está 45% abaixo de janeiro de 2021, segundo índice compilado pela BloombergNEF com base nos dados de tráfego da Baidu.

A queda no tráfego é ainda maior do que a ocorrida durante os períodos de lockdown, como o que parou Xangai em abril e maio e uma série de restrições semelhantes em cidades ao redor o país em outubro e novembro.

A economia de Xangai encolheu quase 14% no segundo trimestre, quando o lockdown no centro financeiro e comercial fechou fábricas, reduziu os gastos do consumidor e interrompeu as operações no maior porto do mundo.

Desta vez, muitos moradores estão optando por ficar em casa — seja porque estão infectados ou porque tentam evitar contrair o vírus. A operadora do metrô cortou os serviços devido à queda no número de passageiros e ao adoecimento dos funcionários. O uso do metrô de Xangai caiu 51% na última semana em comparação igual período de 2019, segundo análise da Bloomberg dos dados de trânsito. Isso se compara a um mês atrás, quando o número de passageiros do metrô estava 18% abaixo do mesmo período três anos antes.

O tsunami de covid-19 na China está gerando preocupação de que uma nova variante perigosa do vírus possa surgir pela primeira vez em mais de um ano. A situação na China é única pelo caminho percorrido durante a pandemia. Enquanto quase todas as outras partes do mundo lutaram contra a doença e adotaram vacinas com tecnologia de mRNA (RNA mensageiro) em graus variados, a China evitou ambos. O resultado é uma população com baixos níveis de imunidade enfrentando uma onda de doenças causadas pela cepa mais contagiosa do vírus.

Apesar da escalada de casos, Pequim continua a descartar os últimos vestígios da política covid-zero e planeja reduzir os requisitos de quarentena para viajantes estrangeiros a partir de janeiro, segundo reportou a Bloomberg.

Aumento de casos tumultua mercados de energia e cadeias

Bloomberg

A reabertura da China está provocando rupturas nos mercados de energia, com a súbita mudança na política de covid-zero levando ao fechamento de fábricas e perturbando o fluxo de commodities.

Um aumento dramático nos casos de covid-19 está tendo um impacto de curto prazo na cadeia de suprimentos para empresas de energia solar, disse a Associação da Indústria de Silício da China em um comunicado na quarta-feira. Muitos fabricantes de wafers usados em painéis solares reduziram a produção, com alguns operando com 60% a 70% da capacidade.

O choque de oferta ocorre no fim de um ano recorde para instalações solares na China. Para manter a produção, algumas empresas, como a Longi Green Energy Technology Co, estão operando circuitos fechados em suas fábricas para manter o vírus sob controle.

Os mercados de carvão também estão sendo afetados por sua disseminação desenfreada da covid. A Mysteel relata que a produção de carvão metalúrgico usado pela indústria siderúrgica caiu pela metade no principal centro de mineração de Shanxi, com 10 minas suspendendo a produção e outras 31 reduzindo a operação.

Mas, para o carvão térmico, o abandono dos rígidos controles de vírus melhorou os problemas na oferta, e a China pode não escapar da escassez que normalmente aflige a economia durante o pico da demanda no inverno.

As paralisações das fábricas levaram a uma ligeira queda no consumo de carvão nas usinas, segundo a Fengkuang Coal Logistics, em uma época do ano em que a demanda geralmente aumenta devido às necessidades de aquecimento.

Índia aplicará testes de covid em estrangeiros

MAHESH KUMAR A./AP

A Índia vai aplicar testes aleatórios de covid-19 para turistas estrangeiros, informaram ontem autoridades sanitárias do país. Os funcionários disseram que a medida é necessária diante do grande aumento de casos na vizinha China, que passa por uma onda de novos surtos. O governo indiano também pediu que as administrações locais aumentem a vigilância em saúde para identificar possíveis novas variantes e enviem amostras de todos os casos positivos para laboratórios de sequenciamento genético. Durante o anúncio, feito no Parlamento indiano, Mansukh Mandaviya, ministro da Saúde, fez um apelo para a população usar máscaras e manter o distanciamento social, embora o país tenha abandonado a obrigatoriedade do equipamento desde o início do ano. Segundo dados oficiais, a Índia registra 153 novos casos diários na média de sete dias — um nível estável desde outubro. Na foto, indianos usam máscara em Hyderabad, capital do Estado de Telangana, no sul.

Curtas

Putin diz querer paz

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse ontem que pretende acabar com a "guerra na Ucrânia o mais rápido possível". Foi uma das raras vezes em que ele usou o termo "guerra" para se referir ao conflito. Putin se disse aberto ao diálogo encerrar os combates por vias diplomáticas, mas acusou os ucranianos de bloquear as conversas de paz. Um dia depois de os EUA anunciarem que fornecerão o sistema de defesa Patriot a Kiev, Putin disse que dar armas à Ucrânia apenas prolonga a guerra.

Alemanha resgata Uniper

O governo da Alemanha anunciou ontem ter estatizado a empresa de energia Uniper depois ter recebido sinal verde da União Europeia para resgatar a companhia. Berlim tornou público o plano de estatizar a Uniper em setembro, em um esforço para reduzir os efeitos da escassez de energia causada pela guerra na Ucrânia. Os acionistas da Uniper aprovaram na segunda-feira o acordo pelo qual o governo alemão investirá € 8 bilhões para aumentar o capital da empresa.

Crise no Peru expõe polarização política na América Latina

Análise

Michael Stott
Financial Times

Quando um golpe não é um golpe? A resposta na América Latina hoje depende de seus políticos.

Um golpe costumava ser claro. Em um roteiro que se tornou deprimentemente familiar no século 20, um general, ou junta militar, tomava o poder, apoiado por tropas e tanques, e às vezes pela CIA (o serviço secreto americano).

Hoje, a situação é bem mais complicada. Os golpes militares quase desapareceram da América Latina e, no lugar, a região gerou todo um gênero de golpes alternativos para a remoção de um presidente eleito ou a subversão da democracia: "golpe brando", "autogolpe", "golpe judicial" e até mesmo, nas palavras do ex-presidente boliviano Evo Morales, a "guerra híbrida da direita internacional".

A atual crise no Peru com o impeachment e prisão do ex-presidente Pedro Castillo e a grande divergência diplomática sobre como interpretá-la, ilustra vividamente quão polarizada se tornou a definição de golpe.

Castillo, um ex-professor primário do altiplano andino que venceu as eleições em 2021 com uma chapa marxista, anunciou em 7 de setembro que estava fechando o Congresso, assumindo poderes emergenciais e o Judiciário, para reescrever a constituição. Ele esperava antecipar-se ao Congresso, que deveria votar um pedido de impeachment contra ele por acusações de corrupção.

A tentativa de tomada do poder fracassou espetacularmente quando o Congresso do Peru votou esmagadoramente pelo seu impeachment e empossou a vice-presidente Dina Boluarte como sua sucessora. A polícia então prendeu o ex-presidente sob a acusação de rebelião, provocando protestos de milhares de seus apoiadores e a imposição do estado de emergência por Boluarte.

Castillo tentou dar um golpe? Boluarte rapidamente o classificou como tal, juntamente com a maioria das instituições do Peru. A Human Rights Watch chamou a ação de Castillo como "autogolpe". Os EUA, o Reino Unido e a União Europeia (UE) reconheceram Boluarte como líder legítima do país e enfatizaram a necessidade de apoiar a democracia e promover um diálogo pacífico.

Mas alguns dos presidentes esquerdistas da região viram Castillo como vítima de um golpe, e não como autor. Os líderes do México, Argentina, Colômbia e Bolívia emitiram comunicados declarando do Castillo como "vítima da intimidação antidemocrática" e pediram às instituições peruanas que "não invertam a vontade do povo expressa em uma eleição livre".

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, que classificou os acontecimentos no Peru de um "golpe brando", se recusou a reconhecer Boluarte e ofereceu a Castillo e sua família asilo político no México, muito embora alguns deles estejam sendo investigados por corrupção. Em protesto, o Peru expulsou o embaixador mexicano.

Para Carlos Malamud, especialista em América Latina no Real Instituto Elcano de Madri, a indignação esquerdista em relação a Castillo é parte de uma "história de vitimização contada por progressistas na última década, sobre como governos eleitos pelo povo podem ser destituídos por golpes que vêm de protestos nas ruas, do parlamento ou do judiciário".

Os exemplos incluem a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, destituída em 2016, Morales, que renunciou após protestos de rua e a vice-presidente argentina, Cristina Kirchner, considerada culpada de corrupção neste ano.

Desta vez, a posição de López Obrador em relação ao Peru ficou perto da adotada pelas nações de extrema esquerda Cuba, Venezuela, Nicarágua, Bolívia e partes do Caribe, que emitiram um comunicado como grupo Alba (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), condenando "uma conspiração política criada por forças da extrema direita [do Peru] contra o presidente constitucional Pedro Castillo, forçando-o a adotar as medidas que foram então usadas por seus inimigos no Parlamento para derrubá-lo".

Michael Shifter, ex-presidente da Inter-American Dialogue de Washington, criticou "uma falta de coragem na tomada de uma posição do que indiscutivelmente foi um autogolpe [por Castillo]". "Eles criticam a justiça quando ela vai atrás de um esquerdista que é do clube deles, mas não a criticam quando ela vai atrás de alguém como [o ex-presidente peruano] Pedro Pablo Kuczynski, que é visto como neoliberal", disse ele. "Há muita hipocrisia."

É improvável que o debate polarizado sobre o que constitui um golpe desapareça. Conforme disse Malamud: "Na América Latina, quando você quer chamar algo por um determinado nome, você chama, independentemente dos fatos. O realismo mágico sempre se impõe e tudo se torna possível".

Consumo impulsiona PIB dos EUA no 3º trimestre

Paul Wiseman
Associated Press, de Washington

Dando de ombros para a inflação e a alta dos juros, a economia dos EUA mostrou força entre julho e setembro, com uma expansão anualizada de 3,2%, informou ontem o governo, numa revisão bem superior à estimativa anterior de expansão no terceiro trimestre.

Em sua estimativa anterior, divulgada em 30 de novembro, o Departamento de Comércio havia divulgado um crescimento de 2,9% para o terceiro trimestre. A revisão para cima foi impulsionada pela aceleração no consumo, atualizado para uma taxa anual de 2,3%, em comparação à de 1,7%, da estimativa de novembro. O resultado também foi impulsionado pela força das exportações.

Por outro lado, os investimentos no setor de habitação tiveram uma forte queda de 27,1%, prejudicados pela alta das taxas de financiamento imobiliário, decorrente da decisão do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) de elevar a taxa básica de juros em sete ocasiões em 2022.

Em um dado adicional sobre o mercado imobiliário, as vendas de residências no país caíram mais de 35% em novembro em relação ao ano anterior, de acordo com o índice da corretora de imóveis Redfin, com as taxas de hipoteca atingindo seu nível mais alto em duas décadas e afastando muitos potenciais compradores.

A alta do Produto Interno Bruto (PIB) marca uma retomada no crescimento após duas retrações seguidas, no primeiro e segundo trimestres. Ainda assim, muitos economistas projetam que a economia terá desaceleração e provavelmente entrará em recessão em 2023, diante das taxas de juros mais altas programadas pelo Fed para conter a inflação.

Outro relatório também divulgado ontem mostrou que o mercado de trabalho americano segue resiliente. Os pedidos de seguro-desemprego subiram ligeiramente para 216 mil na semana encerrada em 17 de dezembro, ante 214 mil da semana anterior, segundo dados do departamento de trabalho. Esse número foi menor do que os 222 mil pedidos que os economistas esperavam.

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Criptoativos no radar dos reguladores, finalmente

Esquentou nas últimas semanas o debate a respeito da regulamentação dos criptoativos. No início de dezembro, o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Marcelo Trindade endossou a posição dos que avaliam que regular o investimento em criptomoedas seja um equívoco. "As empresas não se financiam naquelas moedas e o sistema de crédito não depende de suas emissões. A economia popular aplicada nesses investimentos deve ser fiscalizada e protegida individualmente, e não com os impostos dos que decidiram não participar das apostas", escreveu no **Valor** (1/12).

O artigo de Trindade expõe ainda a posição dos professores americanos Stephen Cecchetti e Kim Schoenholtz, que avaliam no Financial Times (17/11) que a regulação dos criptoativos conferiria legitimidade a esse mercado, que não oferece risco para a estabilidade financeira.

Alguns dias depois, outro ex-presidente da CVM, Marcelo Barbosa, também pôs em dúvida a necessidade de regulação dos ativos digitais em entrevista ao **Valor**, argumentando que, se houver alguma oferta com "cara de valor mobiliário" ela receberia o tratamento dado a outros valores mobiliários.

Jairo Saddi entrou no debate em sua coluna mensal no **Valor** (12/12). Saddi defendeu que a "regulação é fundamental na inovação, exatamente para estabelecer os limites que a selvageria não consegue impor". Alertou que, além das criptomoedas, inclusive das moedas digitais dos banco centrais, as CBDC, a tokenização pode apresentar riscos sistêmicos, quando utilizada na negociação de títulos mobiliários.

Trindade voltou ao tema na semana passada e levantou um ponto interessante ao avaliar que a regulamentação poderia dar às criptomoedas um tratamento privilegiado em comparação com o dispensado a moedas estrangeiras e ao ouro, cujo curso é limitado.

O debate entre autoridades do mercado financeiro é instigante, apaixonado e educativo, mas pode ter chegado um pouco tarde. Uma legislação local a respeito dos criptoativos começa a ganhar forma. No fim de novembro, a Câmara dos Deputados aprovou o Marco Legal dos Criptoativos (PL 4401/2021), sancionada ontem. Os detalhes serão definidos pelo órgão regulador a ser indicado.

Alguns problemas, como a ausência de segregação patrimonial entre investidores e exchanges, são notórios. O texto também não trata de valores mobiliários tokenizados, atribuição que deve ficar a cargo da CVM. Em outubro, a CVM divulgou Parecer de Orientação sobre criptoativos e o mercado de valores mobiliários, consolidando o entendimento de eventuais normas aplicáveis e de sua atuação.

No mercado internacional, as autoridades correm para recuperar a dianteira assumida pelo mercado. Consulta pública sobre regulamentação internacional para os criptoativos circula há dois meses por iniciativa do Financial Stability Board (FSB). Zeloso de sua missão de cuidar da estabilidade financeira global, o FSB argumentou que a crescente conexão entre os mercados financeiros tradicionais e os criptoativos deve ser monitorada para evitar ameaça à estabilidade financeira; e fala até em uma stablecoin global.

Ainda nesta semana o Bank for International Settlements (BIS) estabeleceu padrões prudenciais globais para a exposição dos bancos a criptoativos, com requisitos de capital como os exigidos de qualquer ativo financeiro. De acordo com um relatório do BIS publicado em junho, cerca de 90% dos bancos centrais estão considerando a adoção de CBDCs.

O que contribuiu para despertar as autoridades, 14 anos após o surgimento do blockchain e do bitcoin, parece ter sido a quebra da Exchange FTX que, embora tenha sido mais um caso de fraude, como disse Saddi, deixou 1 milhão de credores. Antes dela houve o colapso do projeto Terra/Luna, que zerou seu valor. No Brasil são vários os casos de fraudes com faraós, sheiks e outras alegorias do bitcoin. Dada a dimensão do novo mercado é difícil não haver contágio do sistema financeiro tradicional. Daí a preocupação com o negócio. Afinal, o volume investido em criptomoedas no país já é grandioso.

Estudo feito pela Accenture calcula que 6 milhões de brasileiros investem em criptomoedas, o equivalente a 3% da população e mais do que os 5 milhões de CPFs cadastrados na B3. Ainda de acordo com a Accenture, as criptomoedas em posse dos brasileiros somavam R$ 270 bilhões em abril de 2022, o equivalente a 3% do PIB nacional, o que dá R$ 45 mil por pessoa, sem contar que parcela dos recursos são movimentados em exchanges no exterior e podem ficar fora do radar.

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora
Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Representação Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**
Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedidoà central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.618,80 ou R$ 134,90 mensais.**
Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

FABIANO ROCHA / AGÊNCIA O GLOBO

Cada alimento desperdiçado colabora para acelerar as mudanças climáticas. Por ***Alcione Pereira***

As várias facetas do desperdício alimentar

Quando se fala em desperdício de alimentos, em geral, apenas se pensa em alguma das suas muitas facetas. Mas é muito importante que todos os setores da sociedade tenham mais consciência das repercussões disso e da sua co-responsabilidade sobre elas. Também é comum apontar essa responsabilidade somente para o consumidor final e é bem verdade que ele é uma peça chave, mas não a única.

Entre os últimos dias 7 e 18 de novembro, a ONU realizou a COP27 (Conferência das Partes, em sua 27ª edição) no Egito, reunindo lideranças mundiais para discutir o atual cenário social, ambiental e econômico, e a implementação de ações efetivas para cada setor. Pela primeira vez, os sistemas alimentares e o seu impacto no meio ambiente ganharam destaque no evento, e no dia 15 foi lançado o #123Pledge (#Compromisso123). Esse compromisso é uma iniciativa da coalizão mundial Food is Never Waste, e o nome faz alusão ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 12.3, que quer reduzir os desperdícios em 50% até 2030.

Mas, por que será que, finalmente, esse detalhe tão importante – o desperdício de alimentos – ganhou espaço na conferência da ONU sobre as mudanças climáticas? Porque cada miligrama de comida que não cumpre a sua função, a de alimentar, colabora para acelerar as mudanças climáticas. Desde o plantio até a venda ao consumidor, cerca de um terço de toda a comida produzida no mundo inteiro vai para o lixo. A ONU estima que 80% desse desperdício ocorra em decorrência do manuseio, transporte e centrais de abastecimento. No Brasil, o número de alimentos desperdiçados chegou a 27 milhões de toneladas por ano. Se considerássemos apenas a fome que assola as mais de 828 milhões de pessoas no mundo, isto já seria motivo suficiente para todas as empresas se engajarem na redução do desperdício. Só no Brasil, mais da metade da população enfrenta algum tipo de insegurança alimentar, são mais de 125 milhões de brasileiros que não fazem as três refeições diárias, e cerca de 30 milhões literalmente passam fome. Esse paradoxo não pode continuar existindo.

No nosso país, há décadas que a sociedade civil brasileira se mobiliza para melhorar a condição nutricional daqueles que não têm acesso digno à comida. A partir da ação individual, surgiram muitas organizações civis que desempenham um papel louvável, mas devido à combinação de distintos fatores, como o próprio crescimento populacional, o aumento do desemprego com consequente piora do poder aquisitivo e das condições de vida em geral, a pandemia global, entre outros, apenas essas iniciativas não conseguem dar conta de mitigar a fome. Afinal, é como querer parar um vazamento de um longo cano apenas tapando a saída, sem consertar as rupturas ao longo do caminho.

A ONU estima que 80% do desperdício ocorra em decorrência do manuseio, transporte e centrais de abastecimento

Investir no chamado ESG (estratégia que considera o meio ambiente, o social e as pessoas) é uma condição para qualquer empresa que queira verdadeiramente ser mais responsável. E a palavra é mesmo "investir", pois o retorno positivo de se dar atenção a essa estratégia é imenso. Em primeiro lugar, para o próprio negócio, pois evitam-se perdas e, consequentemente, prejuízos financeiros, além de melhorar a percepção do consumidor, trazendo resultados mais favoráveis em termos de reputação e de vendas. Depois, para as pessoas, todos os stakeholders, já que os funcionários estarão mais satisfeitos, assim como os acionistas e a comunidade em geral. E, ainda, para os que podem se beneficiar das doações de alimentos (quando as perdas forem inevitáveis) e para o meio ambiente, que deixará de receber toda a carga dessas perdas.

Por falar em meio ambiente, esta é uma das outras tantas razões para a tomada de consciência e ação urgente de todos os envolvidos: segundo o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), cerca de 10% de todas as emissões de gases de efeito estufa são geradas pela produção de alimentos. Isso sem falar do uso intensivo e da poluição da terra e dos recursos hídricos, além da exacerbação da perda da diversidade. O simples – e nefasto – fato de serem jogadas incontáveis toneladas de comida no lixo todos os dias, traz consequências desastrosas nesse sentido.

Por isso, é imprescindível que toda a cadeia de produção esteja engajada na redução das perdas e do desperdício para a mitigação de riscos, desde o plantio até a venda ao consumidor. Mais que estar consciente, é preciso atuar no enfrentamento ao combate à fome e o desperdício de alimentos, e a indústria e varejo são uma das partes para essa transformação, que deve estar cada vez mais engajada com as questões socioambientais. Para que esses setores atuem de maneira efetiva nesta empreitada, o primeiro passo é o foco em algumas ações primordiais:

Levantar dados para ter noção do tamanho atual das perdas, sejam elas por quebra operacional, erros administrativos ou outros motivos. É importante que a empresa mapeie e entenda os seus processos, para compreender como adotar práticas sustentáveis.

Sensibilizar e treinar todos os times operacionais envolvidos na gestão do negócio – portanto, todos os colaboradores.

Implementar controles para a melhoria efetiva dos processos, tendo a redução das perdas e do desperdício como foco central, mas com vistas ao desempenho do seu papel na reversão do paradoxo entre a produção de alimentos e a fome e na redução do impacto negativo sobre o meio ambiente.

Diante desse contexto, não é possível ficar assistindo sem agir. Toda a sociedade pode ser mais atuante. Às empresas, cabe também cuidarem da sua co-responsabilidade socioambiental, além do próprio negócio. Vivemos em um cenário em que é cada vez mais fundamental evoluir nas discussões sobre a responsabilidade de práticas ambientalmente sustentáveis. Mais que respeitar o meio ambiente, a organização acaba por seguir como um exemplo no engajamento dessas causas, motivando funcionários, clientes, investidores e parceiros com relação à importância da defesa de questões sociais e ambientais, e entende que investir em uma gestão empresarial sustentável também traz benefícios econômicos de longo prazo.

Alcione Pereira é engenheira de alimentos, mestre em Sustentabilidade pela FGV, é fundadora da Connecting Food – uma foodtech que trabalha na gestão inteligente de doação de alimentos excedentes.

Opinião

Eco-eficiência e eco-suficiência

Ricardo Abramovay

Dê um Google em "eco-eficiência" (eco-efficiency em inglês) e encontrará mais de 1,9 milhão de referências. Já o termo sem o qual a ecoeficiência se torna um verdadeiro furo na água, a eco-suficiência (eco-sufficiency), recebe pouco mais de sete mil menções. É uma expressão emblemática do estado em que se encontra o esforço global para que o sistema econômico não ultrapasse as fronteiras ecossistêmicas além das quais a própria vida na Terra encontra-se sob ameaça.

De fato, o mundo está se tornando cada vez mais eficiente no uso dos recursos necessários para a oferta de bens e serviços. Produzir mais com menos é consigna unânime. Já a eco-suficiência (que, nas línguas latinas, pode ser traduzida por sobriedade), fica relegada a uma espécie de nota de rodapé no almanaque das orientações socioambientais. A evidência de que há bens e serviços dos quais é importante estabilizar e até mesmo reduzir a oferta é ofuscada em benefício do cândido otimismo que faz da ciência e da tecnologia caminhos quase exclusivos no enfrentamento da crise climática, da erosão da biodiversidade e da poluição.

Não há melhor exemplo deste contraste entre ecoeficiência e sobriedade que o oferecido pelo sistema agroalimentar global. Os documentos vindos de algumas das mais importantes consultorias e organizações globais postulam que, para fazer frente ao aumento da renda e ao crescimento populacional de um mundo que deve chegar a dez bilhões de habitantes até 2100, será preciso aumentar drasticamente a produção agropecuária e, especialmente, a oferta de carnes. Mas esta previsão costuma ser imediatamente acompanhada pela ressalva de que expansão de tal magnitude é incompatível com a meta de conter a elevação da temperatura global média abaixo de 1,5º e com o objetivo de reduzir a destruição da vida no solo, nas florestas e nas águas.

Entre 2020 e 2100, a oferta de alimentos, energia e fibras a partir dos atuais padrões produtivos, provocará emissões de 1.365 gigatoneladas de gases de efeito estufa. Ora, o orçamento carbono para que o mundo tenha 67% de chance de conter a elevação da temperatura global média em 1,5% é de 500 gigatoneladas. Se a meta for uma elevação não superior a 2º a margem é maior, mas chega a apenas 1.405 gigatoneladas. Isso significa que mesmo que a economia global fosse inteiramente descarbonizada, a agropecuária sozinha ultrapassaria os limites além dos quais o sistema climático entraria em colapso, como mostra importante artigo de Michael Clark, da Universidade de Oxford e colaboradores, na Science[1].

O contraste entre ecoeficiência e sobriedade exprime-se bem no vínculo entre padrões produtivos e regimes alimentares. Se o mundo adotasse a dieta típica norte-americana, isso exigiria seis vezes mais área agrícola que a adesão ao regime alimentar da Índia, segundo estudo de Peter Alexander e colaboradores[2]. Esta dieta está na raiz da pandemia de obesidade que atinge nada menos que 40% dos norte-americanos, com consequências desastrosas para a saúde humana.

Entre 2020 e 2100, a oferta de alimentos e energia provocará emissões de 1.365 gigatoneladas de gases de efeito estufa

Não se trata, é claro, de encontrar padrões universais que não levem em conta as condições e as culturas alimentares e culinárias de cada região. Trata-se sim de contestar que o caminho para uma alimentação saudável e um sistema agropecuário sustentável é a produção cada vez maior.

A luta por um regime agroalimentar saudável e sustentável está organicamente vinculada à aspiração de redução das desigualdades. Condicionar o uso dos recursos ecossistêmicos voltados à alimentação às reais necessidades dos indivíduos é a premissa básica para que a agricultura contemporânea não ultrapasse as fronteiras planetárias que até aqui ela tem agredido. Documento do WWF internacional[3] estabelece cinco objetivos em direção a uma dieta planetária voltada para as pessoas e para a regeneração ecossistêmica.

A primeira é que a alimentação contemporânea tem que zerar e reverter a perda de biodiversidade à qual, até aqui, ela é associada. A segunda é a drástica redução das emissões do sistema agroalimentar. Hoje estas emissões chegam a 16,5 gigatoneladas de gases de efeito estufa e a meta deve ser que o sistema agroalimentar em alguns poucos anos não emita mais que cinco gigatoneladas. Como as carnes estão no epicentro do sistema agroalimentar mundial, atingir este objetivo exige a migração para dietas muito mais baseadas em plantas do que em carnes. Regimes alimentares menos carnívoros tendem a exigir menores superfícies de cultivo que os padrões atuais. A terceira orientação, portanto, é de que a demanda alimentar seja satisfeita sobre a mesma superfície hoje já usada ou até reduzindo esta ocupação.

A quarta orientação está na busca de emissões negativas por parte da agropecuária. Zerar o desmatamento é, na América Latina, o principal caminho nesta direção. Mas reduzir as emissões de metano da pecuária e encontrar técnicas produtivas que favoreçam o bem-estar animal é um caminho fértil para adaptar a oferta agropecuária às reais necessidades de alimentação saudável das pessoas. Por fim, a quinta orientação refere-se à eficiência no uso de todos os insumos necessários à produção agropecuária.

O mundo empresarial tem ampliado os parâmetros que medem a eficiência de suas atividades, muito além daquilo que o sistema de preços é capaz de revelar. Levar a sério esta transformação exige mais que a avaliação dos impactos da oferta de bens e serviços sobre os ecossistemas. Não só no sistema agroalimentar, mas na economia como um todo, sem a pergunta de Ghandi sobre "o quanto é o suficiente", o combate à pobreza e às desigualdades converte-se numa corrida maluca em direção a um destrutivo infinito que jamais poderá ser alcançado.

[1]https://www.science.org/doi/10.1126/science.aba7357

[2]https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378016302370?via%3Dihub

[3]https://www.worldwildlife.org/publications/bending-the-curve-the-restorative-power-of-planet-based-diets

Ricardo Abramovay é professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP e autor de Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (Ed. Elefante).

O protecionismo estabelece um padrão baixo. Por *Anne O. Krueger*

A caminho de uma guerra comercial global

O mundo está envolvido em uma megacrise que inclui a pandemia de covid-19, a guerra da Rússia na Ucrânia, a inflação alta, os temores de recessão e o aumento dos problemas com dívida nos mercados emergentes e países em desenvolvimento. A última coisa de que precisamos é uma fonte adicional de danos econômicos. Mas é isso que poderemos ter, na forma de uma guerra comercial destrutiva.

Guerras comerciais são imensamente prejudiciais porque os países envolvidos tendem a retaliar erguendo barreiras comerciais ainda maiores. Esse ciclo vicioso foi responsabilizado por prolongar muito a Grande Depressão na década de 30, razão pela qual os Estados Unidos lideraram um esforço para desenvolver um novo sistema comercial mundial após 1945, preparando o terreno para o mais bem-sucedido período de crescimento econômico global da história. Por 70 anos o comércio mundial foi sustentado pelo Estado de Direito, com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, sucedido pela Organização Mundial do Comércio, OMC – garantindo o julgamento imparcial de disputas.

Mas em 2017, o governo de Donald Trump retirou o apoio dos EUA à OMC e iniciou uma guerra comercial com a China. Além de impor tarifas discriminatórias às importações, ele também impôs taxas mais abrangentes sobre itens como aço e alumínio, alegando preocupações com a "segurança nacional". Embora a maioria dos advogados comerciais acreditasse que essas medidas eram ilegais sob as regras da OMC, os parceiros comerciais dos EUA evitaram retaliar na esperança de que o governo seguinte revertesse as políticas protecionistas de Trump.

Infelizmente, o governo do presidente Joe Biden não rescindiu as medidas de Trump, nem restabeleceu funções importantes da OMC como o mecanismo de resolução de disputas. E como se isso não fosse ruim o suficiente, a Lei da Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês), implementada este ano e a Lei Chips e Ciência infligirão tantos danos a grandes parceiros comerciais e aliados que eles quase certamente terão que retaliar, e o mundo vai se deparar com outra grande crise: o colapso do sistema comercial internacional.

A Lei da Redução da Inflação, implementada este ano e a Lei Chips e Ciência infligirão tantos danos a grandes parceiros comerciais e aliados que eles quase certamente terão que retaliar, e o mundo vai se deparar com outra crise: o colapso do sistema comercial internacional

Tanto a IRA como a Chips são abertamente protecionistas e discriminatórias, violando acordos que os EUA firmaram por meio de sucessivas rodadas de negociações multilaterais de redução de tarifas. Por exemplo, a IRA oferece um subsídio de US$ 7.500 para compradores americanos de carros elétricos, desde que eles sejam feitos na América e compostos predominantemente por peças americanas (e esses componentes precisam incluir baterias, que constituem 40% do custo de um veículo elétrico). Do mesmo modo, a Lei Chips aloca US$ 52 bilhões para financiar investimentos em "fabs" (fábricas de produção de chips) construídas por empresas privadas nos EUA.

É duvidoso que o subsídio aos veículos elétricos, que discrimina fortemente os carros de fabricação estrangeira (além de baterias e outros componentes) provenientes da União Europeia, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul, será justificado.

A Lei Chips tem uma probabilidade ainda menor de alcançar os resultados desejados por seus apoiadores. Já há um excesso iminente de oferta de semicondutores e isso levou alguns grandes produtores (americanos e estrangeiros) a declarar que somente prosseguirão com seus planos de construir novas unidades de produção se receberem subsídios.

Os líderes políticos estrangeiros simplesmente não podem permitir que suas próprias montadoras percam participação de mercado como resultado dos subsídios dos EUA. Como o presidente francês Emmanuel Macron deixou claro para Biden durante sua visita recente à Casa Branca, o protecionismo unilateral da América poderá desencadear uma guerra comercial mais ampla. Da mesma forma, outros governos estão sob pressões políticas crescentes para subsidiar a produção de chips em resposta às medidas recentes dos EUA e vários fabricantes estrangeiros estão anunciando planos de construir fábricas nos EUA para evitar a competição injusta.

Se a IRA e a Chips entrarem em vigor em 1º de janeiro, é quase certo que os aliados da América retaliarão, o que por sua vez será um convite a contramedidas dos EUA. Essa escalada olho por olho poderá afetar mais e mais categorias de exportação, aumentando a escala dos danos econômicos. Macron já indicou que a Europa deve discriminar em favor de suas indústrias.

A questão dos chips deveria ser levada para a OMC, e os EUA deveriam acatar uma provável decisão de que os subsídios são ilegais. Os fabricantes de chips poderiam concordar com um pacto especificando regras de exportação para máquinas e chips e um mecanismo de fiscalização.

As novas instalações em construção são para chips já em produção, e estoques desses chips poderiam ser formados, em vez de se investir em novas fábricas, especialmente agora quando a demanda por chips parece ter caído. É muito improvável que todo o maquinário e know-how incorporado na produção de máquinas para fabricar chips e dos próprios chips em outros países possam ser trazidos de volta para os EUA. Qualquer uma dessas medidas certamente alcançaria resultados mais próximos dos objetivos dos EUA.

Também para os veículos elétricos e baterias, os produtores estrangeiros e internos precisam competir em pé de igualdade. Países exportadores de automóveis poderão subsidiar todos os compradores de novos carros elétricos na mesma quantia que os americanos; o governo Biden poderá buscar uma emenda à lei para fornecer subsídios à compra de todos os veículos elétricos, incluindo os importados. Além disso, os requisitos de conteúdo nacional dos EUA para baterias também precisariam ser ajustados. Qualquer uma dessas medidas permitiria um resultado muito superior para a economia mundial. O protecionismo estabelece um padrão baixo. *(Tradução de Mário Zamarian).*

Anne O. Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-primeira vice-diretora-gerente do FMI, é professora pesquisadora sênior de economia internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e membro sênior do Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Stanford.

www.project-syndicate.org

Frase do dia

"É o último prego no caixão de um mundo que buscava criar uma economia global aberta e integrada."

De Mauricio Santoro, professor da Uerj, sobre a guerra da Ucrânia

Cartas de Leitores

Distribuir renda

O Imposto sobre a Renda deve recair diretamente sobre os afortunados e prever faixa de isenção ou de alíquotas menores na base da pirâmide. Nesse sentido, em teoria seria o tributo essencialmente justo, com sua finalidade de distribuir a renda social. Porém, graças às possibilidades de manobras legais, as maiores riquezas não são taxadas ou escapam em boa medida por frestas que encontram num sistema jurídico complexo. Nessas circunstâncias se insere a notícia do **Valor**, na página 13 da edição de 22/12, segundo a qual o multimilionário Donald Trump , ex-presidente americano, nada pagou sobre a renda pessoal em 2020, e entre 2017 e 2019 recolheu parcos US$ 1,1 milhão. O fato ficou claro após uma Comissão da Câmara expor suas declarações. Resta saber se será processado, na República que se diz pautar por Justiça inclemente. Seu indiciamento dependerá do Departamento de Justiça e não é certo que ocorrerá. Em nosso País corre que as maiores fortunas, sobretudo os banqueiros, também não contribuem, ou contribuem irregularmente, ao Fisco federal. No outro extremo, a classe média não escapa das malhas do Estado leonino. O saneamento do sistema, no bojo da reforma tributária, já abrirá um caminho no sentido de redução da inominável desigualdade social brasileira, mediante a taxação eficaz de grandes fortunas.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

EUA e Ucrânia

A reunião presencial dos dirigentes da Ucrânia e dos EUA, em Washington terá um efeito muito forte na atual guerra entre a Rússia e Ucrânia. De que forma serão, ainda não se pode imaginar, mas é certo que a doação de equipamentos mísseis de defesa Patriot pode mudar os rumos do atual conflito. Quais serão as consequências em todo o mundo do desfecho de tal conflito?

José Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Justiça

Sérgio Cabral, criminoso e corrupto confesso, deixou a cadeia onde cumpria pena de mais de quatro séculos, acumulados por conta de seus delitos. Esteve preso durante seis anos com o rótulo de prisão preventiva, sem que fosse efetivamente julgado. A sociedade, perplexa, tenta entender como funciona uma justiça que mantém um condenado durante tanto tempo naquela condição, por receio de que ele possa perturbar o andamento dos inúmeros processos a que responde, não exarando, assim, decisão definitiva Triste espetáculo, o de assistir ao vivo a cores à chegada em seu domicílio onde cumprirá pena. Onde estão e como agem os juízes no Brasil, em princípio encarregados de defender a sociedade?

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Executivo Relações Exteriores e Meio-Ambiente são foco do quarto balanço do Valor sobre atual governo

Politização no Itamaraty isola o país no exterior

Murillo Camarotto
De Brasília

Os quatro anos de Jair Bolsonaro mergulharam o Brasil em um nível de isolamento inédito na história recente do país. A política externa teve a marca do ex-chanceler Ernesto Araújo, diplomata que foi alçado ao comando do Itamaraty e que liderou a agenda antiglobalista responsável por rebaixar o Brasil a pária internacional — posição da qual o próprio disse ter orgulho.

Araújo ficou à frente da pasta por dois anos e quatro meses e só perdeu o emprego porque Bolsonaro foi pressionado pelo Centrão no Congresso, preocupado com a repercussão da retórica do ex-chanceler sobre a pauta de exportações do agronegócio. Em uma escolha pragmática, o presidente nomeou como substituto Carlos França, que chegou ao comando da diplomacia brasileira sem jamais ter liderado uma embaixada.

Durante seu mandato, Bolsonaro visitou Rússia, Índia e China, três membros do BRICS, mas deu maior espaço para países governados então pela extrema-direita, como Hungria e Polônia. Na Rússia, esteve com Vladimir Putin dias antes da invasão da Ucrânia e chegou a sugerir que poderia ter interferido para evitar a guerra.

No âmbito regional, destratou presidentes dos vizinhos mais importantes, como Argentina, Chile e Colômbia. Seu isolamento também ficou evidente nas principais cúpulas globais, quando era frequentemente visto conversando com seguranças e garçons e comendo em restaurantes de rua.

Logo nos primeiros meses de governo, Bolsonaro promoveu um alinhamento automático à Casa Branca, comandada à época pelo republicano Donald Trump. Em uma de suas primeiras viagens internacionais, em março de 2019, ofereceu um jantar na embaixada brasileira em Washington que contou com a presença do filósofo Olavo de Carvalho — morto no início deste ano e considerado o mentor ideológico do bolsonarismo e, em especial, de Ernesto Araújo.

Entre os comensais também estava Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e atualmente condenado por participação nos ataques ao Capitólio. Meses depois do jantar, durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Bolsonaro verbalizou seus sentimentos: "Eu te amo, Trump", ele afirmou.

Em outra tentativa de mimetizar o americano — e também de agradar ao público evangélico —, Bolsonaro anunciou a transferência da embaixada do Brasil em Israel. O então primeiro-ministro de Israel, Benyamin Netanyahu, que agora voltou ao cargo, prestigiou a posse de Bolsonaro. O presidente foi a Israel e repetiu a promessa. Mais uma vez pressionado pelo Centrão e pela bancada do agronegócio, preocupado com as exportações para o mundo árabe, ele recuou.

No auge do relacionamento com Trump, Bolsonaro tentou emplacar o próprio filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), como embaixador do Brasil nos Estados Unidos. A potencial indicação chocou diplomatas e políticos e o presidente acabou desistindo. Antes, no entanto, ele defendeu publicamente dar o "filé mignon" ao filho, que seria "fluente em inglês".

Apesar de uma parte importante da política externa de Bolsonaro ser marcada apenas pela retórica, o alinhamento com Trump resultou em decisões objetivas. Ignorando a possibilidade de uma vitória democrata em 2020, Bolsonaro e Araújo cederam a muitos interesses da Casa Branca, entre eles a entrega aos americanos da indicação do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em novembro de 2018, antes da posse, o presidente brasileiro recebeu em sua casa, no Rio de Janeiro, o então conselheiro de Trump para segurança nacional, John Bolton. Chamou atenção na época a forma pela qual o americano foi recebido pelo chefe de Estado brasileiro, que lhe prestou continência.

No período de Araújo, o Brasil também prorrogou a isenção do imposto de importação sobre o etanol americano e estendeu, sem contrapartida, a isenção de visto para cidadãos dos Estados Unidos. Já Trump, preocupado com a reeleição, agiu na contramão e anunciou barreiras ao aço brasileiro.

Em troca, o governo Bolsonaro conseguiu a promessa de apoio americano para o ingresso do país na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também um pacote comercial com os Estados Unidos, que contempla eliminação de algumas regras aduaneiras e regulatórias.

Pesquisador visitante na Universidade de Oxford, Dawisson Belém Lopes avalia que a política externa de Bolsonaro foi essencialmente retórica, sempre com algum objetivo eleitoral por trás. Nesse cenário, quando as convicções do presidente esbarravam nos seus anseios políticos, mudava de opinião imediatamente. "Entendo que, embora a gestão da política externa tenha sido pífia, o impacto no médio e longo prazo é baixo. Buscou ser revolucionária, mas entregou pouco", diz Lopes.

O democrata Joe Biden venceu a corrida à Casa Branca e deixou Bolsonaro órfão. Assim como fez após perder, ele próprio, a reeleição, o brasileiro adotou o silêncio e foi um dos últimos líderes a cumprimentar o americano. Não tiveram a mesma reverência os presidentes eleitos da Argentina, Alberto Fernandez, e da Colômbia, Gustavo Petro, que nem sequer receberam os cumprimentos de Bolsonaro. Gabriel Boric, eleito no Chile, foi tratado como "o tal do Boric".

O alinhamento deliberado a Trump também representou um princípio de crise diplomática com a China. Já nos primeiros meses de governo, Araújo chegou a dizer que o Brasil "não iria vender sua alma para exportar soja e minério de ferro". O então chanceler também fez o possível para atender os interesses americanos e impor restrições aos asiáticos no leilão da tecnologia 5G de telefonia móvel. Bolsonaro acabou sendo convencido a não ir adiante.

Os momentos mais sensíveis da crise, contudo, aconteceram durante a pandemia. Bolsonaro, seus filhos, o ministro Paulo Guedes e Araújo sugeriram algumas vezes que os chineses teriam criado o vírus em laboratório e o espalhado intencionalmente. A reação do então embaixador da China no Brasil chegou às redes sociais e a relação ficou bastante fragilizada, inclusive com suspeitas de atraso proposital no envio de matéria-prima para a produção de vacinas contra a covid-19.

A tensão com os chineses ligou o alerta no agronegócio, obrigando Bolsonaro a entregar a cabeça do chanceler, em março do ano passado. Belém Lopes afirma que o substituto tentou dar um verniz de legitimidade à "exótica" política externa do governo. França já sabia, porém, que quem conduz as relações internacionais é Bolsonaro.

"Sou acusado de não fazer oposição a Bolsonaro, mas essa nunca foi a minha missão", disse França ao **Valor**. "A política externa é a que foi eleita em 2018. O que fiz foi assessorar o presidente da melhor maneira possível. Quem é bem assessorado toma decisões melhores", completou o chanceler.

Apesar de concordar com várias críticas, França tem ressalvas à tese de que o Brasil se isolou do mundo. Para ele, essa é uma percepção que habita mais a opinião pública do que as esferas técnicas das relações exteriores. O ministro menciona algumas posições importantes conquistadas pelo Brasil recentemente, como uma na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em defesa de sua gestão, França cita o ajuste no discurso de Bolsonaro em relação ao meio ambiente e um "choque de gestão" no Itamaraty, com mais orçamento, ampliação da rede consular e fortalecimento da formação dos novos diplomatas. Admite, contudo, que teve dificuldades em melhorar a relação de Bolsonaro com os vizinhos Argentina, Chile e Colômbia.

Procurado, Araújo não retornou até o fechamento dessa edição.

ALAN SANTOS/PR

Bolsonaro em visita a Putin: presidente visitou Rússia dias antes de guerra e afirmou que tinha como evitar conflito

Política ambiental desconectou Brasil da agenda global

De Brasília

A principal conquista reivindicada pela política externa do presidente Jair Bolsonaro é o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, celebrado em 2019 após mais de 20 anos de negociações. A assinatura e a formalização do acordo, entretanto, esbarraram em outro calcanhar de Aquiles do governo, a política ambiental.

Bolsonaro venceu as eleições com a promessa declarada de maior boa vontade com desmatadores, garimpeiros e pescadores ilegais e de linha dura com povos indígenas, ONGs e servidores públicos dedicados à preservação ambiental. Desconectado da agenda global, o Brasil perdeu rapidamente o protagonismo no debate e, logo em seguida, dinheiro.

Antes mesmo de assumir, Bolsonaro já anunciou a desistência do Brasil em sediar a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, que ocorreria em 2019, em Salvador. O então presidente eleito responsabilizou o custo do evento, que era preparatório para a COP25, e a tendência de haver "constrangimento" ao novo governo.

Na mesma época, disse ainda que pretendia seguir o presidente americano Donald Trump e retirar o Brasil do Acordo de Paris, o que acabou não acontecendo.

Escolhido para comandar o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o advogado Ricardo Salles também não fez questão de demonstrar grande entusiasmo com a preservação ambiental e ganhou logo o apelido de "antiministro". Pressionado no início da gestão pelas queimadas na Amazônia e por um misterioso derramamento de óleo nas praias do Nordeste, o governo chegou a sugerir, sem provas, que ativistas ambientais estariam por trás das ocorrências.

Revoltado com a divulgação dos dados que atestavam os níveis recorde de fogo na Amazônia, Bolsonaro decidiu demitir o então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, cientista responsável pela aferição. De acordo com o presidente, "não havia mais clima" para que Galvão continuasse no cargo.

Na mesma época, na esteira dos acontecimentos, Alemanha e Noruega anunciaram a suspensão dos repasses do Fundo Amazônia, criado em 2008 para auxiliar no combate ao desmatamento na região. Salles deu entrevistas colocando em dúvida a eficácia do fundo e desmontou os comitês que garantiam o seu funcionamento.

"O Fundo Amazônia tem R$ 3,3 bilhões já depositados e que poderiam ajudar muito na fiscalização. Para se ter uma ideia, o Ibama dispõe de R$ 200 milhões por ano para fiscalização", explica Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e membro do Observatório do Clima.

Ela vê os quatro anos de Bolsonaro como um projeto bem-sucedido de desconstrução de políticas públicas na área ambiental. Destacam-se entre as principais ações o esvaziamento da fiscalização, por meio de cortes orçamentários, e a retirada da Agência Nacional de Águas (ANA) e o Serviço Florestal Brasileiro da jurisprudência do MMA.

"A opção, intencional, foi não fazer política pública, em uma visão de mundo que vê a política ambiental como uma barreira", afirmou **Valor** Suely Araújo.

Dados mais recentes do Imazon mostram o maior desmatamento na Amazônia em 15 anos, com quase 11 mil km² de florestas derrubados entre agosto de 2021 e julho deste ano. Ao fim do período Bolsonaro, a área devastada aumentou 150% em relação a 2018.

De olho nesses dados, os europeus interromperam o processo para a finalização do acordo comercial com o Mercosul. Em entrevista ao jornal "O Globo", o representante da União Europeia em Brasília, Ignacio Ybáñez, confirmou que a pendência tem origem "na desconfiança que geraram no Parlamento europeu e em outros parlamentos os dados sobre desmatamento no governo Bolsonaro".

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, admite que a posição do Brasil no debate ambiental estava "desajustada" quando ele assumiu a pasta, mas acredita que o discurso melhorou no último ano. Também faz questão de registrar que a União Europeia não pode usar a preocupação ambiental como justificativa para impor práticas protecionistas ao acordo.

A simples existência do MMA já foi considerada uma vitória. O plano original de Bolsonaro era extinguir a pasta e transformá-la em uma secretaria dentro do Ministério da Agricultura. Diante de protestos de ex-ministros da pasta, de ambientalistas e de alertas feitos por alguns setores do agronegócio, o presidente mudou de ideia.

Salles, no entanto, seguiu em frente com uma agenda de desmonte das políticas ambientais, que se tornou pública em 2020, quando em uma reunião ministerial ele defendeu que o governo aproveitasse que a atenção da mídia estava voltada à pandemia para "passar a boiada" na flexibilização das regras de fiscalização.

Uma auditoria recente da Controladoria-Geral da União (CGU) mostrou que alterações normativas promovidas pelo MMA nos últimos anos resultaram em uma queda de 91% no volume de processos sancionatórios julgados pelo Ibama. A investigação atribui a duas portarias assinadas por Salles a responsabilidade pela redução.

A proximidade de Salles com garimpeiros e madeireiros se tornou pública já nos primeiros meses de governo e se manteve durante todo o período em que ele esteve à frente da pasta. Em agosto de 2020, Salles carregou um grupo de garimpeiros no avião da FAB e os levou até Brasília para se reunir com integrantes do governo.

No final do mesmo ano, foi a vez do então presidente do Ibama, Eduardo Bim, se encontrar com empresários interessados no afrouxamento das regras para exportação de madeira nativa. Dias após encontro, os pleitos foram atendidos. Alguns meses depois, Bim foi afastado do cargo por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), sob suspeita de corrupção e advocacia administrativa envolvendo os madeireiros.

A mesma investigação chegou a Salles, que foi alvo de mandados de busca e apreensão. À época, ele classificou a operação como "exagerada" e "desnecessária", mas poucas semanas depois a permanência ficou insustentável e ele acabou pedindo demissão. O então secretário da Amazônia e Serviços Ambientais da pasta, Joaquim Leite, foi nomeado em seu lugar.

A contestada gestão de Salles não impediu seu sucesso político. O ex-ministro foi eleito deputado federal em São Paulo. Ricardo Galvão, candidato ao mesmo cargo pela Rede, perdeu.

Procurados, Salles e Leite não retornaram até o fechamento dessa edição. *(MC)*

JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO

Salles: ministro da área até 2020 desmontou fiscalização ambiental, se envolveu em escândalo e foi eleito deputado

Valor

Empresas

Destaques

Vale reestrutura comando

A Vale redesenhou seu comitê executivo, com criação de vice-presidências. A vice-presidência executiva de estratégia e transformação de negócios será extinta e Luciano Siani deixará a companhia em janeiro. Foi criada a vice-presidência executiva de soluções de minério de ferro, que será liderada por Marcello Spinelli, com objetivo de acelerar o desenvolvimento de produtos e aperfeiçoar a estratégia de marketing. A vice-presidência executiva de operações irá aprofundar a padronização de processos e promover mais segurança, estabilidade operacional, flexibilidade e eficiência. O executivo será Carlos Medeiros. Para apoiar o desenvolvimento e a longevidade do portfólio, Alexandre Pereira assume a vice-presidência executiva de projetos. A vice-presidência executiva técnica irá incorporar as atribuições da vice-presidência executiva de segurança e excelência operacional e fica com o atual diretor de geotecnia, Rafael Bittar.

Vivo Ventures investe

A Telefônica Brasil investiu R$ 10 milhões na startup Klubi por meio do seu fundo de capital de risco corporativo Vivo Ventures. De acordo com a empresa, o Klubi é uma fintech que oferece consórcios de automóveis. O objetivo do investimento é reforçar a presença da marca Vivo na área de serviços financeiros, impulsionando a plataforma de crédito pessoal Vivo Money e a conta digital Vivo Pay.

Celulose in vitro

A companhia brasileira de biotecnologia Superbac obteve a patente da produção de celulose in vitro, um processo desenvolvido em conjunto com a Universidad de Antioquia (Colômbia), fruto de uma parceria iniciada em 2011. Segundo a empresa, a inovação permitirá que a indústria reduza tanto a área plantada, quanto a quantidade de químicos utilizados nos processos de produção e branqueamento da polpa celulósica. “Ainda que não se tenha estimativas precisas sobre o potencial de redução destes parâmetros, há um inerente enorme ganho em questões relativas à sustentabilidade, para o setor de papel e celulose”, afirmou Celso Santi Jr., gerente de P&D da Superbac.

Quase mil voos em atraso

As manifestações de pilotos e comissários de bordo em busca de melhores salários provocaram atrasos e cancelamentos em 973 voos nesta semana até quinta-feira (22) nos aeroportos de Congonhas, Santos Dumont e Guarulhos, segundo a Infraero. Ontem, uma nova proposta das empresas aéreas foi apresentada ao Sindicato Nacional do Aeronautas (SNA), em reunião mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho. As empresas elevaram de 0,5% para 1% o ganho real nos salários da categoria, que reivindica aumento de 5% acima da inflação. A nova proposta seria votada pelos tripulantes até a meia-noite de quinta-feira.

Índice

Cenário Após Black Friday em que ponto físico foi melhor, fluxo cai; on-line prevê recuo de 10%

Nem lojas resistem a Natal morno e varejo deve crescer um dígito baixo

Adriana Mattos
De São Paulo

Dados preliminares de fluxo de consumidores no comércio neste Natal, além das projeções de entidades do varejo físico e on-line, indicam fraco desempenho para a data. O tráfego de clientes em lojas, com desempenho mais animador na Black Friday, perdeu força em dezembro. No comércio digital, a previsão é de recuo de 10% no faturamento. Até o calendário pesa contra neste ano: com o Natal no domingo, as lojas não terão o fim de semana completo para vender.

Apesar de a baixa demanda em dezembro levar a um aumento de liquidações em janeiro, os estoques baixos devem limitar ações comerciais mais agressivas no início de 2023, dizem consultores.

No geral, as estimativas das associações, para dezembro, são de expansão real (descontada a inflação) de 1,2% a 1,8% nas vendas sobre dezembro de 2021. Em termos nominais, a taxa esperada chega a 8%, segundo federação do comércio paulista. Os shoppings preveem alta nominal de 4% — a inflação estimada em 2022 alcança 5,9% (IPCA).

Ao se retirar o efeito inflacionário dos cálculos do setor, de maneira a se verificar nível de volume vendido, pode ocorrer, portanto, queda de um dígito ou tímido ganho real, a depender da previsão.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que seria preciso alcançar crescimento de 5% em dezembro para conseguir equiparar as vendas ao nível de 2019. A entidade reviu neste mês a taxa de crescimento inicialmente prevista para o Natal, passando de 2,1% para 1,2%, para cerca de R$ 65 bilhões.

Maior entidade do setor, o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) estimou, nesta semana, alta nominal de 1,8% em dezembro sobre 2021 — em termos reais, equivale a 4% de retração.

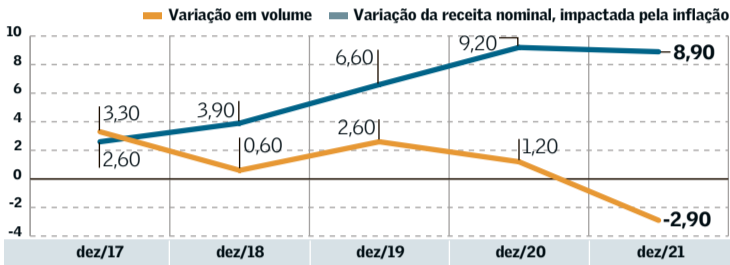
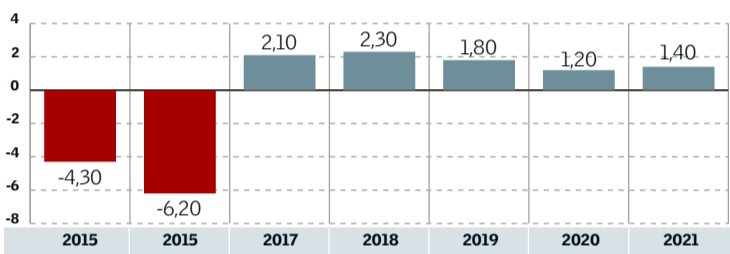
“Há um conjunto de fatores positivos e negativos que afetam o consumo, mas os negativos têm pesado mais nos resultados, como mostra o desempenho do comércio em datas recentes já afetadas por esse ‘macro’ difícil. E isso não dá sinais de melhora no curto prazo”, diz Fabio Bentes, economista da CNC, que representa 34 federações. Para 2023, a projeção é de alta de cerca de 1% nas vendas.

Bentes cita, como pontos mais animadores, o aumento na circulação de pessoas no varejo neste ano, a queda na taxa de desemprego (para 8,4%, menor índice desde 2014, versus 14,7% em abril de 2021), e o recuo da inflação. Após 25 meses de alta nos preços, houve desaceleração neste semestre.

“Mas há o impacto da taxa de juros muito elevada para pessoas físicas, em 56% ao ano, o maior patamar desde o primeiro trimestre de 2018. E o grau recorde de comprometimento da renda com dívida, em quase 29% em outubro, segundo dados do Banco Central”, diz.

As últimas datas de vendas do varejo mostram os efeitos desse cenário. Em agosto, quando ocorre o Dia dos Pais, a venda de roupas e calçados caiu 0,4%, e móveis e eletrônicos, 0,8%, segundo o IBGE. Em outubro (Dia das Crianças), vestuário recuou 1,1% e papelaria e informática não cresceu.

Depois disso, o país teve a pior Black Friday da história, com primeiro recuo nas vendas na data. Segundo José Barral, sócio da Cendon & Barral Assessoria e Consultoria, o cenário ‘macro’ atual, que afeta as projeções também de 2023, tem sido tópico central das discussões dos conselhos de administração.

“O poder de compra caiu e número de lojas, especialmente no varejo alimentar, só sobe. Então, alguém vai acabar perdendo um pedaço do bolo”, diz. “É bem provável ter um fim de ano e um 2023 forte no comércio de alta renda, que ainda tem parte do gasto reprimido da pandemia. Mas o que faz o varejo crescer são as classes C e D, e principalmente a C”, afirma.

No caso dos shoppings, há estimativa de avanço de 4% na receita, calculada pela Abrasce, a maior entidade do setor, com R$ 5,5 bilhões em vendas de 19 a 25 de dezembro. Para o comércio de São Paulo em geral (ruas e shoppings), há previsão de alta de 8% no mês, para R$ 112,4 bilhões, diz a FecomercioSP.

A Abrasce faz a ressalva de que a alta projetada reflete uma base de comparação normalizada de vendas, sem espaço para aumentos de dois dígitos como em 2021 versus 2020, ano de pandemia.

“No âmbito geral, o cenário ainda é restritivo ao consumo, considerando o quadro de preços elevados, aumento dos juros e incertezas econômicas para o próximo governo. No caso dos shoppings, temos uma recuperação contínua voltando ao período pré-pandemia”, diz Glauco Humai, presidente da entidade. A Alshop, entidade dos lojistas de shoppings, também estima alta de 4%, segundo o diretor Luis Ildefonso.

A loja física sentiu um dezembro mais desafiador do que o projetado, afirma a diretora da consultoria Virtual Gate, Heloísa Cranchi. A companhia faz contagem de pessoas em pontos-de-venda com mais de 3,5 mil câmeras em lojas.

A pedido do **Valor**, a empresa coletou dados de circulação nos pontos, que mostra recuo de 6,3% no tráfego de dezembro, até ontem, frente a 2021. Versus 2020, a queda é de 1,1% e, frente a 2019, ano anterior à pandemia, há uma diminuição forte, de 29,4%.

No varejo de cosméticos, há o melhor desempenho, com alta de 16,2% no fluxo sobre 2021. Em vestuário, o recuo atinge 6,8% e em móveis, queda de 1,8%.

Menos clientes circulando exige que aqueles que vão às ruas gastem mais para compensar o volume menor de compradores, a não ser que a venda on-line avance.

“Nós não esperávamos que a circulação caísse agora, por conta da base de comparação mais tímida do fluxo de 2021, quando ainda se sentia a covid”, diz Cranchi. “Temos conversado muito com clientes e, após a Black Friday deste ano, o certo otimismo que ainda existia se arrefeceu. O Natal não sinaliza uma venda expressiva”.

Cranchi lembra que o Natal neste ano acontece no fim de semana, com o dia 24 “caindo” no sábado. Em 2021, o dia 24 foi na sexta, mas houve lojas abrindo no domingo. “Se o Natal fosse na segunda ou na terça, teríamos um fim de semana inteiro para a venda acontecer.”

Uma queda em fluxo poderia ser equilibrada por um aumento na demanda no on-line, mas não há sinais de uma retomada no digital. A consultoria Neotrust prevê vendas de R$ 6,2 bilhões de 10 a 24 de dezembro, recuo de 10%. Para o tíquete médio, é projetada queda de 1%, e em pedidos, de 9%. Até setembro, o faturamento do comércio eletrônico caiu 3,6%.

Após a semana que vem, parte da atenção se volta para as vendas de liquidação do início de 2023 “Em janeiro, se ficar no zero a zero já vai ser bom”, afirma Cranchi. Os consultores ouvidos lembram que deve sobrar menos bens duráveis para queimas de estoques de janeiro — dados de estoque das redes de capital aberto mostra recuo nos valores no terceiro trimestre.

Caso as redes terminem dezembro com vendas mornas, mas com margens mais protegidas, pode ser o aspecto positivo do período. “Não tem espaço para discussão de incentivos ao consumo no curto prazo, no próximo governo. A agenda do setor terá que ser muito voltada para eficiência na gestão dos custos, dos investimentos e do fluxo de caixa”, diz Barral.

Mês dos presentes
Comportamento das vendas no varejo em volume e em faturamento

Fonte: PMC do IBGE, com ajuste sazonal. Refere-se ao varejo restrito (sem incluir automóveis e construção)

Metrô de BH é vendido e MG já avalia novos leilões

Infraestrutura

Robson Rodrigues
De São Paulo

Depois de anos de tentativas, a concessão do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Metrô-BH) foi entregue à iniciativa privada. O único interessado foi o grupo Comporte que arrematou o ativo por R$ 25,7 milhões, ágio de 33,28% em relação ao lance mínimo de R$ 19,3 milhões. A sessão pública ocorreu na sede da B3, em São Paulo, e contou com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com a venda do metrô fechada, a partir de 2023 a intenção do governador Romeu Zema (Novo) é dar curso a uma agenda de privatizações. Não é novidade que o governador reeleito quer colocar à disposição do mercado outros ativos estaduais, mas durante seu primeiro mandato teve dificuldades de vender algumas empresas. Ele acredita que com a base que passará a ter na Assembleia Legislativa no seu segundo mandato conseguirá finalmente tirar seus planos da gaveta. “Vendemos a Light, a Renova, vamos vender as demais subsidiárias e também a Cemig, Copasa e Codemig”, disse, sem dar detalhes.

Mesmo com apenas uma única empresa participante, havia o interesse do governo estadual e do BNDES em realizar o evento desta quinta-feira, já que se o certame fosse adiado, o dinheiro do orçamento da União reservado para o projeto cairia na conta do Tesouro Nacional no dia 31 de dezembro.

Zema admitiu que teve receio de que a privatização pudesse dar errado, já que uma ofensiva da equipe de transição de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a solicitar a suspensão do leilão. Na segunda-feira (19), no entanto, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) garantiu que o novo governo não iria se o opor à realização do certame.

O fato de uma única proponente ter sido apresentada, segundo Zema, foi por conta “dos movimentos que aconteceram recentemente de partidos e entidades tentando inviabilizar o leilão, além do futuro do Brasil, que sinaliza uma certa tendência a não concordar com o processo de privatização com maior participação do setor privado”. “Isso fez com que surgissem menos interessados”, justificou ao se referir à futura gestão de Lula.

Se por um lado, o governador atacou a linha política do PT; por outro, ele fez questão de agradecer a Alckmin. “Há dois dias eu pensava que tudo ia dar errado, então eu agradeço o vice-presidente eleito, que disse que ia resolver e resolveu”, disse.

A companhia vendedora, por meio da subsidiária Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU-MG), será responsável pela gestão, operação e manutenção da rede, incluindo a Linha 1 (linha Novo Eldorado–Vilarinho) e a Linha 2 (linha Nova Suíça-Barreiro). O investimento total estimado do projeto é de R$ 3,2 bilhões, ao longo dos 30 anos do contrato de concessão.

A transição para a nova gestão começa em março de 2023, em que a operação será conjunta com o Estado para não haver descontinuidade dos serviços à população. O contrato prevê que os funcionários da companhia vendida terão estabilidade de 12 meses. Entretanto, os representantes da Comporte não quiseram responder à reportagem se após esse período a empresa pretende manter o corpo técnico, promover um Programa de Demissão Voluntária (PDV) ou mesmo demitir parte dos funcionários. Vale lembrar que a venda da CBTU de Minas motivou uma greve de metroviários que durou uma semana e terminou nesta quinta-feira.

Uma das justificativas para a privatização é que o ativo custa cerca de R$ 360 milhões por ano sem investimentos em expansão. A diferença agora é o compromisso em contrato de expansão e eficiência. Atualmente, a rede de transporte metroferroviário em Minas Gerais possui apenas a Linha 1, que atende aos municípios de Belo Horizonte e Contagem, compreendendo 19 estações e 28,1 quilômetros de extensão.

Atualmente cerca de 100 mil passageiros utilizam o transporte por dia. Os estudos indicam que após os investimentos o sistema deve beneficiar aproximadamente 270 mil passageiros diariamente, dos quais 50 mil devem utilizar a nova Linha 2. A expansão do sistema se arrasta há mais de 20 anos e é constantemente citada por políticos do Estado, sobretudo em períodos de eleição. A previsão é que as novas estações comecem a ser inauguradas a partir do quarto ano da concessão e que todas estejam operacionais no sexto ano.

CAUÃ DINIZ/B3/DIVULGAÇÃO

Governador Zema se queixa da ofensiva da equipe de transição do futuro governo Lula que tentou inviabilizar o leilão

Construção Fabricantes registram retração após 2021 "espetacular"

Venda de revestimento cerâmico deve cair 18%

DIVULGAÇÃO

Benjamin Ferreira Neto, presidente do conselho de administração da Anfacer, afirma que a entidade não está otimista com o início do próximo ano

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O segmento de revestimentos cerâmicos prevê terminar 2022 com uma queda acumulada nas vendas de 18% ante o ano passado, aponta a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer).

É mais uma entidade do setor a apresentar recuo na comercialização. A Abramat, que representa os materiais de construção, já havia previsto queda de 6% para o faturamento no ano.

O resultado vem após um 2021 de crescimento generalizado na área, que para a Anfacer representou alta de 12,2% nas vendas.

"O mundo dos sonhos seria repetir 2021, que foi espetacular, mas infelizmente não conseguimos", afirma Benjamin Ferreira Neto, presidente do conselho de administração da Anfacer.

Tomando 2019 como base, antes da pandemia, a queda é de 4% a 5% até novembro. Ainda há expectativa de piora, uma vez que dezembro não costuma ser um bom mês de vendas.

A queda foi puxada pelo desempenho das vendas no varejo, principal canal de escoamento dos produtos das associadas.

Para Neto, isso é explicado pela inflação deste ano, a elevação dos juros e o consequente endividamento das famílias. Também pesaram a volta do setor de serviços, que dividiu as atenções e os gastos da população, por causa da redução dos efeitos da pandemia.

A venda direta para construtoras sofreu menos do que o varejo, porque os revestimentos cerâmicos entram na fase de acabamento das obras. Os lançamentos contratados nos últimos dois anos, em momento de alta do setor, estão chegando agora à essa fase. Há preocupação, porém, sobre as obras futuras.

A esperança da Anfacer é que o novo governo melhore os programas habitacionais, o que garantiria um estoque de construções elevado para os anos seguintes. "Eles ficaram bastante parados, e mobilizam o setor de forma geral", afirma Neto.

O presidente da entidade destaca ser preciso que o programa habitacional, que deve voltar a se chamar Minha Casa, Minha Vida em 2023, tenha constância e continuidade, "para que possa melhorar gradativamente os números que impactam o setor cerâmico e a indústria da construção", afirma Neto.

Segundo a entidade, 15% da produção das associadas é exportada atualmente, e há uma meta de chegar a 25% até 2030. Neste ano, o volume exportado caiu 8% sobre 2021, após ter se elevado em 38% no ano anterior.

A guerra na Ucrânia e a desorganização nas cadeias internacionais atrapalharam o desempenho das exportações em 2022, de acordo com Neto.

A entidade espera anunciar no próximo ano o início da utilização de biometano nas fábricas de revestimentos cerâmicos, em substituição ao gás natural. Para o presidente da Anfacer, o ganho em sustentabilidade pode ajudar o setor a atingir a meta de aumento das exportações, por ser uma característica mais valorizada no exterior do que no Brasil.

A entidade não está otimista com 2023 e projeta um início de ano ainda difícil, dependendo das decisões políticas e econômicas do novo governo para conseguir atingir uma recuperação das vendas. "Estamos apreensivos para o começo do ano, mas com expectativa que mudanças possam ocorrer e de que possamos ter um horizonte mais fácil para nos planejar", afirma Neto.

Em março, a Anfacer realiza seu maior evento, a Expo Revestir, que em 2023 será transferida do Transamérica Expo Center para o São Paulo Expo, na zona sul da capital paulista. Segundo a entidade, o espaço de exposição será 50% maior do que nos anos anteriores. São esperados 100 mil visitantes, ante 60 mil na edição de 2022. "É onde o ano começa para nós", diz Neto.

Eletrobras aprova reajuste na remuneração dos executivos

Gestão

Gabriela Ruddy
Do Rio

Acionistas da Eletrobras reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na quinta-feira (22) aprovaram, por maioria, o aumento da remuneração dos administradores da companhia, além da adoção de planos de incentivo de longo prazo para os executivos, segundo fontes. A decisão foi tomada mesmo com votos contrários de bancos estatais quem têm ações da empresa e de empregados da companhia, privatizada em junho.

Foi aprovado o aumento do pagamento mensal ao presidente da companhia de R$ 52,35 mil para R$ 300 mil, referente ao período de abril de 2022 a março de 2023. No caso dos vice-presidentes, a remuneração fixa mensal passa de R$ 49,86 mil para R$ 110 mil. Já a remuneração fixa dos membros do conselho de administração sobe de R$ 5,44 mil para R$ 200 mil. Além disso, também foi aprovado um programa de incentivo de longo prazo, baseado em opções de ações e em ações restritas.

Antes da assembleia, um despacho do ministro Vital do Rêgo do Tribunal de Contas da União (TCU) solicitou que o Ministério da Economia, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), buscasse a suspensão ou adiamento da AGE. O ministro argumentou que a decisão a respeito do aumento aos executivos poderia gerar "grave lesão" ao interesse público, pois a União ainda tem 40% de participação na empresa. Além disso, afirmou que a União, ao optar por se abster nos votos, contrariou a orientação técnica do Tesouro Nacional, que recomendou voto contra o aumento.

Com três itens na pauta, a AGE ocorreu de forma virtual e começou por volta de 14h15. Logo no início, representantes do BNDES e da União, assim como da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) e Associação dos Empregados de Furnas (Asef), solicitaram a suspensão da assembleia, pedido que foi negado pelo presidente da mesa. Acionistas representantes de 43% do capital social já haviam manifestado voto por meio do boletim de voto à distância, antes da reunião.

A AGE foi convocada em novembro pela Eletrobras sob a justificativa de que os valores da remuneração fixa e dos benefícios dos administradores da empresa, sem reajustes desde abril de 2015, estariam defasados em relação a outras empresas do setor privado, assim como em relação às estatais federais de porte equivalente.

Ao aprovar a convocação e a proposta de aumento, o conselho de administração da empresa ressaltou a necessidade de rever a remuneração "sob pena de graves prejuízos associados a perda de talentos, à incapacidade de atração de novos profissionais e a potenciais atrasos ou não realização dos projetos e iniciativas associados às alavancas de valor da desestatização".

Acionistas detentores do equivalente a 75,28% do capital com direito a voto foram a favor do aumento, com outros 5,69% contrários. A proposta constava no item 3 da pauta da assembleia. O item 1 da pauta previa a adoção de um plano de remuneração para os administradores da companhia como incentivo de longo prazo, baseado em opções de compra de ações. A proposta foi aprovada por detentores de 54,54% do capital votante e rejeitada por 26%. O item 2 previa a aprovação do plano de remuneração aos administradores baseado em ações restritas e foi aprovado por detentores de 51,19% do capital com direito a voto, com rejeição de 29,28%.

Com isso, os acionistas da Eletrobras concordaram em destinar R$ 35,9 milhões à remuneração dos administradores da companhia de abril de 2022 a março de 2023, incluindo a diretoria, membros do conselho de administração e fiscal, além dos comitês estatutários de assessoramento ao conselho. O valor é mais do que o dobro dos R$ 15,4 milhões aprovados na assembleia realizada em abril, antes da privatização.

Curtas

Tarifa da Sabesp

A Sabesp informou na quinta-feira (22) que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) iniciou processo de consulta pública em resposta ao pedido de esclarecimentos e revisões elaborado pela companhia no processo de revisão tarifária extraordinária. Análise feita pela Arsesp, após pedido de reconsideração da Sabesp, dentro do processo de reajuste iniciado no começo de 2022, mostrou que a empresa faz jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no percentual de 6,37%, a ser aplicado em fevereiro de 2023. De acordo com a empresa, a etapa de consulta pública acontece até dia 6 de janeiro.

Engie e BNDES

A Engie Brasil Energia anunciou na quinta-feira (22) ter contratado financiamento de R$ 1,5 bilhão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implantação do conjunto eólico Serra do Assuruá, em Gentio do Ouro, na Bahia. O financiamento contratado tem prazo de amortização de 252 meses, acrescenta a companhia, com a primeira prestação vencendo em dezembro de 2025. O projeto, integrado por 24 parques eólicos que serão instalados em fase única, tem capacidade instalada prevista de 846 MW. Ainda segundo a companhia, a entrada em operação comercial de Serra do Assuruá deve ocorrer gradualmente a partir do segundo semestre de 2024.

Petrobras conclui venda

A Petrobras finalizou nesta quinta-feira (22) a venda de sua participação no campo de produção de Papa-Terra, localizado na Bacia de Campos, para a 3R Petroleum Offshore. A operação foi concluída com o pagamento à vista de US$ 18,2 milhões para a Petrobras (cerca de R$ 94 milhões na cotação do dia), já com os ajustes previstos no contrato.

Movimento Falimentar

Nota da redação: Em virtude do recesso forense, não há registros a serem publicados nesta data.

Agenda Tributária

Mês de Dezembro de 2022

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.	2550**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Novembro/2022
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Corat nº 16, de 2022)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep	1708**	Mês da prestação do serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI	2801**	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2810**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ	2909**	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	2917**	"
23	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/dezembro/2022
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	11 a 20/dezembro/2022
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/dezembro/2022
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
23	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/dezembro/2022
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
23	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Posição na Tipi Produto		
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;	0676*	Novembro/2022
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676*	"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097*	Novembro/2022
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097*	"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097*	"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097*	"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097*	"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097*	"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097*	"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097*	"
23	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110*	Novembro/2022
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123*	"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838*	"
23	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Faturamento	8109*	Novembro/2022
	Folha de salários	8301*	"
	Pessoa jurídica de direito público	3703*	"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496*	"
	Combustíveis	6824*	"
	Não-cumulativa	6912*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906*	"
23	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Demais Entidades	2172*	Novembro/2022
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645*	"
	Combustíveis	6840*	"
	Não-cumulativa	5856*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0760*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

ENTREVISTA

Agenda ESG vai evoluir a partir da combinação do social com o ambiental

Para **Maitê Leite**, vice-presidente executiva do Santander, Brasil tem grande potencial para se destacar como referência de atuação e de impacto

Mais interessada em oportunidades e menos intimidada diante de desafios, Maitê Leite assumiu há três meses a vice-presidência executiva do Santander com a missão de tornar o conceito NetZero uma realidade, exercida dia a dia, para clientes do banco e sociedade em geral. Com mais de três décadas de atuação no mercado financeiro, setor em que tem se destacado pelo engajamento na agenda de inclusão econômica e social, Leite se define como uma brasileira otimista e orgulhosa da competência do país em se posicionar como protagonista na jornada ESG (sigla em inglês para agenda ambiental, social e de governança).

Atuando agora com sustentabilidade na área institucional, a executiva ressalta que seu papel no Santander Brasil, à frente dos compromissos da agenda estabelecida globalmente pelo banco para descarbonização até 2050, é transformar conceitos em práticas cotidianas factíveis para clientes e sociedade. Para Leite, o pragmatismo na agenda Net Zero estruturada pelo banco é essencial diante da urgência do tema no contexto global.

Em apoio ao Acordo de Paris, o Grupo Santander anunciou, no início deste ano, a meta de zerar as emissões de carbono (Net Zero). O compromisso se aplica às operações do grupo e às emissões geradas por clientes do banco. Nesta entrevista, ela detalha como o Santander pretende cumprir compromissos assumidos e lista desafios e oportunidades do Brasil nessa jornada.

Quais são as principais metas do Santander diante dos compromissos firmados para se tornar Net Zero até 2050?

Maitê Leite: No Santander, temos a meta de traduzir para a prática os desafios da agenda Net Zero do Grupo Santander, que não são poucos. Nossa prioridade, entre todos os segmentos e setores em que atuam nossos clientes, independentemente do porte, é que suas respectivas cadeias enderecem a questão das emissões. É fundamental entendermos como a gente avança nessa pauta, que é crítica, e oferecer um mix de produtos adequado aos estágios de maturidade e compromissos de cada cliente. Precisamos calibrar um mix de produtos para clientes *[pequeno, médio e grande]* que atuam em diferentes setores da economia e com compromissos específicos para que, juntos, possamos evoluir na jornada Net Zero.

E quais são os principais desafios?

Maitê Leite: O mais latente é o enquadramento das nossas carteiras e dos nossos clientes frente aos compromissos Net Zero estabelecidos pelo banco globalmente. Vejo muitas oportunidades nessa agenda, mas não podemos fugir dos desafios. Temos uma assimetria regulatória. Nossos compromissos são globais, estabelecidos por setores globais, mas temos um contexto local que é diferente desse cenário. Hoje dificilmente uma operação sustentável tem condições diferenciadas. Portanto, uma operação verde é tratada da mesma forma que qualquer outra. Mas a operação verde tem um arcabouço de compliance, de risco, mais complexo, justamente para evitar o greenwashing.

Então, com o tempo a gente vai evoluir, e os reguladores globais e locais vão evoluir à medida que a gente avançar para tratamentos diferenciados e esse mercado vai se tornar o mercado mais maduro. A prioridade está focada muito mais nos empresários para que as suas cadeias e seus processos enderecem a questão das emissões.

Como a senhora avalia o nível de conhecimento dos clientes e da sociedade sobre os processos Net Zero? Considera que as métricas e as mensurações são claras?

Maitê Leite: A evolução da mensuração, dos modelos e dos dados também é um desafio. Temos ótimas metodologias globais, mas não temos uma completude de informações para que cada empresa possa calibrar seu grau de emissões. Então, como controlar a trajetória de redução dessas emissões? Fiquei até aliviada ao ouvir o Jeremy Oppenheim, economista e cofundador da consultoria Systemiq, durante o Cidadão Global 2022 [*evento realizado pelo jornal Valor Econômico e Santander no último dia 8 de dezembro*], dizer que é preciso começar com o que se tem e tentar fazer o melhor. Iniciar como movimento de transferência de tecnologia. Temos problemas de entendimento básico sobre o conceito Net Zero, que é a simples evolução tecnológica para a redução e a remoção de gases de efeito estufa. Mas isso ainda não é claro para a sociedade.

Maitê Leite, vice-presidente executiva do Santander

> "Vivemos num contexto muito favorável, temos um mix energético muito equilibrado, uma diversidade de biomas e a Floresta Amazônica, que é um tema relevante para a humanidade. Além da nossa experiência na inclusão social. Acho que a oportunidade vai ser evoluir para uma combinação social com ambiental."
>
> **MAITÊ LEITE**
> Vice-presidente executiva do Santander

Diante da necessidade de melhorar o entendimento da sociedade sobre o conceito Net Zero, qual a contribuição do Santander nesse sentido?

Maitê Leite: Temos que trabalhar para formar mais mão de obra especializada na execução dos projetos. Existem muitas pessoas com conhecimento teórico incrível, mas precisamos de equipes que traduzam esse conhecimento teórico para o mundo dos negócios. Equipes que possam fazer abordagens estratégicas para que esse diálogo com clientes e fornecedores seja mais efetivo e não fique apenas no campo das ideias.

O Santander quer se tornar um agente indutor; nós vamos procurar os clientes para desenvolver essa agenda. Tenho muita clareza do estágio de maturidade dos clientes, consequentemente da análise setorial de cada um, sobre os maiores graus de emissões e quais os clientes que têm mais aderência a essa agenda. Essa análise é fundamental para entendermos os diálogos estratégicos que precisamos ter com cada um deles e os diferentes tipos de suporte de que necessitam. Se o cliente está numa fase inicial, o suporte é maior na questão da governança e da mensuração.

Depois vamos evoluir para operações verdes e até parcerias, como aconteceu no projeto Biomas [*leia reportagem na página ao lado*], dedicado às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. Então, é fundamental fazer a leitura da visão de cada cliente e das suas necessidades, para estabelecer o diálogo estratégico entre as áreas comerciais do banco e os clientes. Isso envolve um processo de educação, que abrange todos os clientes.

Como a senhora tem percebido a evolução do entendimento sobre redução de emissões entre os clientes?

Maitê Leite: Tenho visitado muitos clientes, de diferentes portes e setores, e o nível de compreensão varia muito. Estamos vendo diferentes estágios, e isso é interessante. Mesmo aqueles que são mais céticos nos questionam e nos fazem repensar o que de fato vai agregar valor para o produto, para o mercado em que atuam. Acho que isso é uma reflexão importante. Não temos um nível de maturidade temática para que possamos dizer que deve ser feito de uma forma ou de outra.

Temos que ter uma abertura para entender que isso é um processo. Estamos aprendendo que tem muitos fatores que fogem do nosso controle. Vamos ter que evoluir sabendo navegar com essas dimensões, que não necessariamente estão correlacionadas ou perfeitamente correlacionadas.

Qual o papel do Brasil nesse contexto?

Maitê Leite: Temos a felicidade de fazer parte de uma organização na qual o Brasil é muito relevante, nas carteiras globais e no resultado do banco. Temos muito a contribuir, por exemplo, sob o aspecto social, porque vivemos inflação há décadas e a Europa está vivendo inflação agora, após um período longuíssimo de estabilidade. A questão da inclusão social é um tema que o Brasil trata há muito tempo. Então temos muitos elementos de troca.

Temos uma oportunidade gigante de atuação e de impacto. Vivemos num contexto muito favorável, temos um mix energético muito equilibrado, uma diversidade de biomas e a Floresta Amazônica, que é um tema relevante para a humanidade. Além da nossa experiência na inclusão social. Acho que a oportunidade vai ser evoluir para uma combinação do social com o ambiental.

Vejo o Brasil como um bom benchmark, referência de boas práticas e uma boa referência de ser um ambiente em que as coisas podem evoluir rapidamente de forma positiva. Acho que a competência do Brasil em vários elementos nos qualifica muito bem.

Solução para crise climática exige ações colaborativas para ter grande escala

Empresa de valor compartilhado, a Biomas nasce para proteger e restaurar quatro milhões de hectares de matas nativas no Brasil

A urgência em promover ações para proteger e restaurar florestas nativas brasileiras foi o gatilho da criação da empresa Biomas, lançada durante a 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 27), realizada em novembro no Egito.

A nova empresa de impacto nasce a partir da sociedade de seis empresas — Santander, Itaú Unibanco, Marfrig, Rabobank, Suzano e Vale — que abraçaram o desafio de desenvolver ações coordenadas em larga escala para a preservação da biodiversidade brasileira nos próximos 20 anos.

A meta da Biomas é proteger e restaurar quatro milhões de hectares de florestas nativas, com ênfase na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica. A área sob proteção corresponde ao território do Estado do Rio de Janeiro ou toda a área da Suíça. A expectativa é que a Biomas possa contribuir para a proteção de mais de quatro mil espécies de animais e plantas.

Cristiano Oliveira, porta-voz da Biomas, diz que a meta da empresa é contribuir para a solução da crise climática, incorporando a biodiversidade e gerando valor para as comunidades vizinhas das regiões incluídas. "A Biomas é uma empresa de impacto que se propõe a trabalhar em uma escala impensável até agora."

Segundo Oliveira, a ideia do projeto surgiu na COP 26, realizada na Escócia. "Percebemos que, sem escala, a questão climática não vai ter solução. Por isso a ideia de unir experiências de grandes empresas que já desenvolvem ou apoiam projetos sustentáveis", afirma.

Diante dos quatro milhões de hectares incluídos no raio de atuação da Biomas, o maior desafio está relacionado às ações de restauração. "Aqui vamos ter que desenvolver toda nossa capacidade de estabelecer parcerias e pensar diferente, inovar de fato", diz.

O porta-voz da Biomas destaca o trabalho conjunto com o poder público para entender como otimizar processos de pesquisa e tecnologia florestais que fomentem as melhores práticas para o plantio e restauro de florestas nativas. Apesar de ter somente sócios da iniciativa privada, a Biomas tem como premissa a valorização das parcerias com a sociedade civil, academia, institutos de pesquisa e governos.

FUNCIONAMENTO

Inicialmente cada empresa sócia da Biomas fará um aporte de R$ 20 milhões, totalizando R$ 120 milhões. Oliveira ressalta que esse valor não será usado para financiar a operação de conservação e restauração das florestas: "O aporte será destinado a custear despesas administrativas. A fonte do financiamento dos projetos de restauração e conservação virá da comercialização de créditos de carbono. Entre remoções e emissões evitadas, estimamos reduzir da atmosfera cerca de 900 milhões de toneladas de carbono equivalente em duas décadas", detalha.

© DIVULGAÇÃO
Cristiano Oliveira, porta-voz da Biomas

A Biomas vai atuar na identificação dos impactos de carbono e comercializar esses créditos no mercado voluntário, por enquanto. Parte do trabalho vai focar a identificação de alguns tipos de créditos de carbono, relacionados à remoção e a emissões evitadas.

"O papel da Biomas vai ser cada vez mais protagonista nesses fóruns de discussão global sobre mudanças climáticas, sobre a biodiversidade e questões sociais. Acreditamos que é necessário o fortalecimento do mercado regulado de carbono para fazermos essa transição climática, tão necessária, mas o modelo de negócio inicialmente não depende desse mercado", afirma Oliveira.

O modelo de negócio está baseado na Sociedade de Propósito Específico (SPE). Segundo o porta-voz, a empresa pretende trabalhar com propriedades privadas e áreas públicas por meio de processos licitatórios de concessões florestais nas esferas federal e estaduais.

"Vamos receber antecipadamente pela comercialização dos créditos de carbono. É necessário modernizar a Lei nº 11.284, de março de 2006, justamente para incentivar a geração de crédito de carbono, assim como outros mecanismos que incentivem a restauração e a conservação das florestas", afirma Oliveira.

Embora o Brasil ainda não trabalhe com o mercado regulado de comercialização de créditos de carbono, Oliveira aposta na expansão do mercado voluntário. "Há um interesse crescente em créditos de alta integridade, ou seja, que são sustentáveis no longo prazo e que geram impactos na biodiversidade e do ponto de vista social."

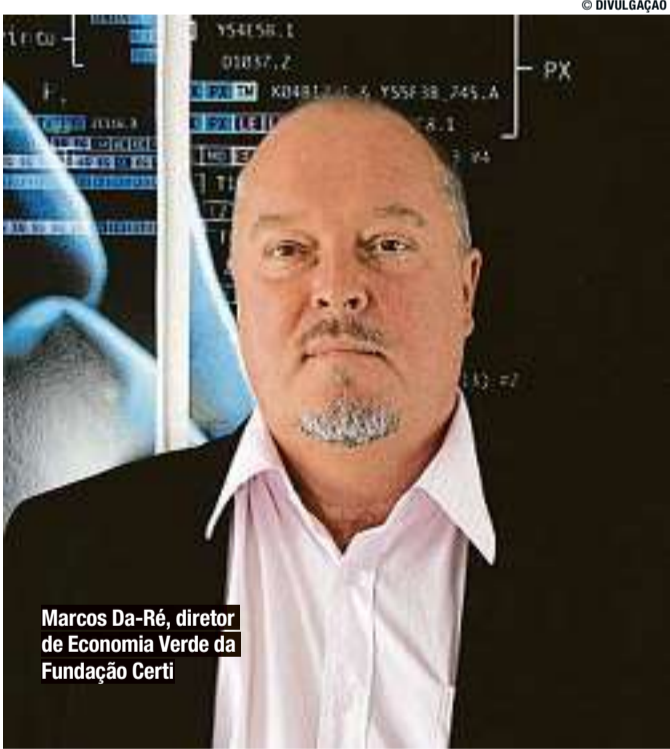
A Biomas deverá entrar em operação durante o primeiro semestre de 2023, pois ainda depende de aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Banco Central. Segundo Oliveira, os primeiros dois anos de atuação serão dedicados a pesquisar formas de reduzir custos e monitorar questões de biodiversidade. "A partir de 2025, vamos começar a escalar os projetos de restauração", prospecta.

Plataforma potencializa bioeconomia a partir de negócios comunitários na Amazônia

Jornada Amazônia capacitará três mil talentos locais em empreendedorismo inovador

Uma das dores dos negócios comunitários desenvolvidos na região amazônica é a dificuldade em garantir uma produção que atenda às demandas de indústrias locais e globais. Atenta a essa lacuna, a Fundação Certi desenvolveu uma série de protótipos durante 2021 e o primeiro semestre de 2022 para apoiar localmente o empreendedorismo e a inovação.

Os resultados conquistados despertaram o interesse do Fundo Vale e de bancos membros do Plano Amazônia — Santander, Bradesco e Itaú Unibanco. Essa aliança deu origem à Plataforma do Jornada Amazônia. A meta é fomentar novos negócios com foco no potencial da bioeconomia na região, sem perder o horizonte de conservação da Floresta Amazônica.

Nos próximos três anos, por meio de editais, o projeto vai desenvolver três frentes principais: capacitação de três mil pessoas em empreendedorismo e inovação, incentivo ao nascimento de 200 startups locais, e ainda mentoria a outros 100 empreendimentos.

Marcos Da-Ré, diretor de Economia Verde da Fundação Certi, diz que a Jornada Amazônia permitirá aproximar a demanda industrial da realidade dos negócios comunitários desenvolvidos na região. Além de estimular o empreendedorismo local, a plataforma vai ajudar os negócios nascidos na Floresta a apresentarem diversificação, estabilidade e confiabilidade para os clientes.

© DIVULGAÇÃO
Marcos Da-Ré, diretor de Economia Verde da Fundação Certi

"Vamos agregar valor ao levar modelos de negócios de impacto para as comunidades. Isso é inovação. O objetivo é diminuir o abismo entre a demanda potencial que a indústria tem para os produtos originados na Floresta", afirma Da-Ré.

Anunciada durante a 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 27), realizada em novembro no Egito, a Jornada Amazônia iniciará as atividades no primeiro semestre de 2023, quando será lançado o primeiro edital. Além das instituições financeiras e do Fundo Vale, que são cofundadores, a plataforma está aberta à adesão de novas parcerias.

CAPACITAÇÃO

Segundo o diretor de Economia Verde da Fundação Certi, nos próximos três anos, a Jornada Amazônia pretende estimular a cultura empreendedora e inovadora para gerar resultados positivos para a região com a capacitação direcionada para o tema.

"No período de prototipagem da plataforma, rodamos uma chamada para capacitação no Pará, onde tivemos a participação de pessoas de 93 municípios. Realizamos várias etapas por acesso remoto, com atividades de gamificação. Não há limite de idade ou perfis para participar, mas a maioria do público é formada por universitários que têm interesse em empreendedorismo", diz.

Durante as chamadas, a plataforma pretende atrair 20 mil interessados na capacitação para selecionar os que receberão os treinamentos.

STARTUPS

Simultaneamente aos projetos de capacitação, a plataforma vai suportar o nascimento de 200 startups. O requisito é comprovar a capacidade de desenvolver projetos potentes para a Floresta. "Uma startup consegue ter uma capilaridade para chegar aos negócios locais e desenvolver seus produtos com base nas matérias-primas fornecidas pela comunidade. Nesse processo, essa empresa ajuda a qualificar a própria comunidade em meio a uma cadeia de inovação", observa Da-Ré.

Outra frente de atuação da plataforma é focada em startups que estão no vale da morte, ou seja, ainda não geram receita, mas precisam custear as despesas. A Jornada Amazônia terá condições de apoiar até 100 startups, oferecendo mentoria e capacitação tecnológica e em gestão.

Além de oferecer suporte técnico, a Fundação Certi vai promover conexões diretas com, pelo menos, dez indústrias âncoras que atuam na Amazônia. Da-Ré explica que, nessa etapa, as companhias vão ajudar na validação dos produtos e com apoio técnico.

"O foco é desenvolver os talentos e empreendimentos em diferentes territórios da Amazônia. Se uma das indústrias participantes já tiver uma startup no seu radar, ela pode sugerir que participe das chamadas, criando, assim, oportunidade de evolução para os empreendedores", diz.

No fim do processo, 30 startups receberão investimentos por meio de Corporate Venture Capital. Da-Ré explica que o diferencial do projeto é que o aporte será feito por indústrias da cadeia de bioeconomia. "Durante a jornada, nada impede que uma pessoa capacitada possa receber apoio para criar uma startup. Outra possibilidade é que uma das 200 startups seja selecionada para receber mentoria e até investimentos", explica.

ASSISTA À ÍNTEGRA DO CIDADÃO GLOBAL 2022

Banda larga Provedora de internet investiu R$ 1 bi em compras desde 2020

Vero, da Vinci, faz aquisição para operar no Centro-Oeste

Luiz Henrique Mendes
De São Paulo

A Vero Internet, provedora de banda larga que começou a ser construída há quase quatro anos pela Vinci Partners, acaba de entrar no Centro-Oeste. A companhia informou nesta quinta-feira (22) a compra da Fixtell, marcando a décima oitava aquisição desde que a empresa foi criada pela firma de private equity. O valor do negócio não foi divulgado, mas desde 2020, o grupo já desembolsou R$ 1 bilhão em aquisições.

A Fixtell é relativamente pequena para o porte da Vero, mas leva a companhia para uma região pujante e de crescimento populacional — Brasília e seus arredores, incluindo Valparaíso do Goiás, Luziânia e Novo Gama. Com um faturamento previsto de R$ 50 milhões em 2023, a Fixtell atende 36 mil clientes. Antes da compra, a Vero só atuava em Minas Gerais e na região Sul.

De imediato, a compra fará a Vero passar de 770 mil clientes, o que a torna maior que provedoras regionais listadas na B3 como Desktop (749 mil) e Unifique (600 mil), mas ainda menor que a cearense Brisanet (mais de 1 milhão de clientes). A Vero deve fechar o ano com receita de mais de R$ 700 milhões.

"A Fixtell tem um potencial tremendo para adicionar assinantes", disse o CEO da Vero, Fabiano Ferreira, ao Pipeline. A companhia goiana está diante de um mercado endereçável de 1,4 milhão de clientes, entre residências e empresas.

Ao mesmo tempo em que prepara a integração da Fixtell, a Vero mantém uma intensa agenda de aquisições no radar. "O nosso pipeline de M&As continua bastante robusto e inclui empresas em regiões onde já atuamos e também regiões onde ainda não", disse Ferreira.

Para financiar as últimas aquisições, a Vero aproveitou a debênture de R$ 350 milhões captada no fim do ano passado com o Itaú. Agora, boa parte desses recursos já foi usada, o que faz a companhia avaliar diversas alternativas de "funding" para continuar com o ritmo acelerado de crescimento (no acumulado do ano até setembro, a receita cresceu 70%).

A Vero pode usar tanto os mercados de dívida ou "equity". Uma das hipóteses é emitir uma debênture incentivada, aproveitando a autorização do Ministério das Comunicações para que a empresa capte R$ 1,1 bilhão nesse tipo de instrumento. "A companhia está estudando seriamente aproveitar essa autorização no próximo ano. É uma dívida mais saudável, de longo prazo, com incentivo e taxas atrativas", acrescentou o CEO.

Nas alternativas de "equity", Ferreira não descarta um IPO (embora isso dependa de condições do mercado, o que já fez a companhia desistir da oferta em 2021) e tampouco a atração de outro sócio privado. "Conversamos constantemente com o mercado para, quem sabe, ter outros fundos fazendo parte da estrutura de capital".

A venda da infraestrutura de fibra óptica da companhia também chegou a ser aventada no mercado — até pelo movimento de concorrentes como a Alloha —, mas Ferreira descarta essa opção no curto prazo. "Neste momento, não entendemos que seria o melhor caminho de geração de valor", argumentou, citando que a atual composição dos ativos (o que incluiu a infraestrutura) ajuda a Vero a ter o melhor retorno de quase 28% sobre o capital investido.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Ferreira, CEO da Vero, avalia alternativas de "funding" para mais aquisições

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

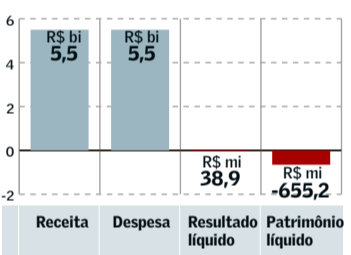
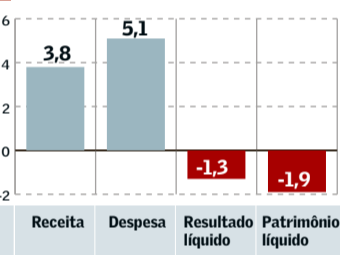
Prejuízo da Unimed-Rio aumenta para R$ 1,3 bi

Saúde

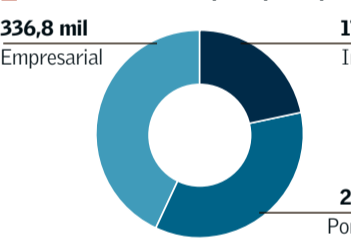
Beth Koike
De São Paulo

A situação financeira da Unimed-Rio vem se deteriorando em ritmo acelerado. O prejuízo da cooperativa médica, que era de R$ 716,6 milhões no primeiro semestre, saltou para R$ 1,3 bilhão no acumulado dos nove primeiros meses de 2022, ou seja, em apenas um trimestre, o passivo aumentou 80%. Já o número de reclamações de usuários dobrou de 540 para mais 1 mil queixas, entre janeiro e novembro. A Unimed-Rio lidera o ranking de reclamações entre as operadoras de mesmo porte, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O balanço do terceiro trimestre deste ano, divulgado há duas semanas pela ANS, mostra que as contas da operadora fluminense não fecham. A receita total somou R$ 3,8 bilhões, enquanto as despesas atingiram R$ 5,1 bilhões. É certo que muitas operadoras estão enfrentando esse descasamento devido ao aumento do uso dos convênios médicos após a fase mais aguda da pandemia. No entanto, chama atenção a linha do patrimônio líquido da Unimed-Rio que está negativo em R$ 1,9 bilhão. Esse indicador mostra que a soma dos ativos da cooperativa não consegue cobrir os passivos — o que afasta o interesse de outras operadoras em assumir o negócio e a carteira de 734 mil pessoas.

Desempenho
Dados da Unimed-Rio

Número de usuários por tipo de plano

Tipo de plano	Usuários
Empresarial	336,8 mil
Individual	170,8 mil
Por Adesão	277,6 mil

734 mil era o total de usuários da Unimed-Rio em outubro de 2022, o que representa uma queda em relação aos 754 mil existentes em dezembro de 2021

Fonte: Informações da empresa divulgadas pela ANS

A Seguros Unimed solicitou há cerca de um mês ao Ministério Público do Rio de Janeiro para ser excluída de um Termo de Compromisso (TC), assinado em 2016, em que se comprometia assumir em 2024 os usuários da cooperativa fluminense caso esta não solucionasse seus problemas financeiros.

Procurados pelo **Valor**, a ANS e o Ministério Público do Rio informaram que o pedido da Seguros Unimed para ser excluída do TC será analisado em uma próxima reunião, ainda sem data definida.

Segundo fontes, a Seguros Unimed está assustada com o ritmo acelerado das dívidas e se sente como se tivesse assinado um cheque em branco, uma vez que a Unimed-Rio não compartilha informações relevantes — como as negociações de venda do seu hospital na Barra para Oncoclínicas —, como foi acordado no termo de compromisso, e em 2024 corre o riso de herdar uma carteira deficitária.

Há informações de mercado de que a Unimed-Rio está vendendo planos de saúde com preço abaixo do praticado no setor, o que num primeiro momento gera aumento de receita, mas a longo prazos traz prejuízos. A cooperativa médica nega que esteja adotando essa política comercial e informou que "os preços dos seus planos estão dentro de padrões de mercado adotados por todas as operadoras".

Questionada sobre os resultados negativos, a Unimed-Rio afirmou que "o mercado de saúde suplementar sofreu graves impactos ao longo de 2022, afetando todos os planos de saúde. Principalmente aqueles que ainda oferecem planos individuais no mercado, já que esses produtos tiveram reajuste negativo em 2021".

Ainda segundo fontes, a cooperativa fluminense tem pelo menos R$ 500 milhões em aberto com hospitais, clínicas e laboratórios. Parte dessa dívida foi paga há cerca de uma semana após um acerto feito com a Rede D'Or, maior grupo hospitalar carioca, e há tratativas adiantadas para quitação de débitos com a Dasa.

A Unimed-Rio também tem atrasado pagamentos com outras cooperativas médicas. Quando seus usuários são atendidos em outras praças, a Unimed local arca com o custos e depois recebe o repasse da despesa. Só no Estado do Rio de Janeiro — onde há 18 cooperativas que atendem regiões específicas — a dívida estava na casa dos R$ 90 milhões. Recentemente, esse passivo foi parcelado.

Há ainda uma insatisfação generalizada no sistema Unimed. Além da seguradora, a Unimed Nacional, a Unimed Brasil e a Federação das Unimeds do Estado do Rio entraram como corresponsáveis no TC de 2016. Outras queixas vêm de médicos cooperados da Unimed-Rio, que terão que arcar com as perdas. Nas cooperativas, os resultados do fim do ano, sejam positivos ou negativos, são compartilhados entre os associados.

Há críticas no setor de que as ações dos ministérios públicos e ANS têm sido pouco efetivas, permitindo que a situação da Unimed-Rio atinja o nível atual. O MP do Rio informou que não vai se pronunciar até a próxima reunião sobre o tema. Já a ANS destacou que desde 2016 vem renovando os regimes de direção fiscal e técnica (acompanhamento financeiro e assistencial) e suspendendo a venda de planos com reclamações acima da média. Desde ontem, 13 convênios da operadora não podem ser comercializados.

A Unimed-Rio diz "que já tem iniciativas em andamento para normalizar os pontos que geraram as reclamações e que dos 13 produtos suspensos, 9 somam, juntos, apenas 16 notificações." Destaca que "possui uma enorme gama de produtos" e a suspensão não traz impacto a suas vendas. Acrescenta que "nos últimos anos voltou a crescer e consolidou-se como uma das líderes do mercado carioca. Vem passando também por um profundo processo de ajuste em suas contas, que incluiu cortes de custos e a venda de ativos importantes, como a antiga sede".

Nova regra da ANS impacta cooperativas

De São Paulo

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, nesta quinta-feira (22), mudanças nas regras de exigência de capital regulatório, ou seja, o patrimônio líquido mínimo que uma operadora deve ter. As novas normas começam a valer em janeiro de 2023 e afetam especialmente as cooperativas médicas.

"O segmento das Unimeds é o mais impactado pelo novo modelo porque elas têm muitas transações entre si", disse Raquel Marimon, que assume a presidência do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) em janeiro. Quando uma cooperativa tem problemas financeiros há reflexos nas outras.

O capital regulatório que, até então, era calculado sobre um percentual da receita ou despesas médicas das operadoras agora passa a considerar a regra de Capital Baseado em Risco (CBR). Esta é composta por cinco tipos de risco: operacional, legal, crédito, subscrição e de mercado. Esse último risco que considera flutuações de juros, câmbio entre outros indicadores, fez com que o montante exigido para capital regulatório viesse acima das expectativas. A projeção era que o capital regulatório pela nova regra equivalesse a 51% do modelo anterior, mas representa 74%, segundo Raquel. *(BK)*

Agências de publicidade devem faturar 12% mais

Cenário

Ricardo Lessa
Para o Valor

As agências de publicidade devem fechar o ano com crescimento de 12%, segundo estimativas do presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), Daniel Queiroz.

"Foi um ano de turbulência operacional, mas nossas sondagens apontam para um balanço positivo no final de 2022", acrescenta. O setor emprega cerca de 40 mil pessoas em 1.100 agências no país.

O faturamento das agências de publicidade entre janeiro e setembro mostra o mesmo crescimento de 12%: R$ 13,6 bilhões ante R$ 12,2 bilhões do mesmo período do ano passado, segundo dados do Cenp, Fórum de Autorregulamentação do Mercado Publicitário.

"Aceleramos até o talo, com o freio de mão puxado", diz Fernando Diniz, executivo-chefe da DPZ, uma das agências do grupo global Publicis. "Tivemos que ter mais eficiência e eficácia, com menos verba dos clientes", observa.

"Foi uma montanha russa", no ponto de vista de Gláucio Binder, fundador da Binder, com sede no Rio de Janeiro. "Acho que nunca trabalhei tanto quanto neste ano", comenta o executivo.

Segundo Binder, no primeiro semestre os anunciantes pareciam apreensivos sobre qual caminho seguir e em setembro decidiram seguir com as campanhas programadas.

Diniz observou o movimento semelhante no ano. "No primeiro semestre foram reticências por parte dos clientes. No segundo se transformaram em exclamação."

A DPZ passa por um momento de reestruturação, depois da saída em agosto do ano passado de grandes clientes, como McDonald's e Natura, que acompanharam o ex-sócio Eduardo Simon para sua nova agência, Galeria.

O chairman de uma das maiores agências do país, o grupo WMcCann, da Aldeiah, que atende o Bradesco, e da Craft, Hugo Rodrigues, diz que 2022 foi um ano estável para o grupo como um todo.

"Não deu para crescer tanto em relação ao ano passado, porque em 2021 batemos todos os recordes, giramos muito rápido", afirma o executivo, que comanda 560 pessoas na WMcCann, 80 na Aldeiah e mais 10 na Craft, uma produtora.

Na opinião dele o ano foi positivo para o mercado publicitário, não só em anúncios. "Teve a volta dos eventos, das convenções e todas as ativações em torno". E lembra que a 22ª edição do programa Big Brother também gerou muitos negócios no início do ano.

"As marcas aprenderam durante os últimos anos que não podem ser tão sensíveis a fatores econômicos e políticos externos, porque não podem deixar de falar com seu público", analisa o presidente da Fenapro.

Ele acredita que as turbulências só aumentaram a relevância das agências de publicidade para as empresas e a economia em geral. "O macroeconômico existe para todos, o que faz diferença é a criatividade, é a inteligência."

O setor vem sofrendo com a falta de mão de obra e está abrindo frentes com escolas de mídia. A facilidade de recrutamento de profissionais em outros países e outros Estados, de uma lado aumenta a evasão de bons profissionais, mas para Gláucio, da Binder, facilita a contratação. "Nossa coordenadora de negócios em Brasília mora na Itália", exemplifica.

"Tecnologia é a palavra chave", para Diniz da DPZ. E não só para as agências, também para os clientes. "Muitos não têm boa base dados e bons mecanismos para que possam cobrar performance e acompanhar a jornada do consumidor".

"Todo mundo vai precisar conhecer pelo menos um pouco de tecnologia, é a única certeza que tenho", ressalta o chairman da WMcCann.

No levantamento bianual da agência global Dentsu, o Ad Spend Report com previsões para 2023 e correções sobre este ano, o Brasil mostrou tendência mais positiva. Enquanto um terço dos países, entre os 58 que a agência pesquisou, corrigiu suas previsões para o fechamento de 2022 para baixo, o Brasil corrigiu para cima. O previsto era crescimento de 9%, e o número pulou para 12,4%, convergindo para o prognóstico da Fenapro.

Silvia Visani, líder de inteligência de dados da Dentsu do Brasil, acredita que boa parte desse crescimento do ano se atribui à cultura do brasileiro do "eu mereço", aliada à baixa educação financeira. O resultado é gastar além da conta.

Os dados da agência mostraram também que a Copa do Mundo de futebol foi uma boa ocasião para o consumo, compensando uma baixa de vendas na Black Friday. "Difícil é o brasileiro parar de consumir", comenta a profissional. "O brasileiro reclama de muita coisa, mas quando se trata de comprar, deixa a reclamação de lado."

Para Rodrigues, da WMcCann, a palavra de 2022 é resiliência. Fernando Diniz, da DPZ, escolhe duas palavras: eficiência e eficácia. Gláucio da Binder classifica 2022 como exaustivo. Já Queiroz, presidente da Fenapro, associa 2022 à palavra crescimento.

Honda O design da nova geração do sedã segue linhas mais sóbrias, assim como aconteceu com o Civic

Novo Accord é conservador e tecnológico

Emily Nery
Da Autoesporte

Divulgação
Nos EUA, as quatro versões mais caras vão receber a nova geração do conjunto híbrido e:HEV, formado por três motores: um 2.0 16V aspirado de 145 cv e 17,8 kgfm e outros dois elétricos

A Honda apresentou recentemente a 11ª geração do Accord, nos Estados Unidos. O sedã premium chama atenção pela traseira completamente remodelada e pela grade esportiva na dianteira, seguindo o conservadorismo do Civic. O 'três volumes' será oferecido com motorizações a gasolina e híbridas.

Se você não era um grande entusiasta das lanternas do tipo bumerangue presentes no Civic e no Accord, aqui vai uma boa notícia: elas também não fazem mais parte do sedã premium. Em seu lugar, a Honda instalou duas grandes lanternas horizontais que vão da lateral do carro à tampa do porta-malas. Elas ficam envoltas de uma faixa preta e se unem por um filete de LED.

A dianteira também está mais sóbria. Isso porque a Honda tirou todos os detalhes cromados do para-choque e da grade, que por sinal, está bem menor. Agora, ela está toda preta e é formada por pequenos losangos. Os novos — e finíssimos — faróis de LED são bem parecidos com os do novo Honda Civic. O capô é reto e traz um perfil mais longo.

A cabine é bem parecida com a do sedã menor também, onde a Honda apostou em um design visualmente limpo e simples. No centro é possível notar botões que comandam diversas funções do carro, como vidros, retrovisores, ar-condicionado e volume do som. É destaque a longa saída do ar-condicionado, que se estende do lado direito do volante à porta do passageiro.

A central multimídia de 7 ou de 12,3 polegadas é compatível com Apple CarPlay e Android Auto e pode receber atualizações remotas (Over the Air). O painel de instrumentos é totalmente digital, com 10,2 polegadas.

Ao todo, o Accord será vendido em seis versões, das quais duas são equipadas com motor de quatro cilindros 1.5 turbo a gasolina de 192 cv e 26,5 kgfm de torque. O câmbio é automático do tipo CVT.

As quatro versões restantes — e de topo — vão receber a nova geração do conjunto híbrido e:HEV. Ele é formado por três motores: um 2.0 16V aspirado de ciclo Atkinson de 145 cv e 17,8 kgfm e outros dois elétricos.

A unidade a gasolina movimenta o carro somente em velocidades maiores e constantes. Em conjunto, a potência combinada é de 207 cv e o torque, 34,1 kgfm. O que distancia do Accord de um sedã esportivo convencional, no entanto, é a falta do câmbio, uma vez que a transmissão é direta.

Tal como na última geração, o Accord recebe o pacote de tecnologias semiautônomas Honda Sensing, que inclui controle de cruzeiro adaptativo, detector de ponto cego com precisão de até 25 metros de distância, sistema ativo de de manutenção na faixa, frenagem automática, reconhecimento de placas e sensor de fadiga.

É novidade a tecnologia batizada de "Rear Seat Reminder", que avisa o condutor caso ele esqueça um animal ou uma criança ao sair do veículo.

A fabricante ainda não anunciou os preços das versões do sedã nos EUA. Por ora, é um mistério se a nova geração virá ao Brasil. No início do ano, o antigo Accord saiu de linha após ficar seis meses no mercado. Por aqui, a Honda planeja a estreia da nova geração do Civic para 2023, que será vendido nas versões híbridas.

Mustang terá V8 de linha mais potente da história

Da Autoesporte

Divulgação
O "muscle car" só chegará às lojas, nos Estados Unidos, no verão de 2023, com potência extra para quem levar pacote opcional

Aproveitando o espírito de Natal, a Ford resolveu presentear os futuros proprietários da nova geração do Mustang com as informações oficiais de potência dos motores 3.2 EcoBoost e V8 5.0 Coyote. A montadora também adiantou que a configuração Dark Horse do lendário "muscle car" terá a aplicação mais potente do V8 em uma versão que não seja Shelby.

Começando pelo menos potente, o Mustang EcoBoost, que utiliza o motor 2.3 de quatro cilindros com turbo, terá 315 cavalos. Isso representa a maior potência da história para um Mustang equipado com motor de quatro ou seis cilindros. O propulsor entrega 48,39 kgfm de torque.

As versões GT poderão ter até 486 cv, mas somente se o cliente optar pelo sistema de escapamento ativo. Quem ficar com a configuração de fábrica, sem o opcional, levará para casa "módicos" 480 cv, o que o coloca como o V8 mais potente para um Mustang "padrão".

O torque também é variável: 57,4 kgfm para a configuração sem o sistema de escapamento ativo e 57,8 kgfm com o opcional. Vale lembrar que essa versão ainda oferece como opcionais diferencial de deslizamento limitado, suspensão adaptativa MagneRide e bancos Recaro.

Por último, mas longe de ser o menos importante, o Mustang Dark Horse será a configuração V8 mais potente da história, desconsiderando os preparados pela Shelby. O modelo terá os 57,8 kgfm relatados na versão GT com escapamento ativo, mas a potência subirá para 500 cv.

Para isso, o motor V8 naturalmente aspirado ganhou atualizações no virabrequim e pistões, além de bielas forjadas, como acontece no Shelby GT500. O Mustang Dark Horse ainda possui reforço nos eixos do comande de válvulas para aumentar a durabilidade em pista.

O novo Mustang só vai chegar às lojas nos Estados Unidos no verão de 2023, ou seja, entre junho e agosto do próximo ano. Os preços ainda não foram divulgados. Atualmente, o esportivo parte de US$ 27.470 no mercado norte-americano (aproximadamente R$ 145 mil na conversão direta). No Brasil, somente a versão de topo Mach 1 é vendida, por R$ 544.520 atualmente.

Divulgação
O sedã esportivo recebeu um motor elétrico e agora entrega até 802 cv, para ir de zero a 100 km/h em 3,2 segundos

AMG S63 híbrido não abandona o V8

Da Autoesporte

Apesar dos mais puristas torcerem o nariz para a eletrificação dos carros, ela pode ser uma aliada incrível. Ao menos é o que promete o novo Mercedes-AMG S63 E-Performance, que agora é híbrido e chega aos 802 cv de potência.

Enquanto o C63 trocou o motor V8 4.0 biturbo pelo 2.0 de quatro cilindros mais potente do mundo, o esportivo do Classe S seguiu outro rumo. Manteve o motor V8 e adicionou um propulsor elétrico, que fica encaixado na transmissão.

Dessa maneira, quando trabalham em conjunto, entregam 802 cv e inacreditáveis 145,3 kgfm de torque. Dessa maneira, o S63 pode chegar aos 100 km/h em 3,2 segundos, com máxima é de 288 km/h.

A eletricidade ainda ajuda a poupar gasolina, uma vez que o esportivo possui baterias de 13,1 kWh, o que garante autonomia de até 32 km somente no modo elétrico. Aliás, sem acionar o motor a combustão, o S63 pode chegar aos 140 km/h.

Como não é só de motor que vive um esportivo, a AMG colocou freios maiores e oferece unidades com freios de cerâmica como opcionais. A suspensão é ajustável e possui barras estabilizadoras ativas.

Ainda sobre o acerto dinâmico, os coxins do motor permitem controlar o nível de conexão entre o V8 e a carroceria de acordo com os modos de condução. O amortecedor foi reajustado para amplificar as diferenças entre os modos Confort e Sport. Como em outros AMG, o eixo traseiro é esterçante.

Visualmente, o S63 é um típico AMG. A grade com fenda vertical está presente, enquanto o símbolo da preparadora substituiu o da fabricante no capô. Na lateral há saias mais agressivas, que combinam com as rodas de 21 polegadas. No interior, opções exclusivas de costura, cores e acabamentos, além de uma profusão de telas. O preço ainda não foi revelado. Espera-se que as vendas na Europa comecem no segundo semestre de 2023.

Hilux aventureira e SW4 esportiva

Emily Nery
Da Autoesporte

A Toyota anunciou a linha 2023 da Hilux e do SW4. A caminhonete recebe nova versão com visual off-road baseada na variante recém-lançada SRX Limited. Falando na configuração preparada pela Gazoo Racing, a SW4 GR-Sport fica mais potente, com até 224 cv.

A novidade na gama da Hilux é a versão Conquest. Posicionada acima da novata SRX Limited, estreia por R$ 339.190 e adiciona um visual mais agressivo à picape, que passa a ser equipada com para-choques em novo formato, faróis de LED com máscara negra, grade e molduras nas caixas de roda na cor preta e rodas de 18 polegadas.

Na traseira, a caçamba traz um separador de carga e o santoantônio estampa o nome da versão. O interior é monocromático, com painel e bancos revestidos de preto.

Sob o capô, o mesmo motor 2.8 16V turbodiesel das outras versões, que entrega 204 cv de potência e 50,9 kgfm de torque a 2800 rpm.

De série, a linha 2023 da Hilux é equipada com ar-condicionado automático de duas zonas, câmera 360° e o pacote de segurança Toyota Safety Sense, com sensor de detecção de pedestres e ciclistas, controle de cruzeiro adaptativo, alerta de mudança de faixa com condução assistida e sistema de pré-colisão frontal (disponível apenas nas versões SRX, SRX Limited, GR-Sport e Conquest).

Já as novidades da linha 2023 da SW4 se concentram na versão GR-Sport, que estreou no fim de 2021. Na variante preparada pela Gazoo Racing, o propulsor de quatro cilindros 2.8 turbodiesel é recalibrado para produzir 224 cv e 55 kgfm de torque, como na Hilux GR-Sport. O câmbio é automático de seis marchas. Nas demais versões, esse mesmo motor gera 204 cv e 50,9 kgfm.

O interior é similar à linha 2022: bancos de couro com costuras vermelhas e o emblema GR bordado no apoio de cabeça, placa de identificação GR-Sport próxima ao painel, medidores analógicos com tela TFT de 4,2 polegadas e animação exclusiva da marca GRS. As pedaleiras são de alumínio e, no volante, o revestimento é de couro com detalhes microperfurados e costura vermelha.

Divulgação
Motor do utilitário SW4 GR-Sport passa a desenvolver 224 cv, 20 a mais que na versão anterior

Valor

Agronegócios

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Pedro Palma, vice-presidente comercial da Rumo: modelo de expansão envolve estudos sobre as demandas regionais e a escolha de parceiros ligados ao agro

Nos trilhos
Rumo amplia operações em regiões do agro

Porto Nacional
Lucas do Rio Verde
Nova Mutum
Cuiabá
Rondonópolis
Rio Verde
Anápolis
São Simão
Iturama
Sumaré
Santos
Paranaguá
São Francisco do Sul
Rio Grande
MT TO GO DF MG MS SP RJ PR SC RS

Malha Sul
Malha Paulista
Malha Central (Ferrovia Norte-Sul)
Malha Oeste
Malha Norte
Ferroeste (COE)
Ferrovia de Integração Estadual

Fonte: Rumo

Logística Plano inclui a construção de uma nova ferrovia em Mato Grosso

Rumo ampliará atuação na região Centro-Norte do país

Érica Polo
De São Paulo

Instalando "paradas de trem" ao longo da Ferrovia Norte-Sul, uma espinha dorsal no centro do Brasil que liga Tocantins a São Paulo, a Rumo planeja ampliar a venda de bilhetes de transporte aos maiores produtores agrícolas do país a partir de 2023.

As "estações" são, na verdade, terminais de prestação de serviços construídos em municípios-chave, junto com parceiros, com o intuito de atrair clientes em um determinado raio de ação. "É o nosso ponto de venda. A nossa 'lojinha'", resume Pedro Palma, vice-presidente comercial da Rumo, sobre os terminais.

"Estudamos a demanda local e como atendê-la, como quem vai instalar um supermercado", continua o executivo. "E trabalhamos com um parceiro, como em um sistema de franquias, para melhor atender o cliente final em cada região".

Depois que ganhou a concessão da ferrovia, em 2019, a companhia fincou três terminais: em São Simão e Rio Verde, em Goiás, e em Iturama — o primeiro da companhia em Minas Gerais. Sem contar os investimentos dos parceiros, os aportes somam cerca de R$ 500 milhões.

Desde que as operações na Ferrovia Norte-Sul — batizada pela Rumo de "Malha Central" — começaram efetivamente, em 2021, a movimentação de cargas dobrou. No ano passado, foram transportados 3,4 milhões de toneladas de soja, farelo de soja e milho. Em 2022, com novas parcerias firmadas em açúcar e adubos, o volume total chegou a 7,5 milhões de toneladas até novembro.

Embora ainda não possa detalhar os próximos passos, Palma diz que novas parcerias estão previstas e poderão sair do papel já em 2023. Por ora, a Rumo estuda a instalação de dois novos terminais para grãos no sul de Tocantins e no norte de Goiás.

Mas, para que a operação ferroviária possa ocorrer em sua totalidade nessa malha, ligando São Paulo a Tocantins, será preciso concluir o trecho em Goiás que liga Rio Verde e Anápolis, que não foi feito pelo governo federal. A empresa quer terminar a obra em 2023.

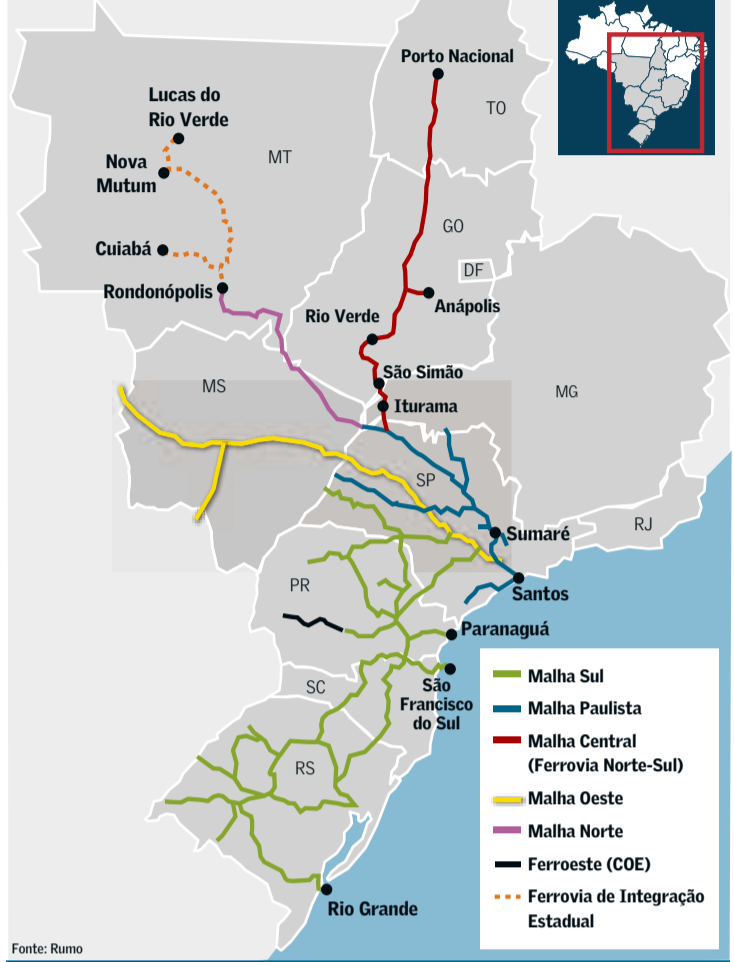
O plano da Rumo para ganhar musculatura no Centro-Norte inclui, também, a construção de uma ferrovia "vizinha" — trecho que será a continuação da chamada "Malha Norte" —, que subirá o mapa por Mato Grosso. Esta ferrovia (Ferrovia de Integração Estadual) vai ligar Rondonópolis, onde a empresa já tem um terminal importante, a Lucas do Rio Verde, e também chegará a Cuiabá.

Será a primeira ferrovia do país construída pela iniciativa privada, reitera Palma. Com a estrutura que tem hoje em Mato Grosso (*ver mapa*), a operadora logística ajuda a movimentar 44% das exportações de soja, farelo e milho do Estado.

O plano para ampliar os negócios permitirá a criação de novas possibilidades para o escoamento da safra do Centro-Norte até os portos do Sudeste e do Sul. E levar fertilizantes ao coração do país também faz parte do plano.

O movimento deverá acelerar a competição entre modais logísticos na região. Vale lembrar que a saída do agro pelo Norte do país tem crescido bastante nos últimos anos — e em meio aos prestadores de serviços presentes na região há companhias do porte da VLI.

O projeto da Rumo na Malha Central, ou Ferrovia Norte-Sul, teve início, na prática, com a construção do primeiro terminal com esse molde em São Simão, em 2021. Ali, o parceiro comercial é a Caramuru, e a estrutura movimenta soja.

O investimento foi feito em conjunto, e a partir do contrato nasceu uma terceira empresa, na qual a concessionária detém 51%. A Rumo vende o serviço ferroviário. Parte da capacidade operacional do terminal é usada pela própria Caramuru, e o restante atende a terceiros.

"Uma característica comum desses projetos [terminais] é abrir o uso da ferrovia para o maior número de clientes possível", acrescenta Palma. Ou seja, à parte do modelo de negócios de cada parceria, todos os terminais são "bandeira branca", e desse modo não atendem somente os parceiros comerciais.

Os outros dois terminais localizados na Malha Central foram inaugurados em meados deste ano. Um deles começou a operar em parceria com a Usina Coruripe, que fez o investimento total. A usina, também cliente da Rumo, tinha uma unidade de produção de açúcar no município. O terminal tem capacidade para movimentar cerca de 2 milhões de toneladas de açúcar por ano.

A Coruripe precisa de pouco menos da metade. "Nos comprometemos a trazer carga de outros clientes da região para usar parte da ociosidade do sistema, e a Coruripe recebe remuneração por esses volumes", afirma Palma.

Já em Rio Verde há um complexo para grãos, fertilizantes e combustíveis. Em adubos, o parceiro é a Andali — joint venture entre a CHS Agronegócios, braço brasileiro da maior cooperativa agrícola dos Estados Unidos, BR-Fértil Fertilizantes e duas holdings fundadoras. A operação começou no segundo semestre e armazena e mistura nutrientes.

A Andali, que também fez o aporte na estrutura local, projeta movimentar 2 milhões de toneladas até 2024. O outro parceiro do complexo, mas em combustíveis, é a DTC, que deverá operar a partir de 2023.

Ao todo, o investimento da Rumo em infraestrutura na Malha Central soma R$ 4 bilhões, e até agora as operações ajudaram a companhia a responder pela movimentação de 30% da soja e milho de Goiás e leste de Mato Grosso.

Óleo de amendoim move o crescimento da Cras Brasil

DIVULGAÇÃO

O CEO da Cras Brasil Rodrigo Chitarelli: foco atual da empresa é o mercado externo

Alimentos

Paulo Santos
De São Paulo

Considerado um "artigo de luxo" no Brasil, o óleo de amendoim é a principal aposta da Cras Brasil para manter seu forte ritmo de crescimento nos próximos anos. A empresa, uma das principais processadoras do subproduto no país, ao lado de companhias como a Louis Dreyfus Company, viu o seu faturamento saltar de R$ 29 milhões, em 2017, para R$ 532 milhões no ano passado.

Em 2022, a companhia, que atua também na comercialização de madeira certificada, espera receita de R$ 480 milhões — a queda decorre da variação cambial, uma vez que o negócio é baseado em exportações —, e o óleo de amendoim deve responder por R$ 300 milhões, com a venda de 32 mil toneladas no mercado externo. Para 2023 a expectativa é chegar a R$ 600 milhões no total, e embarques de 41 mil toneladas de óleo deverão representar R$ 440 milhões

"No início, tínhamos uma grande dificuldade com a limitação de recursos. Pesquisei braços financeiros para ter escalada e fui buscar injeção de capital. No fim de 2015, dois sócios compraram parte do negócio. Foi então que mudamos o foco, deixamos a terceirização de lado e adquirimos a primeira fábrica", afirma o CEO da Cras Brasil Rodrigo Chitarelli, que hoje detém 29% da companhia — a Treasury Stock tem 20% e KRC Investiments, ficou com 51%.

Com a entrada dos sócios e a injeção de recursos, a Cras investiu R$ 9 milhões na unidade que instalou em Itaju, no interior de São Paulo. Outros R$ 10 milhões foram gastos em melhorias de máquinas e processos. A empresa compra amendoim de pequenos e grandes produtores e beneficia e estoca o grão em Itaju. A fábrica no interior paulista produz 40 mil toneladas de óleo de amendoim por mês.

Segundo Chitarelli, a opção pelo investimento em óleo de amendoim surgiu para atender um nicho no mercado de óleos vegetais, que têm demanda garantida em países como Itália, Estados Unidos e, principalmente, China, que respondeu por cerca de 90% das compras de óleo de amendoim da Cras neste ano.

"As medidas de restrição contra a covid-19 na China acabaram favorecendo o aumento do consumo de óleo de amendoim no país. Isso contribuiu para uma escalada nos preços, que bateram em US$ 2.150 a tonelada, contra uma média que vinha sendo de US$ 1.900", frisa Chitarelli. "A guerra na Ucrânia também favoreceu a procura pelo subproduto do amendoim, uma vez que país é o maior produtor de óleo de girassol do mundo", complementa.

Ele reforça que o óleo mais "premium" do mercado é o de amendoim. "Ele é o mais caro, depois vem o de girassol. Eu optei por um produto diferenciado, de alto valor nutricional e que também é ecologicamente correto, já que não utilizamos processo químico na extração do óleo. E a partir dele aproveitamos o farelo de amendoim, usado como ração animal", destaca Chitarelli.

No longo prazo, o CEO da Cras Brasil diz que tem planos para fomentar o consumo do óleo de amendoim no Brasil e já mira um nicho para ingressar com seu produto — que ainda é pouco competitivo quando comparado ao popular óleo de soja, que custa na faixa de R$ 9, uma embalagem de 900 ml, contra R$ 90 o litro do óleo de amendoim.

"É preciso romper paradigmas e realçar as qualidades nutricionais do óleo de amendoim. É um trabalho que seria iniciado em restaurantes 'finos' em um primeiro momento, antes de entrar massivamente na gôndola do supermercado". diz.

LDC faz parceria com Koppert na área de biológicos

Estratégia

Fernando Lopes
De São Paulo

A multinacional francesa Louis Dreyfus Company (LDC), uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, informou que estabeleceu uma parceria com a holandesa Koppert para comercializar insumos biológicos no Brasil.

Com a parceria, a LDC pretende que até 2027 os biológicos representem 8% de suas vendas totais de defensivos no país. A múlti explica que as operações nesse segmento são integradas a sua estrutura de originação de grãos e oleaginosas. A francesa é uma das maiores exportadoras de soja e milho produzidos no Brasil, além de ser uma das três maiores indústrias de suco de laranja instaladas no país.

"A parceria, que está alinhada à estratégia da companhia de ampliar a transição para cadeias de valor de baixo carbono, é impulsionada pelo crescimento exponencial dos bioinsumos no país", disse a LDC, em nota.

Projeções da Koppert, uma das maiores produtoras de biológicos do mundo, indicam que as vendas desses insumos no mercado brasileiro deverão crescer 300% até 2030, para cerca de US$ 1,8 bilhão. Na safra 2021/22, como informou o Valor, o faturamento do ramo chegou a R$ 2,9 bilhões, segundo estimativa da consultoria Kynetec.

A LDC informou, ainda, que vai estimular seus fornecedores a aplicarem defensivos biológicos nas lavouras por meio de "políticas comerciais diferenciadas", incluindo o "barter verde" (troca dos insumos pelas colheitas futuras). A companhia comercializa insumos agrícolas no mercado brasileiro desde 2011, e os defensivos representam cerca de 10% das vendas nesse segmento.

No primeiro semestre do ano, a LDC registrou receita líquida global de US$ 30,3 bilhões, 26,3% mais que em igual período de 2021. O lucro líquido da companhia aumentou 97% na comparação, para US$ 662 milhões.

valor.com.br

Mercado

Preços de lácteos têm retração no atacado

Uma pesquisa do Cepea realizada com o apoio da OCB indica que, em novembro, leite longa vida, muçarela e leite em pó foram comercializados no atacado a preços entre 2% e 6% menores do que em outubro.

valor.com.br/agro

Valor

Finanças

BB, de Ribeiro, obtém US$ 500 milhões com Banco Mundial para ajudar PMEs na transição climática C2

Destaques

Crédito imobiliário

O crédito imobiliário com recursos da poupança movimentou R$ 13,97 bilhões em novembro, com queda de 16,9% em relação ao mesmo mês do ano passado e de 5% frente ao mês imediatamente anterior, segundo a Abecip, associação das instituições que oferecem essa modalidade de crédito. "Apesar da redução no volume financiado, foi o segundo maior para um mês de novembro na série histórica", afirmou. No acumulado de 12 meses (dezembro de 2021 a novembro de 2022), os empréstimos para aquisição e construção de imóveis somaram R$ 181,9 bilhões, queda de 11,8% em relação ao apurado nos 12 meses anteriores. Foram financiados 45,1 mil imóveis em novembro, o que representa queda de 32,8% na comparação anual e de 23,8% na comparação mensal. A Caixa se manteve na liderança do segmento, com R$ 5,384 bilhões financiados nas modalidades construção e aquisição em novembro. Já o Itaú Unibanco apareceu em segundo, com R$ 3,547 bilhões, e o Bradesco ficou em terceiro lugar, com R$ 3,23 bilhões. *(Álvaro Campos)*

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/dez/99

Variações

No dia	0,20%
No mês	0,81%
No ano	9,33%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

BB Asset e Global X

A BB Asset anunciou uma parceria inédita com a Global X ETFs para o lançamento de um novo fundo de investimento, o BB Global X Superdividendos BDR ETF, que busca capturar a performance dos ETFs de dividendos da Global X, com hedge cambial. O fundo tem a estratégia "super dividendos", que tem como foco acessar 159 ações de empresas globais com histórico consistente de pagamento de dividendos, aumentando potencialmente o rendimento da carteira. A parceria entre a BB Asset e a Global X ETFs é a primeira da gestora internacional no país. Aroldo Medeiros, CEO da BB Asset Management, ressalta que essa parceria será importante para atender os clientes que buscam por estratégias globais e destacadas. "A nossa atuação com gestoras internacionais tem contribuído para que o portfólio da BB Asset seja cada vez mais completo e inovador." Luis Berruga, CEO da Global X ETFs, afirma que a parceria com a BB Asset é um grande passo. "Estamos entusiasmados por poder fornecer aos investidores acesso a um produto internacional por meio da BB Asset. Esta parceria é apenas o começo e estamos muito animados com o que está por vir." *(AC)*

Conta digital para PJ

O Banco Bmg lançou uma conta digital para pessoa jurídica. Gratuita, é focada em microempreendedores individuais (MEIs) e terá, em um primeiro momento, funcionalidades de pagamentos (contas e tributos) e transferências (TED e Pix gratuitos), além de um cartão múltiplo de débito e crédito (sem anuidade). Em breve, contará também com opções de empréstimos. Segundo Sandoval Martins, vice-presidente de digital, marketing e produtos do Bmg, com a conta digital PJ o banco pretende auxiliar o cliente MEI a melhorar a contabilidade e a administração dos seus negócios, separando as movimentações financeiras empresariais das pessoais. "Ao ter uma conta PJ, o microempreendedor tem acesso facilitado às linhas de crédito disponíveis no mercado."

Conjuntura Alta de juros nos EUA penalizou capitalização de mercado dessas empresas

Valor de fintechs cai US$ 42,6 bi no ano

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Para as fintechs, 2022 foi um pesadelo. O aperto monetário promovido pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) alterou profundamente os cenários de crescimento traçados por essas empresas e, consequentemente, seu valor de mercado. Enquanto o Ibovespa acumula alta de 3,5% neste ano, as fintechs brasileiras listadas em bolsa registram quedas que vão de 37% a 68% até ontem. No geral, as sete instituições analisadas pelo **Valor** perderam juntas US$ 42,6 bilhões em valor de mercado no período, ou R$ 221,4 bilhões no câmbio do dia.

Ainda há muitas incertezas no radar, o que deve fazer com que 2023 seja um ano morno para as fintechs. E, com a possibilidade de uma recessão nos Estados Unidos, novas quedas não podem ser descartadas.

Segundo levantamento feito pelo Valor Data, das grandes fintechs brasileiras a mais afetada foi o PagSeguro, que até o fechamento desta quinta-feira acumulava queda de 68,08%. Na outra ponta, quem sofreu menos foi Banco Pan, com retração de 36,94% — que entra na lista por ser considerado, por analistas, um banco digital.

O Nubank, que estreou na Bolsa de Nova York valendo mais que o Itaú Unibanco, agora tem uma capitalização de mercado de US$ 17,99 bilhões, contra US$ 43,45 bilhões do rival. Neste ano, as ações do banco digital acumulam queda de 58,85%.

O aumento dos juros, seja nos EUA ou no Brasil, afeta mais as companhias com viés tecnológico, como as fintechs, porque o valor delas está no longo prazo, afirma Thiago Batista, analista do UBS BB. "Para comparação, os bancos tradicionais têm resultados relevantes hoje frente ao valor de mercado e as fintechs, não. Então, quando você desconta isso, com uma taxa de juros maior, uma taxa de desconto maior, há impacto no valor."

Bruno Diniz, sócio da consultoria Spiralem, afirma que, quando muda a percepção de risco em relação ao cenário macroeconômico, o investidor acaba saindo de papéis mais arriscados e indo para setores mais tradicionais ou mesmo para a renda fixa, no chamado "flight to quality". "Nesse contexto, não há muita diferenciação, todas as fintechs acabam sendo incluídas no mesmo pacote", diz.

A piora do cenário macro, que aumenta o custo de oportunidade para os investidores, acaba atingindo mais as novatas e ajudando incumbentes a "respirar um pouco", avalia Lucas Ribeiro, analista de ações da Kínitro Capital. Depois de um período muito favorável, acrescenta, fintechs agora estão experimentando ventos contrários. "O apoio financeiro que tinham para adotar uma estratégia mais agressiva não está mais aqui. Então, precisam focar em rentabilidade, em preservar capital, em ser mais racionais."

Exemplo disso está na reviravolta dos papéis da Cielo em 2022, depois de muito cair nos últimos anos. Enquanto as ações da credenciadora controlada por Bradesco e Banco do Brasil (BB) sobem 122,37%, as da Stone caem 45,20% e as do PagSeguro, 68,08%.

"É um pouco da história da cigarra e da formiga. Em períodos mais difíceis, as incumbentes têm provisões guardadas, enquanto as fintechs ficam expostas ao mau tempo", diz Diniz. Ele aponta ainda que o diferencial inicial de muitas fintechs, que era uma qualidade muito superior na experiência do cliente, foi diminuindo à medida que os bancos tradicionais correram atrás do prejuízo e reformularam suas operações.

"Os downloads de neobancos dispararam durante a pandemia, pois os novos entrantes se beneficiaram de baixos custos de financiamento e ampla liquidez global. No entanto, taxas mais altas pressionam os custos de captação e a liquidez secou, direcionando o foco da gestão para a rentabilidade em vez do crescimento da base de clientes", afirma o Bank of America em relatório recente. A média mensal de downloads dos aplicativos de bancos digitais dobrou para 20 milhões na pandemia, mas agora já recuou para 15 milhões.

O executivo de uma fintech aponta, porém, que aquelas "mais crescidinhas" estavam mais preparadas para atravessar a tempestade perfeita que foi o ano de 2022, pois algumas já geram caixa e tinham iniciado há algum tempo a inflexão de deixar de focar somente no crescimento da base de clientes e começar a olhar com mais atenção para a monetização desses usuários. "As fintechs ainda têm a vantagem de ser muito mais ágeis que os incumbentes. O nome do jogo ainda é velocidade", argumenta.

Outro fator que afeta o valor das empresas, especialmente das que trabalham com crédito, é a deterioração da inadimplência acima do esperado, que afetou todo o mercado, mesmo que em magnitude diferente. Para Ribeiro, do UBS, quem está se saindo bem nesse cenário é o Nubank. Na visão dele, a instituição está sentindo o aumento da inadimplência e desacelerando a oferta, mas tem "surpreendido os mais pessimistas" no que diz respeito à gestão de risco.

Em relação ao Inter, Batista afirma que, além do cenário macro, o "timing" para a migração das ações para a Nasdaq, em junho, "não foi dos melhores". Além disso, o valor de mercado é pequeno, o que faz com que o banco não seja uma opção para vários fundos.

No caso da XP, o analista do UBS afirma que há ainda o efeito da "inércia" provocada pelos juros altos. Com a facilidade de obter retornos nominais mais altos, investidores ficam mais propensos a manter seus recursos nos bancos tradicionais e menos abertos a procurar opções. "A XP está sendo superpressionada no mercado para ajustar estrutura de custo nesse novo ambiente", diz Ribeiro.

A Méliuz, por sua vez, é muito eficiente em sua atividade principal, mas tomou a decisão de expandir a oferta de serviços para diversificar receitas em um momento macroeconômico ruim, afirma o analista da Kínitro.

Todas as fintechs citadas foram procuradas, mas XP, Méliuz e Stone não quiseram se manifestar. O Pan disse que avança para se tornar um dos maiores especialistas em consumo e crédito do país, amparado por tecnologia, sem abrir mão da rentabilidade e do crescimento. "Em 2022, o Pan investiu na ampliação da oferta de produtos e serviços, e na captura de sinergias com a Mosaico, plataforma de e-commerce, e a Mobiauto, marketplace de veículos, para aprimorar a jornada de consumo e a experiência de seus clientes."

Já o Inter afirmou que a oscilação nos papéis está relacionada às mudanças mais amplas no mercado. "Reforçamos que o plano de negócios da companhia é de longo prazo, investindo na diversificação de produtos e serviços para aumentar o engajamento dos clientes. Além disso, a estratégia focada na diversificação em um superapp completo nos permite passar por períodos macroeconômicos mais turbulentos com maior sucesso, o que é mais difícil para empresas com foco em um único produto."

O PagSeguro também citou as condições gerais de mercado e disse que, mesmo sendo uma das poucas fintechs lucrativas e com balanço sólido, tem sofrido esse impacto. "Continuamos seguindo nosso objetivo de democratizar o acesso a serviços financeiros e de pagamentos com foco em resultados e gestão eficiente de custos e despesas", disse, acrescentando que tem um programa de recompra de ações em vigor.

No caso do Nubank, na divulgação do balanço do terceiro trimestre o CEO David Vélez afirmou que vê um ambiente ligeiramente mais volátil neste ano, o que implica mais cautela, mas também cria oportunidades para continuar capitalizando a tese de longo prazo da empresa, de que o futuro dos serviços financeiros será construído por empresas de tecnologia. Procurado pelo **Valor**, o Nubank destacou um trecho da "retrospectiva" deste ano divulgada pela companhia. O parágrafo diz que, com uma estrutura de baixo custo, forte posição de capital e liquidez, a empresa dobrará o foco em eficiência e escalabilidade para 2023.

DIVULGAÇÃO

Fundadores do Nubank no IPO, em dezembro de 2021: ações do banco digital acumulam queda de 58,85% neste ano

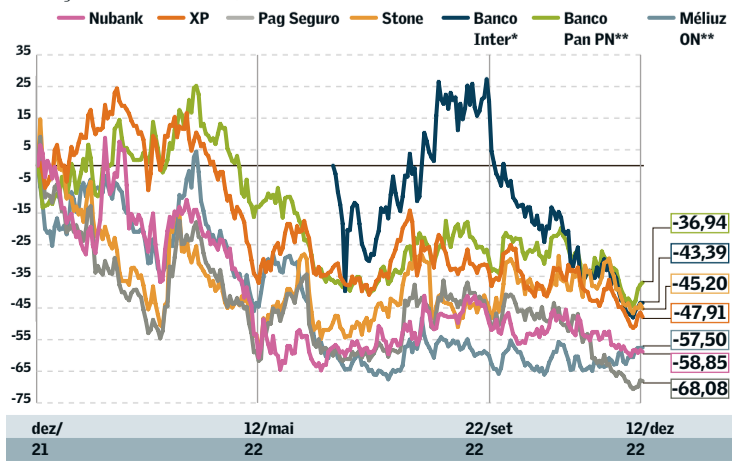
Fintechs em NY e na B3

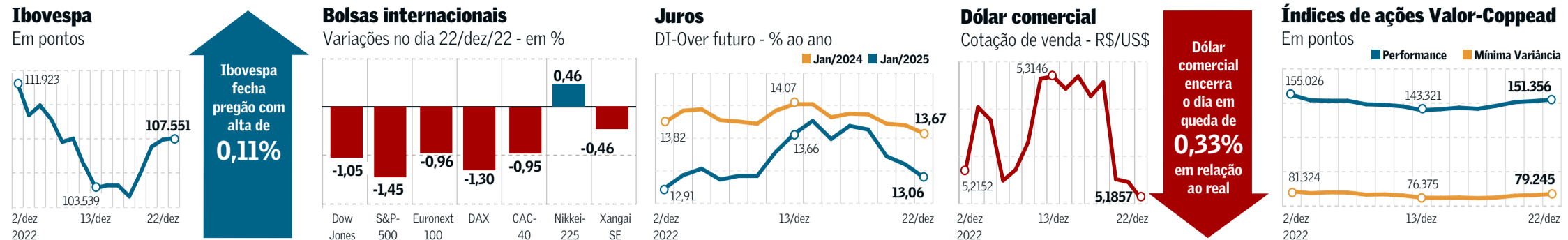
Variações acumuladas, em %

Nubank | XP | Pag Seguro | Stone | Banco Inter* | Banco Pan PN** | Méliuz ON**

35, 25, 15, 5, -5, -15, -25, -35, -45, -55, -65, -75

-36,94 | -43,39 | -45,20 | -47,91 | -57,50 | -58,85 | -68,08

dez/21 | 12/mai 22 | 22/set 22 | 12/dez 22

Fontes: B3, Banco Central, Nasdaq, Yahoo, e Valor PRO. Elaboração: Valor Data *considera como base o dia da estreia na Nasdaq. **convertidos em US$ pelo câmbio PTAX. Obs.: Nubank e PagSeguro listados na Nyse; Banco Inter, Stone e XP na Nasdaq; Banco Pan e Méliuz na B3

Finanças

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Ativos Juro futuro volta a fechar em baixa sem surpresas em Brasília; dólar cai a R$ 5,185, e bolsa sobe 0,11%

Mercado local registra pregão positivo

Victor Rezende, Arthur Cagliari e Matheus Prado
De São Paulo

Os mercados locais deram prosseguimento ao movimento de descompressão de prêmios de risco na sessão de ontem, a despeito da forte tendência negativa vista em Nova York. Investidores seguiram focados em Brasília, com uma PEC da Transição desidratada e nomeações esperadas para o Ministério e secretarias da Fazenda do governo eleito não provocando perdas adicionais.

No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 caiu de 13,775% no ajuste anterior para 13,63%; e a do DI para janeiro de 2027 passou de 13,08% para 12,91%. O dólar comercial terminou em queda de 0,33%, cotado a R$ 5,1857, e o Ibovespa teve leve alta de 0,11%, aos 107.552 pontos.

O tom positivo do mercado despertou a curiosidade de alguns agentes financeiros. "A reação do mercado me surpreendeu. Há uma certa leniência. A sensação que eu tenho é a de que, se não for algo muito ruim, o mercado tolera. Parece haver uma boa vontade no ar, mesmo sem sinais 'market friendly' ", diz um gestor de renda fixa sob condição de anonimato. Para ele, porém, o cenário à frente aponta desafios, que podem novamente pressionar o mercado a partir de fevereiro, ao se ter em vista que, até o fim de janeiro, não deve haver grandes novidades na economia ou na política.

Houve mais volatilidade durante a manhã, mas o movimento perdeu fôlego diante da ausência de surpresas entre os anúncios feitos pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a composição do ministério. O nome do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) para o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi visto de forma positiva pelos agentes.

Durante a tarde, a menor pressão sobre os prêmios na curva se intensificou, após coletiva de Fernando Haddad para apresentar outros nomes para a equipe econômica. Julio Hegedus Netto, economista-chefe da Mirae, diz que a equipe anunciada pode ser uma aposta positiva, com nomes qualificados tecnicamente. Ele cita, por outro lado, um risco de ineficiência por conta do tamanho do corpo ministerial.

A indicação do futuro ministro de que adjuntos do Tesouro devem ser aproveitados também ajudou a aliviar prêmios. "É importante que essa administração mostre credenciais no sentido de ter uma condução responsável da política fiscal", disse, em vídeo apresentado ontem, o economista-chefe da BV Asset, Leonardo Sapienza. Ele lembrou que, aprovada a PEC da Transição, existe uma expectativa no mercado de que o novo governo apresente uma nova âncora fiscal como substituta do teto de gastos até meados do próximo ano.

"Temos uma perspectiva de que essa nova administração traga políticas críveis de médio e longo prazo para que os prêmios dos ativos apresentem descompressão. Qualquer desvio não antecipado poderia trazer ainda mais ruídos do que aqueles que tivemos", afirmou Sapienza.

Wall Street recua com PIB dos EUA mais forte que o esperado

Igor Sodré e Daniel Gateno
De São Paulo

Após a divulgação ontem de dados fortes do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, os temores de que o Federal Reserve (Fed) precisará seguir com uma política monetária mais agressiva e, consequentemente, elevando as chances de que o país entre em uma recessão tomaram conta dos mercados. Com isso, as principais bolsas de Nova York encerraram o pregão de ontem em queda firme e o dólar registrou valorização.

No fim do pregão, o índice Dow Jones fechou com perdas de 1,05%, enquanto o S&P 500 exibiu queda de 1,45% e o Nasdaq caiu 2,18%. Já o rendimento da T-note de dez anos subiu de 3,673% para 3,682%.

O Departamento do Comércio dos EUA divulgou que o PIB americano cresceu 3,2% no terceiro trimestre em uma terceira leitura, surpreendendo o mercado, que esperava uma expansão de 2,9%. Já o índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) subiu 4,4% no mesmo período, enquanto o núcleo do índice do PCE avançou 4,7%.

Vale destacar que os dados de pedidos iniciais de seguro-desemprego, também publicados ontem, registraram uma elevação de duas mil solicitações na última semana, encerrada no dia 16 de dezembro, em relação ao período anterior, chegando a 216 mil pedidos — abaixo do consenso projetado por analistas consultados pelo "The Wall Street Journal", de 220 mil.

Diante desses dados, agentes do mercado voltaram a pensar na política monetária americana e como o banco central do país poderá responder aos números. "O Fed declarou repetidamente seu desejo de elevar os juros a um nível que considerem suficiente para combater a inflação, mesmo que arrisque o emprego e a produção econômica. Em outras palavras, uma recessão", disse Steve Sosnick, estrategista-chefe da Interactive Brokers. "Parece que os investidores finalmente digeriram essa mensagem, pelo menos por enquanto", afirmou. A próxima reunião do Fed acontece no dia 1º de fevereiro.

Lei das 'criptos' é sancionada sem vetos

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem nenhum veto o marco legal dos criptoativos, e agora o setor tem a lei que esperou sete anos para ver neste mercado. No entanto, entre os aplausos de alívio surgiram também duras críticas de personalidades do meio e de especialistas em relação aos pontos mais polêmicos do texto.

De senso comum, foram considerados importantes os artigos que obrigam empresas que atuam com criptoativos a seguir parâmetros de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, boas práticas de governança e transparência. Em nota, a Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto) afirmou que o marco regulatório é de extrema importância por determinar regras claras quanto às responsabilidades das empresas e do futuro regulador.

Por outro lado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) adotou um tom mais cauteloso, destacando do que entende que pode e "deve ser o órgão responsável pela regulação dos criptoativos que se enquadrem como valores mobiliários, conforme exposto no parecer de orientação CVM 40/2022".

Em entrevista ao **Valor**, na qual deixou claro estar expondo um ponto de vista pessoal seu e não um posicionamento da autarquia, João Accioly, diretor da CVM, fez duras críticas à nova lei. Para ele, o marco regulatório comete erros de conceituação que trazem insegurança jurídica.

A principal crítica se dá em relação ao parágrafo único do artigo 1º da lei, que diz: "o disposto nesta Lei não se aplica aos ativos representativos de valores mobiliários [...] e não altera nenhuma competência da CVM". Para Accioly, a lei erra quando afirma que valor mobiliário não é ativo virtual, visto que diversos "tokens" que existem globalmente poderiam ser assim considerados. Conquanto as criptomoedas como bitcoin e ethereum não caiam, na visão dele, nesse conceito, muitos tokens como aqueles que prometem uma rentabilidade periódica ou são lançados em oferta pública, não poderiam se furtar a serem regulados como valores mobiliários.

Tiago Severo, sócio do CBS Advogados, ressalta que as competências da CVM já estão claras e definidas por leis anteriores, algo que mitigaria esse problema. "Quando o ativo digital tiver usabilidade de captação de recurso e se caracterizar como um valor mobiliário, a CVM vai ter competência para disciplinar como que esse ativo digital vai ser autorizado e quais vão ser os limites que esse ativo ou projeto terá que seguir", defende.

Contudo, Accioly argumenta que, mesmo com essas atribuições e se a posterior regulamentação infralegal deixar mais claras as atribuições do Banco Central e da CVM no assunto, o fato do artigo estar redigido da maneira atual pode encorajar quem quiser driblar a supervisão da autarquia. "Tem muita gente que vai se aproveitar dessa redação da lei para lançar ativo virtual e falar que não é valor mobiliário mesmo que seja. A CVM vai ter um trabalho que a lei já podia ter resolvido", diz.

Já Yuri Nabeshima, chefe da área de inovação do VBD Advogados, diz que o mercado de criptomoedas ansiava pela regulação da matéria, porém lamenta que a segregação patrimonial, dispositivo que chegou a ser incluído no Senado, mas foi derrubado na Câmara, não tenha passado. A segregação dizia que uma corretora não poderia misturar o patrimônio dos clientes ao seu balanço, mantendo cada conta separada, de modo a não poder atuar como banco e emprestar o que o cliente depositou em criptomoedas. O dispositivo sofreu ferrenha resistência de alguns "players" do setor, como a Binance, que defende o uso de provas de reservas como alternativa a preocupações do gênero.

O governo ainda precisará editar um decreto apontando qual órgão será responsável por regular o setor de criptoativos entre BC e CVM. Rodolfo Tamanaha, sócio de negócios digitais do Madrona Advogados, diz que essa regulamentação infralegal será o espaço para corrigir os problemas apontados. "O decreto deve trazer uma indicação de que o BC pode complementar as regras a partir de ato normativo próprio."

O marco das criptomoedas entra em vigor em 180 dias a partir de hoje, data da publicação da sanção no Diário Oficial.

BB obtém US$ 500 milhões com Banco Mundial para financiamento climático

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco Mundial aprovou um projeto de US$ 500 milhões com o Banco do Brasil (BB) para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade e fortalecer a capacidade do setor privado acessar os mercados de crédito de carbono. O projeto adotará, pela primeira vez, uma abordagem que exige que pequenas e médias empresas (PMEs) apresentem projetos de descarbonização para ter acesso a financiamentos de longo prazo.

A expectativa é de até 90 milhões de toneladas de CO_2 em reduções até 2030, o equivalente a cerca de 4,5% do que o Brasil precisa para cumprir seus compromissos de zerar as emissões. "O Brasil tem potencial significativo para se tornar um líder global na transição para uma economia de baixo carbono. Para isso, é necessária uma ação urgente para complementar as atividades públicas com soluções e financiamento privados", diz Johannes Zutt, diretor do Banco Mundial para o Brasil.

Com o novo projeto, o Banco do Brasil poderá oferecer a seus clientes pacotes que integram financiamento com apoio ao acesso aos mercados de carbono por meio de um balcão único. Isso fornecerá às empresas brasileiras — especialmente as pequenas e médias — um serviço acessível de ponta a ponta, desde a medição da pegada de carbono até a geração de retornos de créditos de carbono de alta integridade.

O projeto fornecerá uma linha de crédito de US$ 400 milhões, além da criação de um Fundo de Dívida Climática piloto de US$ 98 milhões, que poderá comprar títulos emitidos por grandes empresas. Além disso, os US$ 2 milhões restantes serão usados pelo BB para investir em softwares e treinamento para funcionários apoiar empresas na adoção de planos de mitigação confiáveis, fornecendo assistência técnica. As linhas de crédito terão prazo de até 20 anos, com cinco anos de carência.

"Os setores público e privado têm um papel vital no apoio à transição para uma economia mais verde. Saudamos a parceria com o Banco Mundial não apenas porque é o maior financiador mundial de ações climáticas em países em desenvolvimento, mas também por causa de sua experiência em criar e fortalecer mercados de capitais locais e tornar os setores financeiros domésticos mais verdes", afirma Fausto Ribeiro, presidente do BB. Para o BB, a captação com o Banco Mundial terá uma taxa final de 4,5%, cerca de 2,6 pontos percentuais abaixo do que pagaria em mercado para se financiar. "Com isso, conseguiremos repassar aos clientes uma taxa bem mais baixa do que a observa em outras linhas", diz.

A nova linha deve ajudar o BB a cumprir a meta de conceder R$ 15 bilhões em crédito para fontes de energia limpa até 2025. Outro objetivo, de chegar a R$ 125 bilhões em crédito sustentável à agricultura, foi atingido antes do prazo e a meta agora pode ser elevada. O banco também tem linhas sustentáveis com outras instituições internacionais, como US$ 200 milhões com o banco do Brics, € 100 milhões com a agência francesa de fomento AFD e € 80 milhões com o banco de desenvolvimento alemão KfW. No início deste ano, emitiu também US$ 500 milhões em "social bond".

Ribeiro diz que o BB estuda criar uma área de negócios específica para centralizar as ações de sustentabilidade. "Essa é uma agenda transversal, quer perpassa todo o banco. Ainda estamos estudando, deve ficar para o próximo ano", afirma o executivo.

Próximo ano pode ter movimento de consolidação entre as fintechs

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Se 2022 foi um ano para ser esquecido pelas fintechs, o próximo deve ser menos pior. As incertezas ainda são grandes, mas é difícil repetir quedas de magnitude tão acentuada e, se houver espaço para uma baixa de juros global a partir do segundo semestre, pode haver algum alívio. Enquanto isso, especialistas apontam que 2023 pode ser um ano de consolidação, com muitas operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês).

O futuro das fintechs na bolsa em 2023 dependerá principalmente da taxa de juros. A dúvida crucial, no entanto, é qual exatamente será essa trajetória. "Essas fintechs ainda estão em um momento de crescimento, de captura de 'market share', e tudo isso envolve investimento, queima de caixa. Mas o macro parece que vai continuar falando mais alto por um tempo ainda", afirma Lucas Ribeiro, analista de ações da Kínitro Capital.

Para ele, as adquirentes, por exemplo, devem seguir pressionadas no próximo ano em um cenário de desaceleração do crescimento de volumes processados e margens ainda apertadas.

Thiago Batista, analista do UBS, afirma que a inadimplência tende a ser um problema menor para as instituições em 2023 do que foi neste ano. "A inflação deve ser mais baixa e o cenário ainda aponta para crescimento do PIB. Além disso, os auxílios sociais devem ter impacto positivo na baixa renda." Ele diz ainda que muitas instituições, como o Nubank, estão mudando a forma como remuneram os seus depósitos, o que tem efeito positivo sobre rentabilidade.

Seja como for, fintechs menores não devem escapar de uma onda de M&As. "Acreditamos que a consolidação será um grande impulsionador nos próximos trimestres, já que os 'players' menores que não conseguem registrar lucros provavelmente serão adquiridos por nomes maiores e mais lucrativos", diz em relatório o Bank of America.

Bruno Diniz, sócio da consultoria Spiralem, também prevê um movimento de consolidação. "Ainda não temos muitas operações sendo anunciadas, mas está tudo em gestão. Quem está queimando caixa e com dificuldade de levantar dinheiro novo vai ter que fazer isso em algum momento", diz, apontando que mesmo algumas grandes fintechs poderiam fechar capital. "Ao ver os preços tão baratos, alguns fundos oportunistas de private equity podem achar essa alternativa atraente."

Um tópico que mudou radicalmente em 2022 e pode continuar trazendo algum alívio para a indústria como um todo no próximo é a competição por funcionários. Se no início de 2022 circulavam pela redes sociais "memes" sobre a caçada árdua por desenvolvedores, ao longo do ano o "inverno cripto" chegou e se espalhou pelas fintechs, levando a ondas de demissões. Dessa forma, muitos talentos que foram para as fintechs atraídos por uma série de benefícios — incluindo as bonificações em ações — agora estão migrando de volta para os bancos.

Já a questão regulatória tende a ser mais um desafio para as fintechs, embora já esperada. Em julho entram em vigor as novas regras do Banco Central, com as empresas de maior porte com exigência de capital mínimo de 6,75%, aumentando para 8,75% em 2024 e 10,5%. Além disso, em abril começa o teto de 0,7% para a tarifa de intercâmbio do cartão pré-pago, o que afeta bastante quem vinha emitindo fortemente esse tipo de instrumento, como Nubank e PagSeguro.

Finanças

Criptomoedas Fundador da FTX chega aos Estados Unidos e ficará em prisão domiciliar após acordo

Bankman-Fried paga fiança de US$ 250 milhões

Bloomberg

Sam Bankman-Fried foi libertado sob uma fiança de US$ 250 milhões ontem, depois de fazer sua primeira aparição em um tribunal dos Estados Unidos para enfrentar acusações de fraude pelo colapso da FTX, a bolsa de criptomoedas da qual foi um dos fundadores.

Algemado e vestindo um terno azul, um Bankman-Fried com barba por fazer compareceu perante um juiz para a audiência de fiança no tribunal federal de Manhattan. Ele não apresentou contestação, o que ocorrerá posteriormente ante o juiz que conduz seu caso.

Sua próxima aparição está marcada para 3 de janeiro. O pacote de fiança inclui uma caução de reconhecimento pessoal de US$ 250 milhões garantida pela casa de seus pais na Califórnia, que segundo o promotor federal Nicholas Roos é uma das maiores fianças pré-julgamento já pagas na história dos EUA. Seus termos exigem que ele permaneça no país e se submeta a monitoramento eletrônico.

Bankman-Fried, 30, foi acusado em 13 de dezembro por promotores federais de Manhattan de orquestrar uma fraude por anos, na qual usou bilhões de dólares de recursos de clientes da FTX para pagar despesas pessoais e fazer apostas de alto risco por meio da Alameda Research, a companhia de negociação de moedas irmã da exchange.

O colapso da FTX reverberou na já abalada indústria das criptomoedas, levando a pedidos por mais regulamentação, bem como a responsabilização dos líderes da bolsa. Foi uma queda impressionante para Bankman-Fried, uma importante figura do setor que já teve sua fortuna estimada em mais de US$ 25 bilhões e acabou se transformando em um grande doador para campanhas políticas.

O promotor Roos disse ao juiz federal Gabriel Gorenstein que as acusações eram graves o suficiente para manter Bankman-Fried sob custódia, mas observou que ele retornou voluntariamente das Bahamas, onde foi preso na semana passada, e que seu patrimônio "diminuiu significativamente". Roos também disse que o tamanho da fiança "restringirá duramente a capacidade do réu de se movimentar".

Mark Cohen, o advogado d Bankman-Fried, também chamou atenção para a situação financeira precária de seu cliente, acrescentando que não tem um histórico de fugas e que possui fortes laços familiares. "Ele vai morar com os pais, que são professores de Direito em Stanford e ofereceram a casa como garantia de seu comparecimento ao tribunal", disse.

Não é incomum que haja uma incompatibilidade entre o tamanho de uma fiança e o patrimônio prometido em garantia, que geralmente é de cerca de 10% do valor declarado. A fiança de Bankman-Fried terá de ser assinada por seus pais e duas outras pessoas com patrimônios "consideráveis" até 5 de janeiro. Ao aprovar o pacote, Gorenstein disse que o risco de Bankman-Fried fugir é pequeno e acrescentou que ele não representa perigo para a sociedade em termos de futuros crimes financeiros.

O magistrado também disse que Bankman-Fried é conhecido demais para se tornar um fugitivo. "O réu ganhou uma notoriedade significativa, de modo que seria impossível" para ele realizar transações financeiras, disse Gorenstein. "A notoriedade também ameaça uma eventual tentativa de fuga, uma vez que seria muito difícil para o réu se esconder sem ser reconhecido."

A notoriedade de Bankman-Fried ficou patente quando dezenas de jornalistas, equipes de filmagem e fotógrafos o cercaram quando deixou o tribunal após a audiência. Num certo momento, seguranças do tribunal gritaram para os jornalistas se afastarem e o deixarem passar. Ele acabou conseguindo entrar em um carro preto que o esperava, com seus advogados e os pais. Bankman-Fried não respondeu perguntas ao deixar o tribunal e Cohen não quis fazer comentários.

Em várias entrevistas à imprensa depois do pedido de falência da FTX em novembro, Bankman-Fried tentou argumentar que o colapso da bolsa se deveu a erros de gerenciamento, e não a uma fraude intencional. Essa defesa poderá ser mais difícil de manter depois que o promotor federal de Manhattan, Damian Williams, anunciou, na noite de quarta-feira, que os dois sócios mais próximos de Bankman-Fried, a ex-presidente-executiva da Alameda Caroline Ellison e o ex-diretor de tecnologia da FTX Gary Wang, se declararam culpados de fraude e estão cooperando com a acusação.

A aparição de Bankman-Fried no tribunal de Nova York encerra o drama de cerca de uma semana sobre seu retorno aos EUA para ser julgado. Preso em 12 de dezembro nas Bahamas a pedido das autoridades americanas, ele inicialmente indicou que iria lutar contra a extradição. Depois de ter fiança negada em Nassau e encaminhado para a famosa prisão de Fox Hill, mudou de ideia. Mas seu retorno aos EUA foi adiado em meio à confusão no Tribunal das Bahamas, até que finalmente deixou a ilha em um voo fretado pelo governo dos EUA na noite de quarta-feira.

Williams anunciou as alegações de Ellison e Wang durante o voo. Ellison se declarou culpada de sete crimes que incluem fraude eletrônica e conspiração para cometer lavagem de dinheiro, num acordo que assinou no dia 19. Wang se declarou culpado de quatro crimes. Eles poderão passar décadas na prisão pelas acusações, mas quase certamente receberão recomendações de clemência do governo com base em sua cooperação.

Juristas disseram ser difícil explicar o dinheiro que foi transferido para a Alameda como má administração e não fraude. Além disso, o testemunho dos ex-sócios poderá ser devastador para Bankman-Fried. Confrontados por tais testemunhas, réus de outros casos tentaram virar a mesa e classificá-los os verdadeiros inescrupulosos.

Bankman-Fried poderá tentar fazer um acordo, mas poderá não conseguir muita clemência, já que provavelmente está no topo da lista de alvos da promotoria. Enquanto isso, mais cooperadores poderão surgir. Williams emitiu um alerta a possíveis testemunhas. "Se você participou de má conduta na FTX ou na Alameda, agora é a hora de se antecipar", disse. "Estamos avançando rapidamente e nossa paciência não é eterna."

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 22/12/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	13.384,4565580	0,06	0,86	11,67
IRF-M	1+**	16.653,7624760	0,31	0,58	6,31
IRF-M	Total	15.278,3724310	0,23	0,67	7,96
IMA-B	5***	7.953,8849320	0,07	0,28	9,07
IMA-B	5+****	9.528,9748010	0,51	-3,23	1,17
IMA-B	Total	8.417,7699790	0,30	-1,58	4,89
IMA-S	Total	5.625,3179740	0,05	0,79	12,39
IMA-Geral	Total	6.872,9064040	0,17	0,01	8,84

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	08/12	07/12	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,26	30,48	32,78	33,07	30,13	26,82
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,28	24,90	24,77	24,86	25,36	25,04
Conta garantida pré - a.a.	50,59	49,21	48,98	48,72	48,79	38,47
Desconto de duplicata pré - a.a.	27,61	27,92	27,33	27,90	27,83	21,81
Vendor pré - a.a.	19,63	19,33	19,44	19,44	18,10	16,52
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	22,33	20,90	21,84	21,10	20,69	18,78
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,18	19,06	20,83	20,66	17,61	16,48
Conta garantida pós - a.a.	28,00	28,48	28,39	28,47	27,15	23,80
ACC pós - a.a.	7,96	8,00	7,80	7,73	7,87	3,97
Factoring - a.m.	3,70	3,69	3,71	3,71	3,66	3,71

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	22/12/22	21/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	4,3887	4,3856	4,3391	4,1420	4,0161	0,1028
3 meses	4,7239	4,7290	4,7377	4,7786	4,6987	0,2114
6 meses	5,1486	5,1614	5,1523	5,2034	5,1621	0,3264
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	5,4159	5,4314	5,4673	5,5716	5,5789	0,5534
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,6550
3 meses	-	-	-	-	-	-0,6020
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5613
1 ano	-	-	-	-	-	-0,4911
Euribor **						
1 mês	-	1,913	1,691	1,512	1,418	-0,643
3 meses	-	2,102	2,062	1,973	1,863	-0,591
6 meses	-	2,645	2,493	2,414	2,338	-0,545
1 ano	-	3,176	2,867	2,830	2,847	-0,505
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,50	7,50	7,50	7,00	7,00	3,25
Federal Funds	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	0,25
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	0,25
T-Bill (1 mês)	3,70	3,67	3,80	3,95	3,86	0,02
T-Bill (3 meses)	4,33	4,31	4,31	4,35	4,22	0,07
T-Bill (6 meses)	4,67	4,67	4,67	4,70	4,70	0,16
T-Note (2 anos)	4,26	4,21	4,24	4,32	4,53	0,66
T-Note (5 anos)	3,80	3,76	3,63	3,74	3,95	1,22
T-Note (10 anos)	3,68	3,65	3,46	3,62	3,76	1,45
T-Bond (30 anos)	3,74	3,71	3,50	3,75	3,83	1,85

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	dez/22*	nov/22	Mês out/22	set/22	ago/22	jul/22	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,82	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	12,05	12,00
CDI	0,82	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	12,05	12,00
CDB (1)	0,79	0,95	0,83	0,90	0,86	1,00	10,35	10,10
Poupança (2)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,73
Poupança (3)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,67
IRF-M	0,67	-0,66	0,93	1,40	2,05	1,15	7,96	9,26
IMA-B	-1,58	-0,79	1,23	1,48	1,10	-0,88	4,89	6,82
IMA-S	0,79	1,01	1,08	1,11	1,19	1,04	12,39	12,38
Renda Variável								
Ibovespa	-4,39	-3,06	5,45	0,47	6,16	4,69	2,60	10,37
Índice Small Cap	-5,12	-11,23	7,30	-1,84	10,90	5,16	-16,91	-9,10
IBrX 50	-4,56	-2,19	5,32	0,49	6,33	4,54	3,54	12,57
ISE	-5,94	-10,48	7,65	-2,54	5,97	4,40	-15,37	-8,47
IMOB	-6,25	-16,57	2,17	12,40	7,01	8,73	-11,12	0,91
IDIV	-3,26	0,78	4,03	-1,80	4,27	1,98	10,77	16,33
IFIX	-2,30	-4,15	0,02	0,49	5,76	0,66	-0,13	11,20
Dólar Ptax (BC)	-2,02	0,71	-2,77	4,39	-0,18	-0,95	-7,05	-5,80
Dólar Comercial (mercado)	-0,31	0,70	-4,24	3,71	0,51	-1,12	-6,98	-7,73
Euro (BC) (4)	0,87	4,91	-1,75	1,49	-1,53	-3,47	-12,98	-13,84
Euro Comercial (mercado) (4)	1,44	6,08	-3,43	1,16	-1,18	-3,57	-13,00	-15,16
Ouro B3	0,35	6,64	-5,57	0,70	-1,72	-3,40	-12,12	-9,69
Inflação								
IPCA	-	0,41	0,59	-0,29	-0,36	-0,68	5,13	5,90
IGP-M	-	-0,56	-0,97	-0,95	-0,70	0,21	4,98	5,90

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO . Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 22/dez. ** Até nov/22 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 19/12/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.897.697,48					-16.119,17	-37.823,39	37.220,86	15.570,17
RF Indexados (2)	142.808,82	0,02	-0,49	7,58	8,10	-812,15	-3.729,43	-37.549,40	-38.818,37
RF Duração Baixa Soberano (2)	552.834,85	0,05	0,62	11,02	11,38	-4.351,41	-7.651,08	2.543,13	-21.654,23
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	698.961,46	0,05	0,66	12,30	12,71	-3.892,47	-8.828,90	32.068,38	31.061,24
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	94.003,46	0,05	0,05	12,11	12,52	-335,01	621,47	9.131,03	10.264,09
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	154.469,70	0,03	-0,17	9,45	9,78	-79,75	-276,63	-1.098,57	-3.233,11
RF Duração Livre Soberano (2)	206.962,19	0,04	0,32	10,42	10,82	-1.278,97	-5.144,52	15.132,50	19.003,34
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	626.324,68	0,03	0,42	11,50	10,91	-4.080,90	-7.231,75	45.784,19	43.353,06
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	176.517,02	0,03	-0,06	9,85	10,10	226,51	-3.113,63	22.680,15	25.316,45
Ações	460.557,33					-639,36	-2.421,91	-68.568,05	-69.516,83
Ações Indexados (2)	9.187,39	1,83	-6,89	-1,23	-3,35	-101,96	110,58	-2.642,32	-2.669,63
Ações Índice Ativo (2)	34.430,67	1,87	-6,97	-2,80	-5,00	-6,02	19,15	-14.083,83	-14.632,37
Ações Livre	194.609,13	1,59	-6,93	-10,53	-11,83	-291,95	-1.593,07	-31.953,18	-33.554,51
Fechados de Ações	46.920,08	0,64	-7,19	-7,46	-9,06	0,00	25,10	-2.153,74	-2.147,12
Multimercados	1.605.090,53					-2.071,32	-5.018,86	-86.291,05	-80.334,16
Multimercados Macro	193.850,67	0,04	0,20	16,19	17,13	-240,13	-1.060,62	-6.565,72	-6.592,45
Multimercados Livre	561.811,16	0,09	-0,60	8,29	8,81	601,76	-464,03	-61.050,36	-56.301,15
Multimercados Juros e Moedas	63.895,08	0,04	0,52	11,39	11,83	37,60	-328,20	-1.812,86	-301,99
Multimercados Invest. no Exterior (2)	703.154,40	0,19	-0,51	2,08	2,05	-1.455,99	-1.761,62	1.557,04	1.675,19
Cambial	7.988,91	0,14	1,91	-3,37	-5,03	288,41	-24,10	117,39	890,94
Previdência	1.167.985,55					69,83	-730,36	10.604,41	14.576,79
ETF	37.214,15					140,97	2.222,28	1.288,13	-71,52
Demais Tipos	1.670.590,13					-2.699,19	-5.587,35	-77.020,30	-70.472,44
Total Fundos de Investimentos	**6.176.533,95**					**-18.330,64**	**-43.796,34**	**-105.628,32**	**-118.884,61**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.230.165,29**					**967,64**	**12.005,13**	**52.511,19**	**57.507,23**
Total Fundos Off Shore (4)	**45.096,57**					-	-	-	-
Total Geral	**7.451.795,82**					**-17.363,00**	**-31.791,21**	**-53.117,13**	**-61.377,38**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de outubro de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	22/12/22	21/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	13,75	13,75	13,75	13,75	13,75	9,25
Selic - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
Selic - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
Selic - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
Selic - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDI - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
CDI - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
CDI - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
CDI - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,83	14,26	10,38
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	1,0107	1,1168	0,8264
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,37	12,23	7,99
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	0,9768	0,9662	0,6425
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,68	13,69	13,69	13,72	13,80	9,93
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,78	13,81	13,84	13,88	14,06	10,95
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,66	13,66	13,67	13,68	13,69	9,16
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,67	13,68	13,68	13,70	13,72	9,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,70	13,70	13,70	13,72	13,80	10,02
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,73	13,73	13,74	13,76	13,89	10,39
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,77	13,82	13,83	13,87	14,06	10,92
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,70	13,82	13,91	13,94	14,37	11,38

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 22/12/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	99.645,06	13,656	95.343	13,654	13,660	13,656
Vencimento em fev/23	98.537,41	13,659	26.008	13,656	13,662	13,662
Vencimento em mar/23	97.637,97	13,674	16.991	13,670	13,678	13,678
Vencimento em abr/23	96.496,37	13,700	81.298	13,695	13,705	13,695
Vencimento em mai/23	95.606,65	13,730	3.900	13,725	13,745	13,725
Vencimento em jun/23	94.525,74	13,766	9.701	13,745	13,785	13,755
Vencimento em jul/23	93.512,25	13,773	340.065	13,760	13,810	13,765
Vencimento em ago/23	92.504,26	13,789	657	13,760	13,815	13,795
Vencimento em set/23	91.423,40	13,783	470	13,770	13,820	13,770
Vencimento em out/23	90.496,22	13,775	39.232	13,735	13,855	13,735
Vencimento em nov/23	89.545,06	13,750	210	13,760	13,820	13,760

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.195,68	-0,25	340.455	5.165,50	5.230,50	5.178,00
Vencimento em fev/23	5.227,56	-0,25	4.980	5.205,00	5.226,00	5.226,00
Vencimento em mar/23	5.252,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/23	5.287,30	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/23	5.311,75	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.501,68	-0,55	70	5.490,80	5.494,50	5.490,80
Vencimento em fev/23	5.548,99	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/23		-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/23	109.238	-0,01	128.665	108.200	110.220	109.425
Vencimento em abr/23	111.029	-	0	0	0	0
Vencimento em jun/23	113.117	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 22/12/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1865	5,1871	-0,31	-2,02	-7,05	-9,32
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1851	5,1857	-0,33	-0,31	-6,98	-8,48
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1993	5,3793	-0,27	-0,61	-6,96	-8,76
Euro (BC) - (R$/€)	5,4977	5,5004	-0,42	0,87	-12,98	-15,09
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4926	5,4932	-0,51	1,44	-13,00	-14,46
Euro Turismo (R$/€)	5,5360	5,7160	-0,49	1,53	-12,92	-14,68
Euro (BC) - (US$/€)	1,0600	1,0604	-0,11	2,95	-6,38	-6,37
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	290,000	-2,03	0,35	-12,12	-10,63
Nova York (US$/onça troy)	-	1.790,60	-1,33	0,97	-2,06	-0,71
Londres (US$/onça troy)	-	1.815,20	0,09	3,16	-0,27	1,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	22/12/22	21/12/22	No fim de nov/22	dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	151.355,96	150.330,13	155.496,88	134.046,86	0,68	-2,66	12,91
Valor-Coppead Mínima Variância	79.245,10	78.344,86	80.792,69	86.927,17	1,15	-1,92	-8,84

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS	02/02/22	02/02/29	84	600	3	-	145,0
JBS	02/02/22	02/02/52	360	900	4,375	-	220,0
Usina Coruripe	10/02/22	10/02/27	60	300	10	10	823,3
Itaú Unibanco	14/04/22	14/04/25	36	63	3,7	3,7	97,7
Natura	19/04/22	19/04/29	84	600	6	-	341,1
Arcos Dorados	27/04/22	27/05/29	85	350	6,125	-	317,0
Aegea	06/05/22	20/05/29	85	500	7	-	413,7

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 22/12/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo

ADR - Índices

Em 21/12/22

Índice	21/12/22	20/12/22	Em 30/11/22	31/12/21	21/12/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	142,96	140,83	144,14	160,14	157,56	1,51	-0,82	-10,73	-9,26
S&P BNY Emergentes	276,38	271,92	284,34	339,00	334,55	1,64	-2,80	-18,47	-17,39
S&P BNY América Latina	181,30	179,19	190,88	179,82	175,17	1,18	-5,02	0,82	3,50
S&P BNY Brasil	189,12	187,30	199,67	184,87	180,22	0,97	-5,29	2,30	4,94
S&P BNY México	250,66	246,12	263,31	279,00	270,28	1,84	-4,80	-10,16	-7,26
S&P BNY Argentina	97,99	95,30	94,32	70,86	69,40	2,82	3,89	38,28	41,19
S&P BNY Chile	174,49	173,51	186,89	134,90	131,66	0,56	-6,64	29,35	32,52
S&P BNY Índia	2.874,73	2.886,18	3.067,86	3.190,48	3.063,13	-0,40	-6,30	-9,90	-6,15
S&P BNY Ásia	164,88	162,70	167,10	207,32	205,05	1,34	-1,33	-20,47	-19,59
S&P BNY China	345,89	336,47	333,98	428,56	433,79	2,80	3,57	-19,29	-20,26
S&P BNY Rússia	203,27	203,27	271,02	319,36	315,98	0,00	-25,00	-36,35	-35,67
S&P BNY Turquia	18,75	19,19	19,48	16,83	16,69	-2,30	-3,74	11,42	12,33

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
05/12 a 05/01	0,2440	0,7452	0,7452	1,0961
06/12 a 06/01	0,2438	0,7450	0,7450	1,0959
07/12 a 07/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
08/12 a 08/01	0,2114	0,7125	0,7125	1,0532
09/12 a 09/01	0,1769	0,6778	0,6778	0,9984
10/12 a 10/01	0,1780	0,6789	0,6789	0,9995
11/12 a 11/01	0,2055	0,7065	0,7065	1,0472
12/12 a 12/01	0,2428	0,7440	0,7440	1,0949
13/12 a 13/01	0,2425	0,7437	0,7437	1,0946
14/12 a 14/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
15/12 a 15/01	0,2146	0,7157	0,7157	1,0464
16/12 a 16/01	0,1763	0,6772	0,6772	0,9977
17/12 a 17/01	0,1792	0,6801	0,6801	1,0007
18/12 a 18/01	0,2069	0,7079	0,7079	1,0486
19/12 a 19/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
20/12 a 20/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
21/12 a 21/01	0,2410	0,7422	0,7422	1,0930

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 22/12/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	107.551	0,11	-4,39	2,60	2,19
IBrX	45.635	0,13	-4,53	1,98	1,53
IBrX 50	18.123	0,06	-4,56	3,54	2,90
IEE	77.633	0,97	-3,88	1,74	1,69
SMLL	1.965	0,04	-5,12	-16,91	-15,70
ISE	3.106	0,43	-5,94	-15,37	-15,52
IMOB	643	-0,07	-6,25	-11,12	-7,87
IDIV	7.034	0,43	-3,26	10,77	11,36
IFIX	2.801	0,05	-2,30	-0,13	3,49
Variação % em dólares					
Ibovespa	20.734	1,18	-2,41	10,39	12,69
IBrX	8.798	1,21	-2,56	9,71	11,97
IBrX 50	3.494	1,13	-2,59	11,40	13,48
IEE	14.967	2,05	-1,90	9,46	12,14
SMLL	379	1,12	-3,16	-10,61	-7,04
ISE	599	1,50	-4,00	-8,95	-6,85
IMOB	124	0,91	-4,33	-4,45	1,59
IDIV	1.356	1,50	-1,26	19,17	22,81
IFIX	540	1,14	-0,29	7,47	14,15

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 21/12/22	20/12/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	378	382	-4,0	-8,0	-8,0
África do Sul	403	419	-16,0	17,0	55,0
Argentina	2.083	2.123	-40,0	-165,0	395,0
Brasil	267	275	-8,0	16,0	-59,0
Colômbia	365	383	-18,0	-22,0	13,0
Filipinas	92	88	4,0	-10,0	1,0
México	202	204	-2,0	14,0	-11,0
Peru	150	160	-10,0	6,0	10,0
Turquia	423	430	-7,0	-12,0	-155,0
Venezuela	41.316	41.016	300,0	9.615,0	-17.187,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
abr/22	345.097	12/12/22	338.823
mai/22	346.415	13/12/22	340.715
jun/22	341.958	14/12/22	340.844
jul/22	346.403	15/12/22	339.913
ago/22	339.664	16/12/22	339.581
set/22	330.580	19/12/22	339.054
out/22	329.546	20/12/22	339.064
nov/22	335.505	21/12/22	339.272

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	22/12/22	21/12/22	20/12/22	19/12/22	16/12/22	15/12/22
Índice	1.778,97	1.775,41	1.772,96	1.766,27	1.764,78	1.766,70
Var. no dia	0,20%	0,14%	0,38%	0,08%	-0,11%	0,25%
Var. no mês	0,81%	0,61%	0,47%	0,09%	0,01%	0,12%
Var. no ano	9,33%	9,11%	8,96%	8,55%	8,46%	8,58%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 22/12/22

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,8100	34,8400	0,14890	0,14900
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1865	5,1871
Bolívar Soberano (Venezuela)	16,1373	16,1777	0,3206000	0,3214000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7409	0,7572
Colon (Costa Rica)	580,3500	583,7000	0,008886	0,008938
Coroa (Dinamarca)	7,0145	7,0151	0,7393	0,7395
Coroa (Islândia)	143,4700	143,7700	0,03608	0,03615
Coroa (Noruega)	9,8653	9,8702	0,5255	0,5258
Coroa (Rep. Tcheca)	22,8320	22,8420	0,2271	0,2272
Coroa (Suécia)	10,4570	10,4610	0,4958	0,4960
Dinar (Argélia)	137,2073	138,2443	0,03752	0,03780
Dinar (Kuwait)	0,3063	0,3064	16,9272	16,9347
Dinar (Líbia)	4,8100	4,8323	1,0733	1,0784
Direitos Especiais de Saque ***	1,3314	1,3314	6,9053	6,9061
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6721	3,6731	1,4120	1,4126
Dirham (Marrocos)	10,5067	10,5117	0,4934	0,4937
Dólar (Austrália)***	0,6679	0,6681	3,4641	3,4655
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1865	5,1871
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5509	2,5959
Dólar (Canadá)	1,3656	1,3661	3,7966	3,7984
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2114	6,2874
Dólar (Cingapura)	1,3523	1,3528	3,8339	3,8358
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1865	5,1871
Dólar (Hong Kong)	7,7958	7,7959	0,6653	0,6654
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6254	0,6258	3,2436	3,2461
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,7598	0,7685
Euro (Comunidade Européia)***	1,0600	1,0604	5,4977	5,5004
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8497	2,9068
Franco (Suíça)	0,9302	0,9306	5,5733	5,5763
Guarani (Paraguai)	7300,0200	7318,6900	0,0007087	0,0007106
Hryvnia (Ucrânia)	36,9000	36,9340	0,1404	0,1406
Iene (Japão)	132,2400	132,2900	0,03921	0,03922
Kuna (Croácia)	7,1170	7,1220	0,7282	0,7288
Libra (Egito)	24,6900	24,7500	0,2096	0,2101
Libra (Líbano)	1505,5000	1518,5000	0,003416	0,003445
Libra (Síria)	2510,0000	2513,0000	0,00206	0,00207
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2026	1,2030	6,2373	6,2401
Naira (Nigéria)	446,1300	447,1300	0,01160	0,01163
Lira (Turquia)	18,6702	18,6788	0,2777	0,2778
Novo Dólar (Taiwan)	30,7220	30,7520	0,16870	0,16880
Novo Sol (Peru)	3,7889	3,8115	1,3608	1,3690
Peso (Argentina)	174,5800	174,5900	0,02971	0,02971
Peso (Chile)	867,4000	868,3000	0,005973	0,005980
Peso (Colômbia)	4757,3900	4767,3900	0,001088	0,001090
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2161	0,2161
Peso (Filipinas)	55,0800	55,1300	0,09408	0,09417
Peso (México)	19,5524	19,5629	0,2651	0,2653
Peso (Rep. Dominicana)	55,7200	56,1900	0,09230	0,09309
Peso (Uruguai)	38,3400	38,3700	0,13520	0,13530
Rande (África do Sul)	17,1482	17,1516	0,3024	0,3025
Rial (Arábia Saudita)	3,7600	3,7620	1,3787	1,3795
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001235	0,0001235
Ringgit (Malásia)	4,4220	4,4280	1,1713	1,1730
Rublo (Rússia)	68,1000	70,1000	0,07399	0,07617
Rúpia (Índia)	82,9210	82,9760	0,06251	0,06255
Rúpia (Indonésia)	15580,0000	15585,0000	0,0003328	0,0003329
Rúpia (Paquistão)	225,5000	227,0000	0,02285	0,02300
Shekel (Israel)	3,4925	3,4964	1,4834	1,4852
Won (Coréia do Sul)	1283,8000	1286,1600	0,004033	0,004040
Yuan Renminbi (China)	6,9829	6,9860	0,7424	0,7428
Zloty (Polônia)	4,3752	4,3767	1,1850	1,1856

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	1795,68	0,01732	299,4515	299,4861

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	22/12/22	21/12/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	33.027,49	33.376,48	-1,05	-4,52	-9,11	-7,63	28.725,51	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	10.956,14	11.235,88	-2,49	-8,93	-32,87	-32,29	10.690,60	16.567,50
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	10.476,12	10.709,37	-2,18	-8,65	-33,04	-32,51	10.321,39	15.871,26
EUA	Nova York	S&P 500	3.822,39	3.878,44	-1,45	-6,32	-19,80	-18,61	3.577,03	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	19.349,66	19.571,10	-1,13	-5,40	-8,83	-8,17	18.206,28	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	50.097,22	50.426,26	-0,65	-3,07	-5,96	-4,40	44.626,80	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.227,57	1.249,84	-1,78	-1,21	-13,00	-11,97	1.112,84	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	16.014,76	16.142,10	-0,79	8,97	170,53	180,45	5.098,80	16.635,30
Chile	Santiago	IPSA	5.222,23	5.269,70	-0,90	-1,14	21,21	26,69	4.121,91	5.779,25
Peru	Lima	S&P/BVL General	20.986,59	21.149,66	-0,77	-6,54	-0,59	2,22	17.752,60	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	182.459,79	179.851,91	1,45	8,27	118,51	118,12	81.004,41	182.459,79
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.243,81	1.255,86	-0,96	-3,35	-8,66	-7,14	2.995,33	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX	13.914,07	14.097,82	-1,30	-3,35	-12,41	-10,77	11.975,55	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.517,97	6.580,24	-0,95	-3,27	-8,88	-7,57	5.676,87	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	23.813,30	24.111,97	-1,24	-3,24	-12,92	-11,24	20.352,98	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.723,15	3.741,20	-0,48	1,04	-13,62	-12,22	3.313,82	4.362,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.821,52	1.816,51	0,28	2,06	-2,28	-0,23	1.516,18	1.863,99
Espanha	Madri	IBEX-35	8.272,10	8.302,30	-0,36	-1,09	-5,07	-2,21	7.261,10	8.933,60
Grécia	Atenas	ASE General	924,20	923,86	0,04	1,30	3,45	4,54	779,20	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	700,40	709,58	-1,29	-3,27	-12,22	-10,44	630,58	804,28
Hungria	Budapeste	BUX	45.538,06	45.589,30	-0,11	-0,97	-10,22	-7,22	37.035,79	54.405,84
Polônia	Varsóvia	WIG	57.088,69	57.291,89	-0,35	1,84	-17,62	-15,74	45.621,39	73.334,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.763,54	5.765,52	-0,03	-1,69	3,48	5,57	5.190,28	6.349,21
Rússia	Moscou	RTS*	969,70	940,03	3,16	-13,82	-39,23	-39,47	742,91	1.622,75
Suécia	Estocolmo	OMX	2.043,30	2.065,13	-1,06	-2,81	-15,56	-12,49	1.794,39	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	10.774,64	10.845,59	-0,65	-3,17	-16,32	-15,25	10.072,62	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	5.447,23	5.429,13	0,33	9,43	193,23	201,93	1.804,15	5.447,23
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.810,52	1.828,66	-0,99	-3,90	-11,96	-9,47	1.810,52	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	73.225,13	73.836,91	-0,83	-2,14	-0,66	2,62	63.263,94	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	26.507,87	26.387,72	0,46	-5,22	-7,93	-7,19	24.717,53	29.332,16
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.335,20	7.293,00	0,58	-1,95	-5,71	-4,52	6.609,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.955,58	1.969,79	-0,72	-3,13	-22,71	-22,41	1.752,27	2.530,14
China	Xangai	SSE Composite	3.054,43	3.068,41	-0,46	-3,08	-16,08	-15,68	2.886,43	3.643,34
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	2.356,73	2.328,95	1,19	-4,68	-20,85	-21,03	2.155,49	3.020,24
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.679,22	19.160,49	2,71	5,82	-15,89	-14,82	14.687,02	24.965,55
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	60.826,22	61.067,24	-0,39	-3,60	4,42	6,84	51.360,42	63.284,19
Indonésia	Jacarta	JCI	6.824,43	6.820,66	0,06	-3,63	3,69	4,52	6.529,59	7.318,02
Tailândia	Bangcoc	SET	1.616,67	1.609,94	0,42	-1,14	-2,47	-0,62	1.533,37	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	14.442,94	14.234,40	1,47	-2,93	-20,73	-18,98	12.666,12	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Valor investe

S.A. Mudança proposta pelo governo flexibiliza exigência de piso para distribuição de proventos a acionistas

Dividendo mínimo opõe mercado e empresas

Victoria Netto
De São Paulo

A consulta pública aberta pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Economia (Seae/ME) sobre a flexibilização do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades Anônimas, que estabelece o pagamento de parte do lucro das companhias aos seus acionistas, divide opiniões no mercado. De um lado, os investidores defendem que distribuição de dividendos é um incentivo ao mercado de capitais. Do outro, associações empresariais acreditam que a medida poderia destravar investimentos.

De início, o prazo de 6 de outubro a 5 de dezembro para a consulta foi considerado curto e surpreendeu agentes do mercado.

A página que centraliza o debate no site do governo contou com cinco contribuições públicas. Entre elas, as posições da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), este em conjunto com a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec).

"No mercado brasileiro, o dividendo é um fator enraizado muito importante, tanto para as empresas como para o investidor, além de ter um apelo muito grande para o público que não está ligado à especulação e que tem nisso uma fonte de renda", afirma Haroldo Levy Neto, diretor técnico da Apimec.

O IBGC e a Amec defendem, em posicionamento, que a Lei das S.A. já é flexível o suficiente e que atende a duas necessidades fundamentais das sociedades anônimas: a proteção do sócio minoritário, reduzindo a insegurança quanto ao recebimento de remuneração, e o incentivo ao autofinanciamento como uma das fontes para o crescimento da companhia.

Entre os dispositivos sob análise está o artigo 202 da Lei das S.A. Ele diz que, quando o estatuto da empresa não definir o dividendo obrigatório, este não pode ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

"Essa regra virou consenso, e as empresas pequenas pensam que existe a obrigatoriedade de 25%. Queremos retirar essa assimetria de informação e deixar mais fácil o acesso ao mercado", afirma o coordenador-geral de concorrência no sistema financeiro da Seae, Rafael Ferraz, que conduz o projeto no Ministério da Economia.

A Lei das S.A. também estabelece que a assembleia geral pode discutir a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório e que há a dispensa do pagamento se a diretoria informar à assembleia geral que os proventos são "incompatíveis com a situação financeira" da empresa. Enquanto isso, outros trechos da lei abrem espaço para a interpretações dúbias, "uma referência imprecisa à possibilidade de que o estatuto possa prevalecer e estabelecer pagamento de dividendos inferior aos 25%", diz a secretaria no parecer.

A Seae/ME nota ainda que a Lei das S.A, criada em 1976, não acompanhou o avanço do mercado brasileiro e destaca que apenas Brasil, Chile, Colômbia, Grécia e Venezuela a adotam o mínimo obrigatório. "Pesquisas indicam que os investimentos nos países com a obrigatoriedade são mais baixos em relação aos que não têm a regra", afirma Ferraz. Ele reconhece, contudo, que outros fatores também influenciam os investimentos e que a amostra pequena dificulta uma relação causal, mas diz que os modelos teóricos sugerem correlação.

Entre as contribuições no site do governo, há também a tomada favorável da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). "Julgamos que tal flexibilização fomentará a competitividade na busca de maximização da eficiência, não exclusivamente pelo pagamento maior ou menor dividendo, mas sim, por um custo médio ponderado de capital mais atraente", diz.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que representa hoje 88% das companhias listadas na B3, apoia a discussão e entende que a flexibilização é "salutar" para as companhias. A entidade não acredita que a medida imponha barreiras para investimentos na bolsa, mas sugere que ande em harmonia com a reforma tributária.

"Nós entendemos, depois de reuniões, que a flexibilização pode gerar mais liberdade para as empresas e para seus acionistas e vai permitir que a companhia aloque seus recursos como julgar melhor. Elaborar uma política de remuneração que possa beneficiar o investidor e discutir como alocar melhor seus investimentos são igualmente importantes", diz Fernanda Claudino, especialista e gerente das comissões técnicas da Abrasca.

A flexibilização do dividendo mínimo obrigatório não está atrelada à reforma do Imposto de Renda e à tributação de dividendos, discutida desde o início da gestão de Paulo Guedes como ministro da Economia. Ferraz afirma que, embora sejam temas afins, são discussões independentes e se desenrolam em secretarias distintas.

Entre as críticas das entidades contrárias à proposta está ainda a falta de debate amplo. "O projeto foi feito praticamente na surdina. Não queremos que essas mudanças em leis sejam feitas da noite para o dia, do contrário geram desconfiança", afirma Levy Neto, da Apimec.

Ferraz observa que a discussão foi amadurecida no Ministério da Economia há pelo menos um ano e que a equipe não descarta uma nova consulta pública. Mas, em meio à transição de governo, não há certeza sobre o avanço da proposta. A Secretaria agora vai preparar um relatório, que será entregue à nova equipe.

Aos 150 anos, Zurich aposta em ESG na subscrição de risco

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Há 150 anos, o automóvel ainda era uma ideia futurista e o avião, apenas um sonho. A Europa passava por uma industrialização frenética e a rivalidade entre países combinada à disputa por novos mercados levaria o mundo à Primeira Grande Guerra algumas décadas mais tarde. Foi nesse cenário que surgiu uma das maiores seguradoras globais da atualidade, o grupo suíço Zurich, presente hoje em 210 países e com uma receita de US$ 69,9 bilhões.

A seguradora completou um século e meio no fim de outubro. "O grupo testemunhou todo tipo de transformação, seja tecnológica ou cultural, da revolução industrial a criação dos computadores, em sua história", afirma o CEO da Zurich no Brasil, Edson Franco. "Estamos falando de duas guerras mundiais, duas pandemias e um sem número de invenções que mudaram indústrias inteiras", acrescenta.

Um século e meio mais tarde a Zurich ocupa a 8ª posição entre os maiores grupos seguradores do mundo. O grupo reúne 56 mil colaboradores. No Brasil, a seguradora está presente há 38 anos e obteve receita de R$ 11,3 bilhões em prêmios de seguros em 2021, sem conta capitalização, saúde e DPVAT. Na área de previdência privada aberta, a companhia, junto com a joint venture formada com o banco Santander para exploração do canal de agências, administra mais de R$ 73 bilhões em fundos de planos VGBL e PGBL. A operação combinada da Zurich Brasil e Zurich Santander coloca a holding na quarta posição entre as maiores do setor no Brasil.

Franco vê que a companhia enxerga o mercado brasileiro como o de maior potencial de crescimento na América Latina. "A penetração dos seguros no país é baixa em todas as dimensões. O volume de prêmios em relação ao PIB alcança menos de 4%, cerca de metade da média mundial. Cada ponto percentual de crescimento significaria R$ 80 bilhões em negócios."

A Zurich foi criada em 1872 para atuar no ramo de resseguro marítimo, o principal da indústria na época. Alguns anos mais tarde, a empresa passa atuar na cobertura de operários em fábricas na Alemanha. Novas leis no país europeu abriram a nova frente no setor, ao passar a responsabilizar proprietários das indústrias pelos acidentes com funcionários.

Um dos marcos no fim do século 19 foi a criação da primeira apólice para automóveis. A criação do veículo com motor a combustão data de 1886, quando o alemão Karl Benz registrou a primeira patente. A cobertura pioneira foi firmada em 1898. Três décadas mais tarde, o ramo auto se tornaria um dos principais para a companhia.

Durante a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre 1914 e 1918, a seguradora criou uma apólice para acidentes causados por minas e bombas. Na Segunda Guerra, de 1939 a 1945, a Zurich US lançou um programa de segurança para mitigar riscos das fábricas seguradas, especialmente para as fábricas envolvidas na produção de itens de defesa.

O grupo chegou à América Latina em 1965 e ao Brasil em 1984, por meio da aquisição da Companhia Anglo Americana. Na crise financeira global de 2008, a Zurich adquiriu a divisão de seguros de automóveis da AIG nos EUA e a fundiu com a Farmers Exchanges.

Em 2011, a Zurich firmou uma parceria com o Banco Santander, que originou a joint-venture Zurich Santander. A plataforma acelerou a estratégia de crescimento da Zurich nos mercados emergentes e consolidou a posição no Brasil, México, Chile, Argentina e Uruguai. A oferta de seguros e produtos de previdência alcança mais de 36 milhões de clientes.

CLAUDIO BELLI/VALOR
Edson Franco, da Zurich: companhia enxerga o mercado brasileiro como o de maior potencial de crescimento na AL

A Zurich da atualidade coloca as dimensões ESG, sigla em inglês para ambiente, social e governança, no centro da avaliação de riscos. "As práticas ESG estão no coração do risco que estamos subscrevendo", afirma o CEO da operação brasileira.

"O país teve destaque na competição global de startup promovida pelo grupo com soluções de sustentabilidade", afirma Franco. "Levamos o case de uma startup que desenvolve métodos para prever com maior antecedência eventos climáticos, como inundações."

A transformação digital, ressalta o executivo, tem sido a base para a expansão de novos negócios para o grupo. "Temos feito várias parcerias de distribuição de produtos com fintechs e bancos digitais", afirma. "O que temos de fortaleza é a possibilidade de agregar diferentes produtos para as áreas dos parceiros."

Franco cita o modelo "embedded", de seguros embutidos como uma das estratégias com potencial de crescimento. "Somos líderes atualmente em seguros distribuídos por varejistas e telecoms como garantia estendida e outros", diz. "Nessa modalidade, o importante é observar a relevância da oferta no momento da compra [de um bem ou serviço]."

Incerteza continua, mas há potencial positivo a mercados globais

Palavra do gestor

Gabriela Santos

O ano de 2022 acabou sendo muito difícil. Para a economia global, tudo começou e acabou com a inflação (com exceção da China). A maior surpresa do ano foi a alta da inflação, a persistência com que se manteve elevada e a diversidade das pressões inflacionárias por itens e países.

Ao final do terceiro trimestre, a inflação global atingiu 7,9% em relação ao ano anterior, maior alta em 40 anos, impulsionada por: 1) preços de commodities elevados devido a problemas de oferta decorrentes da guerra na Ucrânia; 2) preços de mercadorias ainda elevados devido a desequilíbrios de oferta e demanda pós-pandemia; e 3) preços de serviços elevados devido ao salto de reabertura em meio ao mercado de trabalho apertado.

No entanto, tanto a inflação cheia quanto a de núcleo começaram a moderar no final do terceiro trimestre, quando os preços das commodities diminuíram, os prazos de entrega de mercadorias substancialmente normalizaram e a demanda por serviços começou a atingir o pico. 2023 deve ser um ano de substancial normalização (ainda que incompleta) da inflação.

Para muitos bancos centrais, a batalha contra a inflação não acabará no início de 2023, com alguns aumentos adicionais ocorrendo no primeiro trimestre do novo ano. Os aumentos das taxas dos principais bancos centrais devem terminar no início do segundo trimestre do ano. Os cortes nas taxas provavelmente terão que esperar até 2024 (com exceção de alguns mercados emergentes), pois as taxas permanecem restritivas por mais tempo para garantir que a inflação continue sua jornada descendente.

O ano de 2023 provavelmente será caracterizado por um crescimento econômico real baixo a nível global, sentindo a ressaca da alta inflação e da rápida jornada de aumento de juros de 2022. À medida que o ano chega ao fim, a economia global perde velocidade substancial, com apenas 37% dos países registrando um PMI industrial acima de 50 (sinalizando impulso acelerado) em novembro, uma grande queda em relação a abril, quando 89% o fizeram. A questão para 2023 é: quanto mais o PMI global cairá?

As probabilidades de recessão são particularmente elevadas no Reino Unido e na Europa, devido ao choque do preço da energia que reverbera na indústria regional e no bolso das famílias. As chances de recessão também são elevadas nos Estados Unidos, dada a rapidez com que o Fed pisou no freio este ano. Mas a recessão não é um fato e, caso ocorra, provavelmente será leve, começando na segunda metade do ano.

Para os mercados emergentes, exceto a China, a questão é uma perda substancial de velocidade, à medida que a recuperação da reabertura desacelera, os mercados de trabalho se suavizam e as taxas mais altas pressionam a atividade. A única provável exceção à espiral descendente da atividade econômica internacional é a China. 2022 foi o ano da ressaca da China de sua política "zero covid", do ciclo regulatório e da reforma habitacional. 2023 pode ser o ano de sua reenergização? Isso depende de uma melhora na confiança dos consumidores e empresários locais, impulsionando a demanda doméstica. Com a conclusão do Congresso do Partido em outubro, a incerteza política foi removida.

Em novembro, os formuladores de políticas deram três passos encorajadores para aumentar a confiança: 1) implementação mais direcionada da política "zero covid", estabelecendo as bases para uma flexibilização mais substancial à medida que o ano avança; 2) injeções de liquidez e crédito no setor imobiliário em dificuldades para dar um piso à sua desaceleração; e 3) gestos simbólicos aos EUA e outras nações para baixar a temperatura da incerteza geopolítica. Esses passos na direção certa, se seguidos, sugerem alguma reaceleração no crescimento econômico da China em 2023 (embora um retorno ao normal tenha que esperar até 2024).

Embora 2023 possa ver a tempestade atingir a economia real, 2022 foi o ano em que a tempestade foi sentida nos mercados financeiros, incluindo ações e títulos globais. O sol pode brilhar mais forte nos mercados globais em 2023. Embora o caminho de curto prazo para as taxas globais seja um tanto turvo, os rendimentos globais são mais do que o dobro do que eram em 1º de janeiro – finalmente há renda na renda fixa global. Para as ações, os retornos negativos deste ano foram impulsionados pela contração de múltiplos, deixando os mercados de ações globais com avaliações abaixo da média.

Embora o caminho de curto prazo ainda possa ser instável, dada a necessidade de ainda precificar uma possível recessão nas expectativas de lucro, os investidores devem considerar também as alocações de longo prazo, principalmente por meio da exposição a nomes de alta qualidade com avaliações razoáveis. Portanto, o tema para 2023 é que, embora a incerteza permaneça, há mais potencial positivo do que risco negativo nos mercados de capitais globais. Na verdade, dado o aumento nos rendimentos e a queda nas avaliações das ações, este é o melhor ponto de entrada para investidores globais de longo prazo desde 2010.

Gabriela Santos é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset
E-mail: gabriela.d.santos@j.p.morgan.com

Valor

Legislação
& Tributos SP

Destaques

Doença mental
O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou norma do Distrito Federal que autorizava o pagamento da aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental apenas ao curador do servidor público beneficiário. A decisão foi no Recurso Extraordinário (RE) 918315, com repercussão geral (Tema 1096), julgado na sessão virtual encerrada no dia 16. O recurso foi interposto pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) contra decisão do Tribunal de Justiça (TJDF) que havia considerado constitucional o artigo 18, parágrafo 7º, da Lei Complementar distrital nº 769/2008, que exige o termo de curatela para recebimento do benefício. Em seu voto, o relator do RE, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou que a exigência contraria os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade. Ele salientou que, de acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), nem toda pessoa com doença mental está sujeita à interdição e, por consequência, à curatela, que passou a ser proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso. Lewandowski também observou que a legislação do Distrito Federal contraria a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que, por ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, tem status de emenda constitucional.

Convenção coletiva
A Justiça do Trabalho de São Paulo indeferiu pedido de sindicato que cobrava de um centro filantrópico o cumprimento de cláusula de bem estar social prevista em convenção coletiva de trabalho (CCT). Proferida na 2ª Vara do Trabalho de Guarujá (SP) pelo juiz do trabalho Diego Taglietti Sales, a decisão ressalta que a concessão dos benefícios coletivos pela reclamada dependia do cumprimento de obrigação por parte da entidade sindical, o que não ocorreu. No processo, o sindicato pede o cumprimento da cláusula 24ª da CCT de 2022/2024, a qual prevê vantagens do "plano bronze", como auxílio-funeral, complemento de remuneração decorrente de afastamento por doença, clube de descontos em empresas parceiras, entre outras. A convenção informa que o implemento desses direitos ocorre por meio de contrato de adesão assinado pela ré após o envio pelo sindicato de e-mail com usuário e senha para login em portal específico (Portal do Cliente). Para o juiz, deve ser aplicada ao caso a exceção do contrato não cumprido, instituto pelo qual "nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro" — artigo nº 476 do Código Civil (processo nº 1000711-07.2022.5.02.0302).

Meio ambiente
O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual finalizada no dia 12, fixou a interpretação a ser dada a dispositivos da Lei Complementar nº 140, de 2011, que tratam da renovação de licenças e da apuração de infrações à legislação ambiental. A lei que estabelece mecanismos de cooperação entre União, Estados e municípios nas ações administrativas de proteção ao meio ambiente foi questionada no Supremo pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asibama) na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4757, de relatoria da ministra Rosa Weber. Segundo a associação, a norma, a pretexto de regulamentar a cooperação entre os entes federados, teria fragilizado a proteção do meio ambiente. O Plenário manteve a validade de dispositivos questionados, mas deu interpretação conforme a Constituição ao parágrafo 4º do artigo 14 e ao parágrafo 3º do artigo 17 da norma.

Tributário Decisões beneficiam a Porto Seguro e a Zurich Santander

TRF de São Paulo reduz PIS e Cofins de seguradoras

Joice Bacelo
Do Rio

Duas das maiores seguradoras do país, a Porto Seguro e a Zurich Santander, obtiveram autorização da Justiça para retirar da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores das comissões que são repassadas aos corretores. As decisões foram proferidas pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo.

São as primeiras de segunda instância que se têm notícias e, segundo advogados, devem servir como precedente para outras empresas do setor que também discutem o tema na Justiça.

Sempre que fecham contrato com o cliente, um percentual do prêmio precisa ser destinado ao corretor. Mesmo nos casos de venda direta — quando não há corretor envolvido — as seguradoras são obrigadas por lei a pagar a comissão.

Os valores, nessa segunda hipótese, são direcionados ao Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro, que é administrado pela Fundação da Escola Nacional do Seguro (Funenseg).

"Afeta todo e qualquer contrato de seguro. Por isso, o impacto dessa tese é bastante significativo", diz o advogado Guilherme Yamahaki, do escritório Schneider e Pugliese, que atua para a Zurich Santander nesse caso.

Tanto a Zurich como a Porto Seguro relacionaram o tema ao julgamento da chamada "tese do século", em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Os ministros afirmaram, na "tese do século", que PIS e Cofins incidem sobre faturamento e que o conceito de faturamento abrange as receitas que se incorporam ao patrimônio da empresa. Com o ICMS isso não acontece. A empresa recebe o imposto do cliente e repassa para os governos estaduais. Os valores apenas transitam pelo seu caixa.

"O racional, aqui, é o mesmo. As seguradoras são obrigadas a vender o seu produto por meio de um corretor e quando recebem o prêmio obrigatoriamente têm que repassar a parcela da comissão", afirma Newton Domingueti, do Velloza Advogados, que atuou para a Porto Seguro.

DIVULGAÇÃO
Advogado Guilherme Yamahaki: impacto da tese apresentada pelas seguradoras é bastante significativo

As duas empresas defenderam, com base nesse argumento, que o conceito de faturamento não deve englobar a totalidade do prêmio recebido — como ocorre atualmente. A obrigação de utilizar corretores de seguros como intermediários dos contratos está previsto no artigo 1º da Circular Susep nº 510, de 2015, e no artigo 725 do Código Civil.

Os pedidos feitos pela Zurich Santander e pela Porto Seguro para retirar a parcela referente às comissões do cálculo do PIS e da Cofins havia sido negado em primeira instância. O juiz considerou que esses valores fazem parte da comercialização do serviço e, sendo assim, integram as receitas das seguradoras, o que impediria a exclusão.

As duas empresas recorreram, então, ao tribunal. Os recursos foram julgados no mesmo dia e tiveram decisão unânime na 4ª Turma do TRF-3 (processos nº 5014732-45.2019.4.03.6100 e nº 5025293-31.2019.4.03.6100).

"O valor arrecadado a título de comissão de corretagem não se incorpora ao patrimônio das seguradoras. Em razão disso, sobre referidos montantes não se pode exigir PIS e Cofins por não constituírem faturamento das seguradoras", diz o desembargador André Nabarrete em seus votos. Ele é o relator dos dois casos.

Ficou definido, além disso, que as duas empresas terão o direito de cobrar da União os valores que foram repassados de forma indevida aos cofres públicos nos últimos cinco anos.

Antes do julgamento desses dois casos havia, em favor dos contribuintes, uma decisão liminar da desembargadora Consuelo Yoshida, que atua na 3ª Turma do mesmo tribunal. Ela atendeu, no mês de agosto, um pedido do BTG Pactual Seguros (processo nº 5011736-36.2022.4.03.0000).

A desembargadora detalha, na decisão, a função dos corretores de seguros. Afirma que esse profissional é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover os contratos entre as seguradoras e as pessoas e empresas interessadas. "Atua na defesa dos interesses dos segurados e sua comissão é paga pelo segurado", frisa.

Acrescenta, ainda, que a seguradora não integra a relação jurídica entre o segurado e a corretora e que não é a titular da parcela do prêmio que corresponde à comissão de corretagem. Ela recebe o pagamento do prêmio, com o valor do serviço de corretagem destacado, e repassa tal comissão ao corretor.

"Não se pode exigir PIS/Cofins das seguradoras considerando-se o valor das comissões de corretagem e os valores destinados ao Funenseg, na medida em que não são receitas delas", conclui Consuelo Yoshida.

Essas discussões vêm ocorrendo exclusivamente no TRF-3. É que as empresas têm optado por recorrer ao Judiciário por meio de mandado de segurança e, segundo advogados, esse tipo de ação só pode ser ajuizado na competência da autoridade coatora — que, nesse caso, é a Delegacia de Instituição Financeira da Receita Federal, a Deinf, que fica em São Paulo.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma em nota enviada ao **Valor**, no entanto, que os contribuintes não estão vivendo só de vitórias. A 3ª Turma tem duas decisões de mérito contra a exclusão das comissões do cálculo do PIS e da Cofins (processos nº 0002436-92.2009.4.03.6111 e nº 50023034220214030000).

Afirma existir ainda um terceiro caso que teve pedido de tutela de urgência negado pelo desembargador Souza Ribeiro, que integra a 6ª Turma (processo nº 5004233-02.2019.4.03.6100).

A PGFN considera que no conceito de receita bruta estão compreendidos todos os custos que contribuem para a percepção da receita e são repassados para o preço final do produto ou do serviço. "PIS e Cofins incidem não sobre o lucro, e sim, sobre o faturamento (ou parcela dele)", frisa na nota. "Admitir-se a exclusão de custos e despesas conduziria, no limite, à tributação do lucro, e não mais do faturamento/receita."

Fazenda Nacional regulamenta uso de precatórios

Adriana Aguiar e Joice Bacelo
De São Paulo e Rio

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou norma sobre o uso de precatórios para o pagamento ou amortização de débitos inscritos em dívida ativa. O órgão irá aceitar títulos próprios ou adquiridos de terceiros inclusive em parcelamentos ou nas chamadas transações tributárias.

A Portaria nº 10.826, da PGFN e do Ministério da Economia, publicada ontem, complementa as determinações do Decreto nº 11.249, de 2022, editado pelo presidente Jair Bolsonaro. O decreto exige a assinatura do advogado-geral da União, do procurador-geral da Fazenda Nacional e do ministro da Economia sobre o uso de precatórios.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já havia regulamentado a questão por meio da Portaria Normativa AGU nº 73, publicada no dia 12. Assim como a PGFN, a norma trata do uso de precatórios de terceiros.

A portaria da PGFN traz os requisitos formais, a documentação necessária, a possibilidade de exigência de prestação de garantias e o procedimento para o pagamento por meio de precatórios.

A previsão é de que o governo federal pague R$ 17,14 bilhões em precatórios em 2023, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentada em agosto. Contudo, a norma traz também um estoque de R$ 51,16 bilhões que será postergado para 2024.

Matheus Bueno, do escritório Bueno Tax Lawyers, afirma que a norma da PGFN é um avanço para desburocratizar o procedimento de cessão de precatórios para a União. Segundo ele, antes era necessário fazer uma escritura de cessão fiduciária do título, o que era trabalhoso.

Agora, a PGFN passa a exigir apenas uma certidão do valor disponível, expedida pelo Poder Judiciário. Para título de terceiro, serão necessárias provas da cadeia de aquisição, além de uma certidão para comprovar que não cabe mais nenhum tipo de recurso. "A PGFN segue mais ou menos o que o CNJ [Conselho Nacional de Justiça] já aceita para regular as vendas de precatórios", diz.

Outro ponto positivo, que também está previsto na portaria da AGU, envolve o uso do precatório por terceiros. Os dois órgãos estão permitindo a apresentação apenas de uma promessa de compra e venda. Advogados dizem que essa medida traz segurança.

O comprador não precisa pagar o precatório antes de saber se será ou não aceito como moeda de pagamento. Com a apresentação da promessa de compra e venda, a PGFN analisa, diz se o crédito pode ou não ser usado e, depois de ter a resposta, o comprador formaliza o negócio.

"Se não fosse assim, o comprador assumiria um risco. Correria no mercado, compraria um precatório, sem saber se poderia usar, e se não pudesse ainda teria que pagar o débito inscrito em dívida ativa", diz Felipe Salomon, do escritório Levy e Salomão.

Existem trechos da portaria, no entanto, que trazem preocupação. Salomon cita, por exemplo, que ao usar o precatório para pagar a dívida, o contribuinte ficará obrigado a desistir de discussões — inclusive futuras — que tenham relação com o débito que está sendo pago.

Segundo advogado, a Emenda Constitucional nº 113/2021, que permitiu o uso de créditos nessas operações, atribui liquidez ao precatório. "Transformou em moeda. Se o contribuinte paga o débito inscrito em dívida ativa em dinheiro, não precisa renunciar nada", afirma Salomon.

Ele acrescenta que essa redação é típica de programas de transação e Refis. "Só que lá, o governo está oferecendo um benefício e existem condições para a adesão. Faz sentido esse tipo de exigência. Aqui, em que o constituinte atribui ao precatório uma espécie de moeda contra a União, não acho que poderia. É questionável."

Para o advogado Julio Janolio, do Vinhas e Redenschi, a publicação da portaria da PGFN "traz eficácia plena ao artigo 100, parágrafo 11, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 113, de 2021". Segundo Janolio, "inaugurou-se, assim, um novo horizonte de alternativas para os detentores de precatórios federais monetizarem seus créditos detidos contra a União, ao invés de terem que permanecer inerte aguardando o pagamento".

STF julgará em 2023 caso bilionário sobre ICMS

Joice Bacelo
Do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende julgar, já no começo de 2023, um processo que pode custar bilhões de reais para as empresas do varejo. Trata sobre o uso de créditos de ICMS. Será a quarta tentativa da Corte de concluir o tema.

A discussão está atrelada a uma decisão tomada pelos ministros em abril de 2021. Eles impediram a cobrança do imposto na transferência de mercadorias, de um Estado para outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte (ADC 49).

Essa decisão, aparentemente, beneficia o setor. Só que existe um efeito colateral: mexe nos créditos aos quais as empresas têm direito e usam para abater dos pagamentos do imposto.

O regime do ICMS é não cumulativo. Isso quer dizer que o que a empresa paga na etapa anterior, ao adquirir a mercadoria para revenda, serve como crédito para abater na etapa subsequente.

Com a decisão de abril de 2021, no entanto, o uso do crédito fica restrito ao Estado de saída da mercadoria. Isso gera desequilíbrio no fluxo de caixa porque pode sobrar crédito num Estado e no outro a empresa ser obrigada a desembolsar, em dinheiro, todo o pagamento.

Por isso, há discussão. Todo esse desdobramento está sendo analisado pelos ministros por meio de embargos de declaração. Eles vão definir a partir de quando a decisão que derrubou a cobrança de ICMS tem validade e, mais importante para as empresa, como será a regulamentação do uso dos créditos.

Segundo parecer da Tendências Consultoria Integrada, as dez maiores empresas do varejo do país correm o risco de perder R$ 5,6 bilhões em créditos tributários por ano a depender da decisão que for tomada.

Os ministros estão divididos. Esse tema começou a ser julgado em outubro de 2021 — seis meses após a decisão que impediu os Estados de cobrarem o ICMS. Houve uma nova tentativa de conclusão em dezembro do mesmo ano e depois mais uma no mês de maio.

Na última vez o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Nunes Marques. Foi ele quem, agora, reincluiu o caso em pauta. As discussões ocorrerão no Plenário Virtual — como já vinha acontecendo — entre os dias 10 e 17 de fevereiro.

Oito dos onze ministros que integram a Corte já proferiram os seus votos. O relator, Edson Fachin, se posicionou pelo fim da cobrança do ICMS a partir de 2023. Ele diz, em seu voto, que os contribuintes terão garantido o direito à transferência dos créditos se até essa data os Estados não tiverem ainda regulamentado a questão.

Esse voto está ajustado. Inicialmente, Fachin entendia que a decisão deveria valer já em 2022 e não dava prazo de adequação para os Estados. Ele acabou se alinhando, com o novo voto, ao entendimento do ministro Luís Roberto Barroso. Os ministros Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski aparecem, no sistema, em acordo com o relator.

Já o ministro Dias Toffoli entende diferente. Ele propõe que a decisão que impede a cobrança do ICMS tenha eficácia após o prazo de 18 meses contadas da data de publicação da ata de julgamento dos embargos de declaração. Ele optou por não se posicionar em relação aos créditos. Os ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux estão acompanhando o voto de Dias Toffoli.

Este texto foi originalmente publicado pela Valor Jurídico, coluna digital do Valor Econômico

A nova lei de criptoativos e a lavagem de dinheiro

Opinião Jurídica

Pierpaolo Cruz Bottini

A recente quebra da FTX, empresa do ramo de criptoativos, gerou uma onda mundial de preocupações com a falta de regras claras sobre o funcionamento das instituições que oferecem serviços de compra, venda e custódia de ativos digitais. Além disso, recentes investigações policiais revelaram o uso dessas plataformas para a lavagem de dinheiro oriundo de infrações penais. Nesse contexto, o legislador brasileiro, sensível aos apelos por um maior controle no setor, decidiu discutir e votar a norma sancionada esta semana — a Lei nº 14.478/22, que regulamenta as atividades das prestadoras de serviços de ativos virtuais.

Vale uma breve passada de olhos no objeto da lei, e em algumas de suas disposições.

Criptoativos são representações virtuais de valor, que podem ser adquiridas, vendidas, transferidas ou usadas para pagamentos ou investimentos. Uma das formas de se obter um ativo digital é acessar uma prestadora de serviços especializada e comprar aquele que lhe pareça mais atrativo, como um bitcoin, um ethereum, um litecoin. A partir de então, é possível usá-lo para adquirir bens ou serviços — caso a contraparte aceite aquele ativo — ou para guardá-lo como investimento.

As operações realizadas nesse setor são registradas por um sistema de blockchain — uma espécie de livro-razão compartilhado e distribuído por milhares de dispositivos conectados a uma mesma rede —, de forma que não se pode apagar ou esconder as transações e os endereços que enviaram e receberam ativos digitais.

Como se trata de uma forma nova de inteiração financeira, há aspectos que merecem maior atenção. Uma delas é seu possível uso para a lavagem de dinheiro, para a ocultação de bens de origem criminosa.

Ainda que as negociações com ativos digitais sejam registradas no sistema blockchain, como dito, seus beneficiários podem ser anônimos. É possível adquirir criptoativos sem que o adquirente seja identificado, bastando para isso o acesso à internet e um endereço eletrônico, de forma que as pessoas envolvidas nas transações podem permanecer ocultas. Para além disso, a facilidade de sua transferência para outros países, em questão de segundos, faz desse setor um atrativo para aqueles que querem mascarar recursos ilícitos.

A Chainanalysis, instituto que fornece dados, software, serviços e pesquisas para agencias governamentais, bolsas, instituições financeiras e empresas de seguros e cibersegurança, publicou em 2020 um relatório que apontava a movimentação, no ano anterior, de US$ 1,8 bilhão em bitcoins de possível origem criminosa, transferidas para plataformas de compra e venda de ativos virtuais. No famoso caso Wannacry, hackers responsáveis por um ataque cibernético mundial a milhares de computadores exigiram o recebimento dos pagamentos para suspender as agressões em bitcoins pela facilidade de ocultar seu destino por meio de inúmeras transações eletrônicas em diversos países. O mesmo aconteceu no caso Silkroad, em que bitcoins eram utilizados para o pagamento de compras no mercado on-line de ilícitos. No Brasil, no âmbito da chamada Operação Spoofing, a Polícia Federal identificou que o responsável pela coleta ilegal de dados de celulares de autoridades públicas recebeu pagamentos para fornecer tais dados através de bitcoins.

> **A lei não resolverá todos os problemas, mas é um importante passo para criar um contexto de trocas de ativos mais confiável**

Tais casos não maculam o mundo dos ativos digitais. Ainda que sejam eventualmente usados para a prática de crimes, tais instrumentos são relevantes para facilitar transações, desburocratizar formas de pagamento e criar ambientes novos de investimento longe dos aparatos estatais. O que parece necessário é regulamentar alguns aspectos desse ambiente para garantir a segurança dos usuários e reduzir a incidência de seu manejo por grupos criminosos.

Nesse cenário, a aprovação da Lei nº 14.478/22 é bem-vinda. Não se trata de regular os criptoativos em si, mas as empresas que prestam o serviço para sua compra, venda, transferência e custódia — chamadas exchanges. Pelas novas regras, tais instituições somente poderão funcionar se autorizadas por órgão público específico — que deve ser o Banco Central do Brasil — que também supervisionará o exercício de suas atividades.

Talvez a inovação mais importante tenha sido a inclusão de tais empresas no rol de pessoas sensíveis da lei de lavagem de dinheiro. Trata-se de uma lista de setores usados com mais frequência para a prática do crime, como o bancário, o de corretagem de imóveis, de leilões de arte ou de comércio de bens de luxo. Os profissionais que atuam nessas áreas têm a obrigação de colaborar com o Poder Público na prevenção à lavagem de dinheiro, acompanhando atividades de seus clientes e informando ao Coaf atos suspeitos de ocultação de bens.

A inclusão das prestadoras de serviços de ativos virtuais nessa lista é um importante passo para evitar que esse seja um campo atrativo para a lavagem de dinheiro. Abre-se a possibilidade de maior fiscalização e controle, com a participação da iniciativa privada. Caberá agora ao Banco Central do Brasil, órgão com experiência nesse setor, detalhar as regras que deverão ser seguidas, as informações a cadastrar e os fatos passíveis de comunicação ao Coaf.

Com tais mecanismos, o serviço prestado pelas exchanges será regulado e seu uso mais seguro. A interação com o Poder Público na prevenção da lavagem de dinheiro tornará mais difícil o manejo dessas empresas para encobrir operações ilícitas, garantindo-se um ambiente de negócios mais sólido. A lei não resolverá todos os problemas, mas é um importante passo para criar um contexto de trocas de ativos e de investimentos mais confiável e menos permeável às atividades criminosas.

Pierpaolo Cruz Bottini é advogado e professor da Faculdade de Direito da USP

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 175/2022 - 090201000012022OC00211**, referente ao processo **nº 2022/48976**, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o **dia 13/01/2023, a partir das 09:30 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **26/12/2022**, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br, ou Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - 1º andar, Jd. América - São Paulo - SP.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 212/2022 - 090201000012022OC00232**, referente ao processo **nº 2022/57636**, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o **dia 11/01/2023 a partir das 13:30 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **27/12/2022** o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br, ou Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - 1º andar, Jd. América - São Paulo - SP.

CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico Nº: 1050/2022-SMS.G - Processo SEI Nº: 6018.2022/0092997-0

Coordenação: **3ª Comissão Permanente de Licitações** - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de Medicamentos Diversos XXVI** - Data/hora sessão de abertura: **16/01/2023 às 09:00h.**

Comunicado de Alteração de Edital e Reagendamento de Pregão.

Pregão eletrônico Nº: **856/2022-SMS.G** - processo: **6018.2022/0060041-2.**

Coordenação: **13ª comissão permanente de licitação** - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de avental para procedimento, não tecido, SMS, descartável, impermeável, tamanho único.** Informamos aos interessados no pregão em epígrafe que, consoante alteração no objeto licitado, a sessão de abertura está **Reagendada para 05/01/2023 às 09h30min** e **Novo Edital** está disponível nos sítios http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br e www.compras.gov.br.

TOTVS S.A.

CNPJ nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04/11/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 04/11/2022, às 08:30h, na sede da Companhia, na Av. Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de SP, SP. **2. Composição da Mesa:** Presidente da mesa: Sr. Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Sra. Téssie Massarão Andrade Simonato. **3. Convocação e Presença:** Convocação devidamente realizada, nos termos do artigo 18, §1º do Estatuto Social da TOTVS. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), a saber: Srs. Laércio José de Lucena Cosentino, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Gilberto Mifano e Guilherme Stocco Filho, e as Sras. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis, Maria Letícia de Freitas Costa e Tania Sztamfater Chocolat. Presentes como convidados, durante a totalidade da reunião, exceto durante a Sessão Executiva, o Sr. Dennis Herszkowicz, Diretor-Presidente da Companhia, e em parte da reunião, os Srs. Alexandre Haddad Apendino, Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento, Gilsomar Maia Sebastião, Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, Gustavo Dutra Bastos, Diretor Vice-Presidente de Plataformas, Juliano de Miranda Tubino, Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios, Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino, Diretor Vice-Presidente de Negócios para Segmentos, Eduardo Neubern, Diretor Executivo Techfin, Marcos Bartolomei de Siqueira Corradi, Gerente Executivo de Controles Internos, Riscos e Compliance, Ricardo Guerino, Diretor de Planejamento e Controladoria, Sérgio Paupério Sério Filho, Gerente Executivo de Relações com Investidores e a Sra. Izabel Cristina Branco, Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas. Presente ainda, o Sr. Gabriel Grosso Salis, Advogado da Governança Corporativa, como ouvinte da reunião. Participaram ainda da reunião, convidados para ministrarem o treinamento mencionado no item II da pauta, o Sr. Raphael Soré, Sócio de *Forensic & Litigation* e a Sra. Luana Médici, *Advisory Manager*, ambos da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") **4. Ordem do Dia: (I)** Acompanhamento das providências solicitadas relativas a temas de reuniões anteriores; **(II)** Treinamento corporativo de Integridade e Anticorrupção para Conselheiros e Membros dos Comitês de Assessoramento, conforme previsto no Programa de Integridade da Companhia ("Treinamento de Integridade e Anticorrupção"); **(III)** Relato dos trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração ("CGR"); **(IV)** Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"); **(V)** Relato dos trabalhos do Comitê de Estratégia ("CE"); **(VI)** Relato do Diretor-Presidente; **(VII)** Sessão Executiva. **5.I. Apresentações, Discussões e Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente do Conselho declarou aberta a reunião e passou a palavra à secretária da mesa, que informou os temas deliberativos a serem tratados e apresentou o status das ações solicitadas em reuniões anteriores. **5.II. Treinamento do Programa de Integridade:** Conforme previsto no Programa de Integridade da Companhia, foi realizado, por meio de uma consultoria externa especializada, o Treinamento de Integridade e Anticorrupção para os Conselheiros e Membros dos Comitês de Assessoramento. **5.III. Relato do CGR:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Gente e Remuneração. **5.IV. Relato do CAE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário, com parecer favorável deste Comitê, o Conselho aprovou, por unanimidade: (i) o ITR (Informações Trimestrais) relativo ao 3º trimestre de 2022, com revisão especial da KPMG, tendo uma via arquivada na sede social e a divulgação ocorrerá no prazo legal, bem como o Release de Resultados; e (ii) a cessão não onerosa das marcas remanescentes da "TQTVD" à empresa Mirakulo Software Ltda. EPP. **5.V. Relato do CE:** Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Estratégia. **5.VI. Relato do Diretor-Presidente:** O Diretor-Presidente relatou sobre os principais assuntos em curso e sobre os indicadores de acompanhamento do Conselho relativos ao mês de setembro de 2022. **5.VII. Sessão Executiva:** Os membros se reuniram em sessão executiva, sem a presença de convidados. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos. A presente ata foi lida e aprovada, sem ressalvas, por todos os presentes. Ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 04/11/2022. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente. Téssie Massarão Andrade Simonato - Secretária. **JUCESP** - 686.585/22-7 em 08/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TOTVS S.A.

CNPJ nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07/10/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 07/10/2022, às 16:00h, na sede remotamente nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da TOTVS S.A. **2. Composição da Mesa:** Presidente da mesa: Sr. Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Sra. Téssie Massarão Andrade Simonato. **3. Convocação e Presença:** Convocação devidamente realizada, nos termos do artigo 18, §1º do Estatuto Social da TOTVS. Presente a maioria dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), a saber: Srs. Laércio José de Lucena Cosentino, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Gilberto Mifano e Guilherme Stocco Filho, e as Sras. Maria Leticia de Freitas Costa e Tania Sztamfater Chocolat. **4. Ordem do Dia: (I)** Receber o pedido de renúncia da Conselheira Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley, e eleger, em sua substituição, a Sra. Ana Claudia Reis, nos termos do artigo 150, da Lei nº 6.404/1976; e **(II)** Eleger o Coordenador do Comitê de Gente e Remuneração. **5. Deliberações: 5.I.** Receber o pedido de renúncia de Conselheiro e eleição de novo membro: O Conselho tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado, nesta data, pela Sra. **Sylvia de Souza Leão Wanderley**, ao cargo de Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração, conforme carta de renúncia arquivada na sede social, **e elegeu,** em substituição, a Sra. **Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis,** brasileira, divorciada, consultora, RG MG 6.046.504, CPF 855.720.046-34, com endereço comercial na Av. Braz Leme, 1.000, Casa Verde, Município de SP, SP, CEP 02511-000, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Gente e Remuneração, com mandato até a realização da próxima Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o artigo 150 da Lei nº 6.404/1976. A conselheira ora eleita: (a) declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e na Resolução CVM nº 80/2022 para a sua investidura como membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Gente e Remuneração; e (b) tomará posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse, lavrado no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia e da declaração a que se refere a Resolução CVM nº 80/2022. **5.II.** Eleição do Coordenador do Comitê de Gente e Remuneração: nos termos do artigo 20 do Estatuto Social e dos artigos 22 e 33 do Regimento Interno do Conselho de Administração, o Conselho elegeu, por unanimidade, com mandato que se encerrará na Assembleia Geral de Acionistas de 2024, para o cargo de Coordenador do Comitê de Gente e Remuneração, o Conselheiro Sr. Laércio José de Lucena Cosentino, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, CPF/ME 032.737.678-39 e portador da Cédula de Identidade RG nº 8.347.779 SSP/SP, registrando-se a abstenção do eleito. Para fins de clareza, registra-se a composição do COMITÊ DE GENTE E REMUNERAÇÃO: (i) Sr. LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO, acima qualificado, como Coordenador do Comitê; (ii) Sr. EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON, brasileiro, casado, economista, CPF/ME sob nº 033.540.748-09 e portador da Cédula de Identidade RG nº 9.539.448-5 SSP/SP, como membro do Comitê; (iii) Sra. ANA CLAUDIA PIEDADE SILVEIRA DOS REIS, acima qualificada, como membro do Comitê. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos. A presente ata foi lida e aprovada, sem ressalvas, por todos os presentes. Ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 07/10/2022. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente. Téssie Massarão Andrade Simonato - Secretária. **JUCESP** - 689.625/22-4 em 14/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 194/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão eletrônico nº 133/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para Locação de Software com vistas ao gerenciamento do vale dos servidores públicos municipais.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **19/01/2023 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 23 de dezembro de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Bruno Cesar dos Santos Ramos - Secretário de Administração.**

PROC. 195/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão eletrônico nº 134/2022, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de 01 (um) veículo 0 km, tipo pick-up utilitário para atender a Secretaria de Agricultura.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **20/01/2023 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 23 de dezembro de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho - Secretário de Agricultura.**

OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.

CNPJ nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas da **OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.** ("**Companhia**"), na forma prevista no Artigo 124 da lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **30 de dezembro de 2022, às 10h00**, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, Conjunto 401, Dep 12 e 13, Tipo G 4SS G4, Brooklin, CEP 04578-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento de suas próprias ações preferenciais, sem redução do capital social, das classes MP62 e MP68; (ii) aprovar o aumento do capital social no valor de R$ 240.000,00, mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, com prioridade na distribuição de dividendos fixos e aprovar a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social; (iii) ratificar e aprovar a criação de nova classe de ação preferencial da classe MP134, de acordo com o plano de expansão da Companhia; e (iv) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76 deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 21 de dezembro de 2022. **Pierre Albert Berenstein** - Diretor.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

EXTRATO - CONTRATO Nº 49/2022 - **SOLICITAÇÃO** Nº 126/2022/CM - **PROCESSO** Nº 177/2022/CM. **CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. **CONTRATADA:** L & M PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa para executar projeto de sistema de CFTV e CONTROLE DE ACESSO da Câmara Municipal de Louveira, conforme as especificações do memorial descritivo e demais condições deste edital e seus anexos. **VALOR TOTAL:** R$ 1.559.000,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil reais). **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 30 (meses) meses a contar de 09 de janeiro de 2023. **TÉRMINO DA VIGÊNCIA:** 09 de julho de 2025.

EXTRATO - CONTRATO Nº 50/2022 - **SOLICITAÇÃO** Nº 177/2022/CM - **PROCESSO** Nº 209/2022/CM. **CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. **CONTRATADA:** L & M PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para cessão temporária onerosa de veículo com e sem motorista, para atender a demanda Câmara Municipal de Louveira, conforme especificações e quantidades constantes neste documento – Termo de Referência e demais condições deste edital e seus anexos. **VALOR TOTAL:** R$ 4.228.999,50 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos). **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 30 (meses) meses a contar de 09 de janeiro de 2023. **TÉRMINO DA VIGÊNCIA:** 09 de julho de 2025.

EXTRATO - CONTRATO Nº 51/2022 - **SOLICITAÇÃO** Nº 177/2022/CM - **PROCESSO** Nº 209/2022/CM. **CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. **CONTRATADA:** MC PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para cessão temporária onerosa de veículo com e sem motorista, para atender a demanda Câmara Municipal de Louveira, conforme especificações e quantidades constantes neste documento – Termo de Referência e demais condições deste edital e seus anexos. **VALOR TOTAL:** R$ 4.749.998,40 (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos). **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 12 (doze) meses a contar de 09 de janeiro de 2023. **TÉRMINO DA VIGÊNCIA:** 09 de julho de 2025.

TOTVS S.A.

CNPJ nº 53.113.791/0001-22 - NIRE 35.300.153.171

Ata de Reunião do Conselho de Administração de Rerratificação Realizada em 21/11/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 21/11/2022, às 08:00h, virtualmente, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da TOTVS S.A. ("TOTVS" ou "Companhia") e do artigo 17 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. **2. Composição da Mesa:** Presidente da mesa: Sr. Laércio José de Lucena Cosentino; Secretária: Sra. Téssie Massarão Andrade Simonato. **3. Convocação e Presença:** Convocação devidamente realizada, nos termos do artigo 18, §1º do Estatuto Social da TOTVS. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), a saber: Srs. Laércio José de Lucena Cosentino, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Gilberto Mifano e Guilherme Stocco Filho, e as Sras. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis, Maria Letícia de Freitas Costa e Tania Sztamfater Chocolat. **4. Ordem do Dia:** Rerratificar as deliberações tomadas pelo Conselho em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro 2022, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 03 de novembro 2022 sob nº 644.346/22-0 ("ARCA 28/09/22"), para fins de corrigir erros não materiais ocorridos nos itens 4 e 5.III da ARCA 28/09/22. **5. Deliberações:** O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Aprovar a rerratificação do item 4 da ARCA 28/09/22, para fins de corrigir a ordem do dia, sendo certo que **onde consta:** "*4. Ordem do Dia: (I) Apresentação das providências solicitadas relativas a temas de reuniões anteriores; (II) Relato do Diretor-Presidente; (III) Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"); (IV) Debates acerca do Planejamento Estratégico da Companhia; e (V) Sessão Executiva.* **Deve-se ler:** "*4. Ordem do Dia: (I) Apresentação das providências solicitadas relativas a temas de reuniões anteriores; (II) Relato do Diretor-Presidente; (III) Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") e deliberação acerca da concessão de garantia fidejussória para RD Gestão e Sistemas S.A. ("RD"); (IV) Debates acerca do Planejamento Estratégico da Companhia; e (V) Sessão Executiva.* **5.2.** Aprovar a rerratificação do item 5.III da ARCA 28/09/22, para fins de fazer constar a redação correta do relato do CAE, sendo certo que **onde consta:** "*5.III. Relato do CAE. Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário, com parecer favorável deste Comitê, o Conselho aprovou, por unanimidade: (i) a celebração do Contrato de Prestação de Garantia e outras avenças entre a Companhia e sua controlada RD Gestão e Sistemas S.A., observados os critérios constantes da Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia visando a garantia do pagamento de aluguéis de imóveis utilizados pela RD.*" **Deve-se ler:** "*5.III. Relato do CAE. Feito o relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário, com parecer favorável deste Comitê, o Conselho aprovou, por unanimidade, a outorga de garantia fidejussória pela Companhia, para garantir o cumprimento de determinadas obrigações de sua controlada RD no âmbito da renovação de três contratos de locação de imóveis não residenciais em que a RD figura como locatária, observados os critérios constantes da Política de Transações entre partes Relacionadas da Companhia.* **5.3.** Registra-se que as retificações ora aprovadas visam a correção de erros não materiais ocorridos nos itens 4 e 5.III da ARCA 28/09/22 para que fiquem em conformidade com a versão da ARCA 28/09/22 arquivada no sistema *Empresas.Net* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **5.4.** Todas as demais disposições da ARCA 28/09/22 que não tenham sido expressamente alteradas por meio desta ata de rerratificação são ratificadas para todos os fins de direito. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos. A presente ata foi lida e aprovada, sem ressalvas, por todos os presentes. Ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 21/11/2022. Mesa: Laércio José de Lucena Cosentino - Presidente. Téssie Massarão Andrade Simonato - Secretária. **JUCESP -** 690.674/22-3 em 15/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 170ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18B0899873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 170ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 170ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 15 de março de 2018 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 12 de janeiro de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A suspensão dos efeitos do Evento de Multa Indenizatória, caracterizado pela propositura, pela Cosma do Brasil Produtos e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.591.818/0001-51 ("Devedor"), da ação de revisão de aluguel (processo nº 0015615-35.2022.8.16.0035, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais/PR), tendo como objeto a revisão do aluguel anual da locação do imóvel de matrícula nº 56.864 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de São José dos Pinhais/PR, formalizado por meio do "*Instrumento Particular de Contrato de Locação Atípica Para Fins Não Residenciais e Outras Avenças*", celebrado em 26 de setembro de 2006, entre a Rec Pinhais Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.965.340/0001-40 ("Cedente") e o Devedor ("Contrato de Locação"), nos termos da Cláusula 5.3, item "(b)", subitem "(iii)" do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), enquanto, até a Data de Vencimento, forem mantidos os pagamentos dos Créditos Imobiliários pelo Devedor na Conta Centralizadora; e **(ii)** A aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 13 de fevereiro de 2023, os documentos constantes da lista anexo à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 23 de dezembro de 2022. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 227/2022 - OFERTA DE COMPRA nº 090102000012022OC00314**, referente ao processo **nº SES-PRC-2022/62875, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE DISPOSITIVOS PERIFÉRICOS DIVERSOS, DE USO AMBULATORIAL E HOSPITALAR** a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o **dia 17/01/2023 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir do dia 29/12/2022** o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

EXTRATO - TERMO DE HOMOLOGACAO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022 - Considerando a instrução dos presentes autos, notadamente a prévia aprovação jurídica do Edital e a adjudicação pelo Sr. Pregoeiro, estando os preços compatíveis a média apurada em fase interna, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 03/2022, ficando o seu objeto adjudicado a : **L & M PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, no valor total de R$ 1.559.000,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil reais). Louveira, 22 de dezembro de 2022. CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. JOSÉ MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. PRESIDENTE.

EXTRATO - TERMO DE HOMOLOGACAO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022 - Considerando a instrução dos presentes autos, notadamente a prévia aprovação jurídica do Edital e a adjudicação pelo Sr. Pregoeiro, estando os preços compatíveis a média apurada em fase interna, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 04/2022, ficando o item 01 - Locação de 5 (cinco) veículos (Com Condutor) adjudicado a **L & M PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, no valor total de R$ 4.228.999,50 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), e ficando o item 2 - Locação de 8 (oito) veículos (Sem Condutor) adjudicado a **MC PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**. Louveira, 22 de dezembro de 2022. CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. JOSÉ MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. PRESIDENTE.

Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A.

CNPJ nº 15.011.651/0001-54 – NIRE 35.300.418.646

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022

Data, Hora, Local: Em 29.9.2022, às 9h, na sede social Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 23.9.2022, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o capital social em R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), elevando-o de R$310.000.431,05 (trezentos e dez milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos) para R$460.000.431,05 (quatrocentos e sessenta milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos), com a emissão de 204.345.771 (duzentos e quatro milhões, trezentas e quarenta e cinco mil, setecentas e setenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Em seguida, esclareceu o senhor Presidente que o preço de emissão é de R$0,734050 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas, e teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 30.8.2022. Na sequência dos trabalhos: a) os representantes legais da Bradesco Gestão de Saúde S.A., única acionista da Sociedade, assinaram o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 204.345.771 (duzentos e quatro milhões, trezentas e quarenta e cinco mil, setecentas e setenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando no ato, em moeda corrente nacional; b) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$310.000.431,05 (trezentos e dez milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos) para R$460.000.431,05 (quatrocentos e sessenta milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos), com a consequente alteração do *"caput"* do artigo 6º do estatuto social que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$460.000.431,05 (quatrocentos e sessenta milhões, quatrocentos e trinta e um reais e cinco centavos), dividido em 668.219.946 (seiscentos e sessenta e oito milhões, duzentas e dezenove mil, novecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal." ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. Acionista: p.p. Bradesco Gestão de Saúde S.A., representadas por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 657.267/22-3, em 11.11.2022. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta

CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 - Código CVM 2047-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2023

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02047-8, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (ticker) "PDGR3" ("Companhia"), vem, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), por meio deste edital: **a)** cancelar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 23 de dezembro de 2022, conforme divulgado pela Companhia por meio de fato relevante publicado em 22 de dezembro de 2022, tornando-se sem efeito o edital de convocação referente à referida assembleia, publicado no jornal Valor Econômico nas edições de 23, 24 e 25 de novembro de 2022; e **b)** convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, em 23 de janeiro de 2023, às 11h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o grupamento da totalidade das 322.186.437 (trezentas e vinte e dois milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 100 (cem) ações para formar 1 (uma) ação (fator de grupamento), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia (Grupamento), com os consequentes (i.a) grupamento dos certificados de depósito de ações ordinárias da Companhia, custodiados pelo Citibank DTVM S.A. no âmbito do programa de *Depositary Receipts* patrocinados pela Companhia, Nível I, negociados no mercado de balcão administrado pela *Financial Industry Regulatory Authority* (FINRA) nos Estados Unidos da América, sob o código "PDGRY" ("ADRs") e (i.b) ajustes ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; **(ii)** sujeito à aprovação do Grupamento, a alteração do caput do artigo 7.º do estatuto social da Companhia, de modo a contemplar o novo número de 3.221.864 (três milhões duzentos e vinte um mil, oitocentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em que passará a ser dividido o capital social da Companhia; **(iii)** sujeito à aprovação do Grupamento, a redução do limite do capital autorizado de forma a ajustá-lo ao novo número de ações em que se dividirá o capital social após o grupamento das ações, com a consequente alteração do § 2.º do artigo 7.º do estatuto social da Companhia; e **(iv)** sujeito à aprovação do Grupamento, a outorga de poderes para os Diretores da Companhia tomarem todas as medidas necessárias para operacionalizar e efetivar o Grupamento. **Informações Gerais: 1. Documentação de Suporte e Demais Informações:** A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico, encontram-se à disposição dos acionistas na sede e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (https://ri.pdg.com.br/), assim como na página eletrônica da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), para exame pelos senhores Acionistas. **2. Acesso e Participação na Assembleia Geral: 2.1. Solicitação de Acesso à Assembleia ao vivo:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma disponibilizada pela Companhia que conjugará áudio e imagem. Para participar da Assembleia Geral, os Acionistas deverão encaminhar à Companhia uma solicitação de participação por escrito, juntamente com os documentos necessários à participação, conforme instruções abaixo, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme detalhado no item 2.1.1 abaixo e na Proposta da Administração. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia Geral. Caso o Acionista não receba convite com as instruções para registro e acesso à plataforma digital com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@pdg.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não realizarem a Solicitação de Acesso e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da plataforma digital. A Companhia informa, ainda, que a Assembleia Geral será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 28, §1º, II, da Resolução CVM 81. **2.1.1. Documentos necessários para acesso na Assembleia Geral:** Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. os Acionistas ou seus representantes deverão enviar à Companhia, o comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia, com 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, e os seguintes documentos, conforme aplicável: (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", a Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e, se for o caso, de seu representante legal, e atos que comprovem a representação legal, conforme aplicável; (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente o Acionista pessoa jurídica; e (c) a documentação mencionada no item (i) acima, para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia Geral; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: o representante da administradora ou da gestora do fundo, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia Geral, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora do fundo, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos primeiro e segundo, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sem necessidade de reconhecimento de firma. A Companhia aceita, ainda, procurações assinadas eletronicamente com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). Vale destacar que (i) as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. **2.2. Participação por meio de Boletim de Voto à Distância ("BVD"):** Nos termos da Resolução CVM 81, serão considerados presentes à Assembleia Geral os acionistas cujo BVD tenha sido considerado válido pela Companhia e/ou os acionistas que tenham registrado sua presença, ou de seu procurador regularmente constituído, no sistema eletrônico de participação à distância, de acordo com as orientações acima. Para orientações e prazos sobre participação via boletim de voto a distância, solicitamos aos acionistas que consultem o BVD divulgado na página da Companhia (ri@pdg.com.br), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conjunto com o restante da documentação de suporte. Ressalta-se, por fim, que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 22 de dezembro de 2022. **André Frigatto** - Presidente do Conselho de Administração

Sexta-feira, 23 de dezembro de 2022 - Ano 23 - Nº 1139

Valor

EU& FIM DE SEMANA

Um ano de tensões em todos os lados

Rescaldo da pandemia, eleições, guerra, inflação e uma Argentina tricampeã marcaram 2022

AVANT-PREMIÈRE

Cidade de Deus, a série

A consulta de uma produtora francesa, interessada em produzir uma série baseada no filme "Cidade de Deus", fez com que a O2 Filmes, que lançou o título em 2002, criasse o projeto. É o que conta à coluna **Fernando Meirelles**, diretor do filme, sócio da O2 e à frente do desenvolvimento da série. "Minha sócia, Andrea Barata Ribeiro, achou que não faria sentido deixar os franceses fazerem e então exerceu a preferência de compra dos direitos", diz. O projeto foi encampado e anunciado pela plataforma HBO Max.

•

A série "Cidade de Deus" contará a história dos personagens do filme 20 anos depois. "Quase todos os personagens que não morreram no filme estarão de volta", conta Meirelles. Segundo o cineasta, o longa expunha o abandono e as dificuldades diárias da população situada nessa comunidade do Rio de Janeiro, vítima de um sistema excludente. "Nesses 20 anos, a situação mudou, há mais organização interna, os movimentos negro e cultural, que lhes dá uma identidade", analisa. "Se o longa expunha a carência de Cidade de Deus, a série vai focar na potência", afirma. Baseado na obra literária de Paulo Lins, o desenvolvimento da produção terá um time de roteiristas comandado pelo cineasta Sérgio Machado.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA / TV CULTURA

Daiane nos cinemas

A trajetória da ginasta brasileira Daiane dos Santos será retratada nos cinemas. O longa está sendo desenvolvido pela Maria Farinha Filmes, que já produziu mais de 60 títulos. No formato ficção, a narrativa contará desde a descoberta dos potenciais talentos da ginasta, quando ainda era pequena e brincava num parquinho, até suas grandes conquistas e as adversidades enfrentadas como mulher negra. Primeira ginasta brasileira a vencer o campeonato mundial e levada à condição de ícone do esporte nacional, Daiane está envolvida pessoalmente no projeto.

Boom da literatura jovem

Fenômeno nas redes sociais e no segmento de jovens adultos, a escritora americana Collen Hoover emplacou cinco títulos no ranking da Amazon dos 25 livros mais vendidos neste ano no Brasil. A autora ocupa a primeira posição, com "É assim que acaba", lançado em 2018 e turbinado pelos fãs no TikTok. "Torto arado", do brasileiro Itamar Vieira Junior, que liderou a lista no ano passado, está agora em 22º lugar. Na segunda posição ficou "O homem mais rico da Babilônia", de George S. Clason, sobre ganhos financeiros. No mesmo segmento de ampliação de ganhos, o brasileiro Thiago Nigro ocupa a 13ª posição, com "Do mil ao milhão".

TBC vira Sesc

Um dos palcos mais importantes da história das artes cênicas brasileiras, o Teatro Brasileiro de Comédia, no Bixiga, em São Paulo, passará a ser administrado pelo Sesc São Paulo. Adquirido pela Funarte em 2008, o espaço estava fechado para reformas. No local, o Sesc construirá mais uma de suas unidades, com atividades de cultura, lazer e esportes, entre outras, prevista para ser entregue ao público em oito anos. O contrato de cessão especial do imóvel prevê a ocupação por 35 anos. Inaugurado pelo italiano Franco Zampari em 1948, o lendário espaço foi palco do nascimento do moderno teatro brasileiro e recebeu estrelas como Cacilda Becker, Cleyde Yáconis e Fernanda Montenegro.

João Bernardo Caldeira, para o Valor

EU&Destaques

SILVIA COSTANTI/VALOR

As instituições e seus heróis

A cerimônia de diplomação do presidente e do vice-presidente da República no TSE foi um rito de passagem e de reencontro do Brasil ferido com o Brasil civilizado. Por **José de Souza Martins**

CARVALL

Na calma própria da civilidade, no último dia 12 de dezembro tivemos a solene cerimônia de diplomação do presidente e do vice-presidente da República democraticamente eleitos em outubro para o próximo mandato presidencial.

Mais uma vez, ganhou sentido a palavra sensata de José Gregori, que foi ministro da Justiça do governo FHC e embaixador do Brasil junto ao governo democrático de Portugal. Nos momentos de temor pelo futuro, em nossas conversas vespertinas na Academia Paulista de Letras, tem sido ele firme em nos lembrar que as instituições estão funcionando. A solenidade do dia 12 confirmou essa certeza do homem experimentado e prudente que ele é.

Não por acaso e muito significativamente, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Alexandre de Moraes, foi o mais longamente aplaudido, de pé, pelo público presente. Um reconhecimento justo e necessário pela corajosa defesa do processo eleitoral, dele e de seus antecessores, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, contra os ataques sistemáticos da extrema direita reacionária, oportunista e antidemocrática.

Esses são momentos em que pessoas personificam a sociedade inteira no que ela tem de melhor e mais significativo, em nome de todos aqueles identificados com ela. Por isso mesmo, guardiães de seus valores mais caros e decisivos, o nós que existe em todas as pessoas de bem.

Aliás, não só os que têm CPF e RG. Em muitos de nossos povos indígenas, o verdadeiro nome tribal e identificador perfilha o mesmo todo de que fazem parte. Os suruí de Rondônia chamam-se a si mesmos de Paíter, que quer dizer nós. Várias outras tribos brasileiras têm autodenominações do mesmo tipo.

O nós está no fundo de nossas raízes e de nossa identidade nacional. Mesmo quando tentam nos dividir e tentam mutilar a nossa alma indígena, como vem acontecendo. Esse nós grita dentro do nosso peito e fala através do voto democrático no despertar da consciência vigilante e preocupada.

É bom ser quem somos.

Com as diferenças de ideias próprias de uma Academia de Letras, vivemos, na APL, nestes quatro anos de tormentos e de incertezas, falando e ouvindo, e não raro silenciando para melhor ouvir, para ir polindo nosso entendimento dos fatores da tragédia brasileira. E, nela, as brechas do possível, o do retorno à missão cidadã de ampliar, aperfeiçoar e assegurar a democracia de que carecemos.

José Renato Nalini, desembargador aposentado, que a presidiu durante esse tempo, assegurou a pluralidade das opiniões e dos pareceres, conciliou os opostos, relativizou as incertezas.

Gabriel Chalita, sem alardear, teceu em fios de seda o encontro, em sua casa, de Lula com Geraldo Alckmin. Desbastou diferenças, convenceu-os da missão de ambos como qualificados cidadãos para aplainar o caminho do encontro do nós que nos roubaram no mais vil dos atos de corrupção política da história brasileira.

É nesse sentido que a sessão do TSE foi um rito de passagem e de reencontro do Brasil ferido com o Brasil civilizado.

Na Academia, a palavra preocupada de alguns foi o instrumento da consciência crítica do momento, a dos coadjuvantes de circunstância, algo que com as movimentações destes dias na constituição do novo governo deve ter ocorrido em muitos cantos do Brasil.

Como na insurgência profética de pastores verdadeiramente evangélicos contra o satanismo da intolerância, que nos dois dias seguintes ao da eleição, articulados pelo pastor Ed René Kivitz, da Igreja Batista da Água Branca, debateram o tema da conciliação. Satanás penou.

Os que Dom Hélder Câmara chamava de minorias proféticas ouviram o chamado democrático. Foi para muitíssimos o momento do exame de consciência para encontrar os fragmentos do destino e superar o desalento.

Na Academia, Miguel Reale Júnior, que também foi ministro da Justiça do governo de FHC, várias vezes expôs suas inquietações em face do cenário de incertezas e de um futuro limitado a opções entre retrocessos. E nos ajudou ao ponderar sobre a proximidade do abismo.

Todos supunham que a saída estava no centro e não nos extremos, um centro impossível, porque há muito ocupado e minado pelos abutres do oportunismo e do fisiologismo.

Chalita tecera em silêncio os fios da convergência possível e superadora, como autor da obra de arte do retorno à democracia que começaria a ficar visível naquela cerimônia do TSE.

Enquanto isso, no fim daquela tarde e no começo da noite, lá fora, os inimigos da pátria assediavam quartéis, queimavam carros e ônibus, tentavam invadir e minimizar instituições do Estado para supostamente tolher o destino do país. O governo cúmplice roncava no berço esplêndido de sua renúncia tácita.

Os cães ladravam e a democracia passava. ■

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "As duas mortes de Francisca Júlia – A Semana de Arte Moderna antes da semana" (Editora Unesp, 2022).

PANORAMA

A grande ruptura apenas começou

História mostra que estabilidade é na maioria das vezes a exceção. Por **Gillian Tett**, do Financial Times

O fim do ano está chegando e, com ele, o antigo ritual empresarial de analistas fazendo projeções para o ano que vem. Muitas vezes eles são acompanhados de rastreadores de sentimento.

Um deles, da firma global de consultoria AlixPartners, chamou minha atenção. Ela consultou cerca de 3 mil executivos de empresas de todas as partes do mundo sobre suas experiências e concluiu que cerca de três quartos deles enfrentam um alto grau de ruptura dos eventos mundiais neste momento, enquanto 70% acreditam que seus empregos estão ameaçados. Notáveis 98% acham que seus modelos de negócios terão que mudar nos próximos três anos.

Seria errado extrair lições definitivas de uma pesquisa, muito menos de uma conduzida por consultores cujo trabalho é encontrar problemas para resolver. Mesmo assim, a mensagem da Alix não é algo sem paralelos. Uma pesquisa feita pela revista "Chief Executive" mostra que, embora a maioria dos líderes empresariais espere receitas melhores nos próximos 12 meses e esteja um pouco mais confiante sobre isso do que estava no mês passado, o mesmo sentimento de "incerteza global e interna" permeia o pensamento das pessoas.

De fato, quando converso com líderes empresariais agora, as palavras "ruptura" e "incerteza" surgem repetidamente. "No que diz respeito às últimas décadas, essa sensação de desorientação é nova", afirma Adam Tooze, um colega colunista do "Financial Times" que é também professor de história na Universidade Columbia.

Em uma coluna recente, ele reviveu um velho jargão, "policrise", para capturar a sensação corrente de múltiplos choques em cascata. Essa ruptura não é a destruição criativa frívola defendida durante a era das startups unicórnios. Esta ruptura é ruim.

O que explica todo esse medo? O mundo está sofrendo com as ondas de choque provocadas por, entre outras coisas, a guerra na Ucrânia, a ascensão da inteligência artificial e a pandemia de covid-19. A pesquisa da Alix mostra que 88% dos participantes acreditam que terão de reconfigurar suas cadeias de suprimentos para lidar com a desglobalização, enquanto uma pequena maioria de 56% acredita que as inovações tecnológicas estão acontecendo tão rapidamente que suas empresas não conseguem acompanhar.

PEXELS/BRUNO PIRES

Pesquisa com executivos mostrou que três quartos enfrentam um alto grau de ruptura dos eventos mundiais neste momento

Além de ameaças específicas, suspeito que outra explicação é o choque cognitivo. A maioria dos líderes empresarias de hoje — juntamente com qualquer outra pessoa da Geração X — construiu suas carreiras em um mundo em que parecia normal esperar uma sensação de estabilidade e ser capaz de fazer previsões de longo prazo. O fim do século XX e o começo do século XXI foi um período em que outro jargão se tornou popular: a "Grande Moderação". Essa era a ideia de que a inflação estava baixa e o crescimento tão firme que o ciclo de negócios estava quase morto.

Foi também um período em que o historiador Francis Fukuyama publicou um livro anunciando "O fim da História e o último homem", e embora Fukuyama tenha desde então esclarecido que não achava realmente que a "História" havia terminado, a ideia subjacente que foi absorvida por essa geração era a de que a História caminhava inexoravelmente em uma única direção, tornando-se mais democrática, mais globalizada e mais capitalista. Tudo isso foi definido como "progresso".

No entanto, desde 2008 testemunhamos como a História também pode retroceder: globalização, capitalismo de livre mercado e democracia estão sob ataque. Enquanto isso, a Grande Moderação foi exposta como uma ilusão ou, talvez mais precisamente, uma peça de engenharia financeira invocada para um período por condições de crédito excessivamente frouxas. Prever os próximos 50 anos não parece mais ser uma coisa muito racional.

Alguns diriam que essa mudança é apenas um caso de o mundo retornar à norma histórica. Afinal, a maior parte da humanidade em muitas épocas também enfrentou instabilidade e, muito frequentemente, a violência. As últimas décadas é que teriam sido uma aberração, e não o contrário.

Isso não é um grande consolo para os indivíduos que se encontram nas linhas de frente das crises. Os humanos presumem que as condições em que eles cresceram são "normais" e tudo o mais não; suspeito que a maioria dos participantes da pesquisa pode presumir que em breve provavelmente retornaremos à estabilidade do passado.

De alguma forma eu duvido. O principal ponto a ser lembrado é este: a História mostra que as rupturas provocadas por guerras, ou qualquer outra coisa, criam não só custos terríveis, mas também oportunidades para alguns. A Sony nasceu quando a Segunda Guerra Mundial destruiu a antiga sociedade rígida do Japão. Os Estados Unidos tornaram-se dominantes na produção industrial global depois da destruição da Europa. Essa palavra, "ruptura", afinal de contas vem do latim, que significa "quebrar, romper". *(Tradução de Mario Zamarian)* ■

RETROSPECTIVA: POLÍTICA

Vitória apertada de Lula, protestos e forte desempenho de candidatos ligados a Bolsonaro indicam que novo governo não terá vida fácil. Por Diego Viana, para o Valor, de São Paulo

Agitação além do habitual

Anos eleitorais são sempre agitados, mas alguns extrapolam o nível habitual de agitação. Foi o caso de 2022, que sacudiu o mundo político brasileiro como poucos. As eleições deste ano podem ser fontes de surpresa de muitas maneiras diferentes. Há cinco anos, poucos teriam apostado que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e encarcerado, ganharia um terceiro mandato. Há três, não seria prudente imaginar que Geraldo Alckmin, ex-governador tucano de São Paulo desprestigiado dentro de seu próprio partido, viria a ser vice-presidente da República, em estreita aliança com a esquerda. No começo do ano, com o governo de Jair Bolsonaro enfrentando uma onda crescente de impopularidade, era difícil imaginar que a eleição presidencial seria tão disputada.

"Com mais duas semanas de campanha, o resultado poderia ter sido diferente", afirma a cientista política Marta Arretche, do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (CEM-USP). Com 48,43% dos votos no primeiro turno, Lula parecia ter a vitória quase garantida, mas o que se viu foi diferente. "A grande pergunta entre os dois turnos era quem estava perto de seu teto. Os petistas achavam que era Bolsonaro, os bolsonaristas achavam que era Lula", comenta. "E afinal os votos dos outros candidatos foram majoritariamente para o candidato à reeleição."

O encurtamento da vantagem petista ocorreu apesar da formação de uma frente ampla em seu favor, contando inclusive com o apoio de personalidades historicamente adversárias ao PT, como alguns economistas ligados aos tucanos, entre eles Persio Arida. A terceira colocada no pleito, Simone Tebet (MDB-MS), se empenhou pessoalmente na campanha de Lula, o que fortaleceu sua posição como liderança política emergente e ajudou a garantir uma entrada do candidato de oposição no eleitorado conservador do Centro-Oeste.

"O PT não ganharia essa eleição só com suas próprias forças", aposta Arretche. "Ao mesmo tempo, não creio que algum outro candidato tivesse condições de agregar aliados como Lula agregou. A presença de Alckmin foi fundamental para trazer todos os demais e a atuação de Tebet foi decisiva, mesmo que muitos de seus eleitores tenham escolhido o outro lado."

Durante os dois anos em que a pandemia de covid-19 dominou as conversas no Brasil, a popularidade do presidente Bolsonaro e a de seu governo sofreram fortes abalos. A relutância em adotar medidas sanitárias e de compensação econômica, a demora na compra de vacinas e uma série de declarações consideradas insensíveis do presidente aumentaram sua rejeição na população. A julgar pelo resultado eleitoral, esse fenômeno foi revertido, já que ele obteve mais votos neste ano do que em 2018.

"A eleição foi muito apertada e Bolsonaro vinha subindo nas últimas semanas antes do pleito. Mas é importante não perder de vista que esse é o primeiro governo a perder tentando a reeleição", diz o cientista político Fabiano Santos, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). "Estar no governo tem um peso inercial muito grande na votação. O eleitor tem tendência a votar na situação, porque toda mudança contém um risco. A economia vinha crescendo, o emprego também. Houve forte investimento em políticas distributivas. Mesmo assim, o presidente não conseguiu a reeleição."

Do outro lado, no entanto, havia uma candidatura que também sofria forte rejeição: a de Lula, pelo Partido dos Trabalhadores. Como aponta Santos, para boa parte do eleitorado, a imagem do PT segue muito ligada aos escândalos de corrupção que emergiram em meados da última década.

Desde o início do ano, perante a cristalização cada vez mais evidente de uma disputa entre Bolsonaro e Lula, outras forças políticas se empenharam na busca frenética por uma "terceira via" que fosse viável: o ex-juiz Sergio Moro, que acabou sendo eleito senador; o ex-governador paulista João Doria; o governador gaúcho Eduardo Leite, que acabou obtendo a reeleição.

RICARDO STUCKERT

Lula contou com uma ampla frente em seu favor, que incluiu até adversários históricos do PT. Sua vitória ainda assim foi apertada

Todos esses nomes se revelaram incapazes de romper um cenário com dois polos consolidados. Ao final, os dois principais candidatos não alinhados tiveram votação modesta: tanto a emedebista Simone Tebet, estrela ascendente que se destacou durante a CPI da Covid, no ano passado, que obteve 4% dos votos, quanto o veterano pedetista Ciro Gomes, que em 2018 havia chegado a 12,47% e desta vez ficou em meros 3%, amargando a quarta colocação.

"Quando as candidaturas começaram a se formar, vários nomes foram testados para enfrentar Bolsonaro. O de Lula largou na frente desde o início, com ampla vantagem, e lá permaneceu", relembra Arretche. "Um motivo é que nenhum dos outros nomes conseguiu crescer na parcela maior do eleitorado, que é a população pobre. E é justamente o ponto de partida de Lula."

Arretche indica também que a candidatura de Lula, apesar de mobilizar uma importante rejeição na forma do antipetismo, desarma aquele que poderia ser o ativo mais forte do candidato da situação: afirmar que seu adversário acabaria com programas de transferência de renda dos quais dependem vastas parcelas da população. "Essa é uma estratégia comum de governantes que buscam a reeleição. E com qualquer outro candidato seria crível, porque sua origem é nas elites e seus economistas são conservadores. Mas seria absurdo acusar Lula de querer acabar com o auxílio. Está na biografia dele", resume.

Santos aponta que desde que se constituíram os dois polos, à direita e à esquerda, do PSDB e do PT, as eleições brasileiras tiveram sempre uma terceira via. Tratava-se de uma candidatura capaz de expressar alguns anseios da população que não estivessem contemplados nos programas dos dois grandes partidos. O espaço para o terceiro nome resultava do fato de que o voto de direita era absorvido por um partido de centro-direita, o PSDB, e o PT, tendo se encaminhado para posições mais moderadas, foi um partido de centro-esquerda dominante nas esquerdas.

"Como agora a direita tem uma candidatura puro-sangue, ela alcança todo o espectro alternativo ao PT. E o PT, depois de todo o bombardeio que sofreu, continua sendo o principal partido à esquerda. É difícil imaginar que seja substituído por outra força. Ou seja, o centro ficou espremido", resume Santos. "O eleitor continua existindo, mas seus representantes, principalmente na centro-direita, perderam capacidade política, quando lhe escapou o voto da direita."

A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos há dois anos, uma parte considerável do debate político foi desviado das propostas das candidaturas para a natureza do próprio processo. De um lado, partidários do presidente Bolsonaro punham em dúvida a segurança das urnas eletrônicas usadas nas votações. O Ministério da Defesa foi convidado a participar da análise dessas urnas e, em novembro, apresentou um relatório em que não identificava problemas nos aparelhos. Ainda assim, partidários do presidente continuaram insistindo na tese de que houve fraude nas eleições. Em novembro, o PL, partido pelo qual Bolsonaro concorreu, chegou a pedir ao TSE que os votos registrados em algumas urnas no segundo turno não fossem contados. Em resposta, o presidente do tribunal, Alexandre de Moraes, afirmou que o pedido deveria incluir também o primeiro turno, em que o PL teve votação expressiva.

De outro lado, as oposições se alarmaram com iniciativas do governo para estimular a economia, fora do teto de gastos e por cima da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram concedidos auxílios a caminhoneiros e taxistas, o ICMS de combustíveis foi limitado, a transferência de renda por meio do Auxílio Brasil foi aumentada de R$ 400 para R$ 600 por família e, por fim, autorizou-se que quem recebe o auxílio tomasse empréstimo consignado.

A ampla vantagem de Lula no eleitorado de renda baixa, que recebe o auxílio, sugere que a medida foi ineficaz. No entanto, a popularidade do governo se recompôs ao longo do ano, graças à sensação de melhora econômica e à impressão de que o poder público estava dando uma resposta às angústias da população.

A disputa eleitoral envolveu também momentos de violência, como os tiros e granadas disparados pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) contra agentes da Polícia Federal encarregados de cumprir um mandado de prisão contra ele. No campo de batalha digital, o bombardeio cruzado de acusações contou com referências a temas pouco usuais na política, banheiros unissex, maçonaria, fechamento de igrejas, satanismo, canibalismo e pedofilia. Neste ano, o ecossistema digital bolsonarista não dominou o cenário tão completamente quanto em 2018, graças à intervenção, pelo lado petista, do deputado federal André Janones (Avante-MG). O deputado se tornou o mais ativo partidário da campanha de Lula nas redes sociais.

Essa foi uma disputa política que não terminou com a apuração dos votos no segundo turno. Logo que foi divulgado o resultado das urnas, manifestantes apoiadores do presidente derrotado bloquearam rodovias em várias cidades do país, tentando incentivar as Forças Armadas a intervir no processo com um golpe de Estado. Em dezembro, um grupo de apoiadores de Bolsonaro chegou a promover um quebra-quebra em Brasília.

O forte desempenho de candidatos ligados ao presidente no primeiro turno significa que o novo governo não terá vida fácil, nem nas negociações com o Congresso, nem na relação com os estados. As três maiores unidades da federação serão governadas por nomes que apoiaram o governo atual: Claudio Castro, no RJ; Romeu Zema, em MG; e Tarcísio de Freitas, em SP. Na Câmara, o partido que mais elegeu representantes foi o PL de Bolsonaro. Assim, a equipe de Lula terá de recorrer constantemente a forças da direita para conseguir governar, como já foi sinalizado quando o PT indicou o apoio à reeleição de Arthur Lira (PP-AL) à presidência da Câmara.

Diego Viana é economista, com doutorado em humanidades pela USP

RETROSPECTIVA: ECONOMIA

Ano atribulado por rescaldo da pandemia, guerra e eleições tem inflação alta e perda da confiança no regime fiscal adotado em 2016. Por Diego Viana, para o Valor, de São Paulo

Teto cada vez mais frágil

Na economia, o que fez de 2022 um ano incomum é que ele esteve espremido entre dois eventos que afetam profundamente os resultados econômicos. De um lado, o rescaldo de uma longa pandemia. De outro, uma disputa eleitoral decisiva e tensionada. Um terceiro elemento de instabilidade vem do cenário internacional: a guerra no Leste Europeu.

Os resultados da economia brasileira devem ser lidos no contexto desse ano espremido e atribulado. Por um lado, a recuperação econômica após a pandemia se acelerou neste ano, levando a um crescimento estimado acima dos 3%. Por outro, a eleição foi o trampolim para a expansão de gastos públicos que abalou as bases da regra fiscal adotada em 2016, ou seja, o teto de gastos. No meio disso, o conflito em território ucraniano bagunçou em escala global mercados como o de energia, grãos e fertilizantes. Uma das principais consequências dessa reviravolta foi a aceleração da inflação americana e europeia, que levou os bancos centrais das principais economias a iniciar um ciclo de alta de juros.

"2022 foi isso: ano em que saímos da pandemia para entrar na eleição, com uma guerra no meio. A volta das atividades deu uma certa vitalidade à economia, com uma geração de empregos muito rápida. Mas cicatrizes vão ser passadas para o ano que vem: a questão social, o gasto público, uma nova regra fiscal, a inflação, o que vai acontecer com o mercado de trabalho. 2023 é uma espécie de ano da ressaca", resume o economista Naércio Aquino de Menezes-Filho, professor do Insper e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

No Brasil, a recuperação econômica, após a paralisação da pandemia, se acelerou neste ano, com uma queda rápida do desemprego, surpreendendo os analistas do mercado. De acordo com o economista André Roncaglia, professor da Unifesp, o resultado fiscal positivo é efetivamente benéfico, mas há sinais de que não é sustentável e embute um custo alto.

"Houve uma inflação de receitas transitória, relacionada à restauração da atividade econômica após a pandemia e apoiada pelo setor de serviços, que paga bastante imposto sobre consumo. Isto inflaciona as receitas de municípios, estados e União", afirma. "Além disso, a arrecadação do setor extrativo cresceu muito com a guerra, que aumentou os preços das commodities. Mas, quando a situação se normalizar, não poderemos mais contar com esse recurso." Roncaglia cita também a inflação do ano anterior, que tem efeito positivo sobre a arrecadação do governo federal, porque o deflator do PIB é maior do que o IPCA.

Segundo Menezes, a recuperação que se seguiu à recessão pandêmica também é uma possível explicação para a geração rápida de empregos, sobretudo no setor de serviços. "Mas creio que, para o próximo ano, não vai ser possível continuar reduzindo o desemprego no mesmo ritmo", afirma. O motivo é que a geração de postos de trabalho ainda não provocou uma alta dos salários. "Como o salário mínimo só repõe a inflação e ainda tinha muita mão de obra represada, não houve pressão inflacionária. Agora, quem está voltando a trabalhar são as pessoas com menor qualificação. Seus salários são mais baixos, o que reduz o salário médio da economia", explica. Quando os salários começarem a subir também, a pressão inflacionária colocará sob pressão o papel da política monetária de controlar a inflação. Para Menezes, o retorno da política de valorização do salário mínimo terá de ser implementado gradualmente, para reduzir o perigo de um impacto inflacionário.

Neste ano, a inflação se manteve acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, mas em forte desaceleração: de um pico acima de 12% em 12 meses, em abril, o IPCA deve terminar o ano em torno de 5,8%, pelas estimativas divulgadas no Boletim Focus do BC. Parte desse resultado se deve à atuação da própria autoridade monetária, que pros-

seguiu com o ciclo de alta dos juros iniciado em março do ano passado, atingindo 13,75% em agosto. Ao mesmo tempo, a diretoria do BC emitiu repetidos sinais de que teria uma postura rigorosa contra a alta de preços.

Para o ano que vem, a expectativa é de que o aperto monetário prossiga por vários meses, principalmente em consequência de incertezas quanto à política fiscal e dos gastos represados deste ano.

As consequências econômicas da guerra em escala global, como a redução do crescimento, a alta dos combustíveis e a inflação tiveram impacto moderado no Brasil: não houve uma desvalorização forte do real, que poderia ter levado a inflação doméstica a se acelerar. Uma das possíveis explicações é a alta das commodities, que favorece o Brasil, país exportador. Outra é o redirecionamento de capitais que seriam aplicados nos países beligerantes e acabam distribuídos para outros países em desenvolvimento. Roncaglia chama a atenção também para o BC, que "teve atuação intensa na proteção da taxa de câmbio por meio de swaps cambiais".

"Mas isso também tem um custo, ao reduzir o valor líquido das reservas do país", afirma. Elas caíram cerca de 10% neste ano, voltando ao patamar de 2011. São aproximadamente US$ 326 bilhões, valor ainda considerado confortável. A elevação dos juros nos Estados Unidos também reduz o valor líquido das reservas brasileiras.

Ciclos eleitorais têm de hábito um efeito econômico, mas provavelmente não tão intenso, claro e voluntário como o da emenda constitucional 123, adotada em julho e conhecida como "das bondades" ou "kamikaze". A emenda teve seu custo calculado em R$ 41 bilhões e continha não apenas o aumento intempestivo do valor do Auxílio Brasil até o fim deste ano, como também um subsídio para caminhoneiros e taxistas e a ampliação do vale-gás. Para combater a alta da inflação e o enfraquecimento da atividade econômica no início do ano, o governo promoveu também uma redução do preço dos combustíveis, por meio das leis complementares 192 e 194, que limitou o ICMS cobrado nos estados a uma taxa entre 17% e 18%. Em julho, a ANP calculou que o preço da gasolina caiu quase 9% nas bombas. Já o etanol teve redução de 4,23% e o diesel, de 0,39%.

A redução de impostos ajudou a reverter a alta da inflação, já que o preço dos combustíveis impacta muitos outros setores da economia. Entretanto, o efeito não é duradouro: a partir da base mais baixa, os preços voltam a subir respondendo aos demais estímulos da economia. Outro problema é que a redução de tributos como PIS/Cofins e Cide vale somente até 31 de dezembro, o que poderá causar alta súbita dos preços no início do ano.

FABIO ROSSI/AGÊNCIA O GLOBO

Supermercado no Rio de Janeiro; neste ano, a inflação se manteve acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, mas em forte desaceleração

Uma das maiores cicatrizes que 2022 deixa para o longo prazo é a perda de confiança no regime fiscal adotado em 2016, com o propósito de impedir a explosão da despesa pública e provocar uma discussão mais aprofundada sobre as prioridades do Estado. "O teto acabou desmoralizado, porque a todo momento é feita uma PEC para conseguir gastar mais em uma coisa ou outra", aponta Menezes. "Ao mesmo tempo, a própria ideia de emenda constitucional ficou banalizada. Tudo se faz com PEC."

Enquanto a macroeconomia estava enredada em problemas urgentes, um episódio de relevância histórica ocorreu no campo das empresas estatais. Em julho, com uma oferta de aproximadamente R$ 33,7 bilhões, a Eletrobras foi privatizada, depois de anos de adiamentos. O modelo adotado foi semelhante ao da fabricante de aeronaves Embraer, em 1994: o governo emitiu ações e, assim, pulverizou o controle da empresa, deixando de ser sócio majoritário.

Após a eleição, o foco da atenção nos mercados e demais atores da economia se voltou para a formação do próximo governo, eleito com a promessa de retomar políticas como a valorização do salário mínimo e acelerar a transição para uma economia mais sustentável. Perante o cenário de asfixia de áreas fundamentais de atuação do Estado, como a educação, a saúde e o meio ambiente, em novembro, componentes do grupo de transição propuseram a criação de mais uma emenda parlamentar, desta vez para garantir a possibilidade de fazer despesas no próximo ano por fora do teto de gastos.

Trata-se da PEC da transição, mal recebida pelos mercados no primeiro momento em que foi levada a público. Em sua primeira formulação, o futuro governo pedia a autorização para despender quase R$ 200 bilhões extras. Na tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados, o valor foi sendo reduzido, chegando a cerca de R$ 145 bilhões em meados de dezembro. "A PEC da transição pede licença para gastar, mas isso não significa que vai necessariamente gastar tudo. Com uma estimativa conservadora do crescimento em 2023, um gasto a mais de R$ 136 bilhões é neutro, em relação ao PIB, em cima do que foi gasto efetivamente em 2022. Se houver uma expansão do gasto público, não passa de 0,5% do PIB", calcula Roncaglia.

RETROSPECTIVA: NEGÓCIOS

Bilionário dono da Tesla atraiu holofotes com compra do Twitter em meio a crises com criptoativos e queda das ações de tecnologia. Por Diego Viana, para o Valor, de São Paulo

Elon Musk e a nevasca digital

Se há um nome de empresário que frequentou as manchetes em 2022, esse é o do sul-africano Elon Musk, dono de diversas empresas, como a montadora Tesla, a provedora de internet via satélite Starlink, a startup de neurociência Neuralink e agora, também, a rede social Twitter. A atribulada compra da companhia do passarinho azul, que por pouco não deixou de se concretizar, custou US$ 44 bilhões àquele que era então o homem mais rico do mundo.

E talvez já não seja mais. Em dezembro, nos acréscimos do ano, Musk foi ultrapassado pelo francês Bernard Arnault, proprietário da LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, que acumula um patrimônio de US$ 185,3 bilhões. A ultrapassagem se deve principalmente à perda de valor da fortuna de Musk, que sofreu com a venda de US$ 7 bilhões em ações da Tesla, além da queda do valor da própria montadora, de cerca de 50% em um ano. Desde então, uma ligeira recuperação da fortuna de Musk foi suficiente para recolocá-lo no topo da lista.

A compra do Twitter também contribuiu para chamuscar a imagem de Musk com o público e os investidores. No início do ano, o empresário comprou ações da companhia até se tornar acionista majoritário, com 9% dos papéis. Em abril, fez sua proposta de compra, que foi aceita, mas a retirou em julho, alegando que o Twitter havia descumprido partes do acordo. A rede social entrou com um processo para obrigar o magnata a prosseguir com a aquisição, mas antes mesmo do julgamento ele foi adiante com a compra, sacramentada em outubro.

"Talvez esse seja o negócio mais insano que já vimos nas plataformas digitais", afirma o jurista João Victor Archegas, pesquisador no Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio). "A motivação é claramente política: Musk queria colocar em prática sua visão de mundo bastante particular. Ele também propõe resolver alguns problemas internos do Twitter introduzindo cobranças e a monetização do conteúdo, mas parece agir sem um plano prévio, respondendo aos eventos enquanto acontecem."

Archegas aponta que o mau desempenho das ações de outras empresas do magnata ao longo do ano reflete essa atuação intempestiva, demonstrando um abalo na imagem empresarial de Musk. "Ele usou ações da Tesla e da SpaceX como garantia para conseguir o empréstimo que levou à compra, atrelando todos os negócios a uma única empreitada. Hoje, ele já diz que sua posição como CEO do Twitter é temporária. Sente a necessidade de se distanciar da empresa, porque tem um impacto negativo na sua imagem."

Com exceção das confusões em torno de sua nova rede social, as desventuras de Musk são reflexo de um ano que, de modo geral, foi atribulado para o setor de tecnologia como um todo. As principais companhias enfrentaram quedas nos preços das ações, resultando em demissões em massa, fusões e consolidações de empresas. Mais pesada ainda foi a sorte de uma parcela específica desse mercado: os criptoativos, que atravessam um processo apelidado de "inverno cripto".

"Aconteceu um efeito dominó, com a quebra de várias empresas desse universo, em sequência. Já houve outro inverno entre 2018 e 2020, mas tudo indica que o atual é mais grave. Não sabemos quanto vai durar", diz Archegas.

As nevascas digitais atingiram fortemen-

te a mais conhecida das criptomoedas: o bitcoin. Em novembro de 2021, o ativo digital atingiu o pico de valorização, acima de US$ 65 mil. O conjunto das criptomoedas tinha, naquele momento, um valor de mercado somado de mais de US$ 3 trilhões. Aos poucos, as más notícias foram se acumulando e o valor do bitcoin foi caindo. Um patamar esperado e temido pelos investidores foi atingido em junho: o bitcoin caiu abaixo de US$ 19 mil. Esse valor corresponde ao pico que a criptomoeda tinha atingido em janeiro de 2018, em seu último grande ciclo de alta. A essa altura, o valor conjunto das criptomoedas já estava abaixo de US$ 1 trilhão.

Já no começo do ano, as maiores corretoras de ativos cripto começaram a anunciar demissões. Em junho, a corretora Celsius Network congelou saques e depósitos e o fundo de hedge cripto Three Arrows Capital deu calote em um empréstimo de US$ 670 milhões. No mês seguinte, ambas declararam falência. Grandes plataformas de criptoativos, como Coinbase e BlockFi, sofreram investigações nos EUA.

O maior golpe, porém, ainda estava por vir. Em novembro, anunciaram falência a plataforma FTX e a BlockFi. Na imprensa americana, o colapso da FTX e de sua moeda FTT foi comparado aos escândalos da Enron, em 2001, e de Bernie Madoff, em 2008. O fundador da FTX, Sam Bankman-Fried, chegou a ter sua fortuna calculada em US$ 26 bilhões, e se anunciava como partidário do "altruísmo efetivo", pelo qual bilionários fazem doações de vulto, mas com efeitos práticos rápidos e mensuráveis. Em novembro, a Bloomberg calculou que seu patrimônio tinha caído a zero. Em dezembro, Bankman-Fried foi preso nas Bahamas.

"Apesar das más notícias, duvido que este seja o fim dos criptoativos", diz Archegas. "Essas tecnologias serão a base da economia da web 3.0, que está se construindo. E as grandes empresas estão apostando nisso. Por exemplo, a Meta, que fala muito em metaverso, formas mais imersivas da experiência digital. O cripto vai ficar congelado por um tempo, os preços não tendem a subir agora. Mas não é um hype, a tecnologia é um grande avanço."

Boa parte da explicação para a nevasca digital está no ambiente econômico. O mundo em que as grandes corporações de tecnologia floresceram está desaparecendo: foi um tempo de juros baixos e grande liquidez nos mercados, principalmente depois das iniciativas de afrouxamento monetário com as quais as maiores economias responderam à grande crise financeira de 2008. Esse cenário favoreceu a valorização de muitos ativos, dentre os quais se destacam as empresas de tecnologia.

Neste ano, o cenário de desaceleração econômica, com alta da inflação e a perspectiva de um período recessivo no ano que vem afetou vários setores. A Meta, controladora do Facebook, viu suas ações deslizarem ao longo do ano. Após um tombo inicial em janeiro e fevereiro, quando passaram do pico de US$ 336 para cerca de US$ 200, os papéis seguiram em queda paulatina, descendo a US$ 115 em dezembro, com mínima de US$ 90 no fim de outubro. Reagindo ao mau desempenho, a empresa anunciou a demissão de 13% de sua força de trabalho, ou seja, 11 mil pessoas. Apesar do sucesso de influenciadores que empregam o YouTube ao redor do mundo, a Alphabet, sua controladora, reportou em outubro, pela primeira vez, uma queda na venda de anúncios na plataforma.

"A queda das ações revela a fragilidade de um modelo de negócios que funcionou na última década e tornou essas empresas gigantes da tecnologia. Já não vai ser tão fácil o acesso ao dinheiro", avalia Archegas. "Agora elas pensam no que fazer no futuro. A Meta está gastando muito com o metaverso, produto que o próprio Mark Zuckerberg diz que só deve florescer daqui a dez anos. A Alphabet e a Amazon investem bilhões para desenvolver ferramentas baseadas em inteligência artificial. É como se essas empresas tivessem entrado em uma crise de meia-idade."

Já a Microsoft enfrenta resistência à sua tentativa de comprar a empresa de jogos eletrônicos Activision Blizzard, dona de franquias como Call of Duty, Warcraft e Candy Crush, por US$ 68,7 bilhões. Autoridades regulatórias da União Europeia e do Reino Unido afirmaram que temem a concentração de mercado no setor de jogos. Em dezembro, a FTC, agência antitruste dos EUA, anunciou que deverá entrar com uma ação contra a aquisição.

Segundo Archegas, a compra expressa a busca das grandes empresas pela entrada na economia emergente do metaverso. Para muitos jovens, os jogos são o primeiro acesso à experiência imersiva que marcará a próxima etapa do mercado digital. "É irônico que a iniciativa antitruste esteja afetando a Microsoft, empresa que teve algumas compras barradas na década de 1990. Companhias como Alphabet e Meta são quase monopólios, mas surgiram na época das plataformas, web 2.0, e não passaram por isso", comenta. "Parece estar surgindo um novo consenso político para impedir a formação de monopólios. Pode ser um sinal de que os tempos estão mudando."

O cenário negativo também afetou outros setores, com empresas como a PepsiCo, a HP e a AMC Networks anunciando centenas de demissões. Os maiores bancos de investimento de Wall Street tiveram queda de 47% nas receitas de janeiro a setembro e planejam reduções de até 30% nos bônus para profissionais, de acordo com a Bloomberg.

Ao mesmo tempo, o mundo do trabalho viveu dois fenômenos novos, que vão na contramão da tendência às demissões e ao aperto das condições econômicas. O primeiro é a "grande renúncia", em que trabalhadores, sobretudo nos EUA, abandonam empregos com baixa remuneração e alta exigência de performance, graças sobretudo à possibilidade de obter renda com trabalhos remotos. O segundo é o "quiet quitting", uma espécie de "operação padrão" em que, sem pedir demissão, o trabalhador se limita a realizar estritamente o que é exigido na descrição de seu posto. Para analistas do mercado de trabalho, as empresas terão de se esforçar mais para reter e motivar seus talentos.

EVAN AGOSTINI/INVISION/AP

A compra do Twitter contribuiu para chamuscar a imagem de Musk com investidores

Mudanças aceleradas

Guerra na Ucrânia marca início do ano, ao provocar reação em cadeia que vem alterando geopolítica e economia mundial. Por Diego Viana, para o Valor, de São Paulo

Para todos os efeitos, o ano teve início de verdade em 24 de fevereiro, quando tropas russas atravessaram a fronteira da Ucrânia, rumo à capital Kiev. Começava ali a "operação especial" de Vladimir Putin, ou seja, a guerra no Leste Europeu, que envolve os dois maiores países do continente, prossegue até hoje e já deixou centenas de milhares de mortes.

A invasão provocou uma reação em cadeia que alterou significativamente o quadro da geopolítica e da economia mundial: alimentos mais caros, risco de desabastecimento energético na Europa, retorno do temor nuclear. Sobretudo, acelerou um redesenho já em curso das alianças e rivalidades no planeta.

Essa sequência indica que o ano será lembrado por suas implicações de longo prazo: o termo "desglobalização" entrou no nosso vocabulário em meados da última década, mas será 2022 o ano que definitivamente vai marcar a passagem a um período de comércio global mais restrito e rivalidades geopolíticas mais profundas, na avaliação do cientista político Mauricio Santoro, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

"No futuro, vamos considerar essa guerra como a marca do fim de uma época. É o último prego no caixão de um mundo que buscava criar uma economia global aberta e integrada", prevê. "Esse mundo já vinha se desfazendo desde a crise de 2008 e a ascensão de movimentos hipernacionalistas. A pandemia foi um momento de desglobalização, mas a guerra é um choque ainda mais forte."

A cientista política Cristina Pecequilo, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), observa que um conflito armado na Ucrânia vinha se tornando mais provável desde 2014, ano em que a Rússia anexou a Crimeia, em resposta à derrubada do presidente ucraniano Victor Yanukovich, pró-Kremlin. Em seguida, duas províncias do leste do país, onde hoje ocorrem combates encarniçados, se sublevaram e declararam independentes: Luhansk e Donetsk. Dois acordos assinados em Minsk, na Bielorrússia, em 2014 e 2015, foram incapazes de conter a guerra entre Kiev e as duas regiões, que seriam reconhecidas pela Rússia poucos dias antes da invasão.

Apesar da escalada da crise nos últimos anos, a invasão da Ucrânia pegou muitos observadores de surpresa. Considerando os riscos envolvidos para Putin, incluindo a intensificação da hostilidade do Ocidente, a avaliação majoritária era de que o presidente russo blefava ou tentava fortalecer sua posição em negociações acerca da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

"A invasão é uma decorrência quase previsível da escalação dos últimos anos. O que nos pegou de surpresa, na verdade, foi a resposta da Otan: tanto os Estados Unidos como a Europa se comprometeram profundamente a ajudar os ucranianos com armas e treinamento", diz Pecequilo. Santoro também indica que a extensão da resposta ocidental foi digna de nota: as sanções econômicas contra a Rússia tiveram um escopo inaudito, incluindo o congelamento de ativos do Estado russo no exterior.

Ajudada com armas, a Ucrânia do presidente Volodimir Zelenski conseguiu segurar os russos e até recuperar parte do território perdido. O apoio ocidental é a provável causa da longa duração da guerra. Dada a disparidade de forças entre russos e ucranianos, boa parte dos analistas e provavelmente o próprio Putin esperavam que em poucas semanas o conflito estivesse resolvido, seja com a fuga de Zelenski, seja com sua derrubada e a instalação de um regime favorável ao Kremlin.

Ainda que localizada, a guerra tem impacto no mundo todo, principalmente em forma de inflação. Energia e alimentos, dois dos principais componentes da formação de preços, são afetados pelo conflito. A Ucrânia é um dos principais exportadores de grãos do mundo, mas o escoamento de sua produção ficou prejudicada pelo bloqueio de seus portos no primeiro semestre. A situação só foi aliviada graças a um acordo firmado em julho, com me-

REPRODUÇÃO TWITTER/@NGUMENYUK

Centro de comunicação estratégica e segurança da Ucrânia após ataque. Guerra teve grandes efeitos em todo o mundo

diação da Turquia e da ONU, permitindo o embarque de cereais. Já a Rússia é exportadora de petróleo, gás e fertilizantes.

O encarecimento dos alimentos está na raiz de alguns importantes movimentos de protesto, em diferentes continentes, ao longo do ano, do Peru até Sri Lanka, aponta Santoro. No caso da energia, a parte do planeta mais prejudicada é a Europa, que sofreu a ameaça de corte de fornecimento do gás russo e, em setembro, também se assustou com misteriosos atos de sabotagem contra gasodutos que traziam o produto do Leste. Além do repique inflacionário, que provocou greves e deve levar a uma recessão, existe também um perigo de derrocada econômica de longo prazo. A Alemanha, motor industrial e maior economia do continente, precisa da energia a custo baixo para manter a competitividade. Com o acesso ao gás prejudicado, emerge uma perspectiva de desindustrialização do país.

No meio desse turbilhão, os europeus e boa parte do mundo interromperam brevemente suas preocupações cotidianas em setembro para acompanhar o que ocorria no Reino Unido. Depois de sete décadas de reinado, a monarca Elizabeth II morreu, aos 96 anos, dando lugar a Carlos III, de 74. Embora a chefe de Estado britânica exercesse um papel sobretudo cerimonial, sua longevidade tinha um efeito simbólico, transmitindo a imagem de um regime estável e resistente às crises. Sua morte ocorreu durante o mandato mais curto da história do parlamentarismo britânico: a primeira-ministra Liz Truss ficou apenas 50 dias no cargo, renunciando após o fracasso de sua tentativa de cortar impostos para a camada mais rica da população.

A instabilidade crescente de um mundo que emerge da pandemia e sofre com ondas de choque da guerra ajuda a explicar outros eventos do ano. Um deles é a consolidação do poder do presidente Xi Jinping na China. Em outubro, o XX Congresso do Partido Comunista Chinês aprovou um terceiro mandato para Xi, após quase meio século em que o país asiático limitou a duração de uma presidência a dez anos, ou seja, dois mandatos.

"O terceiro mandato é uma maneira de se proteger de um cenário internacional muito instável, com guerra na Europa, um mandato hostil nos Estados Unidos, e ainda ameaças à

integração econômica do projeto Cinturão e Rota, que completa dez anos em 2023", afirma Pecequilo. "Manter Xi no poder é um movimento tático, visando garantir a estabilidade do sistema na China, com um líder que goza de apoio popular e a confiança do partido."

O ano, porém, não termina de maneira tranquila para a liderança chinesa. Sua política de Covid Zero, que implica longos períodos de isolamento nas grandes cidades e causa estranhamento aos observadores estrangeiros, parece ter esgotado a paciência da população. Importantes manifestações eclodiram em Guangzhou, Zhengzhou, Chongqing e Ürümqi, na província de Xinjiang, após a morte de dez pessoas em um incêndio.

Os protestos se espalharam por diversas cidades do país, colocando em xeque a política de saúde. "A política de Covid Zero fazia sentido no começo da pandemia, mas a partir do momento em que há vacinas, não tem mais razão de ser", afirma Santoro. "Creio que, no começo, ela tinha fins de saúde pública, mas depois se mostrou útil como instrumento de controle e disciplina." No início de dezembro, a política de Covid Zero foi flexibilizada, levando a um rápido aumento de casos.

Também o Irã enfrenta uma série de protestos, desde que a estudante Mahsa Amini foi morta pela polícia de costumes por usar seu hijab "de maneira inapropriada", em setembro, em Teerã. Em centros urbanos de todo o país, mulheres desafiaram o governo abandonando o véu obrigatório e cortando os cabelos, com o slogan "Mulher, Vida, Liberdade". Em apoio aos manifestantes, houve greves em todo o país e, na Copa do Mundo, a seleção de futebol iraniana permaneceu calada durante a execução do hino nacional. Em dezembro, o governo iraniano anunciou a intenção de abolir a polícia de costumes. Para Santoro e Pecequilo, é improvável que os protestos levem a mudanças mais profundas no regime.

Diretamente afetados pela disputa em torno da Ucrânia, os Estados Unidos atravessaram também um processo eleitoral com consequências relevantes. Contra todas as previsões e o histórico das eleições de meio de mandato ("midterms"), a oposição republicana não teve uma vitória avassaladora nas urnas em novembro.

Com preponderância de candidaturas apoiadas pelo ex-presidente Donald Trump, que anunciou a intenção de se candidatar novamente à Casa Branca daqui a dois anos, os republicanos conseguiram apenas uma pequena maioria na Câmara, mas não tiveram a mesma sorte na disputa pelo Senado, que permanece controlado pelo Partido Democrata do atual presidente Joe Biden. Trump, ainda por cima, ganhou um rival de peso na luta pela indicação republicana à corrida presidencial: Ron DeSantis, que foi reeleito como governador da Flórida e também deve se candidatar à presidência em 2024.

Outro derrotado de 2022 foi o projeto de Constituição apresentado aos chilenos no plebiscito de setembro. Fruto de movimentos sociais que varreram o cenário político do país, principalmente depois do "estallido social", série de protestos ocorridos em 2019, o projeto foi redigido por uma Assembleia Constituinte em que deputados de tendência à esquerda eram majoritários. Mas o eleitorado rechaçou o projeto com ampla margem: quase 62% para o "não".

"Era um projeto progressista demais para um país latino-americano", afirma Santoro. "As pessoas podem votar em candidatos de esquerda, querem o Estado mais presente em políticas sociais, mas não necessariamente defendem ideias progressistas na cultura, religião, sexualidade, segurança pública." Pecequilo acrescenta que, apesar de rejeitarem a constituição proposta, os chilenos manifestaram que não querem manter a antiga carta, adotada durante a ditadura de Augusto Pinochet. Em dezembro, o Congresso chileno chegou a um acordo para relançar o processo constituinte em outras bases.

A América do Sul testemunhou importantes mudanças de governo em mais dois países: a Colômbia, que com o ex-guerrilheiro Gustavo Petro elegeu seu primeiro presidente de esquerda, e o Peru, onde Pedro Castillo, eleito no ano passado, enfrentou seu terceiro processo de impeachment e, desta vez, não escapou. Em dezembro, vendo que seria derrotado, tentou dissolver o Congresso, mas em vez disso acabou destituído. Em seu lugar assume a vice-presidente Dina Boluarte, que pretende antecipar as próximas eleições.

A notícia mais auspiciosa de 2022 vem de Sharm el-Sheikh, no Egito, onde a conferência COP 27, em novembro, trouxe uma novidade com potenciais implicações de longo alcance: embora ainda tateante, os países desenvolvidos e em desenvolvimento chegaram a um acordo em torno do conceito de "perdas e danos", pelo qual os países desenvolvidos se comprometem a compensar os mais pobres pelos estragos causados pela mudança climática. "Esse acordo é o grande legado da COP 27", afirma Santoro. "Os países mais ricos sempre relutaram muito em arcar com os custos de adaptação, conforme resumido na expressão 'responsabilidades comuns, porém diferenciadas'. A partir de agora, esse vai ser um ponto central da diplomacia climática."

Chineses protestam em Pequim contra a política de Covid Zero do país. As manifestações se espalharam por várias cidades e levaram o governo a rever a política

AP PHOTO/NG HAN GUAN

Fim de um longo jejum, para os argentinos

Brasil fracassa na Copa, mas é destaque em outros esportes. Por **Gílson Yoshioka e Andrei Spinassé**, para o Valor, de São Paulo

AP PHOTO/MANU FERNANDEZ

A grande marca esportiva do ano foi Messi finalmente sagrando-se campeão mundial aos 35 anos, em sua quinta Copa do Mundo

No maior evento esportivo do ano, a Argentina sagrou-se tricampeã mundial de futebol, coroando Messi, o maior jogador do século XXI, que anunciou o encerramento de sua participação no torneio. A equipe venceu a França nos pênaltis da final mais eletrizante de todos os tempos, em que a França esteve atrás no placar duas vezes e buscou a igualdade no tempo normal — quando perdia por 2 a 0 — e no tempo extra. O francês Mbappé foi o artilheiro com oito gols e Messi, eleito o melhor jogador da Copa. A Croácia, de Modric, ficou em terceiro lugar e Marrocos, a primeira seleção africana a chegar a semifinais, em quarto.

Numa Copa do Mundo controversa antes (pela escolha do Catar, pelas denúncias de mortes de trabalhadores durante a construção das instalações) e depois de seu início (com a Fifa proibindo manifestações de jogadores contra as restrições do país árabe aos direitos LBGBTQIA+), o Brasil teve um começo promissor. Houve coreografias e danças nas comemorações, goleada e empolgação. Mas a seleção acabou sucumbindo novamente nas quartas de final, desta vez para a Croácia, na disputa de pênaltis.

Sem vencer um europeu na fase de mata-matas do torneio desde a final contra a Alemanha, no Japão, em 2002, o time e as escolhas do técnico Tite, principalmente no jogo da eliminação, foram bastante criticadas.

Único técnico a permanecer na seleção após um fracasso em uma Copa (Telê Santana, após a derrota em 1982, voltou só mais à frente para comandar a equipe de 1986), Tite deixou o posto. Resta torcer para que o seu sucessor, no próximo Mundial nos Estados Unidos, Canadá e México, coloque fim ao maior jejum de títulos — 24 anos (de 2002 a 2026, assim como o de 1970 a 1994) — em Copas do Mundo.

Já na Libertadores da América, o Flamengo, de Dorival Jr., bateu o Athletico-PR, de Luiz Felipe Scolari, por 1 a 0 e conquistou o tricampeonato em outubro. Após o segundo título do torneio, a geração de Gabigol, Everton Ribeiro, Arrascaeta e Filipe Luís vai superar em títulos a dos ídolos históricos Zico e Junior (campeã da Libertadores e Mundial em 1981) caso vença o Mundial em fevereiro de 2023 — o Real Madrid, dos brasileiros Vinícius Jr., Rodrygo e Militão, do croata Modric e do francês Benzema, campeão da Champions League, é o favorito. O campeonato brasileiro foi vencido novamente pelo Palmeiras sob comando do técnico Abel Ferreira. Um dos nomes para o lugar de Tite na seleção, o português deu sequência à trajetória vitoriosa no alviverde paulista.

O primeiro grande fato do ano esportivo foi a não participação do então líder do ranking da ATP, Novak Djokovic, no Aberto da Austrália. O sérvio, que buscava seu 21º título de Grand Slam, o que seria um recorde, não pôde disputar o torneio por não ter se vacinado contra a covid-19. Devido a isso, o tenista teve sua entrada no país rejeitada e, em janeiro, passou cinco dias detido em um hotel escolhido pelo departamento de imigração em Melbourne. Os advogados de Djokovic entraram em ação, e ele foi liberado temporariamente, mas acabou tendo seu visto cancelado.

Rafael Nadal foi o vencedor do Aberto da Austrália e, com título também em Roland Garros, tornou-se o recordista de Grand Slams conquistados (22). Outro espanhol, porém, terminou 2022 na liderança do ranking da ATP: Carlos Alcaraz, de 19 anos, após cinco taças na temporada, incluindo a do US Open — a de Wimbledon ficou com Djokovic. A maior imagem do tênis, no entanto, foi protagonizada por Nadal: após o jogo de despedida de Roger Federer, no qual jogaram juntos em Londres, na Inglaterra, em 23 de setembro, ambos caíram no choro. O suíço encerrou sua carreira com 20 títulos de Grand Slam e uma enorme admiração.

Quanto às mulheres, a tenista que mais evoluiu, segundo a WTA, foi uma brasileira, Beatriz Haddad Maia, que saltou da 82ª posição no ranking para a 15ª nesta temporada graças aos títulos em Nottingham e Birmingham e ao vice-campeonato no WTA 1000 de Toronto.

Outras brasileiras foram as melhores do ano em suas modalidades. Após o ouro e a prata nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021, Rebeca Andrade conquistou o primeiro lugar na prova individual geral do Mundial de ginástica artística de 2022, realizado em Liverpool, na Inglaterra, e ainda obteve a medalha de bronze no solo. A nadadora Ana Marcela Cunha, campeã olímpica na maratona aquática em Tóquio, tornou-se pentacampeã mundial da prova de 25 km em Budapeste, na Hungria, onde também foi ouro na de 5 km e bronze na de 10 km. A skatista Rayssa Leal, a Fadinha, prata no Japão aos 13 anos de idade, superou as japonesas no Rio de Janeiro, onde aconteceu a etapa final, e foi campeã mundial da SLS, a liga de skate street. No Campeonato Mundial feminino de vôlei, a seleção brasileira obteve o vice-campeonato — foi superada pela Sérvia em Apeldoorn, na Holanda.

O Brasil continua muito bem representado no surfe. Filipe Toledo foi o campeão mundial, batendo o compatriota Ítalo Ferreira, vice-campeão mundial em 2022 (ouro em Tóquio). Desde 2014, quando Gabriel Medina, vencedor de três títulos da WSL, conquistou seu primeiro, só em 2016 e 2017 brasileiros não foram campeões.

O maior nome do Brasil no atletismo foi Alison dos Santos, campeão mundial dos 400 metros com barreiras, feito alcançado no Oregon, nos EUA, em julho. Nos Jogos Olímpicos de Tóquio, Piu, apelido de Alison, havia sido medalhista de bronze nessa prova.

MEMÓRIA

Mortes que marcaram 2022

Ano teve adeus à mais longeva rainha britânica e a grande ícones da cultura brasileira

Alan White
O baterista britânico da banda Yes morreu aos 72 anos "depois de uma breve doença", segundo comunicado divulgado pela banda em 26 de maio.

Andy Fletcher
Um dos fundadores da banda Depeche Mode, o tecladista britânico morreu aos 60 anos, em 26 de maio, devido a uma dissecção da aorta.

Angelo Badalamenti
Conhecido pela parceria com o diretor David Lynch, o compositor americano morreu em 11 de dezembro, aos 85 anos, de causas naturais.

Anne Heche
A atriz e diretor americana morreu em 11 de agosto, aos 53 anos, após um acidente de carro em Los Angeles que a deixou seis dias em coma.

ELIÁRIA ANDRADE / AGÊNCIA O GLOBO

Arnaldo Jabor
O cineasta e cronista carioca morreu em 15 de fevereiro, aos 81 anos, em São Paulo, em decorrência de complicações de um acidente vascular cerebral (AVC).

Bruno Pereira e Dom Phillips
O indigenista brasileiro de 41 anos e o jornalista britânico de 57 foram assassinados em 5 de junho durante uma viagem pelo Vale do Javari, no Amazonas.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Ex-presidente da CNI e da Fiesp, o ex-deputado federal paulistano morreu aos 83 anos, em 1º de maio; a causa da morte não foi divulgada.

Claudia Jimenez
A atriz e humorista carioca de atrações como "Sai de Baixo" e "Escolinha do Professor Raimundo" morreu em 20 de agosto, aos 63 anos, de insuficiência cardíaca.

Cláudio Hummes
O arcebispo emérito de São Paulo, que lutava contra um câncer de pulmão, morreu em 4 de julho, aos 87 anos.

Danuza Leão
A escritora, jornalista e ex-modelo carioca, irmã da cantora Nara Leão, morreu aos 88 anos, em 22 de junho.

Dom Luiz de Orleans e Bragança
O bisneto da princesa Isabel morreu em 15 de julho, aos 84 anos, em São Paulo; segundo a Casa Imperial, ele havia sido diagnosticado com Alzheimer.

Éder Jofre
O ex-boxeador paulistano, tricampeão mundial, que estava internado devido a uma pneumonia, morreu em 2 de outubro, aos 86 anos.

Eduardo Guardia
Ex-ministro da Fazenda em 2018, o presidente-executivo da BTG Pactual Asset Management morreu aos 56 anos em 11 de abril, em decorrência de um câncer no cérebro.

Elifas Andreato
O designer gráfico e ilustrador morreu aos 76 anos em 29 de março devido a complicações de um infarto.

AARON CHOWN, POOL VIA AP

Elizabeth II
A rainha mais longeva da história britânica morreu aos 96 anos, em 8 de setembro, de causas naturais.

ANA BRANCO / AGÊNCIA O GLOBO

Elza Soares
A cantora e compositora carioca morreu em 20 de janeiro, de causas naturais, aos 91 anos.

GUSTAVO MIRANDA/ AGÊNCIA O GLOBO

Erasmo Carlos
Internado com um quadro de síndrome edemigênica, o cantor e compositor morreu em 22 de novembro, aos 81 anos.

Fernando Campana
O designer e arquiteto paulista morreu em 16 de novembro, aos 61 anos. A causa da morte não foi divulgada.

Françoise Forton
A atriz carioca, de novelas como "Tieta", morreu em 16 de janeiro, aos 64 anos; ela estava se tratando de um câncer.

Freddy Rincón
O ex-jogador colombiano, ídolo de clubes como América de Cali e Corinthians, morreu aos 55 anos em 13 de abril, em decorrência de ferimentos provocados por um acidente de carro.

DIVULGAÇÃO

Gal Costa
A cantora baiana morreu em 9 de novembro, aos 77 anos, em São Paulo; a causa da morte não foi divulgada a pedido da família.

Guilherme de Pádua
Vítima de um infarto, o pastor e ex-ator condenado por assassinar em 1992 a atriz Daniella Perez morreu em 6 de novembro, aos 53 anos.

Ilka Soares
Em tratamento de um câncer no pulmão, a atriz e modelo que se destacou entre os anos 50 e 70 morreu em 18 de junho, aos 89 anos.

ANA BRANCO / AGENCIA O GLOBO

Isabel Salgado
A ex-jogadora e treinadora de vôlei morreu em 16 de novembro, aos 62 anos, de Síndrome Aguda Respiratória do Adulto.

James Caan
Conhecido por filmes como "O Poderoso Chefão", o ator americano morreu aos 82 anos, em 6 de julho, de ataque cardíaco.

Jean-Louis Trintignant
O ator francês, um dos mais conhecidos da Nouvelle Vague, morreu aos 91 anos, em 16 de junho.

Jean-Luc Godard
Aos 91 anos, o diretor franco-suíço, um dos criadores da Nouvelle Vague, optou pelo suicídio assistido, em 13 de setembro, na Suíça.

Jerry Lee Lewis
Nome pioneiro do rock, o cantor,

compositor e pianista americano morreu em 28 de outubro, aos 87 anos, de causas naturais.

GLOBO/RAMON VASCONCELOS

Jô Soares

Aos 84 anos, o humorista, escritor e apresentador carioca morreu em São Paulo, em 5 de agosto; ele estava internado para tratar uma pneumonia.

João Carlos Di Genio

O médico e empresário, fundador do Objetivo, um dos maiores grupos de educação do Brasil, e do Grupo Mix de Comunicação, morreu em 12 de fevereiro, aos 82 anos, de causas naturais.

João Paulo Diniz

O empresário e investidor paulistano morreu aos 58 anos, após sofrer um infarto fulminante, em 31 de julho, em Paraty (RJ).

Jorge da Cunha Lima

O jornalista, ex-secretário da Cultura de São Paulo e ex-presidente da Fundação Padre Anchieta morreu em 17 de agosto, aos 90 anos; ele sofria de câncer.

Judith Lauand

A pioneira da arte concreta no Brasil morreu aos 100 anos, em 9 de dezembro; a família não divulgou a causa da morte.

ERIC MEGRET

Lily Safra

A filantropa e viúva do banqueiro Edmond Safra morreu em Genebra, na Suíça, aos 87 anos, em 9 de julho. A causa da morte não foi informada.

Louise Fletcher

A atriz americana que fez a enfermeira Ratched, de "Um Estranho no Ninho", morreu aos 88 anos, em 23 de setembro, de causas naturais.

Luiz Antônio Fleury Filho

O ex-governador de São Paulo entre 1991 e 1994 morreu aos 73 anos, em 15 de novembro, de insuficiência cardíaca, após um transplante de fígado.

Lygia Fagundes Telles

Aos 98 anos, uma das maiores escritoras brasileiras morreu de causas naturais, em 3 de abril.

Madeleine Albright

Primeira mulher a ocupar o cargo de secretária de Estado dos EUA, ela morreu em 23 de março, aos 84 anos, de câncer.

DIVULGAÇÃO / FÒRUM BARCELONA 2004/PASQUAL GÒRRIZ

Mikhail Gorbatchev

O último líder da antiga União Soviética e vencedor do Prêmio Nobel da Paz morreu, aos 91 anos, em 30 de agosto, após "uma doença grave e prolongada".

TV GLOBO / FREDERICO ROZÁRIO

Milton Gonçalves

O ator mineiro, um dos grandes nomes da televisão e do cinema do país, morreu aos 88 anos, em 30 de maio, por problemas de saúde decorrentes de um AVC.

Nélida Piñon

A escritora carioca, primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras, morreu no dia 17 de dezembro, aos 85 anos, em Lisboa. A causa da morte não foi divulgada.

Olavo de Carvalho

O escritor e influenciador de bolsonaristas morreu em 24 de janeiro, aos 74 anos, no estado da Virginia, nos EUA. A causa da morte não foi informada.

Olivia Newton-John

Cantora e atriz de filmes como "Grease - Nos Tempos da Brilhantina", ela morreu em 8 de agosto, aos 73 anos, após diagnóstico de câncer de mama.

Paul Sorvino

Ator de filmes como "Os Bons Companheiros", o americano morreu em 25 de julho, aos 83 anos, de causas naturais.

Paulinha Abelha

Aos 43 anos, a vocalista do grupo de forró Calcinha Preta morreu em 23 de fevereiro, após internação por problemas renais em Aracaju.

Paulo Roberto Costa

Ex-diretor da Petrobras e primeiro delator da Operação Lava-Jato, o engenheiro morreu aos 68 anos, em 13 de agosto, de câncer.

Pedro Paulo Rangel

O ator, que participou de sucesso como "Gabriela" e "Vale Tudo", morreu aos 74 anos no dia 21 de dezembro, no Rio, onde estava internado para tratar de um quadro de enfisema pulmonar.

Peter Bogdanovich

Diretor de "A Última Sessão de Cinema", o americano morreu aos 82 anos, em 6 de janeiro, de causas naturais.

Ray Liotta

Astro de "Os Bons Companheiros", o ator americano morreu aos 67 anos, em 26 de maio, na República Dominicana, após um infarto.

Robbie Coltrane

Intérprete de Hagrid na saga "Harry Potter", o ator britânico de 72 anos morreu em 14 de outubro, em decorrência da falência de seus órgãos.

Rochelle Costi

A artista plástica gaúcha morreu em 26 de novembro, aos 61 anos, devido a um atropelamento por moto em São Paulo.

REPRODUÇÃO/FB

Rolando Boldrin

O cantor, compositor e apresentador de programas como "Som Brasil" morreu aos 86 anos, em 9 de novembro. A causa da morte foi insuficiência respiratória e renal.

Shinzo Abe

Alvo de tiros durante um comício, o ex-primeiro-ministro do Japão morreu aos 67 anos, em 8 de julho, em Nara.

REPRODUÇÃO/FB

Sidney Poitier

Primeiro ator negro a vencer o Oscar de Melhor Ator, com "Ao Mestre com Carinho", ele morreu aos 94 anos, em 7 de janeiro, de insuficiência cardíaca.

Taylor Hawkins

O baterista da banda de rock Foo Fighters morreu em 25 de março, aos 50 anos, em Bogotá, na Colômbia. A causa oficial da morte não foi divulgada.

Vangelis

O músico grego que compôs trilhas sonoras para filmes como "Carruagens de Fogo" e "Blade Runner" morreu aos 79 anos, em 17 de maio, de insuficiência cardíaca.

William Hurt

Vencedor do Oscar por "O Beijo da Mulher-Aranha", o ator americano morreu aos 71 anos, em 13 de março, de causas naturais. ■

RETROSPECTIVA: MÚSICA

O grande retorno dos shows ao vivo

Nunca o Brasil contou com tantos festivais em um único ano. Por **Camilo Rocha**, para o Valor, de São Paulo

HERMES DE PAULA AGENCIA O GLOBO

Festivais como o Rock In Rio esgotaram ingressos, numa indicação de que os fãs queriam voltar a experimentar a música ao vivo

Este foi o ano em que a música retornou com força aos espaços públicos. Com a pandemia atenuada e a liberação por todo o país do uso de máscaras em ambientes abertos e fechados, os eventos se multiplicaram pelo país. A programação de baladas e shows ficou congestionada, mas foi o festival de música que mais fez sentido na retomada graças à possibilidade de se ver muitos artistas por um número estendido de horas.

Nunca o Brasil contou com tantos festivais em um único ano. Além de marcas consagradas, como Lollapalooza, Rock In Rio e Coala, houve uma profusão de nomes estreantes, entre eles os festivais Tura, Mita e Primavera Sound (este último vindo da Espanha). Numa clara indicação de que os fãs queriam voltar a expandir a experiência no consumo de música, eventos esgotaram ingressos de norte a sul do país.

Alguns artistas se tornaram presença regular nas escalações dos festivais. Ajudada pela alta rotação do hit "Por Supuesto", ninguém foi mais chamada para os palcos desses eventos que a cantora Marina Sena. De acordo com um levantamento do site Mapa dos Festivais que analisou 86 eventos por todo o país, Sena foi atração de 15 festivais em 2022. Foi a única artista a atingir esse número. Em seguida, de acordo com a pesquisa, vieram Djonga (14 aparições) e BaianaSystem (13 aparições).

Os festivais também evidenciaram o apelo dos medalhões da MPB entre o público mais jovem, com nomes como Djavan, Gal Costa, Caetano Veloso e Gilberto Gil figurando entre as atrações de destaque de diversos eventos. Mesmo uma artista menos conectada com os universos pop e rock como Maria Bethânia teve seu momento apoteótico ao encerrar o festival Coala, em setembro.

Mais ligada a feiras agropecuárias e rodeios, a música sertaneja seguiu em 2022 como o gênero musical mais ouvido pelo brasileiro. Nas retrospectivas musicais divulgadas pelas plataformas Spotify e YouTube, músicas e artistas de sertanejo como Gusttavo Lima e Jorge & Mateus ocupam os primeiros lugares entre as preferências dos ouvintes brasileiros.

A supremacia não é total como antes, no entanto. Em 2022, hits e artistas de funk por diversas vezes rivalizaram com a turma sertaneja nas posições mais altas. Um dos sucessos do ano foi "Desenrola Bate Joga de Ladin", do grupo Os Hawaianos, cantada por adultos e crianças do país inteiro depois de viralizar como trilha de dancinhas no TikTok. Prova inquestionável da importância que o aplicativo de vídeos curtos hoje tem na cadeia musical. Em 2022, o caminho onde uma música estoura no TikTok e depois vira trilha de milhões no Spotify e YouTube foi percorrido como nunca. "Acorda, Pedrinho", sucesso estrondoso do grupo Jovem Dionísio, foi outro exemplo dessa dinâmica.

No ano que passou, o sertanejo se viu envolvido em controvérsia com a divulgação de que prefeituras por todo o país, muitas de cidades pobres do interior, pagavam cachês altíssimos para artistas do gênero fazerem shows. Em junho, o Ministério Público da Bahia chegou a cancelar um festival na cidade de Teolândia (aproximadamente 15 mil habitantes), que se encontrava em estado de emergência desde o fim de 2021 devido às fortes chuvas que atingiram o estado. O cachê de Gusttavo Lima para o evento passaria dos R$ 700 mil.

A discussão em torno dos cachês sertanejos teve início com uma provocação do cantor Zé Neto, dupla de Cristiano, em cima de Anitta. O artista citou indiretamente a cantora de "Vai Malandra" em uma fala durante um show, criticando também artistas que "dependeriam" da Lei Rouanet, ou seja, do incentivo fiscal previsto no benefício. A partir daí, pipocaram pelas redes sociais casos de nomes do sertanejo que tiveram apresentações generosamente pagas com verba pública.

Para além das polêmicas locais, Anitta teve conquistas importantes em sua carreira internacional. Lançou nos Estados Unidos seu álbum "Versions of Me", com músicas em português, inglês e espanhol, primeiro resultado de seu contrato com a Warner americana. Em abril, a cantora foi tema de um detalhado e elogioso perfil no "New York Times". Quase no fim do ano, veio o marco mais significativo: Anitta foi uma das indicadas na categoria Artista Revelação do Grammy, a primeira vez que um nome brasileiro realiza tal feito desde 1974.

Na arena do pop internacional, quem brilhou com intensidade foi outra cantora não americana, a espanhola Rosalía. Com fusões de pop, flamenco e reggaeton, seu álbum "Motomami" apareceu em diversas listas de melhores do ano. Quando um único show seu foi anunciado para o Brasil em agosto, a procura foi tão grande que os organizadores tiveram de mudar o local para um espaço com o dobro da capacidade de público.

Em julho, todos os ouvidos se voltaram para o aguardado sétimo álbum da cantora americana Beyoncé, "Renaissance". Seu primeiro álbum solo desde "Lemonade", de 2016, o novo trabalho trouxe a cantora investindo em diversos gêneros dançantes, contribuindo para mostrar ao público pop as raízes negras e LGBTQIA+ de estilos de pista como a house music. Segundo Beyoncé, o disco é um tributo a seu tio gay, morto por complicações relacionadas à aids e uma figura que ela afirmou ter como inspiração de vida.

O ano de 2022 assistiu à partida de quatro artistas de impacto gigantesco na história da música brasileira. Em janeiro, morreu Elza Soares, aos 91 anos. Em novembro, o país perdeu Gal Costa, com 77 anos. No mesmo dia da morte de Gal, 9, também se foi Rolando Boldrin. No dia 22 do mesmo mês, morreu Erasmo Carlos, aos 81 anos.

Escrita feminina ganha mais destaque

No ano em que Nobel foi para Annie Ernaux, vozes diversas vieram à tona. Por **Cadão Volpato**, para o Valor, de Nova York

HERMES DE PAULA / AGENCIA O GLOBO

Livros de Annie Ernaux são revelações sobre a arte de se expressar em palavras

No campo dos livros, o ano de 2022 pertenceu às mulheres. Entre elas, pedindo (ou exigindo) passagem, a porta-estandarte foi Annie Ernaux, uma escritora francesa do primeiro time, laureada com o Prêmio Nobel de Literatura.

Passeando com a cautela necessária pelo calçamento de pedras de Paraty, onde foi aclamada pelo público da Flip, ou discursando com veemência na cerimônia de recebimento do prêmio, Annie Ernaux mostrou uma dignidade única, de quem foi capaz de escrever obras-primas do ponto de vista pessoal e ao mesmo tempo universal, coisas que os escritores de todos os gêneros almejam, mas raramente alcançam com tal precisão. Os livros de Ernaux são revelações sobre a arte de se expressar em palavras: ela sabe usá-las com economia, transparência e equilíbrio, qualidades harmonizadas pelo apuro de seu estilo quase plano.

Livros como "O acontecimento" (este e os outros títulos lançados pela editora Fósforo), em que ela conta a história de um aborto clandestino realizado em 1963, numa França em que o procedimento era considerado crime (como no Brasil), tocaram as pessoas de um jeito que só os escritores de fato relevantes conseguem fazer. Não só as mulheres devoraram as suas poucas páginas com espanto e empatia — empatia pelo sofrimento comum e espanto por aquilo que se chama literatura. Os homens também foram sacudidos pela força desse pequeno relato, que narra apenas o essencial, sem gastar muito papel.

No também curto "O lugar", ela conta a história do pai na perspectiva da filha que ascendeu na vida, mudou de classe e olha para trás na tentativa de observar as próprias raízes sem a tensão e as armadilhas do meio em que viveu. Mas é em "Os anos", de difícil classificação, que a escritora opera com os elementos pessoais e universais de forma tão incisiva que alcança a proeza de falar de si sem a primeira pessoa e falar de um país como a França entre os anos 50, 60 e 70 sem a aridez de um tratado sociológico. O que ela faz no livro é um estudo de si mesma, de seu tempo e de seu país. E também do mundo. Em "O acontecimento", aliás, a descoberta da gravidez se dá no dia do assassinato de John Kennedy, um evento que acaba obscurecido pelo desastre pessoal, como costuma acontecer com quase todos nós.

Na entrega do Nobel, ela citou no discurso de aceitação uma frase escrita em seu diário 60 anos atrás: "Eu vou escrever para vingar minha gente". Ela disse que não considera o prêmio da academia sueca como uma vitória individual. "Não é por orgulho nem modéstia que eu o vejo, em certo sentido, como uma vitória coletiva." Uma vitória das mulheres.

A Flip deste ano, que teve como grande estrela Annie Ernaux, homenageou uma escritora pouco conhecida, Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher a publicar um romance no Brasil. Foi a primeira escritora negra a ser homenageada pela festa. E o reflexo de uma demanda incontornável.

Finalmente, muitas vozes diversas começam a vir à tona, e as mulheres assumem a vanguarda deste novo tempo democrático que começa com toda força. Neste novo tempo, é possível falar da Guerrilha do Araguaia com as ferramentas da poesia, como no livro "Araras vermelhas" (Companhia das Letras), uma obra épica, laboriosa e audaciosa escrita pela poeta de Bodocó, no sertão pernambucano, Cida Pedrosa. Ou abrir o leque de possibilidades narrativas com um tanto de fúria e outro de força como nos contos de Marilene Felinto contidos em "Mulher feita" (Fósforo). Ela que passou 16 anos sem publicar nenhum livro e que já havia trazido novidades muito fortes para a literatura brasileira em "Mulheres de Tijucopapo", lançado originalmente em 1982 e relançado pela Ubu.

Também houve lugar para vozes de crianças indígenas tratadas com a prosa cheia de tensão poética da escritora pernambucana Micheliny Verunschk no romance "O som do rugido da onça" (Companhia das Letras), ganhador do Jabuti de romance literário e do Prêmio Oceanos de 2022. Também "Solitária", de Eliana Alvez Cruz (da mesma Companhia), ao revelar a história de duas mulheres negras, mãe e filha, conseguiu tocar na ferida do racismo e da escravidão com a habilidade de um romancista de suspense. Já a "A cabeça do pai" (Todavia), primeiro livro de ficção da jornalista Denise Sant'Anna, trouxe uma história lancinante de pai e filha em que a velhice e a decadência física são capazes de iluminar duas vidas. As novas ideias e as novas vozes estão aí para serem descobertas. Mais escritoras de todos os gêneros mostrarão seus talentos.

É bom lembrar que 2022 também foi o ano que consagrou a literatura da italiana Natalia Ginzburg, cuja obra extraordinária vem crescendo na estima dos leitores brasileiros. "A cidade e a casa" (Companhia das Letras), romance construído por cartas, e "Não me pergunte jamais" (Âyiné), um conjunto de ensaios e crônicas que ecoa o admirável "As pequenas virtudes" (Companhia das Letras), saíram em 2022 para confirmar o afeto que se encerra na leitura desta mulher do século XX — um modo de escrever que nem está tão distante assim do estilo falsamente plano de Annie Ernaux. ■

RETROSPECTIVA: CINEMA

Entre as várias telas

Blockbusters como 'Top Gun 2' arrastam público de novo às salas enquanto plataformas de streaming atravessam reacomodação. Por Pedro Butcher, para o Valor, do Rio

O ano de 2022 foi marcado pela lenta recuperação das salas de cinema depois da imensa crise provocada pela pandemia e uma reacomodação das plataformas de streaming depois de um período de grande expansão. Nas telas grandes ou de dispositivos digitais, filmes sobre memória, mentiras e crimes do presente e do futuro se destacaram.

Salas de cinema e streaming

Segundo dados do site de acompanhamento do mercado de cinema Filme B, até novembro deste ano 89,4 milhões de ingressos foram vendidos nas salas de cinema do país, um resultado 136% maior do que o do mesmo período em 2021 (37,7 milhões), mas ainda bem inferior ao de 2019 (167,5 milhões, antes da pandemia). As restrições sanitárias que vigoraram a partir de abril de 2020, somadas à sedimentação dos serviços de streaming e mudanças de hábito do espectador, geraram uma atmosfera de incerteza quanto à sobrevivência econômica das salas de cinema. A recuperação tem sido lenta e, por enquanto, concentrada nos multiplex e dependente de alguns poucos blockbusters bem-sucedidos, enquanto as salas que exibem filmes independentes e nacionais enfrentam dificuldades maiores.

Ao mesmo tempo, o grande "boom" das plataformas de streaming sofreu uma retração (ou, talvez, uma acomodação depois de projeções exageradas), o que sinaliza que ainda não há nada cristalizado no novo ambiente audiovisual, com sua multiplicidade de telas. Há quem aposte em um novo fôlego para as salas de cinema se houver uma recuperação econômica e retomada da renda. Ao mesmo tempo, quase nada se sabe sobre o desempenho das obras exibidas nas plataformas de streaming, o que gera uma enorme assimetria de informações. O futuro das telas, portanto, ainda está em plena construção.

Maverick

Lançado em maio, depois de um adiamento de quase dois anos, "Top Gun: Maverick" foi desses filmes que trouxeram fôlego para as salas — um triunfo que chama especial atenção por não se tratar de um filme de super-herói da Marvel ou DC. Confirmando-se exímio produtor e piloto da própria carreira, Tom Cruise revisitou seu personagem do cultuado filme de ação de 1986 em uma obra carregada de nostalgia, que praticamente repete a trama e a estética pop publicitária do original de Tony Scott, entregando o espetáculo esperado pelos fãs. Só no Brasil foram mais de 5 milhões de espectadores e receita de R$ 110 milhões — a quinta maior bilheteria do ano atrás de "Doutor Estranho no Multiverso da Loucura" (R$ 170 milhões), "Thor – Amor e Trovão" (R$ 123, 8 milhões) e "Minions 2 – A Origem de Gru" (R$ 122 milhões) e "Batman" (R$ 114 milhões). Esse resultado pouco deve se alterar até o fim do ano, dependendo da velocidade com que "Avatar – O Caminho da Água", que estreou no dia 15 de dezembro, vá galgar esse ranking.

Tudo em Todo Lugar

No campo dos fenômenos, só que na seara do cinema independente, um título inescapável é "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", uma exploração das possibilidades do "multiverso" que arrebatou fãs ao redor do mundo, inclusive por aqui. Se pode haver um certo exagero na celebração de suas qualidades narrativas, o filme já vale por ser um veículo e homenagem a Michelle Yeoh, estrela do cinema de Hong Kong. Ela merece todo esse reconhecimento e muito mais.

Não, Não Olhe

Com um trabalho visual e sonoro caprichado, que ganha especial impacto nas telas gigantes do formato Imax (para as quais foi concebido), "Não, Não Olhe" confirmou o nome de Jordan Peele como um dos poucos expoentes da renovação do cinema americano contemporâneo. Misturando ficção científica, suspense (à beira do horror) e um pouco de comédia, Peele parte de referências da história do cinema para fazer uma crítica à imagem espetáculo, criando uma atmosfera ao mes-

DIVULGAÇÃO

Tom Cruise levou multidões aos cinemas: "Top Gun: Maverick" é a maior bilheteria do ano no mundo. No Brasil, ficou em quinto lugar (pelo menos antes do novo "Avatar")

mo tempo envolvente e estranha, com comentários incisivos sobre a questão racial. Destaque para as sequências do trote das crianças vizinhas e do ataque que ocorre no set de gravação de um sitcom televisivo.

Marte Um

Com estratégia e resultados diametralmente opostos aos de Jordan Peele, Gabriel Martins também se afirma como um nome fundamental do cinema contemporâneo com "Marte Um", selecionado para o Festival Sundance e escolhido para representar o Brasil na disputa pelo Oscar internacional. Martins se concentra no cotidiano de uma família negra de classe média da cidade de Contagem, na grande Belo Horizonte, com foco especial em Deivinho (Cicero Lucas), menino que tem como ídolo o físico Neil Degrasse Tyson e sonha participar de uma missão para Marte, prevista para 2030. Com um trabalho de cores marcado por um azul vibrante e melancólico, Martins juntou um elenco excepcional, com destaque para os pais de Davinho, interpretados por Rejane Faria e Carlos Francisco (o professor Damiano de "Bacurau").

Medida Provisória

O filme de Lázaro Ramos foi uma das poucas produções brasileiras de 2022 que conseguiram gerar intenso debate e mobilização do público. "Medida Provisória" imagina um futuro recente no Brasil em que as pessoas negras são forçadas a voltar para a África. Lázaro escalou um elenco de peso e montou um time capaz de brigar no campo concorridíssimo das salas multiplex. Para seu protagonista, convocou Alfred Enoch, ator brasileiro radicado na Inglaterra, que fez parte do elenco da série "Harry Potter"; para os dois papéis de vilãs escalou duas atrizes que viveram algumas das vilãs mais famosas da telenovela brasileira, Renata Sorrah e Adriana Esteves. E juntou ainda os astros da música Seu Jorge e da TV Taís Araujo. Em muitas sessões, o filme arrancou reações apaixonadas.

Crimes do Futuro

David Cronenberg voltou à forma plena depois de oito anos do lançamento de "Mapa para as Estrelas" (2014). Num futuro próximo, em que a humanidade eliminou a dor, um grupo de artistas transforma cirurgias em performances. Ao mesmo tempo, um grupo de párias que desenvolveu a capacidade de digerir plástico começa a se organizar. Retomando as questões que lhe são mais caras — as relações entre corpo, erotismo e morte, entre elas —, Cronenberg ainda criou o melhor veículo para a volta em grande estilo do compositor Howard Shore, que fez para "Crimes do Futuro" uma das melhores trilhas sonoras dos últimos anos.

Pinóquios

Talvez seja mera coincidência, ou talvez uma vontade de responder ao fenômeno das fake news — mas o fato é que em 2022 foram lançadas duas adaptações de grande peso e orçamento para a história de "Pinóquio", de Carlo Collodi. A primeira chegou exclusivamente à plataforma Disney Plus e faz parte do projeto do estúdio de refazer seus maiores clássicos animados em versão "live action", misturando atores e animação computadorizada. Mais fiel à própria adaptação de 1940, a nova versão da Disney tem como ponto forte a atuação de Tom Hanks como Gepetto, mas com um resultado geral um tanto burocrático. A segunda versão, assinada por Guillermo Del Toro, respeita o tom mais sombrio da obra literária, mas também faz suas adaptações, como a transposição da história para o período da Primeira Guerra Mundial, tendo como pano de fundo a ascensão do fascismo na Itália (o que reforça a hipótese dos comentários políticos sobre a atualidade). Mesmo que traga mais originalidade e seja interessante tanto narrativa quanto visualmente, o "Pinóquio" de Del Toro não chega a figurar entre seus melhores trabalhos.

Memória

O tema da memória apareceu em pelo menos cinco destaques do ano: Paul Thomas Anderson, Richard Linklater e James Gray revisitaram suas juventudes em "Licorice Pizza", "Apollo 10 e Meio" e "Armageddon Time", respectivamente — o segundo em formato de animação. Três filmes com forças e limitações, com destaque para o filme de Paul Thomas Anderson, com seu equilíbrio entre o cômico e o lírico. Bem mais interessantes, no entanto, são "O Acontecimento" e "Aftersun". O primeiro é uma adaptação da diretora Audrey Diwan para o romance homônimo da escritora premiada com o Nobel Annie Ernaux, que recria uma situação da sua juventude, quando engravidou e fez um aborto (ainda criminalizado na França dos anos 1960). O segundo é uma delicada recriação das lembranças da diretora Charlotte Wells das férias que ela passou com o pai, nos anos 1990, na Turquia.

Argentina, 1985

A Argentina não se destacou só na Copa. Esta ficção de Santiago Mitre, selecionada para o Festival de Veneza e forte concorrente ao Oscar internacional, é inspirada nos processos reais que foram movidos pelo Estado contra os generais responsáveis por torturas e assassinatos no período da ditadura militar. Um rico material dramático, tratado com extrema habilidade narrativa e atuações excepcionais, com destaque para Ricardo Darín como o promotor Julio Cesar Strassera.

Seguindo Todos os Protocolos

Depois de vários curtas-metragens, o diretor pernambucano Fábio Leal estreou na direção de um longa de ficção com a comédia absurda "Seguindo Todos os Protocolos". Feito no contexto da pandemia, com poucos recursos e soluções inventivas, o filme é provocativo e sem medo de cenas de sexo. Fábio encontrou o tom correto para a possibilidade do riso em um contexto adverso. Ele também assina a codireção, com Gustavo Vinagre, do documentário "Deus Tem Aids", retrato fundamental de ativistas e artistas que vivem com HIV e lutam contra a estigmatização.

‘True crime’ conquista serviços de streaming

Séries como “Dahmer” mostram que o gênero vai além do sensacionalismo. Por **Luciano Buarque de Holanda**, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO / NETFLIX

“Dahmer: Um Canibal Americano” tornou-se o segundo maior sucesso da Netflix

Não apenas uma das séries mais vistas e comentadas de 2022, tal como favoritíssima em futuras premiações da TV, “Dahmer: Um Canibal Americano” (Netflix) consagrou-se como o segundo maior hit da Netflix de todos os tempos — atrás apenas da quarta temporada de “Stranger Things”. Um feito especialmente notável se considerarmos a natureza indigesta do seriado. Trata-se da infame história de Jeffrey Dahmer, um serial killer de Milwaukee que vivia num apartamento fétido, cercado dos restos canibalizados de suas vítimas. O sucesso reflete a alta do gênero “true crime”, antes sinônimo de sensacionalismo e mau gosto, hoje uma tendência dominante no streaming — note o volume de séries do tipo que chegam às plataformas todas as semanas, sobretudo no campo dos documentários.

Além de “Dahmer”, “A Escada” (HBO Max) trouxe Colin Firth e Toni Collette numa dramatização da controversa morte de Kathleen Peterson, caso que já havia virado documentário na Netflix. No Brasil, destacaram-se as minisséries documentais “Pacto Brutal” (HBO Max), sobre o assassinato da atriz Daniella Perez nos anos 1990, e “Flordelis: Questiona ou Adora” (Globoplay), que causou sensação ao ser lançado bem no calor do julgamento da estrela gospel do título, acusada de mandar matar o pastor e marido Anderson do Carmo. O mesmo caso serviu de tema ao recente “Flordelis: Em Nome da Mãe” (HBO Max).

A lista de produções do gênero segue, nem sempre versando sobre assassinato: “Inventando Ana” (Netflix), “The Dropout” (Star+), “Black Bird” (Apple TV+), “Gabriel Monteiro: Herói Fake” (Globoplay), para citar apenas algumas das que mais repercutiram. Mas, claro, não só de crime verdadeiro viveu o streaming em 2022. Esse foi o ano em que a TV superou em definitivo as superproduções do cinema, considerando que os últimos dois anos devem ficar isentos desta avaliação por interferência da pandemia. Decerto, nenhum blockbuster marcou tanto quanto “Stranger Things 4” (Netflix) ou “Wandinha” (Netflix), com cenas que se tornaram imediatamente antológicas e viralizaram nas redes sociais.

Dois épicos de fantasia rivalizaram para o bem coletivo: a prequela de “Game of Thrones”, “A Casa do Dragão” (HBO Max) e a bilionária “O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder” (Amazon Prime), adaptada da obra de J.R.R. Tolkien e promovida pelo chefão Jeff Bezos em pessoa. Orçada em cerca de US$ 500 milhões, “Os Anéis de Poder” é a série mais cara da história. Outro destaque entre os “geeks” foi a adaptação de “Sandman” (Netflix), a cultuada HQ dark de Neil Gaiman, que revolucionou profundamente o mundo dos quadrinhos nos anos 1980. Aclamada pelos fãs, a nova versão é um espetáculo visual, minuciosamente fiel à obra original.

No Brasil, houve as aguardadas segundas temporadas de “Desalma” (Globoplay) e “Arcanjo Renegado” (Globoplay), além das estreias de “Maldivas” (Netflix), “As Seguidoras” (Paramount+), “O Vale dos Esquecidos” (HBO Max), primeira série brasileira de terror da HBO Max, e “Rota 66: A Polícia Que Mata” (Globoplay), com Humberto Carrão na pele do jornalista investigativo Caco Barcellos.

Dentre os sucessos de crítica, o segundo ano de “The White Lotus” (HBO Max) conseguiu o feito de superar a aparentemente insuperável temporada prévia, grande vencedora das últimas premiações da TV. Já a enigmática ficção científica “1899” (Netflix) não decepcionou os fãs órfãos de “Dark”, da mesma dupla de criadores.

Falando em fãs órfãos, 2022 também marcou o fim de programas já icônicos, dentre eles o épico zumbi “The Walking Dead” (Star+), “Ozark” (Netflix), “Better Call Saul” (Netflix) e “Westworld” (HBO Max), cujos planos para uma quinta e última temporada foram abortados como parte de uma campanha de redução orçamentária da HBO Max.

DIVULGAÇÃO

“Flordelis”, do Globoplay, causou sensação ao ser lançado bem no calor do julgamento

AAA Excepcional **AA+** Alta qualidade **BBB** Acima da média **BB+** Moderado **CCC** Baixa qualidade **C** Alto risco

Falta encantamento ao novo 'Avatar'

Cameron mostra dificuldade de encontrar algo a dizer. Por **Pedro Butcher**, para o Valor, do Rio

Avatar – O Caminho da Água
(EUA, 2022) Dir.: James Cameron
Dist.: Disney. Em cartaz **BB+**

Nos 13 anos que se passaram desde a estreia de "Avatar", em dezembro de 2009, muita coisa mudou. Na época, o filme se tornou um marco em múltiplas esferas. O cinema vivia uma de suas transições tecnológicas mais radicais, com o fim da produção industrial de seu suporte mais antigo (a película) e a digitalização de todas as etapas do ciclo produtivo, inclusive na ponta da exibição. No campo tecnológico, o filme de James Cameron explorou e desenvolveu a captura de movimentos e o 3D estereoscópio, naquele momento visto pela indústria como o futuro da atividade (alguns executivos chegaram a apostar que até mesmo comédias românticas seriam realizadas em 3D, e que o formato também seria adotado pela televisão). Nas esferas narrativa e estética, "Avatar" absorvia de forma sistêmica uma maneira de se relacionar com as imagens que deriva dos videogames, sobretudo na figura do próprio "avatar", ou seja, a possibilidade de assumir/controlar uma outra forma (no caso do filme, migrar de corpo).

Estamos às vésperas de 2023 e o 3D estereoscópio não se confirmou como salvação da indústria. Ele continua sendo exceção, em parte porque os estúdios não seguiram a recomendação de Cameron de conceber filmes originalmente no formato (e não rodar em 2D e realizar conversões de resultado duvidoso); em parte porque os óculos continuam sendo incômodos; mas talvez porque André Bazin, que escreveu sobre o antigo 3D nos anos 1950, tivesse razão: ao ver filmes em três dimensões o espectador tem a impressão de que a imagem se forma próxima de seus olhos, perdendo a sensação de imersão diante das telas de grande escala.

20TH CENTURY STUDIOS / DIVULGAÇÃO

Tuk é filha do casal formado no primeiro "Avatar". "Os Sully permanecem juntos" é um tema recorrente da continuação

Nesse meio tempo, Hollywood ainda passou por um processo de megaconcentração em que a 20th Century Fox, tradicional casa dos projetos de James Cameron, foi absorvida pela Disney. Para completar, a expansão dos serviços de streaming e as mudanças de hábito que se instauraram durante a pandemia da covid-19 deixaram em situação de extrema fragilidade econômica as salas de cinema e os filmes para elas destinados.

Goste-se ou não do "Avatar" de 2009, é difícil negar seu impacto. O filme gerou até publicações urgentes, como o livro de Ivana Bentes e Erick Felinto "Avatar – O futuro do cinema e a ecologia das imagens digitais". Filas se formaram nos cinemas, e a arrecadação mundial chegou a US$ 2,9 bilhões. Repleto de contradições, "Avatar" combinava inúmeros clichês a um frescor em sua construção de mundo e uma "jornada do herói" que chegava a um desfecho radical e sedutor.

O que falta a "Avatar – O Caminho das Águas" é a sensação de frescor que predominava no primeiro filme. Do ponto de vista narrativo, a força coletiva é substituída por um elogio das forças individuais e familiares. Em sua versão Na'vi, Jake Sully (Sam Worthington) casou-se com Neytiri (Zoe Saldaña) e teve três filhos, além de ter adotado Kiri, filha do avatar comatoso da cientista Grace (Sigourney Weaver). "Os Sully permanecem juntos" é um lema repetido ao infinito.

O elemento detonador da ação no primeiro filme (o ímpeto colonizador dos humanos, dispostos a destruir Pandora para explorar um minério) foi substituído por uma trama de vingança banal, envolvendo o retorno de um personagem que muito bem poderia ter sido abandonado (o coronel Miles Quaritch, vivido por Stephen Lang, agora um ser híbrido). Uma boa parte das três horas de filme é dedicada a discussões de relação entre os pais e seus filhos adolescentes, que poderiam estar em qualquer filme americano médio.

Visualmente, os tons de azul foram substituídos por uma paleta verde, já que boa parte da trama se passa na região de recifes de Pandora — o que justifica o subtítulo, "O Caminho da Água" (no original, com um duplo sentido que pode significar também "a maneira da água"). Os arquipélagos habitados pelo clã Metkayina servem de refúgio para Sully e sua família, quando eles descobrem ser alvo da fúria de Quaritch. Os Sully precisarão se adaptar ao novo ambiente e desenvolver capacidade de mergulho, pretexto para muitas cenas subaquáticas visualmente espetaculares.

Curiosamente, "O Caminho da Água" reúne muitos elementos dos filmes de James Cameron em que a água era elemento central, "O Segredo do Abismo" (1989) e "Titanic" (1997). Mas, aqui, essas recorrências se distanciam de uma possível obsessão autoral e se aproximam de uma dificuldade de encontrar algo a dizer. ■

CINEMA

Hipertrofia da realidade

Isabelle Adjani e François Cluzet estrelam sátira sobre o que há por trás da paisagem idílica da Côte d'Azur. Por Elaine Guerini, para o Valor, de Cannes

Pouco antes de abrir "A Farsa" com uma tomada panorâmica da Côte d'Azur, o francês Nicolas Bedos põe na tela uma citação do escritor britânico William Somerset Maugham. A frase "Um lugar ensolarado para pessoas desonestas que procuram a sombra" já dá uma ideia de como a comédia de suspense vai tratar o cenário, quase sempre invejado pelo azul do mar e pela opulência das casas com vista para o Mediterrâneo.

"A Riviera Francesa é um lugar que hipertrofia a realidade no que diz respeito ao dinheiro, às férias de verão, à especulação imobiliária, à badalação, ao ciúme e à corrupção", afirma Nicolas Bedos, de 43 anos. "A locação funciona aqui quase como metáfora de um sonho de amor que se transforma em pesadelo", completa o diretor e roteirista no último Festival de Cannes, onde "A Farsa" fez sua première mundial, em caráter "hors-concours".

Com 850 mil espectadores na França desde o seu lançamento, em novembro, a sátira que acaba de estrear no Brasil brinca com o que pode haver de pior por trás da paisa-

gem idílica do balneário. A vida nas residências luxuosas, no volante de carros esportivos ou a bordo de iates é pontuada por manipulação sentimental em nome do dinheiro e do status. É um jogo de máscaras que leva a história a enveredar muitas vezes pelo thriller, aproximando-se de clássicos de Hollywood como "Ladrão de Casaca" (1955), assinado por Alfred Hitchcock e também rodado na costa do sul da França.

Por ser um dos queridinhos da comédia francesa, graças principalmente aos diálogos afiados e à energia pulsante que imprime, Bedos conta aqui com rostos emblemáticos do cinema francês — o que acrescenta uma camada extra de glamour ao filme. A própria Côte d'Azur é conhecida por atrair celebridades do mundo todo, sobretudo durante o Festival de Cannes.

Depois de dirigir Fanny Ardant e Daniel Auteuil em "Belle Époque" (2019) e Jean Dujardin em "OSS 117: Alerte Rouge en Afrique Noire" (2021), Bedos trouxe Isabelle Adjani e François Cluzet para encabeçar o elenco de "A Farsa". Ela foi indicada duas vezes ao Oscar, por "A História de Adèle H." (1975) e "Camille Claudel" (1988), enquanto ele protagonizou "Intocáveis" (2011), o terceiro filme mais visto de todos os tempos na França, com 19,5 milhões de entradas vendidas.

Cluzet encarna Simon, um bem-sucedido corretor de imóveis que cai no golpe de Margot (Marine Vacht), uma beldade em busca de um marido que proporcione a sonhada vida de luxo na Riviera. Ele parece distraído demais com a beleza da moça para perceber a armadilha, desenhada por Bedos como "uma guerra silenciosa entre os sexos, as gerações e as classes sociais".

"O roteiro tem muita densidade. Precisei lê-lo várias vezes. Não só para construir o meu papel quanto para compreender a história na íntegra", conta François Cluzet, referindo-se às maquinações dos personagens e às reviravoltas na trama, que inclui uma tentativa de assassinato. "Também me interessei por ser um filme calcado nas performances", acrescenta o ator de 67 anos.

Ausente do lançamento do filme em Cannes, por problemas de saúde, Adjani interpreta Martha, uma ex-estrela de cinema que divide a vida e a mansão com o gigolô Adrien (Pierre Niney), só para não se sentir tão só. Adjani joga aqui com a própria imagem de atriz. Além de sofrer com os infortúnios amorosos, sua personagem se mostra desesperada para resgatar o prestígio dos seus anos de ouro nas telas — o que espelha até certo ponto a trajetória de Adjani.

Após marcar o cinema francês entre as décadas de 70 e 90, sua carreira caiu no ostracismo a partir dos anos 2000, quadro que a atriz tem tentado reverter nos últimos anos, com produções como "O Mundo É Seu" (2018) e "Peter von Kant" (2022). Mas até hoje ninguém conseguiu superá-la na história do César, onde ela figura como a atriz mais premiada no Oscar francês. Adjani venceu as concorrentes cinco vezes: com "Possessão" (1981), "Verão Assassino" (1983), "Camille Claudel", "A Rainha Margot" (1994) e "La Journée de la Jupe" (2008).

DIVULGAÇÃO

Isabelle Adjani interpreta ex-estrela desesperada para resgatar o prestígio dos seus anos de ouro, o que até certo ponto espelha sua própria trajetória

E foi difícil convencer Adjani a interpretar uma versão de si mesma em "A Farsa"? "No começo, não. Confesso ter me aproveitado do fato de que ela já tinha demonstrado que queria trabalhar comigo, pelos meus filmes anteriores", comenta o cineasta, lembrando que a situação só complicou um pouco depois, quando a atriz recebeu o roteiro.

Bedos usou um pouco de "psicologia de diretor" para que Adjani compreendesse que a ideia não era zombar dela. Mas, sim, que havia algo na sua imagem que seria interessante explorar na nova personagem. "No início, ela atuou com certo sarcasmo, o que foi substituído por sinceridade ao longo das filmagens. Além do seu talento, ela ofereceu a ambivalência necessária para que o público não resista em misturar as coisas, em uma deliciosa confusão."

A ideia de ridicularizar a falsidade no mundo dos endinheirados é antiga. A comédia é baseada em livro inacabado que Bedos tentou escrever na faixa dos 20 anos, quando ele também tirava "vantagem dos mais privilegiados". "Os personagens são inspirados em pessoas que eu conheci na época, depois que os meus pais [seu pai é o comediante Guy Bedos], cansados do meu ócio, cortaram a minha mesada."

Foi aí que Bedos precisou fazer bicos para sobreviver — só anos mais tarde é que ele ingressaria no teatro, veículo que foi o seu trampolim para o cinema. Sem dinheiro, Bedos se viu obrigado a tocar piano em um bar de hotel de luxo nas noites parisienses. A personagem da golpista Margot, por exemplo, foi criada a partir de uma garota de programa tcheca que trabalhava no mesmo hotel e virou sua amiga.

"Eu nunca tive de vender o meu corpo. Mas confesso que me aproveitei da minha aparência e do meu charme em algumas ocasiões, para ser convidado para passar as férias naquelas casas maravilhosas na Côte d'Azur", recorda Bedos. Foi assim que ele passou a conhecer muito bem a região, permitindo que o diretor escolhesse as melhores locações para "A Farsa", realizado principalmente em Nice, com um orçamento de € 14 milhões.

"Na minha experiência naquele ambiente corrompido pelo dinheiro, eu percebia o olhar de desejo de ricaças e ricaços. Se quisesse, eu também teria como enganá-los, sendo sustentado por pessoas muito mais velhas que eu, como Margot e Adrien fazem no filme. Mas minha chance ficou lá atrás, há mais de 20 anos", conta Bedos, rindo. "É triste constatar que, naquele cenário lindamente banhado de sol, muitas vezes tudo não passa de uma dança movida por mentiras, traições e golpes, como nos suspenses de Hollywood." ■

Destaques do Velho Mundo

Na sequência da coluna da semana passada, a de hoje aponta os melhores vinhos europeus que degustei em 2022. A lista é dividida em regiões, gêneros e categorias de preço, para auxiliar o leitor na tarefa de escolher quais garrafas comprar.

No que se refere a preços é ilusório impor um teto, o que seria desejável. Não há milagre. Isso se deve à absurda e despropositada carga tributária imposta pelas autoridades brasileiras. Fora a série de dificuldades burocráticas que oneram ainda mais os produtos.

Independentemente da importância que rótulos mais acessíveis têm no Brasil na atualidade, é preciso reconhecer que nenhum deles merece entrar numa lista dos melhores vinhos do ano como esta, que há 22 anos fecha o ciclo anual das minhas colunas semanais do **Valor**. O quesito preço é relevante na coluna "A melhor relação qualidade/preço existente" assim como na "O melhor degustado do mercado brasileiro". Nesta, deixando de lado as "grifes", há achados que merecem atenção.

Desejo a todos saúde e um ótimo 2023. Até fevereiro. ■

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente. **E-mail:** Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br

Destaques do ano

Os melhores do ano 2022 - Vinhos do Velho Mundo

	Soberano (1)	O melhor degustado do mercado brasileiro (*)	A melhor relação qualidade/preço provado do mercado brasileiro(**)
Vinhos Brancos do Mundo	Petracs Oremus 2019, Hungria	Nikolaihof Im Weingebirge Gr. Veltliner Federspiel 2013 (R$ 462,00 – Belle Cave) Mandolas Furmint 2018, Oremus (R$ 455,90 – Grand Cru	Weinrieder S.V. Ried Schneiderberg Grüner Veltliner 2020 (R$ 202,00 – World Wine) Rebula 2020, Movia; Eslovênia (R$ 298,00 – Oka Caburé)
Rosados do Mundo		C. d'Aix-en-Provence 2020 Tradition, Ch. St Hilaire (R$ 189,00 – Premium) Manoella Rosé Douro 2020 (R$ 239,63 – AAlentejana) Miraval Côtes de Provence Rosé 2021 (R$ 425,05 – Mistral) Garzón Reserva Pinot Noir Rosé 2021 (R$ 191,00 – World Wine)	Claude Val Rosé 2021, Paul Mas 2021 (R$ 92,90 – Decanter) Le Jaja de Jau Rosé Vin de Pays d'Oc 2020 (R$ 97,00 – Zahil) Covela Rosé 2019 (R$ 159,00 – Winebrands) Riccitelli Hey Rosé! 2021 (R$ 158,00 – Winebrands)
Vinhos Licorosos do Mundo	Tokaji Eszencia 2011, Oremus Yquem 2001 Vinsanto Late Release 2001, Argyros, Santorini	Ch. Climens 1er cru 2015 - 1/2 gf (R$ 699,00 – Clarets) Donnafugata Passito di Pantelleria Ben Ryé ½ gf 2019 (R$ 528,00 – World Wine)	Rivesaltes Ambré (500 ml) 2007, Chez Jau (R$ 319,00 – Zahil) Alambre Moscatel Roxo de Setubal 2021, J.M.F. (R$ 225,90 – Decanter)
Champagnes	L'Âme de la Terre' 2002 Françoise Bedel Salon Le Mesnil 2012 Bollinger RD 2007	Entre Ciel et Terre 2012, Françoise Bedel et Fils E. Brut (R$ 798,00 – An Vinum) Cramant G. Cru Dhondt Grellet Ex. Brut (R$ 798,00 – An Vinum) Philipponnat Cuvée 1522 G.Cru Ex. Brut 2014 (R$ 799,80 – Clarets) ★ Solera 1er Cru R. Pouillon Extra Brut (R$ 888,00 – An Vinum)	Mélodie Chardonnay Thierry Massin Brut (R$ 398,00 – An Vinum) Solessence J-M Sélèque Extra Brut (R$ 554,00 – An Vinum) ★ Bereche & Fils Réserve Brut R$ 598,00 – An Vinum) Jacquesson Cuvée nº 744 (R$ 712,00 – De la Croix)
Espumantes do Mundo	Giulio Ferrari Brut Riserva del Fondatori 2008 Marquês de Marialva Bl de Noirs Baga 2014, Adega Cantanhede, Bairrada	Vértice Millésime 2014 (R$ 283,08 – AAlentejana) Ferrari Maximum Brut (R$ 366,90 – Decanter) Gramona La Cuvée Gr Extra Brut 2017 (R$ 243,90 – Grand Cru)	Bojador Arinto Extra Brut (R$ 185,00 – Wine Lovers) Filipa Pato Rosé 3B (R$ 199,90 – Casa Flora/PortoaP) Cava Stars Brut Nature Reserva, Parelada 2019 (R$ 207,00 – Zahil)
Bordeaux Tintos	Château Cheval Blanc 1961 Château Haut Brion 1989 Château Cheval Blanc 1998 Château Pichon Lalande 1985	Ch. Teyssier St Emilion GC 2018 (R$ 435,24 – Premium) Ch. Potensac 2019 (R$ 561,60 – Premium) Ch. Lilian Ladouys 2018 (R$ 554,00 – Belle Cave) Ch. Larrivet Haut-Brion 2016 (R$ 569,40 – Clarets)	Ch. Marjosse 2019 (R$ 139,80 – Clarets) Ch. Champ des Treilles 2020 (R$ 190,00 – De la Croix) Ch. Puycarpin Bordeaux Sup. 2015 (R$ 207,00 – Zahil) Ch. Caronne Ste Gemme 2016 (R$ 333,90 – C. Flora/PortoaP)
Borgonha Tintos	Musigny GC V. V. 1995, Comte de Vogüé Hosp. de Beaune Corton Clos du Roi – C. Baronne du Bäy 2018 Piéce des Présidents La Romanée 2015, Comte Liger-Belair Richebourg e La Tâche 2015 DRC	Maranges 1er Cru Le Croix Moines 2016, Chevrot (R$ 698,00 – An Vinum) Volnay 1er Cru Santenots 2016, Ballot Millot (R$ 985,00 – An Vinum) ★ Vosne-Romanée Quatrain G. Mugneret 2018 (R$ 998,00 – An Vinum) ★ G. Chambertin El Billard 2019, Jérôme Galeyrand (R$ 1.088 – An Vinum) Nuits St Georges 2015, Dom. Henri Gouges 2015 (R$ 1387,00 – Zahil)	★ Bourgogne Pinot Noir 2016, Gérard Mugneret (R$ 298,00 – An Vinum) Rully Les 4 Vignes 2019, Michel Briday 2019 (R$ 298,00 – An Vinum) Bourgogne Pinot Noir Jérôme Galeyrand 2015 (R$ 366,00 – An Vinum) ★ Givry 1er Cru En Veau 2019, Masse 2019 (R$ 328,00 – An Vinum) Rully En Guesnes 2018, Dureuil Janthial (R$ 456,00 – An Vinum)
Borgonha Brancos	Hosp. de Beaune Meursault Genevrières – C. Baudot 2018 Pièce des Présidents B. B. Montrachet Leflaive 2002 Chevalier Montrachet 96, Leflaive	Mercurey Les Grillots Bl 2018, D. Jacqueson (R$ 674,00 – Zahil) ★ Chas. Mont. 1er Cru Maltroie 2018 P. Colin (R$ 1.156,00 – An Vinum) Meursault 1er Cru Charmes 2018, Buisson-Battault (R$ 985,00 – An Vinum) ★ Saint Aubin En Remilly 2018, H. Lamy (R$ 798,00 – An Vinum) Puligny Mont. 1er Cru Folatières 2019, A. Chavy (R$ 999,60 – Clarets)	Bourgogne Chard. P Colin 2018 (R$ 335,00 – An Vinum) Rully Bl Chaponnières 2018, Rois Mages (R$ 398,00 – An Vinum) ★ Auxey Duresses Bl. Patience n9 2016, Agnès Paquet (R$ 465,00– An Vinum) Chablis 2019, Jean-Marc Brocard (R$ 438,00 – Zahil) Chablis 1 Cru Montée de Tonnerre 2018, Collet (R$ 505,44 – Premium)
Rhône e Sul da França tintos	Hermitage Chave 2006, 2010 Cornas Thierry Allemand 2014	Crozes Hermitage 2019, Domaine des Lises (R$ 698,00 – Zahil) Vacqueyras V.Vignes 2019, Dom. La Monardière (R$ 370,50 – Premium) Chât. du Pape Rouge Tradition 2019, Dom. de la Solitude (R$ 783,00 – Zahil) ★ Saint Joseph, Equis 2018 (R$ 764,00 – Zahil) Gigondas d'Ourea 2018 (R$ 375,00 – An Vinum)	★ Cairanne Rés. des Seigneurs 2020, L'Oratoire St. Martin (R$ 198,00 – De la Croix) Fleurs Sauvages Mourvèdre VdP d'Oc 2019, Abbots&Del. (R$ 167,00 – Zahil) C. du Rhône Terre de Galets 2020, Dom. Richaud (R$ 189,00 – Vinhomix) C.-du-Rhône Villages Valréas 2017, Clos Bellane (R$ 269,00 – Premium) Ch. Cabezac Gr Cuvée Belveze Minervois 2018 (R$ 299,00 – Chez France)
Outros tintos da França		★ Fleurie Roche Guillon 2019, Domaine de Fa, Beaujolais Cru (R$ 582,00 – Zahil) Morgon Côte du Py 2020, Foillard ; Beaujolais Cru (R$ 485,00 – Cellar)	Chinon Bl Chenin 2018, Couly-Dutheil (R$ 159,00 – Chez France) Pinot Noir Corsega 2020, F.Labet 2020 (R$ 167,90 – Decanter)
Alsácia e Loire Brancos	Clos Ste. Hune Riesling 2003 Trimbach Riesling GC Muenchberg 2017, Ostertag Clos de la Coulée de Serrant 97 Buisson Renard 2012, Didier Dagueneau	★ Riesling Schlossberg GC 2019, A Mann (R$ 699,60 – Clarets) Saumur Blanc Brezé 2017, Guiberteau (R$ 950,00 – Glou Glou) ★ Vouvray Sec Le Mont 2019, Huet (R$ 976,56 – Premium) Sancerre Les Romains 2020, Vacheron (R$ 569,40 – Clarets)	Muscadet de Sèvre-et-Maine S. Lie 2019, La Haut Févrie (R$ 192,00 – Zahil) Vouvray La Dilettante 2020, C & P Breton (R$ 285,00 – De la Croix) ★ Muscadet Le Fief du Breil (30 m. SurLie) 2016, Landron (R$ 296,00 – Vinhomix) Sancerre 2020, Vacheron (R$ 329,40 – Clarets)

Destaques do ano

Os melhores do ano 2022 - Vinhos do Velho Mundo

	Soberano (1)	O melhor degustado do mercado brasileiro (*)	A melhor relação qualidade/preço existente no mercado brasileiro (**)
Jura e outros Brancos da França	Ch. du Pape Clos des Papes Blanc 2006 Hermitage Chave 2001	Côtes du Jura Savagnin 2016, Berthet Bondet (R$ 598,00 – An Vinum) ✪ Arbois Savagnin Amphore 2018, A et M Tissot (R$ 672,00 – De la Croix) Côtes de Jura Sauvageon 2019, D. Pignier (R$ 659,10 – Premium) Condrieu Les Terraces L`Empire 2019, Georges Vernay (R$ 1255,00 – An Vinum)	Fleurs Sauvages Viognier VdP d'Oc 2021, Abbots&Del.(R$ 167,00 – Zahil) La Part Davant 2020 Camin Larredya, Jurançon (R$ 284,00 – De la Croix) ✪ Cocalieres Bl. Languedoc 2019, Dom. d'Aupillhac (R$ 393,90 – Premium) Pierre Qui Rolle 2019, Flo Bush, Languedoc R$ 349,44 – Premium)
Piemonte Tintos	Massolino Barolo Vigna Rionda 2001	Barolo Le Coste di Monforte 2017, Benevelli (R$ 540,00 – Wines4u) ✪ Barolo Classico 2017, Massolino (R$ 869,00 – Zahil) ✪ Barolo Cru Margheria 2017, Massolino (R$ 1.819,00 – Zahil)	Langhe Nebbiolo Perbacco 2019, Vietti (R$ 285,00 – Inovini) Dogliani 2021, Luigi Einaudi (R$ 307,90 - Casa Flora/PortoaPorto) Barbera d'Alba Tre Vigne 2020, Vietti (R$ 271 – Inovini)
Toscana Tintos	Masseto 2011 Castello di Ama Vigna L'Apparita 1985 Pergole Torte 2019 Cepparello 2012	Montevertine 2018 (R$ 912,90 – Decanter) ✪ Le Pergole Torte 2018 (R$ 2.007,90 – Decanter) Cepparello 2017, Isole e Olena (R$ 1.229,90 – Decanter) ✪ Vino Nobile Montep.V. d'Alfiero 2016, Valdipiatta (R$ 916,00 – Zahil) ✪ Il Carbonaione 2016, Poggio Scalette (R$ 1043,00 – Zahil)	Tosca Chianti Colli Senesi 2018, Valdipiatta (R$ 191,00 – Zahil) Nipozzano Chianti Rufina Riserva 2018, Frescobaldi (R$ 425,00 – Winebrands) Montostoli Chianti DOCG 2021(R$ 135,00 - Premium) Chianti Classico 2019, Volpaia (R$ 344,00 – Premium) Chianti Classico 2019, Poggio Scalette (R$ 359,00 – Zahil)
Itália Tintos outras regiões		Sgarzon Teroldego 2020, Foradori (R$ 384,00 – Vinhomix) Etna Rosso Contrada Monte S. Nicolò 2019, Nicosia (R$ 494,00 – Zahil) Irpinia Aglianico DOC 2016, Donnachiara (R$ 300,00 – Premium)	Vinho A Mano Primitivo 2020 (R$ 178,00 - Ravin) Passo del Cardinale Prim. di Manduria 2021, Paololeo (R$ 225,00 – Premium) Frappato 2020, Cos (R$ 210,00 – Wines4u)
Itália Brancos	Greco di Tufo Aletheia 2021, Donnachiara Trebbiano d'Abruzzo 2011 Valentini	✪ Fontanasanta Nosiola 2020, Foradori (R$ 320,00 – Vinhomix) Trebbiano d" Abruzzo 2015, Valentini (R$ 1.445,90 – Decanter)	Ramì 2020, Cos (R$ 210,00 – Wines4u) Greco di Tufo DOCG 2017, Donnachiara (R$ 278,00 – Premium)
Alentejo Tintos	Mouchão 2002 Mouchão Colheitas Antigas mg 2001 Pêra Manca 2011	✪ Mouchão 2015 (R$ 661,47 – AAlentejana) ✪ Marques de Borba Res 2015, J.P. Ramos (R$ 924,90 – Casa Flora/PortoaP) Rocim Amphora Vinho de Talha Tto DOC 2018 (R$ 351,00 – World Wine) Esporão Vinho de Talha 2018 (R$ 402,57 – Qualimpor)	✪ EA Reserva Tto 2019 (R$ 117,26 – AAlentejana) Marques de Borba 2020, J.P. Ramos (R$ 149,90 – Casa Flora/PortoaP.) Trinca Bolotas 2019, Herdade do Peso (R$ 194,00 – Zahil) Aventura Tto 2018, Susana Esteban (R$ 203,73 – AAlentejana)
Douro Tintos	Quinta do Crasto Vinha Maria Teresa 2011 Quinta da Manoella VVelhas 2011 Pintas 2015	Quanta Terra G Reserva Tto 2019 (R$ 391,81 – AAlentejana) Quinta do Crasto Res. Vinhas Velhas 2019 (R$ 492,03 – Qualimpor) Quinta Da Gaivosa 2019, Alves de Sousa (R$ 567,90 – Decanter) ✪ Quinta da Manoella V. Velhas 2019 (R$ 1.328,48 – AAlentejana)	Crasto Douro 2019 (R$ 142,89 – Qualimpor) Quinta dos Murças Minas 2018 (R$ 166,50 – Qualimpor) Papa Figos 2019, Casa Ferreirinha (R$ 189,00 – Zahil) Manoella Tto 2020 (R$ 239,63 – AAlentejana)
Portugal Outros Tintos	Pegos Claros Vinha Centenária 2016 Luis Pato Vinha Barrosa 2015 APF Grande Escolha 2011, Sanguinhal	CH by Quinta de Chocapalha 2018 (R$ 506,30 – AAlentejana) O Fugitivo V. Centenárias 2016, Casa da Passarella (R$ 604,50 – Premium)	Reserva das Pedras Alorna 2017 (R$ 264,65 – AAlentejana) ✪ Aphros Vinhão Tinto 2018 (R$ 279,00 – Wine Lovers) ✪ MOB Alfrocheiro 2018 (R$ 312,36 – AAlentejana)
Douro e Alentejo Brancos	Guru NM Tapada do Chaves Vinhas Velhas 2008	✪ Tira o Véu BR 2020, Susana Esteban (R$ 469,13 – AAlentejana) ✪ Guru Douro 2021 (R$ 511,84 – AAlentejana) Tapada do Chaves V. Velhas Br 2018 (R$ 928,15 – AAlentejana) Quinta Nova Mirabilis Br. 2019 (R$ 870,00 – World Wine)	Manoella Douro 2021 (R$ 239,63 – AAlentejana) Bojador de Talha Br 2020 (R$ 259,00 – Wine Lovers) ✪ Procura na Ânfora 2018, Susana Esteban (R$ 291,92 – AAlentejana)
Outros Brancos de Portugal	Villa Oliveira Encruzado 2011 Casa da Passarella Muros Antigos Alvarinho 2011, 2015, 2018 Arinto dos Açores Sur Lies 2018, Azores Wine Company	Nossa Calcário Bl 2017, Filipa Pato (R$ 485,90 – Casa Flora/PortoaPorto) Alvarinho Muros Melgaço 2021, A. Mendes (R$ 355,90 – Decanter) ✪ O Oenologo Encruzado 2020, Casa da Passarella (R$ 428,00 – Premium) Aphros Daphne Loureiro 2018 (R$ 339,00 – Wine Lovers) ✪ Quinta do Ameal Reserva 2019 (R$ 318,08 – Qualimpor)	Ameal Loureiro 2020 (R$ 134,19 – Qualimpor) Prova Régia Arinto 2018, Quinta da Romeira (R$ 183,00 – Zahil) Abanico Res. Branco 2020, Casa da Passarella (R$ 269,00 – Premium) Covela Ed. Nacional Avesso 2020 (R$ 128,00 – Winebrands) Quinta dos Roques Encruzado 2020 (R$ 270,90 – Decanter)
Porto e fortificados portugueses	Porto Colheita 1918, Serôdio Borges	Carcavelos Superior 15 Anos (R$ 488,39 – AAlentejana) Taylors 20 anos (R$ 672,35 – Qualimpor)	Quinta do Noval 10 Anos (R$ 323,97 – AAlentejana) Manoella Tawny 10 Anos (R$ 384,43 – AAlentejana)
Espanha Tintos	Vega Sicilia Único 1994, 1979, 1973, 1970, 1968, 1962 e 1960	✪ Comando G Rozas 1er Cru 2019, S. de Gredos (R$ 529,80 – Clarets) Marañones Peña Caballera 2017 (R$ 656,00 – World Wine) ✪ Finca Martelo Reserva 2016, Torre de Oña (R$ 768,00 – Zahil) Gran Reserva 904, La Rioja Alta 2011 (R$ 1515,00 – Zahil)	Izadi Larrosa Rioja 2019 (R$ 154,21 – AAlentejana) ✪ Només Garnatxa Negra 2020, Parelada (R$ 188,00 – Zahil) ✪ Quite 2019, Veronica Ortega, Bierzo (R$ 245,00 – Glou Glou) Mas d'en Gil Priorat Bellmunt 2018 (R$ 362,00 – Belle Cave)
Espanha Jerez	Valdespino Toneles Delgado Zuleta Palo Cortado Monteagudo	✪ Inocente Fino (R$ 378,00 – Zahil) ✪ Manz. Goya XL Pasada em Rama – 0,5l, D. Zuleta (R$ 319,80 – Premium)	La Guita Manzanilla (R$ 209,00 – Zahil) Sánchez Romate Jerez Amontillado NPU (R$ 331,00 – Belle Cave)
Alemanha Brancos		✪ Riesling Trocken GG Marienburg Fahrlay 2017, Cl. Bush (R$ 647,40 – Premium) ✪ Wittman Morstein GG 2019, Rheinhessen (R$ 1500,00 – Weinkeller) Bassermann-Jordan Pechstein R. GG Pfalz 2016 (R$ 1239,00 – Weinkeller)	Schloss Lieser Ortswein Riesling trocken 2020, Mosel (R$ 289,00 – Weinkeller) Riesling Blue Slate 2020, Dr. Lo (R$ 220,00 – Inovini) ✪ Wittmann Niersteiner Riesling T. 1 Cru, Rheinhessen 2020 (R$ 439,00 – Weinkeller)
Grécia Brancos		✪ Assytiko Monsignori 2018, Argyrus, Santorini (R$ 601,38 – Premium) Canava Chrissu Telepos Santorini V. Velhas 2020 (R$ 848,00 – Monte Dictus) ✪ Canava Chrissu Laoudia Santorini 2020 (R$ 1258,00 – Monte Dictus)	Lyrarakis Vóila Assyriko 2018, Creta (R$ 299,24 – Monte Dictus) Strofilia Moschofilero-Malagouzia 2018, Peloponeso (R$ 163,64 – Monte Dictus)

(*) Ponderando a pontuação (prioritariamente) e o preço. (**) Até uma determinada faixa de preço, o vinho cuja qualidade vale o que custa. (Alguns podem ser considerados "best buys", mas é impraticável esta seção só com vinhos "baratos". Por outro lado, vinhos que tem somente preço baixo como atrativo não se encaixam nesta coluna. ✪ Vinho destaque dentro de seu grupo

Fornecedores

Adega Alentejana – www.alentejana.com.br
Anima Vinum – www.animavinum.com.br
Belle Cave – www.bellecave.com.br
Casa Flora – www.casaflora.com.br
Porto a Porto – www.portoaporto.com.br
Clarets – www.clarets.com.br
Chez France – www.chezfrance.com.br
De la Croix – www.delacroixvinhos.com.br
Decanter – www.decanter.com.br
Glou Glou – www.glouglou.com.br
Grand Cru – www.grandcru.com.br
Inovini – www.inovini.com.br
Mistral – www.mistral.com.br
Monte Dictis – www.montedictis.com
Oka Caburé - https://instagram.com/oka_cabure (11)93063.7432
Premium – www.premiumwines.com.br
Qualimpor – www.qualimpor.com.br
Ravin – www.ravin.com.br
Vinhomix – www.vinhomix.com.br
Weinkeller – www.weinkeller.com.br
Wine Lovers – www.winelovers.com.br
Wines4u – www.wines4u.com.br
Winebrands – www.winebrands.com.br
World Wine – www.worldwine.com.br
Zahil – www.zahil.com.br

À MESA COM O VALOR - HENRI ARMAND SLEZYNGER

Aos 86 anos, fundador e presidente do conselho da Unigel diz que está na fase 'mais produtiva e interessante' de sua vida. Por Adriana Abujamra, para o Valor, de São Paulo

No melhor da viagem

O empresário Henri Armand Slezynger reconhece que foi por muito tempo um motorista desatento, tanto que foi reprovado 13 vezes — 13! — no exame para habilitação nos Estados Unidos. Aos 86 anos, desistiu do volante, mas o do carro, veja bem, porque o da Unigel, empresa que dirige de maneira "líquida e solvente" há mais de meio século, não cogita largar tão cedo, ainda mais agora, quando acredita ter chegado no melhor trecho da viagem.

"Tem sido a fase mais produtiva e interessante da minha vida. A tal terceira idade me trouxe muita coisa boa", comemora Slezynger, cujas conquistas mais recentes incluem erguer a primeira fábrica de hidrogênio verde do país, figurar entre os bilionários brasileiros na lista da "Forbes", com fortuna estimada em R$ 17,2 bilhões, e entrar no agronegócio, tornando-se o maior produtor de fertilizantes nitrogenados do país.

Antigamente, diz o empresário, à mesa do A Bela Sintra, o sujeito se aposentava cedo, perdia o interesse na vida, até definhar e morrer. Mas como "morrer não está nos meus planos", brinca, procura manter-se ativo. A estratégia tem dado resultado no aspecto intelectual, nem tanto no físico, afirma o ex-jogador de tênis que hoje faz fisioterapia para o joelho e anda com o apoio de uma bengala.

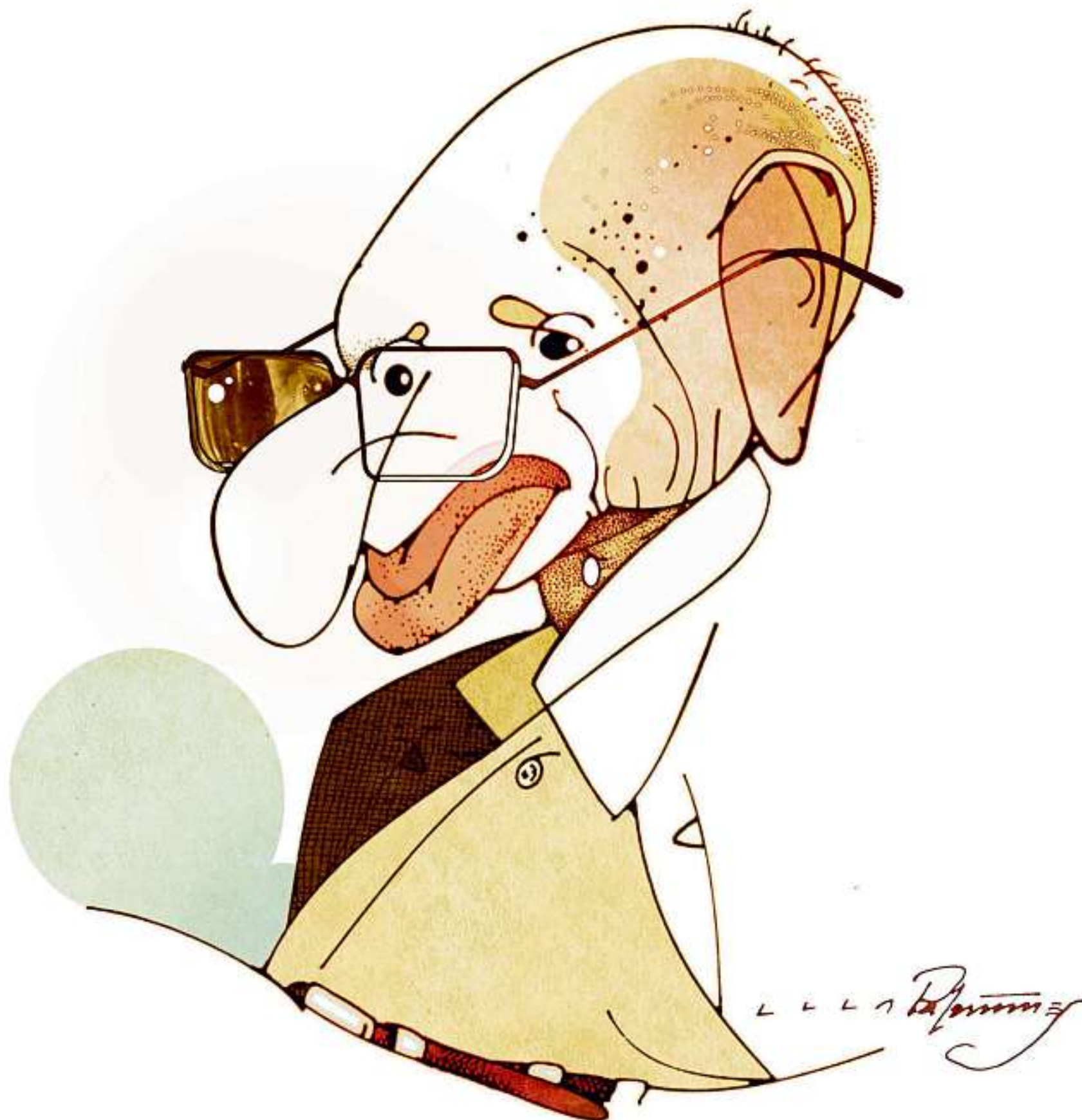
Os funcionários de sua empresa também adotaram a cultura de não se aposentar cedo. Um dos mais longevos foi Anderson, que se manteve na ativa até os 94 anos. "Ele teve muita visibilidade, era um ex-prisioneiro de guerra, esteve no campo de Auschwitz", diz o empresário, que por pouco não teve o mesmo destino.

Os Slezynger fugiram da Antuérpia, na Bélgica, em 1939, quando Henri tinha três anos de idade. Pouco depois de embarcarem, diz, tentaram atacar o navio em que estavam; como erraram o alvo, ele está aqui para contar a história. "No ônibus escolar as crianças ficavam quietas ouvindo as histórias que eu inventava", gaba-se o narrador, antes de esticar o braço para pescar um bolinho de bacalhau tinindo de quente que acaba de chegar à mesa.

"É tudo muito bom, não deixe de comer", aconselha, apontando as opções do couvert que inclui também croquete de carne, rissoles de camarão, patês e pães variados. Os cerca de 30 membros da família atravessaram o mar e atracaram no Rio de Janeiro, onde Slezynger frequentou o antigo primário e secundário, destacando-se como o melhor da turma.

O pai trabalhava no comércio de diamantes, continuou no ramo no Brasil e pôde proporcionar à família o mesmo padrão de vida que tinham na Europa. A mãe era advogada, "numa época em que nem se falava em feminismo", e ficou muito amiga da escritora Cecília Meireles, que frequentava a sua casa. O nome da empresa, Unigel, aliás, é uma homenagem à mãe, cujo sobrenome de solteira era Tygel. "Fico emocionado", diz, antes de levantar o antebraço para enxugar os olhos.

Gisella tocava piano e fazia questão que os filhos também dominassem algum instrumento. Ao menino coube o violino, "abandonado por amor à música". Com o intuito de mandar o filho estudar fora, os pais o matricularam em uma escola americana, boa para aprender inglês, péssima para as outras matérias curriculares.

GALERIA

ARQUIVO PESSOAL

Com os pais, Gisella Tygel e Jakob Szlezynger, imigrantes belgas

ARQUIVO PESSOAL

No laboratório de pesquisa da Pfizer, seu primeiro trabalho

ARQUIVO PESSOAL

Na cerimônia de inauguração da Central de Polímeros da Bahia

ARQUIVO PESSOAL

Com a esposa Dora Rosset. Slezynger também tem cinco filhos

Aos 16 anos, Slezynger embarcou para os Estados Unidos. Seus colegas estrangeiros passavam o dia debruçados sobre os livros enquanto ele se divertia na mesa de bilhar, desacostumado que estava em estudar. Mas logo entendeu que se continuasse assim seria reprovado e enviado de volta para casa. O esforço lhe rendeu a aprovação no curso de engenharia química do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, seguido de um mestrado na mesma instituição.

Para encontrar estágios nos Estados Unidos, não teve a mesma facilidade. As empresas, diz, não queriam treinar candidatos estrangeiros, pois provavelmente voltariam para seus países de origem, colocando a perder o investimento feito neles. A sorte de Slezynger mudou quando a Pfizer decidiu construir uma fábrica de antibióticos no Brasil. Naquela época, início dos anos 1960, nosso país era o terceiro maior produtor de antibióticos do mundo. Depois de dois anos na empresa nos Estados Unidos, transferiram-no para uma unidade em Guarulhos, em São Paulo.

Slezynger permaneceu na farmacêutica por uma década e chegou a ser preparado para assumir a presidência da Pfizer no Brasil. Para tal, foi instado a conhecer de perto todas as etapas do trabalho. "Fui até vendedor." Uma de suas recordações é de uma cidade minúscula do Nordeste, no meio do nada, com apenas uma rua, cujo único lugar para dormir era um pardieiro em cima de um posto de gasolina. Com receio de tocar no lençol imundo, dormiu sem tirar a roupa do corpo.

Mas uma guinada na cúpula da multinacional lhe tirou a chance de ascender. Para não desanimá-lo, acenaram com dois postos. Um na Argentina, país que vivia uma época de tensão por causa das ações da guerrilha urbana. Outro na América Central, para "roubar" o cargo de presidente da região, ocupado por um de seus ex-colegas do MIT. Recusou as duas ofertas e saiu da Pfizer.

"Está tudo bem?", pergunta o português Carlos Bettencourt, checando o freguês de longa data. Slezynger, com o garfo na casquinha de siri, não tem do que reclamar. O dono do restaurante o trata tão bem que a seu pedido incluiu suas preferências no cardápio, como o vinho português Planalto e a mousse de goiaba. Para o nosso almoço, preparou e imprimiu um menu sob medida para o cliente costumaz. Bettencourt se despede, com seu forte sotaque do Alentejo, e o empresário traz seu antigo sócio argentino à baila, o químico Edgardo Menghini.

"Edgardo tinha um sotaque carregado, mas não era nem espanhol, nem português, era uma língua própria", brinca. Espécie de professor Pardal, Menghini usava a cozinha de casa para suas experiências. Por isso, diz, a esposa do amigo celebrou ao saber que os dois tinham alugado uma casa na Mooca para produzir resinas acrílicas para lanternas de automóveis. A Proquigel, como foi batizada a empresa, foi fundada em 1966, período em que o setor estava em ebulição.

Logo o local se mostrou inapropriado, já que o sabão que sobrava das misturas era tanto que passou a transbordar dos ralos das casas da redondeza. Antes que fossem expulsos, decidiram sair por conta própria. No fim dos anos 1970, os dois fundaram também a Central de Polímeros da Bahia (CPB) e passaram a produzir outros tipos de resina.

Nos anos 1990, Slezynger foi procurado por um alemão, funcionário da Bayer, interessado em comprar a CPB. Por considerar o valor pedido uma exorbitância, não fechou negócio. O empresário o levou até o aeroporto. O alemão, emburrado, não disse uma palavra, desceu sem se despedir e bateu a porta do carro. O segundo interessado em adquirir a CPB teve uma reação oposta. Ao ouvir o preço, teve um ataque de riso e desistiu da operação. Pouco tempo depois, como se nada tivesse acontecido, o alemão da Bayer voltou ao Brasil e selou a transação.

Nos anos seguintes, Slezynger passou a expandir seus negócios no país, comprando empresas como a Acinor, da Rhodia; a Metacril, da Degussa; e a CBE, da Basf, além de abrir fábrica no México, tornando-se uma das maiores petroquímicas do Brasil sob o nome Unigel.

E a Braskem, gigante do setor, controlada pela Novonor, da família Odebrecht, e pela Petrobrás, não tem interesse em comprar? O empecilho maior, responde Slezynger, é que os donos da empresa querem vender o controle do negócio. Se pudesse comprar fatiado, ele teria interesse na unidade da Bahia, da qual a Unigel é a maior cliente. "Mas ela quer vender tudo junto, é grande demais. As ações sobem e descem, é tudo muito ambíguo."

Cinco garçons aparecem carregando pratos cobertos por cloches. Como num balé, colocam-nos em frente aos comensais e olham um para o outro para levantar o tampo ao mesmo tempo. "Todo mundo vai comer igual?", surpreende-se o empresário, ao constatar que todos vão de bacalhau dourado. "Desculpem se estou impondo a vocês minha gastronomia", diz, ao ser informado de que o menu foi preparado em sua homenagem. Na sequência, o garçom enche as taças de vinho.

Após o brinde e o primeiro gole, o empresário coloca o copo na mesa e pega o assunto de volta. No início dos anos 2000, Edgardo Menghini, que gostava do campo e de corridas de cavalo, foi morar em uma fazenda no Uruguai. Slezynger comprou a parte do sócio e se-

guiu ampliando o portfólio da Unigel, petroquímica que se destaca na produção de estireno — matéria-prima da indústria química, utilizado em eletrodomésticos, eletrônicos, embalagens e descartáveis plásticos, dentre outros e voltado primordialmente para o mercado interno; acrílico, com foco no mercado internacional — e fertilizante nitrogenado.

A estreia da Unigel como fornecedora do agronegócio é recente. Em 2019, a empresa arrendou duas fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras — uma em Laranjeiras (SE), a outra em Camaçari (BA). A empresa já fabricava sulfato de amônia (um subproduto do nitrogênio), o que a qualificou a entrar na licitação. Mas como essas unidades estavam hibernando, foi preciso investir pesado para colocá-las para funcionar, algo que só se concretizou no ano passado.

Em fevereiro, a então ministra da Agricultura, Tereza Cristina, chegou a anunciar que a Petrobras teria vendido a unidade de fertilizantes em Três Lagoas (MS) para o grupo russo Acron. Em abril, a Petrobras informou que o plano de negócios apresentado pelos compradores impossibilitou certas aprovações governamentais necessárias para a conclusão do negócio.

Slezynger diz que chegou a entrar em contato com a senadora Simone Tebet (MDB), ex-prefeita de Três Lagoas, sobre o tema, porque havia informações de que os russos não pretendiam concluir a fábrica. Tebet, que confirma contato da Unigel, foi uma das figuras-chaves para que a transação fosse cancelada. "Por que é que a Petrobras [...] está vendendo a fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina no meu município, quase acabada, cuja área eu doei, enquanto prefeita, para uma empresa russa que não vai produzir fertilizantes; vai misturar fertilizantes da Rússia que ela não tem ou que não podem chegar ao Brasil?", discursou no Senado.

Após o imbróglio, a Petrobras retomou o processo de venda da unidade de Minas. Slezynger considerou entrar na disputa, mas declinou. "Minha maneira de gerir é não dar passo maior do que a perna, somos conservadores financeiramente. Desembolsar US$ 700 milhões só para terminar de construir a fábrica não é pouca coisa."

Transação desse vulto, diz Slezynger, está mais talhada para o russo Andrey Melnichenko, principal acionista da EuroChem, dono de helicóptero, submarino, dois iates, um deles com o preço módico de US$ 528 milhões. "Sério, eu vi no Google", diz, rindo, ao revelar que anda a xeretar os bens do russo.

Nesse momento, um garçom atravessa o salão carregando a árvore de Natal para colocá-la em um canto. Só então nos damos conta de que a freguesia está com os olhos na televisão, ligada sem som, sintonizada no jogo entre Marrocos e Espanha, que acaba de ir para a disputa de pênaltis. Giramos a cadeira para enxergar melhor, suspendemos a conversa e o ar, e só retomamos após a vitória dos africanos.

Slezynger, torcedor do Fluminense e um dos primeiros a ter cadeira cativa no Maracanã, acompanhou a Copa do Mundo, mas foi vetado no bolão da empresa. "Não seria justo", argumenta, em tom de troça, Luiz Fustaino, diretor de comunicação externa e de relações com investidores da Unigel. Além dele, Paulo Sadalla, da FSB Comunicações, também acompanha o almoço.

"Minha maneira de gerir é não dar passo maior do que a perna, somos conservadores financeiramente"

O empresário diz não ter ficado contente de figurar na lista da "Forbes" entre os mais ricos do país, algo que só aconteceu porque a Unigel decidiu abrir o capital e precisou divulgar seus números. Dependesse de sua vontade, diz, permaneceria eternamente sem fazer alarde da sua fortuna. Sua empresa, prossegue, desenvolve várias ações sociais — de escolas para crianças e jovens carentes em Candeias, Bahia, passando por um centro de estudos de terapia genética do hospital Albert Einstein, até o MIT, sua antiga escola em Massachusetts.

Slezynger está no terceiro casamento e tem cinco filhos, quatro com a primeira companheira e um com a segunda. Na herança que o empresário pretende deixar para o clã e para o mundo, "embora morrer não esteja nos meus planos", repete, está seu projeto de fabricar hidrogênio e amônia verde e ajudar a combater as mudanças climáticas do planeta. "O produto ainda não existe, mas já tem muita gente interessada", avisa o empresário, que se posiciona para ser um ator relevante em um mercado promissor.

Considerado o combustível do futuro, o produto promete ser uma alternativa no processo de transição energética, com potencial para reduzir a emissão de gases poluentes dos setores de transporte, siderurgia, química e da

SILVIA COSTANTI / VALOR

Slezynger diz que Unigel já planeja terceira fase de futura fábrica de hidrogênio e amônia verde

própria geração de energia elétrica.

Com investimento inicial de US$ 120 milhões, a fábrica deve entrar em operação até o fim de 2023. Na segunda fase, prevista para 2025, deve quadruplicar de tamanho. "Agora, em primeira mão, estamos cogitando uma terceira fase, que usaria a fábrica inteira de Camaçari para produzir 100 mil toneladas de hidrogênio verde e 600 mil de amônia verde."

O curioso da amônia é o seu paradoxo, diz Slezynger, citando o livro "The Alchemy of Air", de Thomas Hager (Three Rivers Press), que havia acabado de ler. Esse composto químico pode colaborar para preservar a vida, mas também para causar mortes. No fim do século XIX, havia o receio de que os adubos naturais como o guapo, produzidos a partir do excremento de pássaros, fossem se esgotar, causando fome global e colocando em risco a sobrevivência da nossa espécie.

Algumas décadas depois, segundo o livro de Hager, o químico alemão Fritz Haber conseguiu extrair nitrogênio do ar, nutriente fundamental para o crescimento das plantas. A empresa Basf comprou a patente do processo e Carl Bosch, que trabalhava na empresa, transformou a ideia de Haber em realidade.

Hoje, cerca da metade dos átomos de nitrogênio dos nossos corpos foram criados de forma artificial, e a maior parte da população mundial depende de alimentos fertilizados graças à genialidade de Haber. Mas o homem que "extraiu pão do ar", como se referiu a ele um jornal na época, é também o pai das armas químicas, responsável por desenvolver o gás venenoso a partir da amônia que soldados alemães lançaram sobre as tropas adversárias nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, corroendo pulmões, pele e olhos, agonizando-os até a morte. Pelo feito, Haber passou a ser tratado com todas as regalias, até sua sorte mudar com a ascensão do nazismo. Embora praticasse o cristinianismo, o químico era judeu, algo que nem seus filhos suspeitavam, e teve que fugir da Alemanha.

> "Acredito que [o terceiro governo sob Lula] será uma gestão pragmática, mais moderada e sem as deficiências do passado"

SILVIA COSTANTI / VALOR

"Morrer não está nos meus planos. A tal terceira idade me trouxe muita coisa boa", diz Slezynger

O garçom aparece com as sobremesas. Já com a colher na mousse de goiaba, o empresário diz que está "cautelosamente esperançoso" com o governo eleito. "Acredito que será uma gestão pragmática, mais moderada e sem as deficiências do passado. Chega uma idade que a pessoa quer deixar um legado, e Lula está nesta fase."

Slezynger doou R$ 200 mil para a campanha de Jerônimo Rodrigues (PT), eleito governador da Bahia. A razão, diz, é sua antiga amizade com o senador petista Jaques Wagner. "É uma história interessante", avisa. Wagner foi do diretório acadêmico da Faculdade de Engenharia Civil da PUC-RJ, mas em razão de sua militância política teve que abandonar o curso durante o regime militar. Com receio de ser preso, diz o empresário, ele fugiu com a roupa do corpo e foi para a Bahia. Chegando lá, bateu na porta de uma fábrica para pedir emprego. Havia uma vaga de torneiro mecânico. O carioca disse que não tinha a menor ideia de como exercer o ofício, mas insistiu para que lhe contratassem, garantindo que daria conta.

Anos mais tarde, Slezynger estava na Bahia para participar de um evento da Unigel do qual Wagner, então governador do estado e já seu amigo, também participou. O empresário subiu ao palco para discursar carregando uma ficha que havia encontrado no departamento de pessoal de sua empresa.

Silvia Costanti / Valor

Cardápio

A Bela Sintra, São Paulo

Item	Qtd.	R$
Água	6	60
Planalto reserva Douro	1	320
Menu executivo	5	655
Café	7	84
Diversos	2	60
Subtotal	-	1.179
Serviço	-	145,47
Total	-	**1.324,47**

"Olha as coincidências da vida, a fábrica que o Jaques foi pedir emprego hoje é nossa. Entreguei a ficha e ele começou a chorar, fico emocionado quando conto", diz, passando o dorso da mão sobre os olhos.

Enquanto o garçom serve uma rodada de café com docinhos, Slezynger alcança uma sacola com brindes de acrílico com o logo da empresa. "Assim vocês lembram da gente", diz, oferecendo-os à repórter e à fotógrafa do **Valor**. Depois, saca um papel para mostrar a lista de medalhas e títulos recebidos recentemente. "Fiquei muito honrado. Por isso eu digo, a terceira idade só tem me trazido coisas boas." ■

Bodanzky aos 80

Em meio a justíssimas celebrações, é ele quem nos presenteia, elegante e modesto como de hábito, mantendo intensa produção: depois do intenso circuito em festivais, chega às salas um novo e urgente documentário, "Amazônia, A Nova Minamata?". Por **Amir Labaki**

DIVULGAÇÃO

'Amazônia, A Nova Minamata?' trata da contaminação dos munduruku por mercúrio

Jorge Bodanzky, um dos principais cineastas e fotógrafos brasileiros, alcança nesta semana (dia 22) a marca dos 80 anos. Em meio a justíssimas celebrações, como as organizadas pelo recente Festival de Brasília e pelo IMS-SP, é ele quem nos presenteia, elegante e modesto como de hábito, mantendo intensa produção. Prepara-se para lançar em salas, depois do intenso circuito em festivais deste final de ano, um novo e urgente documentário, "Amazônia, A Nova Minamata?", sobre a devastadora contaminação dos munduruku por mercúrio, utilizado por garimpos ilegais no território da tribo amazônica.

Em agosto passado, o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro elegeu certeiramente como melhor série documental de 2021 "Transamazônica, Uma Estrada para o Passado" (HBO Max), dirigida por ele e Fabiano Maciel, uma extraordinária radiografia em seis episódios, quilômetro a quilômetro, da mutiladora rodovia símbolo do projeto de integração nacional a qualquer preço da ditadura militar nos anos 1970.

Há apenas dois anos, Bodanzky concedera-se um raro desvio de sua produção essencialmente amazônica para partilhar suas memórias de estudante em "UnB: Utopia Distopia", no qual contrasta a alegria dionisíaca dos anos áureos da universidade, criada por Darcy Ribeiro durante o governo João Goulart, e o impacto demolidor sobre os corações e mentes de sua geração, e sobre a própria UnB, da sanha obscurantista do regime autoritário instaurado em 1964.

Nascido em São Paulo de pai e mãe austríacos, judeus não praticantes que emigraram de Viena para cá em 1937, Bodanzky credita àquele período de dois anos que passou em Brasília, a partir de 1963, "a descoberta do Brasil e da cultura brasileira". Alguns anos antes, durante o I Seminário de Filme Documentário em São Paulo, assistir ao inovador curta "Aruanda" (1960), de Linduarte Noronha, fora o "marco zero da minha decisão de fazer cinema".

Jovem fotógrafo de talento, preocupado com o acirramento da repressão pela ditadura, Bodanzky partiu para a Alemanha em 1966 com uma bolsa para aperfeiçoar-se em Colônia, curso logo trocado por aulas de direção de fotografia cinematográfica com o mestre exilado tcheco Jan Spáta (1932-2006) no Institut für Filmgestaltung dirigido por Alexander Kluge em Ulm.

De volta ao Brasil, fotografou clássicos da produção independente como "O Profeta da Fome" (1969), de Maurice Capovilla, e "Hitler Terceiro Mundo" (1970), de José Agripino de Paula, e solidificou uma carreira como fotojornalista. De uma reportagem para a revista "Realidade", em fins da década de 1960, percorrendo a rodovia Belém-Brasília, germinaria quase uma década mais tarde sua primeira e incontornável obra-prima.

Uma produção para TV alemã, codirigida por Orlando Senna, "Iracema – Uma Transa Amazônica" (1974) disseca o mito do "Brasil Grande" a partir do envolvimento de uma jovem prostituta e um caminhoneiro cínico tendo a destruição da floresta como cenário. Combinando documentário e ficção, inspirado pelos cinemas de Jean Rouch e John Cassavetes, é o tipo ideal do método de "improvisação planejada" caro a Bodanzky.

Neste quase meio século que se seguiu, ninguém documentou a Amazônia como Bodanzky — e de tantas formas, da fotografia ao CD-Rom (lembra-se?), da câmera de filmar 16 mm ao celular. Talento e inquietação levaram seus filmes a outros universos, da ficção histórica "Os Mucker" (1978), codirigida por Wolf Gauer, à revisita das veredas brasileiras do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss ("A Propósito de Tristes Trópicos", 1990).

Tudo somado, os prediletos do próprio Bodanzky são "Iracema" e "Terceiro Milênio" (1981, codireção de Gauer), uma espécie de "river movie" seguindo a campanha entre folclórica e messiânica a governador do senador amazonense Evandro Carreira (1927-2015).

Num debate online no ano passado, perguntei-lhe sobre sua relação com a Amazônia. Assim falou Bodanzky: "Não moro na Amazônia, mas trabalho lá. Então, não é como se eu voltasse, é uma observação contínua. Não foi uma escolha, são coisas que acontecem em nossas vidas".

"O meu foco na Amazônia, o meu maior interesse, são as pessoas. Todos os meus filmes são sobre pessoas que vivem na Amazônia. É a parte mais importante para mim."

"Eu não sou médico ou técnico. Sou cineasta, e cineastas contam histórias. Sou um contador de histórias, e histórias envolvem pessoas. (...) Todo trabalho na Amazônia não é um novo trabalho, mas a continuação dos outros. Não é isolado. Eu digo que o meu trabalho é um painel." Que viva Bodanzky!

PS. Boas festas! Dou à leitora e ao leitor férias em janeiro. ■

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br

O homem de mãos fracas

Desprezo de Graciliano Ramos pelos próprios livros pode nos ser, hoje, de grande ajuda. Na época das luzes e dos egos inflados, esquivar-se da fama e dos holofotes talvez seja o melhor negócio, muito mais verdadeiro. Por **José Castello**

Apesar da crise econômica, da pandemia e do desprezo oficial pela cultura, nunca se publicou tanto no Brasil. Um dos mais importantes prêmios literários brasileiros, o Prêmio Oceanos bateu, em 2022, um recorde: 2.452 livros foram inscritos na fase inicial. O Brasil, que ainda tem um número sofrível de leitores, se tornou um país de escritores. Mas, quem pode, de fato, se declarar escritor? Basta escrever e publicar para ser um escritor?

Graciliano Ramos, o autor do assombroso "Vidas secas", de 1938, não se considerava um escritor. Já com a obra em andamento, tampouco afirmava sua identidade literária. No longínquo ano de 1941, em uma entrevista à "Gazeta Magazine", quando o repórter Paulo Albuquerque lhe perguntou "como se faz um romance", ele foi áspero: "Não posso responder, ainda não escrevi nenhum romance".

Contudo, àquela altura, Graciliano já tinha publicado pelo menos dois romances de porte: "Caetés", de 1933, e "Angústia", de 1936. O repórter se apressou a citá-los. "Não são romances, são duas borracheiras", desconversou. Acreditava que eram duas obras malfeitas, "dois disparates", e mais nada. E, porque os desprezava, não ousava nomeá-los como romances.

Um ano depois, em entrevista ao repórter Osório Nunes, de "Dom Casmurro", o escritor alagoano formulou outra declaração polêmica: "Não sou modernista", garantiu. Os ventos do modernismo de 22 ainda agitavam as letras brasileiras. Todos queriam ser modernistas, mas ele não. Ou, se queria, achava que não chegava a ser.

Admirava o modernismo, admitiu, como "um movimento de destruição de cânones". Tabus que deviam mesmo desaparecer. Mas não apreciava os grandes nomes do movimento de 22. Foi claro e duro: "Mário de Andrade e Oswald de Andrade tentaram o romance, mas sem êxito". Não, não se considerava um descendente do grupo. Também a identidade de modernista, sem nenhum remorso ou decepção, ele descartava.

Ia mais longe: não só não se considerava um modernista, como não se considerava, nem mesmo, um escritor. Que os outros o vissem assim, não importava. Tinha certeza de que o título não lhe cabia. Em 1949, mais de uma década depois de publicar "Vidas secas", em uma entrevista à "Folha da Manhã", encerrou a conversa: "Não gosto de nenhum de meus livros". Não era um escritor, insistiu, mas só um homem que escrevia.

Agora reencontro as declarações de Graciliano Ramos em "Conversas", livro póstumo, organizado por Ieda Lebensztayn e Thiago Mio Salla para a editora Record, de 2014. Quase uma década depois de sua publicação, e quase um século depois de formuladas, as meditações do escritor, em contraste com as miragens digitais de nosso presente, ganham uma brutal atualidade.

No tempo das mídias eletrônicas, das redes sociais e das imagens brilhantes do Facebook e do Instagram, elas nos ajudam a pensar o que ainda pode ser um escritor. O que autoriza alguém hoje a se definir como escritor? Escrever, por certo, já não basta. Burocratas, escreventes e os meninos das redes sociais também o fazem. Escrevem sem parar, com grande abnegação, varam noites escrevendo, e nem por isso sustentam esse título.

Publicar livros, em uma época em que tudo se publica e não só em livros, também já não parece bastar. As declarações de Graciliano Ramos tornam ainda mais complexo e escorregadio o conceito de escritor. Por tabela, colocam em risco a própria ideia de literatura. Se nem mesmo Graciliano, como ele afirmava, foi um escritor, quem ainda pode dizer que é?

Na mesma entrevista à "Folha da Manhã", e depois de afirmar que não gosta de nenhum de seus livros, Graciliano Ramos insiste: "Até hoje, não me considero escritor, nem jornalista". Em nossos dias, quando querem afirmar sua identidade, jornalistas se valem do registro profissional, mas com os escritores nem isso funciona. Sereno, Graciliano defende a ideia de que a suposta carreira de escritor não chega, sequer, a ser uma escolha, ou a

atestar uma vocação. É um trabalho tão digno, mas também tão banal como qualquer outro.

A sobrevivência, e não a vocação, o empurrou para a literatura. "Fui obrigado a escrever porque não tinha outro ofício. Todas as portas estavam fechadas", relembra. Entrou na única porta que a vida lhe abriu. Fala aqui da força do acaso, muito mais potente, ele entendia, do que qualquer coisa que se possa chamar de talento. Acaso e necessidade tomam, assim, o lugar do que os idealistas chamam de vocação. São as contingências, e não os dotes especiais, que fazem de nós o que somos.

Entendia ainda, como Franz Kafka, que escrever não basta. Na longa

CRIS BIERRENBACH

temporada em que viveu em Palmeira dos Índios, a partir de 1915, escreveu, mas também queimou, muitos livros. "Também 'Caetés' deveria ter sido queimado", ele lamenta. Em uma atitude oposta à daqueles que hoje queimam livros por desprezo e ódio à cultura, Graciliano os queimava por amor. Como Kafka, queimava — ou pensava em queimar — por amor à perfeição.

O mesmo rigor que tinha com seus livros dirigia a si mesmo. Em 1952, em entrevista a Miércio Tati, de "Temário", chegou à beira da crueldade: "Nunca estudei, sou um ignorante e julgo que meus escritos não prestam", declarou. Surpreso, e até chocado, o repórter o lembra da potência de um romance como "São Bernardo", de 1934. Graciliano não se abala. "É o que sei fazer, alinhar adjetivos, doces ou amargos. Escrevo, invento mentiras sem dificuldades. Mas minhas mãos são fracas e nunca realizo o que imagino".

Volta o rigor, mais uma vez, contra si: "Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora?". Juiz implacável de si mesmo, Graciliano Ramos chegou, muitas vezes, a considerar a hipótese de desistir da literatura. Em contraste com nossos tempos de narcisismo e luzes, ele não esconde a vontade crescente de desaparecer. Diz: "O melhor seria, talvez, a pessoa se perder no anonimato das grandes multidões, passar despercebido". Não se tratava de morrer, mas de viver como se estivesse morto.

Não atribuía grande importância à formação, à bagagem intelectual, ou aos títulos. Mais forte no destino de um escritor era, para ele, o papel do acaso, daquilo sobre o qual não temos controle algum. "O mundo é empastado e nevoento", diz. "Súbito, uma coisa entre mil nos desperta a atenção e nos acompanha." Quando lhe perguntam qual o melhor método para um escritor iniciante, afirma ignorar. "Caminho como um cego", resume. Tateia, busca e, se encontra, é outra coisa que encontra.

Ao contrário do que em geral imaginamos, Graciliano não acreditava na presença da realidade em suas narrativas. Na mesma entrevista antiga a Miércio Tati, ele chega a dizer: "Extraio dos acontecimentos algumas parcelas, o resto é bagaço". O repórter insiste na questão, que toca nos nervos do realismo literário, que seus livros representam, mas ele se recusa a alongar a reflexão. Justifica-se: "Alguma coisa é preciso que você não conte".

Reler Graciliano Ramos e repensar seu desprezo pelos próprios livros — grandes livros — pode nos ser, hoje, de grande ajuda. Na época das luzes e dos egos inflados, é bom considerar que, talvez, desaparecer, esquivar-se da fama e dos holofotes, seja o melhor negócio. Seja muito mais verdadeiro. ■

LANÇAMENTOS

Filosofia felina
John Gray. Trad.: Alberto Flaksman
Record, R$ 54,90

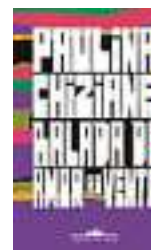
Qual o sentido da vida? Qual o segredo para a felicidade? Questões que perseguem o ser humano desde o início da civilização e que instigam filósofos talvez possam ser respondidas pelos felinos. Eles sabem bem como conduzir a vida sem estresse. Pensador de nome mundial, ex-professor em Oxford, Gray analisa a natureza felina e nos confronta com a complexidade que criamos para nós mesmos. Essa obra traz uma reflexão sobre nossa visão de mundo, nossa ideia de superioridade, a vulnerabilidade e a solidão fundamentais da espécie humana. Gray mostra que podemos enfrentar sofrimentos e transformações como os gatos — sem medo constante e com alegria de viver no presente.

A hora de Clarice Lispector
Hélène Cixous. Trad.: Márcia Bechara
Nós, R$ 60,00

Crítica literária, escritora e professora, a francesa Cixous é tida como a pessoa que introduziu a obra de Clarice Lispector na Europa, tendo feito vários seminários a respeito da escritora brasileira. Editado na França em 1989, este título levou mais 33 anos para chegar em sua versão integral ao Brasil. É um ensaio que pode ser lido como um longo poema em prosa escrito em fluxo de consciência, uma escrita que mistura a pessoa que fala ao objeto de que se fala, talvez vanguardista demais. O que ela chama de uma "meditação sobre a última hora", referindo-se à última hora de Clarice Lispector ("A hora da estrela"), é uma leitura da escritora brasileira que ignora as fronteiras de gênero.

A mandíbula de Caim
Torquemada. Trad.: Myra Marple
Intrínseca, R$ 49,90

Torquemada é o pseudônimo de Edward Powys Mathers. Ele acreditava que um quebra-cabeça devia ser extremamente difícil, mas igualmente compensador quando solucionado. Responsável por introduzir na Inglaterra as palavras cruzadas enigmáticas no jornal "The Observer", em 1934 ele escreveu este título, um suspense policial e um quebra-cabeça. Nele, o leitor terá seis assassinatos distribuídos em 100 páginas impressas em ordem aleatória. Há milhões de combinações possíveis, mas apenas uma é a correta. Com lógica e perspicácia, pode-se organizá-las na progressão certa, de modo a revelar as seis vítimas de assassinato e seus algozes. Até hoje apenas três pessoas conseguiram decifrar o enigma.

Balada de amor ao vento
Paulina Chiziane
Companhia das Letras, R$ 59,90

Primeiro livro dessa moçambicana nascida em 1955, "Balada..." também foi o primeiro romance publicado por uma mulher naquele país (em 1990). A história começa quando Sarnau vê Mwando pela primeira vez e se apaixona. Mas ele a abandona. Ela luta para vencer a solidão, ele retorna — e novamente parte. Na história de amor que tem a relva como cenário e o vento como melodia também está a marca de uma herança conservadora. Há encontros e desencontros, escolhas e renúncias, desamparo e privilégio em uma sociedade na qual tradições atingem a autonomia da mulher e sua sobrevivência. Chiziane também lançou "Ventos do apocalipse", "O sétimo juramento" e "Niketche: uma história de poligamia". Ela ganhou o Prêmio Camões de Literatura. ■